UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ISABELLE BRAMBILLA HONORATO

# ENTRE IDAS E VINDAS: ARRANJOS FAMILIARES E CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS NO AMAZONAS

Manaus, 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ISABELLE BRAMBILLA HONORATO

# ENTRE IDAS E VINDAS: ARRANJOS FAMILIARES E CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS NO AMAZONAS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Antropologia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Fátima Weiss de Jesus

Manaus, 2021

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

H774e

Honorato, Isabelle Brambilla
Entre idas e vindas: arranjos familiares e circulação de crianças no Amazonas / Isabelle Brambilla Honorato . 2021
246 f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Fátima Weiss de Jesus
Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Família. 2. Circulação de crianças. 3. Rede de proteção à criança e ao adolescente. 4. Políticas públicas. 5. Amazonas. I. Jesus, Fátima Weiss de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

*Dedico esta tese as inúmeras famílias amazonenses que, apesar das sucessivas tentativas de "estrutura-las", resistem à imposição com um modo de vida único. Dedico ainda, e, em especial, a dona Bina, mulher que sustentava, não somente de forma econômica, mas principalmente social e afetivamente, sua família e que garantiu a reprodução e sobrevivência dela através da circulação. Dona Bina é síntese, não resumida, mas complexa de toda essa tese. Morreu aos 61 anos vítima da Covid-19 e já lutava contra um câncer no colo do útero, reflexo, segundo ela, da luta por sua família.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre um momento de muita reflexão, de saudades e de memórias sobre nossa trajetória, sobre pessoas, coisas e seres que nos acompanharam e contribuíram de uma forma ou de outra durante o caminho percorrido para elaboração de um trabalho deste tipo. Acredito, que cada nome ou coletivo aqui citado contribuiu para uma conversação coletiva, que, reflete, em última instância, uma visão pessoal. Assim, quero agradecer com todo meu amor e respeito:

Ao meu Pai Oxóssi, guerreiro de uma fecha só, que me conduz pelo caminho certeiro em cada segundo da minha vida e a quem devo minha existência tal como ela é.

À professora Dra. Fátima Weiss de Jesus, orientadora querida, respeitosa, sem a qual este trabalho não teria sido concluído. Minha sincera gratidão e respeito. Gostaria de transcrever em palavras o que sinto sobre ela, mas não as encontro exatamente como as sinto, por isso quero apenas externar que gostaria, um dia, de ser para alguém a metade do que ela foi pra mim.

Á professora Dra. Claudia Lee Williams Fonseca, meu primeiro amor na antropologia, a quem devo minha paixão pela disciplina e pela escrita leve e irreversivelmente cativante. Todo meu respeito e admiração pelo seu trabalho, que foi inspiração e norte para esta tese.

À professora Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, professora amada que acompanha minha trajetória desde meu primeiro PIBIC, sempre atenciosa, precisa em tudo que fala e com um respeito ao próximo que é exemplo admirável de conduta profissional e humana.

À professora Flavia Melo da Cunha, minha admiração e respeito por seu excelente trabalho e por sua trajetória, também por aceitar o convite para participar de minha banca de defesa.

À professora Dra. Consuelena Lopes Leitão, querida e competente professora e amiga de sempre. Está em minha trajetória desde o início das pesquisas no CREAS e sempre com o mesmo entusiasmo, alegria, força e disponibilidade. Minha gratidão por tudo.

À professora Dra. Ana Carla Bruno, minha admiração total e gratidão. A primeira vez que a vi ministrando aula não consegui piscar o olho e pensei: Nossa! Ela é muito boa e se ela conseguiu chegar aqui eu também posso. Representatividade! Mais tarde, seria o nome dado aquele sentimento.

À professora Dra. Luiza Flores por ter, gentilmente, aceitado participar de minha banca de defesa.

Ao professor André Machado com quem tenho convivido bastante e cada vez admiro mais. Meu carinho e respeito sempre.

Ao querido e saudoso professor Dr. Luiz Fernando Souza Santos pelos grandes ensinamentos, principalmente por sua paixão contagiante pela sociologia e por ter acreditado em mim nos primeiros anos de graduação.

A todos e todas as professores e professoras do departamento de antropologia e de ciências sociais da Universidade Federal do Amazonas. A cada um deles meu respeito e gratidão pelos ensinamentos e por fazerem parte da minha trajetória.

Ao meu pai Livaldo Antônio Honorato, a quem devo todo o suporte e a base para que eu chegasse até aqui. Quem me incentivou no caminho da educação como forma de libertação, quem eu admiro e amo e sem o qual também não conseguiria finalizar este trabalho.

A minha mãe Neli Fátima Brambilla Honorato, pelo cuidado, compreensão e por ser meu grande alicerce, pela sua força, pelo seu otimismo, por não se deixar abalar facilmente e por lutar por mim. Todo meu amor, sempre!

Ao meu irmão Pietro Henrique Brambilla Honorato, pela ajuda de sempre, pelas correções, pelo carinho, brincadeiras e amor de sempre.

A vó Maria e falecido vô Chico, minha total admiração e respeito. Vô Maria, que me ensinou a força da fé e vó Chico retidão irretocável e a beleza de ser transparente em tudo que faz. Gratidão e amor.

Ao meu colega Wender Felix de Araújo, pela força, ajuda e amizade. Um amigo querido, sempre disposto ao estender a mão.

A minha amiga Emanuelle Vilar, por ter me ajudado a não desistir num momento fundamental de minha trajetória.

À Franceane Correa, secretária do PPGAS durante ano, minha gratidão por tanto auxílio e amparo aos alunos e alunas do programa.

Ao meu pai de santo Leandro Pantoja de Xangô, amado, respeitado e admirado por mim, minha gratidão por tantos joelhos dobrados, tanta preocupação, cuidado e ensinamentos dados a mim. Minha irrestrita confiança e amor.

A Minha mãe Ekedi Lilian Pantoja de Odé, pelo cuidado, pela direção, pelas palavras e ações sempre firmes e certeiras, por me conhecer mais do que a minha mesma.

Ao meu pai Ogã, Luiz Carlos Pantoja de Oxalá, pela força e confiança que, mesmo sem dizer muitas palavras, chega a mim de forma decisiva.

A Minha mãe Tatiana Pantoja de Iemanjá, pelo cuidado de sempre, pelo zelo, pela preocupação. Todo meu amor, respeito e admiração.

A mãe Selma Santos de Iemanjá, pelo afeto a mim dedicado.

A todos os meus irmãos e todas as minhas irmãs de santo, a família que Oxalá me presenteou, pelo carinho, amparo e cuidado comigo.

A mãe Maria Preta de Xangô, pela força, pelo amor, pelo exemplo e pelas fumaças que foram buscar a mim mesma de volta. Todo meu amor, carinho e respeito por essa grande mãe, mãe duas vezes.

À Amanda Cristina Ferreira, pelo carinho, pela ajuda, pelos trabalhos juntas que me ajudaram muito a compor a ideia central desta tese. Pelos ensinamentos e pela luta. Uma mulher inspiradora e forte. Toda minha admiração e respeito.

À Katiússia Souza e Silmara Otas, pela compreensão, ajuda e força nos momentos mais difíceis da elaboração deste trabalho.

À Vitória Souza Carneiro de Oliveira de e Maria Célia Oliveira de Souza, pelo carinho de sempre, ajuda e cuidado que me dedicam sempre.

À Andreia Gomes e Maria Eunice, pela força, orações, amor e amizade.

À Isabel Wittman, amiga querida e antropóloga incrível. Toda minha admiração, gratidão e carinho.

Ao querido João Alexandre Monteiro, ficamos sem os pães de queijo, mas a amizade e ajuda mútua prevaleceu.

À Ana Kely Mendes, minha amiga querida, pela força, carinho, conversas e leveza de sempre.

A psicóloga Trícia Avilar, querida e grande profissional, pela ajuda no momento crucial da minha vida. Por me fazer entender que eu podia.

A Capes por financiar minha bolsa de doutorado, sem a qual seria impossível permanecer na universidade por tantos anos. As bolsas de pesquisa são fundamentais para manter alunos como eu na universidade e possibilitar a formação de qualidade e inclusão na universidade.

A Universidade Federal do Amazonas, minha segunda, as vezes primeira casa, que possibilitou grandes descobertas e transformações em minha vida.

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia social da Universidade Federal do Amazonas, pela forma com que conduz a formação de seus discentes e a dedicação de seus docentes.

Ao finalizar os agradecimentos percebo que as palavras que mais utilizei foram gratidão, afeto, cuidado, amor e carinho e isso me faz pensar o quanto tenho sorte e de algum modo devo merecer pessoas, lugares, coisas e seres de tamanha envergadura da minha vida. São tantas mães, pais, irmãos, amigos, professoras que tive e tenho, que não ficou difícil de entender os arranjos familiares do tipo que analiso neste trabalho. Que felicidade a minha estar rodeada de tanto.

## RESUMO

A presente tese faz uma investigação antropológica sobre os arranjos familiares e circulação de crianças no Amazonas. A partir da descrição e análise de cenas do cotidiano e das trajetórias familiares buscou-se traçar um panorama de um tipo de família próprio, tendo como foco condutor dessa análise a circulação de crianças. Define-se, assim, através do estudo de caso de três famílias na/da cidade de Manaus com fortes ligações em suas origens no interior do estado um arranjo familiar específico. Família é entendida aqui sob a ótica da particularidade contextual local e do caráter plural e dinâmico que esta categoria possui, reafirmando o conceito de circulação de crianças como central na organização, composição, fortalecimento das relações e "criação" de parentesco. Desse modo, este trabalho apresenta, entre idas e vindas, um modo particular de "ser" família, que confere as crianças um lugar que define arranjos familiares, fazendo um contraponto direto às formas como o Estado, através da rede de proteção à criança e ao adolescente, maneja políticas e programas de atendimento a famílias com suas particularidades e diversidades locais.



**Palavras-chave:** Família, Circulação de crianças, Rede de proteção à criança e ao adolescente, Políticas públicas, Amazonas.

## ABSTRACT

This thesis makes an anthropological investigation about family arrangements and circulation of children in Amazonas. From the description and analysis of daily scenes and family trajectories, an attempt was made to draw a panorama of an own family type, with the circulation of children as the main focus of this analysis. Thus, through the case study of three families in/from the city of Manaus, with strong connections to its origins in the state's inland, a specific family arrangement is defined. Family is understood here from the perspective of local contextual particularity and the plural and dynamic character that this category has, reaffirming the concept of children's circulation as central in the organization, composition, strengthening of relationships, and "creation" of kinship. Thereby, this work presents, between comings and goings, a particular way of "being" a family, which gives children a place that defines family arrangements, making a direct counterpoint to how the State, through the child and teenagers' protection network, manages policies and programs to assist families with their particularities and local diversity.



**Key words:** Family, Children's circulation, Child and teenagers' protection network, public policies, Amazonas.

## LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| CPI | Comissão Parlamentar de Inquérito |
| CREAS | Centro de Referência Especializado em Assistência Social |
| DEAAI | Delegacia especializada em Apuração de atos inflacionais. |
| DEPCA | Delegacia Especializada em proteção a criança e ao adolescente |
| ECA | Estatuto da criança e do adolescente |
| FEBEM | Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor |
| IARI | Igreja Apostólica da Renovação Inclusiva |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LOAS | Lei Orgânica de Assistência Social |
| JECrifam | Juizado Especial Criminal de Família |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome |
| OSC | Organização da Sociedade Civil |
| PIA | Plano Individual de Atendimento |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PSE | Proteção Social Especial |
| SAVVIS 100 | Serviço de atendimento a vítimas de violência sexual – Disque |
| SAVAS 100 | Serviço de atendimento a vítimas de agressão sexual – Disque |
| SPA | Serviço de Pronto Atendimento da Secretaria Estadual de Saúde |
| SUAS | Sistema Único de Assistência Social |
| UFAM | Universidade Federal do Amazonas |

.

# SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO ..... 14**

**CAPÍTULO I ..... 20**

A PESQUISADORA “ENTRE IDAS E VINDAS”: METODOLOGIA E REFLEXÃO SOBRE O CAMPO DE PESQUISA E SUA CONSTITUIÇÃO ..... 20

1.1. Construção do campo etnográfico: percorrendo a história de uma tese 21

1.2 Reflexões: A subjetividade e o fazer etnográfico ..... 28

1.3 Dilemas e conflitos: entre a prática de pesquisa e a teoria nas relações com os interlocutores ..... 35

1.4 O recorte e as questões norteadoras ..... 39

1.5 Estratégias metodológicas do trabalho de campo ..... 41

1.6 Perfis das famílias interlocutoras ..... 44

**CAPÍTULO II ..... 54**

ITINERÁRIO TEÓRICO ..... 54

2.1 Família e crianças: principais estudos no Amazonas e sua importância para compreensão da circulação de crianças no estado ..... 55

2.2 Família, criança e infância: categorias amplas e diversas ..... 60

2.2.1 Família X Parentesco ..... 69

2.2.2 A construção das noções de criança e de infância ..... 73

2.3 Família e circulação de crianças: conceitos indissociáveis nas famílias interlocutoras ..... 78

2.3.1 A circulação de crianças: a história de uma categoria analítica ..... 80

2.3.2 A circulação de crianças na Amazônia: “crias da casa” e outros estudos ..... 86

2.3.3 A transformação da prática circulação das crianças em problema social para o Estado ..... 90

2.4 A família, a criança e o Estado: a rede de proteção à criança e ao adolescente e a circulação de crianças ..... 95

2.4.1 A família, a criança, a circulação e o Estado: para que nos interessa entender e relacionar esses conceitos? ..... 102

**CAPÍTULO III ..... 104**

O CAMPO: AS FAMÍLIAS E COMO A CIRCULAÇÃO ACONTECE ..... 104

3.1 O campo: considerações introdutórias ..... 105

3.2 A família Gonçalves ..... 108

3.2.1 Genograma, descrição da família Gonçalves e considerações importantes a respeito do arranjo familiar ..... 111

3.2.2. Quem circula e quem recebe: duas gerações que circularam reforçando redes e vínculos. ..... 124

3.3 A família Souza ..... 131

3.3.1. Genograma, descrição da família Souza e considerações importantes a respeito do arranjo familiar ..... 132

3.3.2. Quem circula e quem recebe: três gerações que circularam reforçando redes e vínculos. ..... 140

3.4. Silva: A Família-síntese ..... 148

3.4.1 Genograma e descrição da família-síntese Silva ..... 153

3.4.2. Quem circula e quem recebe: Gerações que circularam reforçando redes e vínculos ..... 157

**CAPÍTULO IV ..... 163**

A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS A PARTIR DO ESTUDO DAS FAMÍLIAS INTERLOCUTORAS ..... 163

4.1. Como pensar a circulação de crianças e os arranjos familiares a partir do contexto local ..... 164

4.2. Pressupostos para circulação de crianças a partir do estudo dos casos apresentados deste trabalho ..... 168

4.2.1. As mulheres e meninas como sujeitos centrais da circulação ..... 169

4.2.2. Contrapontos observados entre a posição das crianças da casa e das crianças que circulam ..... 174

4.2.3 A circulação de crianças como forma de retribuição e gratidão por de ter sido recebida ..... 176

4.2.4. A circulação de crianças como forma de mediação das relações familiares ..... 180

4.2.5. A influência das tradições das comunidades ribeirinhas e povos indígenas nas questões de circulação de crianças e arranjos familiares. 183

4.2.6 “Ficar” e “morar”: conceitos fundamentais na circulação de crianças no Amazonas ..... 192

4.3 Entre idas e vindas: a circulação de crianças ..... 197

4.3.1. Entre Motta-Maués e Fonseca: uma análise do conceito de circulação de crianças a partir do que encontramos no Amazonas ..... 198

**CAPÍTULO V ..... 201**

AS FAMÍLIAS E O ESTADO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E A RELAÇÕES COM A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE ..... 201

5.1 A circulação de crianças como forma de ser família ..... 202

5.2 As famílias contra o Estado: as famílias interlocutoras e a circulação de crianças a partir de sua relação com a rede de proteção ..... 206

5.2.1 Adoção versus circulação de crianças: entre adoções e circulação ou entre o Estado e as configurações familiares “reais” ..... 216

5.2.1.2 Conflito entre política de Estado (rede de proteção) e política das famílias: circulação de diferentes pontos de vista ..... 219

5.2.1.3 A rede de proteção no Amazonas: uma descrição esquemática e análise de seu funcionamento e o que isso significa para os arranjos familiares e a circulação de crianças ..... 224

5.2.2 O “papel” e a posição do pai/padrasto/irmão da mãe na circulação de crianças e sua inconformidade com as políticas e programas sociais para criança e a família ..... 226

5.3 Políticas públicas para as famílias no Amazonas: uma proposta desafiadora ..... 230

**CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 233**

**REFERÊNCIAS ..... 237**

# INTRODUÇÃO

Os estudos contemporâneos sobre família no Brasil têm demonstrado uma variabilidade enorme de modelos e arranjos familiares e neles as crianças e adolescentes ocupam lugar central. É sobre essas diferentes dinâmicas e arranjos familiares que se insere a tese aqui apresentada, buscando apontar particularidades familiares do contexto amazonense, a partir da circulação de crianças em contraposição à ótica do Estado sobre essa circulação.

A proposta nasceu de minhas investigações anteriores e foi tomando lugar no meu cotidiano, pois comecei a "estranhar" a grande circulação de crianças que encontrava nas famílias com as quais eu tive meus primeiros contatos através do PIBIC, no meu dia a dia, nas diversas cidades que visitei, nos bairros que frequentava, na vizinhança, nas histórias de vida que ouvia de meus amigos de faculdade, enfim, eu estava rodeada de circulação de crianças e isso era tão natural em todo lugar do Amazonas por onde estive. A partir de então, comecei a ouvir/sentir o "*anthropological blues"* (DaMatta, 1974). Ainda engatinhando nas ciências sociais, busquei entender o fenômeno que via em toda a parte e foi nesse momento que um pequeno livro de folhas amareladas, cuja capa tinha uma mulher puxando uma criança pelas mãos e lia-se em letras grandes "Caminhos da Adoção" (Fonseca, 1995), finalmente iluminou o que via e ouvia em todo lugar, porque depois que se ouve uma vez é impossível deixar de escutar. Desse modo, os primeiros interesses de pesquisa surgiram do desejo de compreender processos de configuração das famílias manauenses. Chamou-me atenção, em especial, os modos como diferentes modelos familiares coexistiam para além do modelo nuclear amplamente aceito como ideal, e como as crianças cumprem uma função de suma importância e muito além da amplitude e complexidade que costumamos dar a elas. São elas que conferem o tom desses modelos familiares específicos.

A tese está estruturada em cinco capítulos, nos quais constarão aspectos e reflexões metodológicos da pesquisa, itinerário teórico, dados etnográficos e análises sobre arranjos familiares e circulação de crianças e, por fim, a perspectiva do Estado como contraponto a esses arranjos locais.

Desse modo, no primeiro capítulo, pontuo as questões metodológicas, com ênfase em uma reflexão de cunho epistemológico sobre o lugar da pesquisadora em campo e a relação com interlocutores, pois creio que seja de suma importância para entendimento do processo de construção do campo e da tese que defendo, porque à medida que as crianças, no ir e vir, eram criadoras dos arranjos familiares a que me dedico, eram também criadoras de minhas relações com todo o restante da família interlocutora, pois como disse dona Bina, uma das interlocutoras deste trabalho, "*quem meus filhos beija, minha boca adoça*"[1]. As crianças gostavam muito de mim e isso abriu portas. Quando circulava pelo bairro com Thalita ainda pequenina, ela dava tchau com mãozinha suada e cheia de terra para todos e com a outra segurava a minha. Com ela eu poderia andar o bairro todo sem que ninguém questionasse a minha presença e era informante atenta, pois "dava definição de todo mundo", como diria sua mãe Ângela, sabia quem era casado com quem, quem se separou de quem, quem apanhou de quem, quem era filho de quem e quem estava grávida e não sabia de quem. Eram risos e mais risos da parada[2] até sua casa. Sempre ia me esperar.

Assim, no primeiro capítulo, "A pesquisadora 'entre idas e vindas': Metodologia e reflexão sobre o campo de pesquisa e sua constituição", serão expostos os modos como a pesquisa foi realizada, de que forma se configurou o meu campo de pesquisa e minhas reflexões sobre ele, pensando também o lugar da pesquisadora e como se deu a relação com os interlocutores. Além disso, serão apresentadas questões fundamentais para entendimento dos desdobramentos da pesquisa e o viés que ela tomou. Coloco essas questões no primeiro capítulo porque entendo que são fundamentais para entendimento dos que virão a seguir, situando meu lugar de fala e a situação/contexto de pesquisa. Acredito que inserir a metodologia e os debates sobre pesquisadores em campo no início da tese é uma forma de trazer o leitor para junto do campo, de aproximá-lo dos interlocutores e da pesquisadora, fazendo com que a leitura e o entendimento da "alma" da tese sejam mais bem apreendidos e

[1] Em toda fala de interlocutor será utilizado o Itálico para diferenciação e destaque.
[2] Como são chamados os pontos de ônibus em Manaus. Thalita ia me buscar na parada porque no início das pesquisas, ou quando a família mudava de bairro, precisavam me conhecer para que não houvesse perigo, especialmente porque os "meninos da boca" tinham que saber quem eu era e o que estava fazendo ali e as crianças me davam passaporte e caminhos abertos para isso.

vivenciados. Utilizo, então, no primeiro capítulo, autores e autoras que pensam o campo para além da metodologia em si. Busco articular diferentes trabalhos que retratam as nuances, dilemas e perspectivas do trabalho de campo, bem como apresentar as nuances e dilemas enfrentados na constituição desta tese. O que consta neste texto, na sessão de metodologia, cumpre o papel de dar escopo teórico e fôlego a "parte" do trabalho que, para mim, dita o caminho e nos leva a achados etnográficos profundos, que é o trabalho de campo. Assim, o capítulo é composto pelo diálogo com os seguintes autores e autoras: Crapanzano (1977), DaMatta (1974), Cardoso da Silva (1993), Clifford (1998), Evelyn Blackwood (1995), Eckert e Rocha (2008), Velho (1978), Fonseca (1999) e Fravett-Saada (2005), Grossi (1998), Weiss (2013) Howard Becker (2008), Cardoso de Oliveira (2006), Nunes e Carvalho (2007), Soares (1989), Peirano (1992), Zaluar (1986), Goldenberg (2000), Minayo (2012), Abu-Lughod (2012).

O segundo capítulo é de caráter majoritariamente teórico, composto, portanto, de um apanhado de estudos sobre família, crianças e políticas públicas. Apresento, apoiada em autores e autoras que já se debruçaram sobre o tema, um panorama geral desses estudos para que possamos entender principalmente a categoria família na sua multiplicidade, a circulação de crianças em sua particularidade e complexidade e as formas de ação do Estado, a partir das políticas públicas para família, criança e adolescente em sua unidade estruturante. Em suma, nesse capítulo, a pretensão foi fazer uma revisão dos estudos sobre família no Brasil e sobre crianças, o lugar da criança e do adolescente nesses estudos e, de modo geral, estudos sobre crianças no Brasil. A primeira parte, então, será composta somente por estudos de família e uma segunda parte por estudos sobre crianças e, ainda, uma terceira, a respeito das intersecções entre família e criança, tendo como base que a família é lócus privilegiado de socialização de valores e princípios, a criança aparece como sujeito fundamental nesse lugar. Assim, pretendo responder algumas questões como: De onde e como "Família" passou a ser estudada, ou seja, passou a ser pensada como categoria analítica e não natural? Qual a importância do advento da criança como sujeito? E por que isso nos interessa? Sobre o que ele nos informa? Por que essas questões são importantes para este trabalho? Acredito que seja um ponto basilar a revisão bibliográfica desta

tese porque a constituição de um itinerário teórico contribui para o entendimento, de modo geral, sobre esses estudos no Brasil e em que eles contribuem para o contexto amazônico e para a tese em questão, também como estudo comparativo do que será apresentado aqui em termos teórico-empíricos. Assim, farei uso das obras de autores e autoras que versam sobre família e sobre criança, além das intersecções entre esses dois temas, como Ariès (1981), Cohn (2009), Buarque de Almeida (2004), Costa (1983), Weeks (2000); Dauster, (1986), Salem (1985), Durham (1983), Freyre (1998), Mello (1995), Singly e Peixoto (2007), Tassinari (2007), (2009), Sérvulo Figueira (1987), Bilac (2007), Heilborn (2005), Corrêa, 1982, Sarti (1996), Motta-Maués (2004), Segalen (2000) Lowenkron (2008), Vianna (2005), Marchi (2007), Carvalho (2001), Conceição Tavares da Silva (1967), Schuch (2013), e Fonseca (1987), (1995), (1999), (2000), (2004), (2003), (2006). Sendo Fonseca com quem dialoguei mais intensamente, porque é uma pesquisadora que, através de seu trabalho guiou este, é, ainda pelo seu trabalho me inspirar há anos e sempre que revisitado por mim descubro, mesmo depois de mais de 20 anos de sua publicação, coisas novas e modos de pensar a Amazônia, não a partir do contexto social da autora, mas com inspiração em suas descobertas e comparações antropológicas para fins de entendimento da realidade local.

No terceiro capítulo, a ênfase é nos dados empíricos que sustentam a hipótese de pesquisa. Evidentemente, fragmentos de cenas cotidianas do campo de pesquisa também estarão expostos ao longo do texto todo, mas o terceiro capítulo é composto por uma descrição da trajetória de vida das três famílias das quais me debruço. Anseio, assim, desenvolver a questão da circulação de crianças propriamente dita, numa abordagem sobre o modo de vida das famílias apresentadas aqui a partir da circulação de crianças e o manejo feito pelas famílias sobre essa circulação. Portanto, início fazendo uma descrição e reflexão sucinta do trabalho de campo e como conheci as famílias interlocutoras, além de falar dos primeiros contatos. Em seguida, trabalho com uma família em cada subitem do capítulo, iniciando com a família Gonçalves, depois os Souza e, por fim, a família Silva. Desenho o genograma de cada uma delas, para dar suporte e subsídio à análise da circulação de crianças e arranjo familiar a partir da rede de parentesco, construo uma tabela de quem circula e quem recebe, além de descrever a trajetória da família e cenas do cotidiano.

Assim, esse é um capítulo bem importante para este trabalho porque nele me dedico muito a demonstrar como ocorre a circulação de crianças no Amazonas, através das três famílias de um tipo específico e a importância dessa circulação para a composição dos arranjos familiares do estado. Desse modo, espere do capítulo três mais dados etnográficos e menos análises e conteúdo bibliográfico.

No quarto capítulo exponho alguns pressupostos para a circulação de crianças que definem o arranjo familiar a que se dedica este trabalho. A ideia é trazer mais as análises do campo, buscando evidenciar a circulação de crianças a partir do contexto local. Pontuo alguns pressupostos para a circulação de crianças no Amazonas, ou seja, hipóteses de que a circulação aqui obedece a algumas regras específicas que denotam um caráter particular à circulação no estado. Outro ponto apresentado nesse capítulo trata-se das características encontradas nos processos de circulação de crianças no Amazonas, como a adaptação a tradições, as nomenclaturas usadas para definir pessoas-chave da circulação e conceitos êmicos de “morar”, pontos fundamentais para a compreensão das configurações dos arranjos familiares através da circulação de crianças. O quarto capítulo, então, é composto pelas análises dos dados de campo descritos no capítulo anterior, dialogando fortemente com os trabalhos de Fonseca e de Motta-Maués, num comparativo importante para o entendimento das diferentes nuances da circulação de crianças e, no contraste ou semelhança, o que agrega aos estudos sobre circulação de crianças e arranjos familiares no país.

Para finalizar, um quinto e último capítulo é dedicado ao olhar do Estado sobre os arranjos familiares e sobre a circulação de criança, em especial, ao descompasso entre as políticas públicas e o contexto social, com intuito também de contribuir com um novo olhar sobre as famílias amazonenses de grupos populares e com fortes ligações a um modo de vida e de reprodução ligado às suas origens. Assim, nesse capítulo, aponto com mais força o olhar do Estado e suas políticas públicas realizadas através da rede de proteção à criança e ao adolescente, em suas entidades governamentais ou sociedade civil organizada. Para isso, início afirmando a circulação de crianças como forma de “ser” família para demonstrar os contrastes com as políticas públicas para a família. Em seguida, faço algumas reflexões sobre a família em suas

relações com a rede de proteção, trazendo os modos como a rede olha para a circulação de crianças e para arranjos familiares diversos, denotando a discrepância entre política pública e a política das famílias. Para este capítulo, dialogo com autoras que se debruçam sobre os temas trazidos nele para contribuir na problematização acerca do Estado, tais como: Fonseca (2020), Melo da Cunha (2020), Strathern (1999), Sarti (1999), Leitão (2016), Martial, (2020), Luiza Dantas (2011), Fine (2020). Desse modo, apresento a circulação de diferentes pontos de vista, buscando elucidar questões amplas, como a função das políticas de Estado para as famílias, entre outras. E, para isso, exponho também uma análise esquemática da rede de proteção e seu funcionamento no Amazonas. Outro dado importante abordado aqui é sobre a posição do irmão da mãe na composição dos arranjos familiares, o que expõe mais uma vez as deficiências de lidar com a multiplicidade de arranjos familiares. Por fim, trago a proposta desafiadora que é pensar as políticas públicas para a família no Amazonas a partir da sua diversidade.

Assim, pretendo problematizar, no decorrer deste trabalho, algumas questões importantes. São elas: Quem circula? Há alguma prerrogativa para a circulação? Todos os filhos e filhas circulam? Por quê? Quais os motivos para meninas e meninos circularem? Como a circulação está relacionada aos arranjos familiares? O que esses arranjos dizem sobre famílias no Amazonas? Assinalando que essas perguntas podem ter suas respostas na hipótese basilar de que há um deslocamento do eixo da unidade doméstica nuclear nas famílias de um tipo específico do Amazonas, apontando para uma composição fluida dessa unidade, sendo essa fluidez revelada na circulação de crianças, o que dá o tom, o que confere o status de família, o que faz a própria unidade doméstica.

Desse modo, apresento algumas considerações finais sobre o que foi apresentado, um resumo pontual da tese com os principais resultados e perspectivas finais. Nesse último tópico, coloco, de maneira sucinta, também as questões que apoiaram cada capítulo da tese.

# CAPÍTULO I

## A PESQUISADORA “ENTRE IDAS E VINDAS”: METODOLOGIA E REFLEXÃO SOBRE O CAMPO DE PESQUISA E SUA CONSTITUIÇÃO

*Uma das mais duradoras questões metodológicas da antropologia é: como manter, na mesma visão, o que são claramente constructos culturais e históricos e o que são, evidentemente, regularidades sobre a existência social? O truque consiste em especificar um sem diminuir o outro.*

Strathern, 2005

## 1.1. Construção do campo etnográfico: percorrendo a história de uma tese

O caminho de construção de uma tese é longo, cheio de curvas e pedras, sabores e dissabores, surpresas e decepções, mas elas nos ensinam que construir uma tese é muito mais do que fazer leituras, entrevistas, observação e intermináveis diários de campo. É sobre tecer relações, se despir de certezas, se enxergar no outro, e, definitivamente, sobre se reconstituir/reconstruir como pessoa/indivíduo *sui generis*.

Dito isto, conto um pouco de como percorri esse caminho e como cheguei a, de fato, ter uma tese (no sentido de proposição intelectual). O percurso se inicia em minha graduação, passando pelo mestrado e terminando (ou não) no doutorado. Através do CREAS[3] - Nossa Senhora das Graças (único de Manaus à época – 2010), fiz dois PIBIC's[4] e meu Trabalho de Conclusão de Curso[5], todos abordando o tema de famílias em que suas crianças e adolescentes sofreram violências sexuais. Durante a observação e descrição do fenômeno estudado no CREAS tive o primeiro contato com o que chamei/identifiquei pelo conceito de circulação de crianças (explicarei o uso da categoria adiante).

Na observação e descrição dos casos de violações de direitos de crianças e adolescentes atendidos que tive acesso durante pesquisa no CREAS, notei um tipo de dinâmica familiar[6] diferente (o estranhamento), mas, como minha temática de pesquisa era outra, guardei a inquietação para posteriormente voltar a ela. Durante a graduação, também auxiliei em um

[3] Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

[4] Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. Orientado pela Profa. Dra. Raquel Wiggers do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas.

[5] Intitulado *CREAS: entre a representação e a prática de atendimento em casos de abuso sexual em Manaus*. Orientado pela profa. Dra. Raquel Wiggers. Departamento de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal do Amazonas, 2013.

[6] Com esse termo falo do cotidiano, das relações, da casa, das mudanças, dos conflitos, das festas, das idas e vindas de pessoas e coisas que dão movimento, o sentido, o processo de produzir e reproduzir o que chamamos de família. Uso dinâmico familiar também em contraposição ao termo estrutura familiar (no mesmo sentido que Fonseca (2005)).

levantamento de dados sobre famílias no bairro Mauzinho[7], o que trouxe mais dados e argumentos sobre minha curiosidade acadêmica. No mestrado, apesar do foco ser outro, esse tema também veio à tona, crescendo, amadurecendo, através de meus interlocutores que relatavam histórias de vida, nas quais a circulação quando crianças e enquanto adolescentes era bem presente.

Desse modo, a decisão para levar o tema adiante como um trabalho de mais fôlego no doutorado se deu ao fato dele ter permeado toda minha trajetória acadêmica até aquele momento, sempre me causando uma inquietação em compreendê-lo melhor e, ainda, pelo fato da circulação de crianças e adolescentes ser sempre tão frequente em um tipo de arranjo familiar manauara que gostaria de identificar e, mais ainda, pelo fato do Estado (rede de proteção à infância e adolescência, em especial instituições governamentais) estar em desencontro com o modo como as dinâmicas familiares acontecem através da circulação de crianças. Havia um desencontro entre o que eu via, como antropóloga, e como as profissionais viam e trabalhavam com essa troca de lares e esses movimentos de crianças no Amazonas.

Os primeiros contatos/encontros etnográficos se deram via CREAS, como já dito, e, também, através da associação de moradores do bairro Alvorada (zona centro-oeste de Manaus), no qual morei por muitos anos e onde pude observar a dinâmica da circulação de crianças e adolescentes entre meus vizinhos e conhecidos do bairro, o que nos leva a questionar o momento do "estranhamento", onde "começa" a etnografia? Estava apenas ouvindo trechos de histórias de vida, piadas ou reclamações de meus vizinhos? Ou fazendo etnografia?[8]

Um segundo momento de encontros etnográficos foi com os jovens (adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos), membros da Igreja Apostólica da Renovação Inclusiva – IARI, interlocutores da pesquisa de mestrado[9]. A

[7] Parte da pesquisa está publicada no artigo de Fabíolla Emanuelle Silva Vilar, intitulado: *Famílias do Mauazinho: levantamento dos arranjos familiares em um bairro popular de Manaus*. Disponível em: https://periodicos.ufam.edu.br/revistaelaborar/article/view/1703.

[8] Referência ao texto de Peirano (2014).

[9] Dissertação de mestrado em Antropologia Social da universidade Federal do Amazonas, com título "Entre tensionamentos e disputas: família, religião e o processo de se assumir entre jovens de uma igreja inclusiva de Manaus", sob

pesquisa na/com a IARI me levou ao presente trabalho. Além de interlocutores, me ajudaram a constituir/visualizar um “padrão” ou configurações de famílias manauaras de forma ainda mais clara, pois eles, ao serem expulsos de casa ou rejeitados por se assumirem homossexuais, buscavam em alguém ou algum núcleo da família extensa o abrigo até que as coisas se amenizassem e, durante longos períodos, passavam junto aos familiares que já os tinham acolhido anteriormente por outros motivos ou somente para passar uma temporada criando esse vínculo da circulação, que poderia ser tanto por brigas e desentendimentos em suas famílias de origem, quanto por ajuda mútua dos familiares ou apenas para *ficar um tempo*/férias/*uns dias*/*passar uns tempos*[10].

Enfim, poderíamos citar uma infinidade de motivos para a circulação, mas as idas e vindas não se dão por um motivo específico – os motivos citados são pano de fundo para um arranjo familiar próprio, elas são o modo de ser família, faz parte da dinâmica dessas famílias e essa é a hipótese central deste trabalho.

A pesquisa com a IARI, nesse ponto, demonstra claramente, que não é o “problema” que faz a circulação de crianças e adolescentes acontecer, mas ela é a prática comum e própria da dinâmica familiar.

Assim, basicamente, são essas três redes de contato, CREAS, IARI e Associação de Moradores do bairro Alvorada, que me auxiliam na constituição da pesquisa. São redes que foram sendo consolidadas ao longo de minha trajetória acadêmica e que me deram suporte necessário para início dos contatos e seleção de famílias interlocutoras, além, é claro, de informações importantes sobre as famílias atendidas e/ou participantes daquela entidade ou bairro.

Como disse, essas redes foram firmadas ao longo das pesquisas de graduação e mestrado, além, é claro, das experiências diárias com famílias vizinhas e conhecidas. Desse modo, é importante pontuar que a delimitação de trabalho de campo etnográfico e vida cotidiana da pesquisadora obedecem a limites muitas vezes não claros, das conversas na esquina – um insight, da

orientação da professora Dra. Fatima Weiss de Jesus. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5085.

[10] Encontrei muitos termos êmicos para circulação. Adiante analiso melhor os usos dos termos e assumo que minha opção foi estratégia metodológica e analítica para compreender e descrever o fenômeno.

festinha de aniversários dos pequenos, que me chamam carinhosamente de tia Isa – uma nova percepção sobre a dinâmica familiar; das conversas – passatempo na fila da lotérica, um “causo” que evidencia um arranjo familiar particular; das cenas cotidianas das mães/irmãs/tias/primas pegando suas crianças na escola em frente de minha casa – demonstram uma forma de tratamento umas com as outras que desperta o olhar etnográfico; do modo como, ao cumprimentarem-se, tomam a benção, beijando uma a mão da outra, enquanto outros apenas despejam as mochilas nas mãos da responsável.

Assim, as situações em que o olhar para uma cena cotidiana se tornou um insight etnográfico ocorreram em muitos momentos do cotidiano. Não há como tirar a capa de antropóloga em casa e colocá-la novamente para o trabalho de campo. Contudo, é importante lembrar que, para, além disso, há o trabalho sistemático e criterioso de ouvir os interlocutores, descrever suas rotinas, suas histórias, observar o que se fala e o que se faz na prática, enfim, realizar todo o trabalho de campo que aprendemos nos bancos da universidade. E, assim, a etnografia foi realizada também do cotidiano da pesquisadora e das redes formais/institucionais de atendimento à família, a crianças e ao adolescente. Assim, como em Velho (1987),

> O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido, no entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fonte de conhecimento e desconhecimento, respectivamente. (VELHO, 1987, p. 126).

Vale lembrar que as associações, as instituições e os interlocutores informais que conheci percorrendo esses caminhos de pesquisa me apoiaram com informações extras, com dados complementares, necessários para preencher lacunas, fazendo ponte com novos interlocutores e contando eles próprios uma história de circulação em suas famílias, mas ressalto novamente que a minha estruturação deste trabalho é feita sobre e com duas famílias interlocutoras.

Busco, então, nessas redes, o amparo da hipótese em questão, mas são as famílias apresentadas aqui que tenho como base fundamental e demonstrativa da tese sugerida. Foram elas que me forneceram os dados de

pesquisa e abriram as portas de suas casas e de suas vidas para que eu realizasse a pesquisa de forma ampla e irrestrita.

Preciso chamar atenção para um fato importante, ao estar analisando duas famílias, suas vidas e trajetórias não significa que estou olhando o aspecto individual ou pessoal de cada uma delas, mas busco nelas resgatar o aspecto social, o sistema/configuração que faz delas um caso singular, dentro de regularidades sociais do contexto que estou analisando. Assim, como coloca Fonseca (1999): "a insistência — na visão antropológica — no aspecto social de comportamento leva à procura por sistemas que vão sempre além do caso individual" (FONSECA, 1999, p. 59).

Talvez a quantidade de famílias interlocutoras cause certo questionamento, mas o que busco analisar aqui são as diversas nuances da circulação de crianças e adolescentes e, por isso, delimito duas famílias interlocutoras e uma família-síntese, que utilizei como estratégia metodológica para contemplar aspectos importantes observados em diversas famílias durante esses anos (esclareço sobre a família-síntese e sua composição mais adiante). Desse modo, o que interessou para esta pesquisa foi mostrar os fluxos e dinâmicas familiares, e, para isso, foi necessário restringir o número de famílias, para dar conta de demonstrar fluxos completos e demonstrar como eles são elucidativos de dinâmicas próprias da região.

Um dos aspectos que mais chamou minha atenção no decorrer de pesquisas anteriores, como já colocadas acima, foi o fato das crianças e adolescentes circularem (trocarem de lar) por períodos curtos ou longos e pelos mais diversos motivos. Mas outra motivação bem importante foi definitiva para a elaboração desta pesquisa: logo que comecei a pensar na ideia de circulação de crianças, a partir, é claro, de textos lidos, aulas e de encontrar o fenômeno em campo, decidi "testar" uma pergunta com uma interlocutora[11] – Por que seus filhos ficam na casa da tia Maria por esses períodos e voltam? Por que eles chamam você de mãe e ela de mãe Maria também? Para minha surpresa[12], a resposta foi: *Como assim? Num entendi o que você quer saber,*

[11]Nessa época ela participava de outra pesquisa, mas continuou sendo muito importante para a pesquisa de doutorado e uma das principais interlocutoras deste trabalho.

[12] *Surpresa* no sentido de T.N. Madan (1994), citado por Peirano (1995), que reconheceu como aquele *sentido de surpresa* que ocorre na pesquisa — um olhar

*nada a ver, eles, é a mesma coisa tá aqui ou tá lá!* (Tia Maria, diário de campo, 2015).

Assim, percebi que os interlocutores estranhavam minha pergunta sobre o motivo para essa troca de lares das crianças e adolescentes. A impressão era que a pergunta não tinha sentido algum para eles. Esse espanto deles fez com que eu percebesse que essa era uma questão para mim, enquanto pesquisadora, já que para meus interlocutores não havia uma questão a ser pensada/problematizada.

Desse modo, a surpresa de estranhar o que se chama de circulação de crianças (teoria), fazia sentido para mim, como a "teoria repetindo a vida". Assim:

> Tudo que nos surpreende que nos intriga, tudo que estranhamos leva-nos a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria. (PEIRANO, 2014, p. 378).

Vale ressaltar, porém, que a circulação não era apenas um problema de pesquisa para mim, mas para o Estado (rede de proteção à criança e ao adolescente) também é um problema, um problema social, denominado por diferentes formas, várias tipificações de violações de direitos humanos[13] de crianças e adolescentes, além de caracterizar a frequência da circulação de crianças e adolescentes na dinâmica familiar como uma forma desestruturada de arranjo familiar.

Dependendo da situação da circulação das crianças e adolescentes, compreendi que isso gera um grande conflito de percepções entre o Estado e a Família. Enquanto para a família é absolutamente natural como um modo de vida, para o Estado, especialmente em situações que ele precisa interferir na resolução de conflitos ou violações de direitos de crianças e adolescentes, a circulação não se encaixa nas premissas do que é família, nem mesmo no modo como trabalha a política pública para a família e para a criança. É como se a família não se constituísse em pluralidade e como se educação/socialização/cuidados com as crianças e adolescentes somente

---

a própria sociedade com olhos de outros (159) —, que faz com que o conhecimento antropológico surja mais do tipo de abordagem utilizada do que do grupo que o etnógrafo pesquisa (PEIRANO, 1995 p. 20).

[13] Abandono de incapaz, adoção ilegal, tráfico de crianças e adolescentes, exploração do trabalho infantil, etc.

pudessem ser executados de uma forma padrão, higienizadora[14], no sentido de moldar e exercer somente um tipo de possibilidade de "criar" crianças.

Desse modo, a curiosidade de entender esse fenômeno fez com que buscasse mais dados empíricos e teóricos sobre o tema e pensar em inúmeras possibilidades sobre como tornar o fenômeno observado em uma hipótese de pesquisa. Assim, "testei" alguns recortes e formas para elaborar tal proposição. No início, pensei em separar os modos de configuração das famílias (famílias com e sem circulação) aqui no Amazonas sobre a circulação de crianças, mas ao longo das pesquisas concluí que isso é impossível, pois a circulação é basilar e estruturante da própria configuração familiar.

Portanto, minha atenção está voltada ao aspecto sobre como a circulação de crianças se constitui fundamental para uma configuração familiar regional própria. Essa é a hipótese central deste trabalho e da qual nos debruçamos ao longo de todo período de realização dessa pesquisa.

O que interessa é demonstrar a teoria de que há um deslocamento do eixo da unidade doméstica nuclear manauense, apontando para uma composição fluida dessa unidade, sendo essa fluidez o que dá o tom, o que confere o status de família, o que faz a própria unidade doméstica. Ao logo do texto, faço o exercício de explicitar a hipótese de pesquisa e o caminho percorrido para chegar a ela de forma abrangente.

Assim, a história desse trabalho começa há dez anos, quando iniciei minha graduação em Ciências Sociais e também minha moradia na cidade de Manaus. Gosto de pensar que idas e vindas acontecem sempre e em toda parte, mas como modo de vida, talvez seja uma particularidade que confere um aspecto único ao Amazonas. Pensar assim me ajuda a compreender a dinâmica local e como isso desloca a ideia de que o movimento/circulação/trânsito tece as redes de parentesco, de relações, criando um arranjo familiar próprio. E também minha própria trajetória.

[14] Ver Freire Costa (1983), em que o autor faz um panorama socio-histórico de como o conceito de família e a forma como ela foi sendo "moldada" pelas políticas públicas medico-judicializantes de regulação da sexualidade e controle de natalidade para higienizar e padronizar modos de vida.

## 1.2 Reflexões: A subjetividade e o fazer etnográfico

As famílias interlocutoras desta pesquisa – Gonçalves e Souza – conversam comigo fora das instituições desde os primeiros anos de pesquisa e criei certo laço com elas por estar sempre muito presente em seu cotidiano, apesar de não estar o tempo todo, obviamente. A proximidade se criou devido ao envolvimento no dia a dia das famílias, nas festas, nos conflitos, nos auxílios para resolver assuntos via internet ou em instituições, além do convívio cotidiano com as famílias vizinhas e conhecidas. Ao longo do tempo e das interações, com frequência eu acionava a "capa de etnóloga" (DA MATTA, 1978), que me permitia uma construção interpretativa sobre o fenômeno que já vinha estudando a partir das famílias interlocutoras.

Foi uma imersão longa e que, por vezes, se tornou dispersa, justamente pela proximidade das relações sociais criadas com as famílias interlocutoras. O mergulho na subjetividade foi a alternativa criada para, inclusive, demonstrar alguns aspectos fundamentais dos arranjos familiares. Desse modo, ao deixar que o campo vivenciado pudesse trazer questões de minha subjetividade para o olhar etnográfico ou vice-versa, pude perceber ligações e afetos os quais seriam inacessíveis se isso não fosse colocado em voga tanto em campo quanto no momento da reflexão e escrita.

Claro que, em toda pesquisa, há boa parte de subjetividade, da vivência e da Escola de pensamento na qual a pesquisadora foi formada, mas deixo isso exposto e utilizo como "ferramenta" de construção do "fazer etnográfico", isso significa ir um pouco além da seara das subjetividades, das emoções, das vivências, e considerar tudo isso como parte componente da pesquisa de campo e não como algo que expresse dramas vividos ou não pela antropóloga em campo. Como aponta Fonseca (1999), "os sentimentos e emoções que são a matéria prima desta subjetividade não são os da psicologia individual". Desde Marcel Mauss e seu ensaio sobre "a expressão obrigatória dos sentimentos", os antropólogos tratam as emoções como fatos sociais totais (MAUSS, 1979, p. 9).

Certa vez, estava sentada conversando com outros convidados em uma festa de aniversário de um pequeno de nove anos, quando ele corre em minha

direção todo suado de tanto brincar feliz pelo quintal com os novos brinquedos que havia ganhado de presente, se enfia no meio das minhas pernas, agarra meu rosto e beija com vontade, olha nos meus olhos e diz: *Tia Isa a senhora trouxe o brinquedo que eu mais queria* (uma bola de futebol). *Eu te amo muito, muito, muito* (Júnior, diário de campo, 2017). E corre novamente para brincar. Eu fiquei sem ação, com os olhos marejados e com o rosto e roupa todos sujos de terra misturada com suor e o sentimento era esse mesmo, uma mistura de terra (concreto, racional) com suor (emoção, vida, alegria).

Essa cena permeou minha memória afetiva e racional durante todo o trabalho de campo e me fez pensar em como é difícil apartar dimensões da vida da pesquisadora, suas emoções e subjetividades do pensar e fazer etnográfico. A bola presenteada não seguiu junto com ele para a casa onde o menino morava, mas ficou na casa onde ele circulava, pois ele quase não fica na casa em que mora "de fato".

No episódio da bola, a casa onde ela ficou guardada me trouxe ainda a certeza de que o lugar de moradia é também uma categoria a ser analisada de forma contextual. A mesma cena da bola originou ainda mais questionamentos sobre a circulação e foi possível seguir uma linha de entendimento em que o morar e o ficar são fundamentais para o sistema de circulação de crianças.

A dinâmica familiar mudava com frequência e é inevitável que, em alguns momentos, o sentimento de deslocamento, de estar perdida em meio a dados de pesquisa e também o envolvimento afetivo com as famílias, ocasionaram algumas incertezas e novas perguntas, que são naturais em um processo de pesquisa, mas que interferem diretamente na construção do campo de pesquisa e na forma como seremos afetados e afetaremos esse campo. Assim como Strathern (2014), acredito que seja "relevante que o momento etnográfico seja um momento de imersão; mas é um momento de imersão ao mesmo tempo total e parcial, uma atividade totalizante que não é a única em que a pessoa está envolvida" (p. 345).

As constantes mudanças na dinâmica familiar causaram mesmo bastante incômodo durante algum tempo da pesquisa de campo, ainda porque buscava enquadrar em caixinhas teóricas os dados empíricos que fazem parte de um contexto muito mais amplo para emoldurar numa análise estática. A sensação era sempre a de que toda base empírica e as hipóteses de pesquisa

levantadas até o momento caíam por terra, mais e mais uma vez, em um ciclo, que, em princípio, acreditei que era o que desgastava emocionalmente e enfraquecia laços nas famílias interlocutoras, pois acreditei que estavam se reconstruindo em ciclos, o que não deixa totalmente de ser verdade, mas as constantes mudanças na dinâmica familiar constituem principalmente o caráter estruturante desse tipo de família e são base de manutenção de vínculo familiar e não de desgaste, como acreditei no início.

Com o tempo e a percepção de que etnografia é justamente o trabalho de ordenar dados aparentemente sem sentido ou sem conexão uns com os outros em um arranjo que permita alocar o olhar dos interlocutores e da pesquisadora em um texto o mais coerente possível dentro do que apreendemos sobre trabalho de campo e etnografia, compreendi que é uma dinâmica própria das famílias interlocutoras e faz parte das particularidades dessas famílias.

> Em suma: a natureza da explicação pela via etnográfica tem como base um *insight* que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda dispersas, indícios soltos, num novo arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitado por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral do que a explicação nativa, presa às particularidades de seu contexto, pode ser aplicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o "concreto vivido" (MAGNANI, 2002, p.17).

Assim, isso demorou um pouco para ser percebido enquanto dado teórico-metodológico de pesquisa, uma vez que, em campo, a busca pela regularidade de relações é uma forma de entender o fenômeno, procuramos relacioná-las para compreender a sociabilidade dos grupos interlocutores. Mas quando a regularidade, e o modo como esperava que essa regularidade ocorresse, não era encontrada, a sensação, no primeiro momento, era de que os dados não faziam sentido algum e o questionamento de como conduzir a pesquisa e onde procurar o fio condutor permeou o processo de construção do campo etnográfico até que entendi que a circulação, a mudança, o movimento é tipo de “padrão”.

Isso significa dizer que a regularidade empírica está justamente na assimetria das relações e no processo dinâmico da circulação de crianças e

adolescentes. A compreensão de todos esses aparentes paradoxos de pesquisa, a não regularidade das relações, se deu a partir do momento que parei de tentar encaixar as relações[15] familiares através da circulação das crianças e adolescentes em um modelo cuja estrutura ou configuração é determinada. O entendimento se deu através do movimento e na não fixidez de relações e membros no lar.

A complexidade de fazer pesquisa de campo com famílias em meio urbano é outro ponto que desafia questões metodológicas da pesquisa de campo. As famílias têm ligações fortes com o interior do Amazonas e com o modo de vida desses lugares, mas vivem em meio urbano e se adaptam a ele, sem abandonar muitos de seus costumes do seu lugar de origem. Com atenção, indico que talvez a geração dos netos não pratica mais alguns costumes de família, mas mães garantem que no futuro irão praticar, pois: *não serve hoje que ele tá com as modernidades, mas quando tiver homem já vai ver se não servir, vai é me agradecer, porque eu agradeço até hoje meu pai de tudo que ele me ensinou lá no interior* (Ângela, diário de campo, 2017).

Dessa forma, Segalen (2001) aponta que, em meio urbano, a imersão total em campo fica comprometida, uma vez "que as pessoas estão espalhadas, as famílias desmembradas, as comunidades locais fragmentadas ou, até mesmo, não existem mais" (p. 282). Nesse sentido, a mesma autora coloca que:

> [...] é muito mais difícil fazer uma observação participante sobre o parentesco no meio urbano. Observar o quê? Por onde começar? Certo, alguns rituais particulares se relacionam significativamente ao parentesco mesmo na vida frenética do mundo moderno. Mas nestes contextos (urbanos), a familiaridade do pesquisador deve ser construída pouco a pouco, com questionários e entrevistas flexíveis e deve-se evitar a aproximação com um questionário pré-estruturado. Portanto, no que diz respeito à metodologia, certamente a disciplina conheceu várias transformações no estudo do mundo urbano. Inclusive, a problemática é muito mais ampla e interdisciplinar (SEGALEN, 2001, p. 82).

Mas a hipótese sugerida aqui é de que a circulação é justamente o contraponto, a resistência a essas fragmentações e desmembramentos familiares e, nesse sentido, a forma como encontrei de manter a imersão em

[15] A Relação, que em inglês já é uma combinação de raízes latinas e, de diversas formas, uma narrativa, uma referência a algo ou uma comparação, passou a ser aplicada a conexões por meio do parentesco nos séculos XVI e XVII. (STRATHERN, 2014, p. 268)

campo foi estando presente de forma a ser afetada (FAVRET-SAADA, 2005) por ele e, assim, compreender melhor as questões trazidas pelo campo e meu lugar nele. À medida que o campo me afetava de forma teórico-metodológica, mais imersa e, portanto, mais ligada aos interlocutores e às tramas familiares eu ficava.

Mesmo não estando em grande imersão delimitada por um determinado período de tempo, como na tradição clássica na antropologia, em pesquisas com comunidades, por exemplo, ainda assim essa imersão foi realizada de formas diferentes, conforme o contexto urbano e interligado por redes digitais que nos permitiram estar em constante trabalho de campo e vivências junto aos interlocutores.

À medida que os anos de pesquisa passavam[16], os contatos via rede social e aplicativos aumentavam, além de participações no convívio e no cotidiano das famílias e se estreitavam realmente participando do convívio contínuo em um campo etnográfico de movimento, descontinuidades, mas passível de grande imersão contínua e presente. Nesse sentido, as redes sociais e aplicativos de conversas ajudaram bastante nos últimos anos de pesquisa como campo etnográfico que aproxima ainda mais o cotidiano dos interlocutores com a pesquisadora e nos contam das relações, segredos e coisas não ditas, através dos emojis[17], memes[18], figurinhas, e fotos.

Essas novas ferramentas, que não eram utilizadas quando conheci as famílias, há 10 anos, de certa forma se tornaram espaços mais importantes de

[16] Comecei em 2010 e na época os celulares eram usados por poucos, especialmente nas camadas populares e pela falta de acesso à internet e a celulares modernos, mas com a expansão da internet e popularização rápida das redes sociais e a amplitude dos aplicativos de conversa, foi possível uma aproximação muito mais forte e constante a partir desses meios.

[17] “A palavra surgiu derivada da junção de dois termos em japonês: “e” (que significa "imagem") + “moji” (que significa "letra"). O nome foi dado pelo seu criador, Shigetaka Kurita, que, em 1995, para atrair o público adolescente. O significado em português de emoji, não por coincidência, é pictograma” (MORO, G. H. M, 2016, p. 60).

[18] A palavra “meme” foi empregada originalmente por Richard Dawkins, em seu livro Selfish gene (1976), em um contexto de defesa do determinismo genético, junto ao campo da sociobiologia. De lá para cá, adotado pela psicologia social para explicar o fenômeno da reprodução de ideias e da imitação social, e por diferentes correntes de pesquisadores filiados aos mais diferentes campos, o conceito foi também reapropriado por internautas, em fins da década de 1990, para designar especificamente um tipo de conteúdo digitalmente produzido capaz de sofrer sucessivas reapropriações. (CHAGAS, Viktor et al, 2017, p. 175)

etnografia, pois neles, coisas que não foram ditas quando eu as visitava, agora eram ditas com a “proteção” de estar por trás da tela de um celular e livre para falar abertamente de coisas que, em casa e em certos momentos, não podem ser ditas.

Nesse sentido, as noções de espaço-tempo são modificadas e com isso a proximidade e acompanhamento dos interlocutores se tornaram mais cotidianos e próximos. Tudo isso se configurou como uma novidade para realização do trabalho de campo e a consciência desse novo espaço custou algum tempo de adaptação, mas rendeu bons frutos. Nessa perspectiva, Eckert e Rocha (2008) apontam que:

> Uma antropologia do cyberspace ou no cyberspace é hoje uma das formas possíveis de expressão do trabalho de campo em Antropologia através do uso do método etnográfico clássico em ambientes virtuais, o que tem gerado uma reflexão cada vez maior em torno do processo de desterritoralização da representação etnográfica e a desmaterialização do texto etnográfico no âmbito das ciências sociais. O processo de desencaixe espaço-tempo que as novas tecnologias da informática têm proposto para os lugares da memória no corpo da sociedade contemporânea, ao configurar as relações entre homem e cosmos em redes mundiais de comunicação, tem provocado, nas ciências humanas, a necessidade de se aprofundarem novas formas de entendimento das estruturas espaços-temporais que conformam a magia dos mundos virtuais (ROCHA; ECKERT, 2008, p. 18).

Dessa forma, os meios de comunicação no contexto urbano tornam o campo mais próximo e conciso na medida do possível. Isso não significa que ele substitua o trabalho de campo etnográfico *in loco*, pelo menos não nesse trabalho, ele é, sim, mais uma ferramenta de aproximação com um campo muitas vezes difuso e que se torna mais compreensível a partir, também, das experiências no *cyberspace*.

É a partir dessas ferramentas de re/combinações teórico-metodológicas e inovações que podemos organizar o campo etnográfico. Como Peirano (2014) nos aponta, estamos continuadamente reconstruindo o modo de fazer antropologia e dessa forma:

> Todo antropólogo está, portanto, constantemente reinventando a antropologia; cada pesquisador, repensando a disciplina. E isso desde sempre: de Malinowski encontrando o kula entre os trobriandeses; Evans-Pritchard, a bruxaria entre os Azande; Florestan, revendo a guerra tupinambá nos arquivos. Antropólogos hoje, assim como nossos antecessores, sempre tivemos/temos que conceber novas maneiras de pesquisar – o que alguns gostam de nominar “novos métodos etnográficos”. Métodos (etnográficos)

> podem e serão sempre novos, mas sua natureza, derivada de quem e do que se deseja examinar, é antiga. Somos todos inventores, inovadores. A antropologia é resultado de uma permanente recombinação intelectual (PEIRANO, 2014, p.381).

Dito isso, enfatizo que o contato direto foi muito proveitoso no sentido de acompanhar as contradições do que é falado e do que é vivido pelas famílias. Esse é um ponto que chama muita atenção nesta pesquisa, pois é nas contradições da vida cotidiana que podemos entender melhor as relações e sociabilidade do grupo.

As idas ao campo e vindas ao trabalho, solitário em boa parte da reflexão, escrita e entendimento dos dados obtidos são sempre uma tarefa de se afetar pelos dados, pela vida das pessoas, é sempre um olhar para nossa própria existência, para nossa própria identidade e contexto social em que vivemos. Além, é claro, da minha identificação como pertencente àquele lugar, primeiro por ser mulher e, na compreensão de minhas interlocutoras e interlocutores: *mulher entende de família, né minha filha!* (Ângela, diário de campo, 2017). Ainda por ser preta, podia entrar, sem maiores problemas nos conjuntos e comunidades, em que as casas das famílias se localizavam, pois parecia com moradora. *Você parece com a minha mais velha, igualzinho, seu Antônio da taberna, perguntou se tu não era aquela minha filha lá do Juruá*. (Seu João, diário de campo, 2017). Assim, acredito que esse acesso amplo e um tratamento não muito diferenciado me permitiu acessar falas e lugares com mais facilidade. Fundamentalmente em pesquisas em que os interlocutores e o lócus de pesquisa são próximos da pesquisadora esse distanciamento requer mais esforço, mais empenho em “estranhar o familiar e familiarizar o estranho” (VELHO, 1978).

Vale ressaltar, ainda, que partimos também do princípio de não marcar uma diferença entre “nós” e “eles” que seja exotizante, mas discutir a construção do conhecimento sobre e com o grupo social estudado. Até mesmo porque marcar dicotomicamente o “nós” e “eles” não faz parte da realidade social da pesquisadora, dada a proximidade da experiência subjetiva, da cor/raça e do gênero, em comum entre os interlocutores e a pesquisadora.

Assim, destaco, citando Evelyn Blackwood (1995), que:

> “A experiência etnográfica é sobre experimentar a si mesmo no outro, de saber que somos todos diferentes, mas reconhecendo as ligações

> entre nós, em vez de ratificar a diferença para fazer do outro exótico ou inferior. Encontrar um terreno comum através da nossa experiência subjetiva é a base a partir da qual se pode construir o entendimento e conhecimento [...]" (BLACKWOOD, 1995. p. 72, tradução nossa).

Desse modo, o conhecimento é constituído da nossa experiência subjetiva e da discussão teórico-metodológica, por essa razão, o capítulo I deste trabalho configura-se como base norteadora desta tese, por isso vem de início. Empiria e teoria não podem ser apartadas, pois fazem parte da essência e é o que dá base estrutural ao trabalho aqui exposto, até mesmo a questão da subjetividade no trabalho de campo figura nesses primeiros momentos da construção da tese, porque é determinante para explicar o caminho que percorremos para chegar a ela.

## 1.3 Dilemas e conflitos: entre a prática de pesquisa e a teoria nas relações com os interlocutores

A partir das análises sobre subjetividades e trabalho de campo, surgem alguns conflitos e dilemas que, muitas vezes, submergem da relação com os interlocutores e de nossas próprias formas de lidar com o outro. Assim, a subjetividade, ou seja, aquela parte da qual somos constituídos entre o confronto com o que está explícito no campo e o modo como nos sentimos e como nos vemos no mundo, isto é, a partir deste confronto é que surgem conflitos de ordem interna sobre como lidar com os sentimentos e emoções como componentes da pesquisa, e não como algo de ordem pessoal e passional em campo, e não perder o "olhar antropológico".

Assim, é necessário trabalhar internamente ou externamente também essas questões para que elas não suprimam ou dificultem o olhar "de fora" necessário para o fazer etnográfico. Grandes autores já falaram sobre isso (Peirano (1995), Goldman (2001), Da Matta (1974), Geertz (1983), entre outros), mas em que medida o olhar "de fora" é necessário, se identificamos o outro em nós e nós no outro? São indagações de cunho subjetivo e que nos levam a certo lado emocional e convergente na relação com os interlocutores. Não que isso fosse um problema, mas pode se configurar como um dilema e

um conflito para a pesquisadora, mas exatamente é o que definiu muito dos rumos que a pesquisa tomou.

Esses dilemas e conflitos ocorreram em duas instâncias aparentemente distantes. A primeira com a afetividade em relação às famílias interlocutoras em deixar afetar-se no sentido de Favret-saada (2005), que nos fala:

> Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160).

A segunda instância de dilemas e conflitos é com a militância da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes e com os profissionais que trabalham em instituições de atendimento à família e à criança, da qual jamais me afastei completamente e sempre foi fonte de dados. A questão da proteção normativa versus o "relativismo cultural" da antropóloga, este último lido muitas vezes como certa condescendência às práticas consideradas como violações de direitos. Nesse ponto quero chamar bastante atenção para o fato do conflito de olhares e saberes, muitas vezes, encurralar a pesquisadora em uma posição complexa, que é: *ou você protege as crianças ou você protege as famílias agressoras* (Assistente Social, diário de campo, 2018).

Aproveitando a fala da assistente social acima e apontando mais um dilema moral (no sentido filosófico do termo) que permeou alguns momentos de pesquisa, especialmente junto à rede de proteção à criança e ao adolescente, quero deixar bem claro deste trabalho que marco ao longo do texto e com ainda mais ênfase uma diferença muito importante: a diferença entre os limites da violação de direitos de crianças e adolescentes e o que chamamos de circulação de crianças. Não falo neste trabalho de adoções ilegais de crianças, não falo de tráfico de crianças e adolescentes, não falo de crianças que fogem/são retiradas de casa por maus-tratos, violência doméstica ou sexual, muito menos da exploração do trabalho das meninas que vêm para a capital morar com um parente para "estudar" e ajudar como babá e serviços domésticos.

Falo, sim, de um tipo específico de família em que a circulação (movimento do cuidado e da dádiva[19]) é compartilhada por diversas agentes da mesma família. Não é algo que viola, mas que faz parte da dinâmica e faz o laço familiar manter-se fortalecido. É importante marcar bem essa diferença, porque apesar de minhas pesquisas iniciarem no CREAS (onde se atende violações) o foco da pesquisa e o olhar para cada família interlocutora não é a partir da violação, seja porque a família acaba por ser reduzida àquela violação e há um universo de possibilidades e modos de vida e dinâmicas familiares para além da violação de direitos humanos, ou porque as famílias interlocutoras que sofreram essas violações são perpassadas pela marca da violência e isso é importante levar em conta, mas o ponto-chave que une tanto famílias interlocutoras vítimas de violação quanto as famílias interlocutoras que não foram vítimas é a dinâmica familiar e a circulação também como forma de resolver conflitos e manter a unidade familiar.

Por isso deixo claro que não relativizo violência contra crianças e adolescentes, relativizo sim a forma como se olha e se trabalha com essas famílias para que elas sejam vistas não como desestruturadas, mas como uma forma de ser família diferente e que, portanto, o modo como intervir junto a essa família violadora de direitos deve condizer com a realidade sociocultural e modo de vida dessas famílias e não a partir da redução expressa na noção de família desestruturada. A crítica é ao modo de olhar e tratar e não na importante militância de toda a rede de proteção à criança e ao adolescente. É indiscutível que o propósito como antropóloga e, também, militante da causa da infância é colaborar um “tantinho” na eficiência e eficácia do trabalho da rede de proteção.

Entendo e solidarizo-me com as inúmeras profissionais-técnicas e ativistas da causa da infância pela falta de recursos disponibilizada pelo Estado, pela importância secundária que é dada a essa causa e com os mais diversos tipos de intimidações, ameaças de morte e luta incansável para defender direitos básicos de toda criança e adolescente, especialmente os que estão em vulnerabilidade social, que são as famílias que mais utilizam a rede

[19] Referência a corrente francesa de pensamento, onde a circulação aparece sob forma de dádiva, algo que é próximo de troca, onde receber e dar é um presente na América, geradora de laços, comunicação e relações duradouras (FONSECA, 2006; MAUSS, 1979).

de proteção. Então, temos aí diversas violações de direitos humanos de crianças e adolescentes que essas "mulheres maravilhas"[20] combatem diariamente com muitas dificuldades, por isso, reitero, o objetivo é colaborar nesses embates e não criticar e/ou diminuir o trabalho feito e as conquistas que tiveram ao longo dos anos, nos direitos das mulheres e das crianças. Afirmo: também sou combatente dessa luta, a despeito de toda a crítica ou "maus olhos" que possa ser feita a uma antropologia militante, pois acredito que "nunca houve uma relação simples entre percurso intelectual e militância política" como expressa Manuela Carneiro da Cunha (2009)

Nesse sentido, digo que é a partir da minha subjetividade e militância (no caso da rede) exposta no e para o campo que obtive "passe" e pude dialogar ampla e abertamente com interlocutores de instâncias diferentes. Assim, utilizando-me da reflexão de Weiss (2013) e das reflexões trazidas no livro *Trabalho de campo, ética e subjetividades* (2018), para demonstrar como é fundamental a subjetividade da pesquisadora em campo, sem, contudo, afetar uma reflexividade profunda na pesquisa de campo, saliento, que:

> Foi somente através dessa comunicação ética entre subjetividades (objetivadas, é bem verdade) que pude, como antropóloga, ser também levada a sério por aqueles com os quais pesquisei. E isso, longe de tornar a pesquisa antropológica menos refletida (ou reflexiva) do ponto de vista ético, teórico e metodológico, pode tornar-se fundamental para a reflexão das condições de construção do próprio conhecimento (WEISS, 2013, p. 302).

Isso significa dizer que o que vivenciamos afetivamente com nossos interlocutores (sejam eles profissionais ou famílias atendidas) é parte integrante da pesquisa e é essencial que apareça como algo que determinou de certa forma nossos caminhos no campo e a construção do conhecimento produzido.

---

[20] Referência à fala de uma menina de 13 anos, vítima de exploração sexual por um empresário da cidade de Manaus e de sua tia. Quando foi retirada do motel a menina disse: *Aí depois que ele parou, tudo aconteceu. Parece que era a Mulher Maravilha entrando para me salvar"*, comentou, em referência à delegada Joyce Coelho. Notícia disponível em: https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/08/empresario-flagrado-motel-menina-13-anos.html.
A fala traduz muito do trabalho de mulheres, porque a rede de proteção à criança e ao adolescente é um trabalho de uma rede de "mulheres para meninas", assim como as mulheres, as crianças sofrem os mesmos tipos de violências, majoritariamente e não por acaso, de acordo com o disque 100, 92% de vítimas de violência doméstica e sexual são meninas crianças e adolescentes. Dados de 2011 e 2017. Disponível em https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil.

> Assim, uma verdadeira antropologia deve sempre colocar o problema das motivações extracientíficas do observador e da natureza da interação em jogo. Pois a antropologia é também ciência dos observadores capazes de observarem a si próprios, e visando a que uma situação de interação (sempre particular) se torne o mais consciente possível (LAPLANTINE, 2012).

Para finalizar, apresento algumas das dimensões ou delimitações do quadro de interlocutores formado durante trabalho de campo. O primeiro momento com a entrada em campo através de pesquisa com CREAS e rede de proteção em geral e que perdura até os dias de hoje. O segundo “campo” são as famílias que conheci através da rede de proteção e selecionei para a pesquisa e o terceiro e último são as famílias que conheci durante os anos em que morei no bairro Alvorada e tive acesso à associação de moradores. Creio que essas três dimensões de análise e olhares sobre e com o campo, apesar dos dilemas e conflitos entre a prática do trabalho de campo e a teoria, rendeu bons frutos para este trabalho.

## 1.4 O recorte e as questões norteadoras

A circulação é a prática do movimento de relações e, como movimento, as relações não poderiam ser fixas e contínuas, mas sim fluidas e descontinuadas, rearranjadas constantemente. Por isso, é preciso entender os arranjos e rearranjos familiares de forma mais extensa e, por essa razão, apresentamos algumas questões as quais pretendemos abordar analiticamente no decorrer da tese para elucidar a circulação de forma mais específica no caso de Manaus. Essas questões surgiram a partir da curiosidade científica do primeiro encontro com o “objeto” etnográfico e ao longo das pesquisas de campo. As questões norteadoras deste trabalho são fundamentais para o entendimento de como ele foi conduzido e a partir de quais recortes de pesquisa. Portanto, aponto neste item qual será o recorte dado ao tema e coloco algumas questões que serão trabalhadas no decorrer do texto, isso não significa que teremos respostas prontas ou soluções definitivas, mas que buscaremos novas formas de olhar e de trabalhar, no caso do Estado, com diferentes dinâmicas familiares.

Partimos de um projeto de pesquisa que visava analisar as dinâmicas familiares a partir da circulação de crianças, mas como todo caminho etnográfico nunca é linear, alguns percursos foram seguidos de forma mais sequencial, outros desviaram bastante do norte inicial da pesquisa e outros foram introduzidos no decorrer das análises e do trabalho de campo.

Dentre os vários recortes que poderiam ser estudados na ampla categoria que é "Família", escolhemos trabalhar as dinâmicas familiares a partir do que escolhemos denominar por um conceito já cunhado e consolidado dentro da antropologia, que é a "circulação de crianças", e, como dito anteriormente, emprestando essa categoria de Cláudia Fonseca para designar o fenômeno estudado. De modo bem geral, para a autora, a circulação é "toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro" (FONSECA, 1995, p. 116). Isso significa que escolhemos uma categoria analítica dentro do grande tema que é "família" e iremos dialogar com essa categoria ao longo da imersão e dos dados etnográficos do campo.

Nosso ponto de partida foi através da rede de proteção à criança e ao adolescente, com as pesquisas no CREAS, com famílias cujas crianças ou adolescentes tiveram seus direitos violados de alguma forma, por essa razão, no decorrer deste trabalho o Estado (rede de proteção à criança e ao adolescente) entra como categoria "coadjuvante", não só pelo olhar normatizante das relações familiares, mas como um dos recortes abalizadores da hipótese trabalhada nesta tese, uma vez que evidencia a circulação como forma de família desestruturada e fora do ideal.

Desse modo, a caracterização da família e a circulação como ponto-chave para compreensão das dinâmicas familiares são recortes essenciais e linha principal de condução deste trabalho. Também, de forma adjacente, os diferentes arranjos familiares e perfil das famílias apareceram como forma de suporte à hipótese apresentada.

Assim, em síntese, os recortes de pesquisa que constituem este trabalho são referentes às crianças e adolescentes no cenário da família e do Estado, às formas de circulação, às relações familiares a partir das crianças e adolescentes e às trajetórias de vida da criança/adolescente. Procuramos problematizar, no decorrer da tese, algumas questões norteadoras que pretendemos discutir. Pontual e objetivamente são elas:

- Como se configuram as relações familiares a partir da criança e do (a) adolescente (mais especialmente a partir da circulação dos mesmos) ou como a criança e adolescente configura a sua família através dessa circulação?
- Quem circula? Tem alguma prerrogativa para a circulação? Todos os filhos e filhas circulam ou somente alguns? Por quê? Quais os motivos para meninas e meninos circularem?
- As regras de circulação constituem estratégias de consolidação de relações familiares? A circulação é uma forma de aliança?
- Como a circulação está relacionada com a configuração familiar?
- Como são os arranjos dessas famílias e o que esses arranjos dizem sobre famílias no Amazonas?
- Como o Estado vê e trabalha com a circulação? Quais categorias usadas por ele para definir a circulação?
- Por que é importante conhecer os diferentes arranjos familiares existentes no Amazonas e, de forma utilitarista, para que serve? E por que estudar esse fenômeno?

Desse modo, apresentamos as questões pontuais a analisar no decorrer do texto e reitero que essas questões que nortearam a pesquisa e o recorte que escolhemos nos levaram a entender melhor as dinâmicas familiares e os processos de circulação de crianças e adolescentes no Amazonas.

## 1.5 Estratégias metodológicas do trabalho de campo

A metodologia empregada no trabalho de campo é inspirada no que Cardoso de Oliveira (2006) denominou “o olhar, o ouvir e o escrever”. Assim, esses três “momentos” da pesquisa que “adquirem um sistema de ideias e valores próprios na antropologia” é o que determinou os passos efetivamente dados em campo. São momentos do trabalho de campo distintos, mas que se complementam e se entrelaçam dando sentido, coerência e consistência ao texto.

Isto posto, passo agora para questões práticas (mas nem tanto) de metodologia da pesquisa. Efetivamente, os momentos teórico-metodológicos da pesquisa consistiram em:

1 – Revisão bibliográfica sobre o tema escolhido para pesquisa e os temas tangenciais a ele, observando a consonância com as disciplinas cursadas no doutorado. Nesse momento, os estudos existentes sobre família foram concatenados, buscando dar um corpo teórico consistente, em que fosse possível seguir um caminho intelectual próprio a partir do que eu já havia consolidado nesse campo de estudo. Produzi apontamentos desse caminho teórico, que será discutido no decorrer do trabalho, adianto os estudos sobre família no Brasil, sobre crianças, sobre o Estado e as políticas públicas para família, para infância e adolescência, a circulação de crianças como conceito antropológico que nos ajuda a pensar a dinâmica familiar local e referências que nos apontam caminhos metodológicos e reflexões sobre etnografia e sobre subjetividade. Assim, a revisão bibliográfica passa por diversos autores e autoras da antropologia que nos deram suporte durante todo o trabalho de campo e contribuíram para que a hipótese de pesquisa ganhasse cada vez mais força. É sempre bom enfatizar que, obviamente, a revisão bibliográfica aconteceu até os últimos momentos de construção da tese, permeando os três momentos de pesquisa.

2 – A realização da pesquisa de campo junto aos interlocutores se deu também ao longo de todo o doutorado e bem antes dele, com acompanhamento das atividades e cotidiano, além de entrevistas e outros métodos de obtenção de dados: participação, observação e descrição de festas de aniversário, casamentos, churrascos, conversas via aplicativo e redes sociais, além de auxílios com alguns serviços dos quais os interlocutores não conseguiam ou não sabiam fazer via internet ou via institucional. O momento de realização da pesquisa mais intenso e mais voltado a este trabalho não pode ser demarcado por um período em específico, pois ocorreu, como falado, desde a graduação, mas é importante salientar que durante os primeiros 2 anos de doutorado e pós qualificação o campo ficou mais intenso e voltado à obtenção de dados mais consistentes de verificação/suporte à hipótese de pesquisa.

3 – Por fim, a reflexão e escrita, que se configura como um “produto final”, no qual se revelam as articulações dos dois primeiros momentos da pesquisa: “tensões, ambiguidades e indeterminações próprias do sistema de relações que se configuram no campo” (CRAPANZANO, 1977). Esse “modelo” que coloco será apresentado na tese, contendo dados teóricos, empíricos e, por fim, o encontro desses dois momentos na pesquisa. Lembrando sempre que, a título de abstração intelectual, separo os momentos de pesquisa, mas ressalto que a concretude de construção de uma tese é um exercício constante de trânsito entre os diferentes momentos de pesquisa e a concatenação desses momentos.

Entendo que fazer a divisão em três momentos distintos é uma forma didática de demonstrar o quão foi importante cada momento teórico-metodológico do trabalho. Desta maneira, as idas e vindas entre esses três momentos é o que, de fato, proporcionou a construção do “fazer etnográfico” (STRATHERN, 2014).

Assim, acredito que a pesquisa de campo não pode ser delimitada a momentos apartados e distintos, como uma receita de bolo, e no caso deste trabalho “as idas e vindas” a momentos diferentes de realização da pesquisa, como um rio que corre em uma direção, mas que tem vários braços e foi esse exatamente o ponto importante para entendimento e constituição deste trabalho. Desse modo, acredito que:

> [...] fica claro que a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos (PEIRANO, 2014, p. 379).

A citação retirada do famoso texto de Peirano (2014) define muito bem a pesquisa de campo realizada na construção deste trabalho, pois indica não só que os momentos de pesquisa foram arbitrários, mas também que somos agentes da etnografia, especialmente neste caso, pela proximidade da realidade com os interlocutores, por “me deixar afetar”, emergindo da subjetividade importantes olhares para o modo de vida e as dinâmicas familiares dos interlocutores.

Não obstante, aceito a sugestão de Crapanzano (1977), ao propor o diálogo, observando sempre a natureza intertextual dele e buscando articular a vida das pessoas e o contexto cultural. Nesse sentido, pretendo evidenciar os tensionamentos vividos pelas famílias interlocutoras, suas vivências relatadas e observadas pela pesquisadora e o contexto cultural do qual os interlocutores fazem parte.

Entendo a dificuldade em articular todas essas propostas em campo e sei, como nos informa Clifford (1998), “que, na experiência real, raramente o ideal sobrevive”. Contudo, a matriz exemplar a seguir será na perspectiva de experimentar, dialogar, praticar o exercício etnográfico. E, desse modo, realmente o ideal não sobreviveu exatamente como planejamento inicial, mas isso também fez parte do exercício etnográfico.

Destaco, mais uma vez, Crapanzano (1985), ao colocar que “o encontro etnográfico é um exercício contínuo, sempre desorientador. Ele nunca acaba”. Desse modo, o exercício da escrita etnográfica realizado buscou levar em conta e apresentar o máximo das nuances e intempéries do campo no processo de constituição da pesquisa, por essa razão, as questões teórico-metodológicas permearam todos os capítulos desta tese, de um modo dialógico de diferentes momentos da pesquisa.

Por fim, não posso deixar de salientar que um dos interlocutores privilegiados na pesquisa são as crianças e adolescentes, que com prévia autorização dos pais e/ou responsáveis, foram entrevistados e são essenciais no entendimento do fenômeno estudado de modo mais amplo e de pontos de vistas diferenciados. As falas delas sempre estão permeando as falas dos adultos e vice-versa, as interferências providenciais das crianças e adolescentes foram sempre muito presentes e foram levadas em consideração com a devida importância para entendimento das dinâmicas familiares e os processos de circulação delas.

## 1.6 Perfis das famílias interlocutoras

Mas, afinal, de que família falamos?

Essa é uma pergunta que exige um esforço de caracterização das famílias que serão apresentadas ao transcorrer deste trabalho, por essa razão, a ideia foi construir um quadro para traçar o perfil das famílias interlocutoras da pesquisa: nomes fictícios, idades, gênero, sexo, raça/etnia, parentesco, situação socioeconômica, zona da cidade e/ou interior em que moram.

Essas variantes apresentadas na tabela abaixo apontam para recortes importantes para estabelecer quem são essas famílias, do ponto de vista sociocultural e econômico, além de demonstrar de que tipo de relações estamos falando e, principalmente, ressaltar um tipo específico de família cuja circulação é ponto central do arranjo familiar.

Como colocado no primeiro tópico, iniciei pesquisas sobre família na graduação e, posteriormente, continuei no mestrado, sempre com perspectivas diferentes. Permaneci visitando, destes primeiros contatos, apenas algumas famílias, com menos frequência, mas mantive o contato pelas redes sociais, pelo telefone e algumas visitas. Destas, as duas famílias que apresento aqui são aquelas com as quais obtive uma aproximação maior durante os anos anteriores de pesquisa e que apresentaram características acentuadas que encontrei em muitas outras. Por isso, foram as que, logo no primeiro momento, selecionei para continuar a pesquisa no doutorado, sob outro viés: o olhar da circulação e da configuração familiar.

Acompanho as famílias, para as quais dei os nomes fictícios de Gonçalves e Souza, há aproximadamente dez anos, com uma constância e aproximação muito consistente, também por isso as escolhi. O tempo de acompanhamento foi fundamental para perceber tipos de circulação diferentes, quem circula e a geração, além de dar uma noção mais abrangente das dinâmicas familiares.

As demais famílias foram agrupadas através da estratégia de criação da família-síntese, essas são famílias com quem tive contato via institucional e/ou vizinhos e conhecidos das famílias interlocutoras. Percebemos a importância de constituir uma família-síntese porque os dados que elas nos forneciam ajudavam a compor e dar suporte e embasamento à hipótese de pesquisa e contemplar situações que não eram contempladas pelas famílias interlocutoras, mas que precisavam ser tratadas neste trabalho para compor de forma mais

clara e com dados mais robustos a questão das dinâmicas familiares, a circulação de crianças e os arranjos familiares compostos em sua diversidade.

Depois de anos de pesquisa junto às famílias, expliquei que o me interessava agora, no doutorado, eram as idas e vindas das crianças para casas diferentes e por variados períodos e motivos, pois a categoria circulação de crianças não faz sentido para os interlocutores e a fala da tia Maria resume bem a resposta para minha nova proposição de pesquisa: *pode perguntar o que tu quiseres sobre esses curumins, mas não acho nada demais isso deles ficarem aqui e acolá, mas tu que és a "dotora", né!* (risos) (Tia Maria, diário de campo, 2017).

Desse modo, demos o pontapé inicial para constituição deste trabalho. São famílias que mudaram muito de casa e de cidade nos últimos 10 anos de pesquisa, mas sempre há um lugar/casa fixa em que as crianças circulam e ponto-chave para entendermos o fenômeno e os arranjos familiares. Uma das casas é no bairro Cidade Nova, a outra no Alvorada e a família-síntese no Tarumã.

Como estratégia metodológica, a fim de criar um recurso que pudesse agregar um conjunto de observações mais densas acerca de diversas famílias com as quais estabeleci contato, constituí uma família-síntese que batizei de "família Silva". O nome é fictício, mas o escolhi porque encontrei ao longo dos anos de pesquisa muitas famílias "Silvas" (com esse sobrenome mesmo) com dinâmicas, histórias de vida e arranjos muito semelhantes, então compus uma bricolagem[21], numa inspiração *levistraussiana,* de elementos de diversas outras famílias, dentro dessa família-síntese. Contudo, o perfil central é de uma das famílias vizinhas de uma das famílias interlocutoras agregadas com as observações registradas em diário de campo deste conjunto de famílias Silva com as quais interagi durante esses 10 anos.

Assim, a estratégia metodológica adotada busca e reafirma um sistema que vai além de casos individuais ou de cada família interlocutora. Desse

[21] Na apropriação realizada por Lévi-Strauss (1976), o conceito de bricolagem foi definido como um método de expressão através da seleção e síntese de componentes selecionados de uma cultura. Por sua vez, relendo o trabalho do antropólogo, Derrida (1971) ressignificou o termo no âmbito da teoria literária, adotando-o como sinônimo de colagem de textos numa dada obra. Finalmente, Certeau (1994) utilizou a noção de bricolagem para representar a união de vários elementos culturais que resultam em algo novo (NEIRA; LIPPI, 2012, p. 610).

modo, “a insistência – na visão antropológica – no aspecto social de comportamento leva à procura por sistemas que vão sempre além do caso individual” (FONSECA, 1999, p. 3).

A utilização de diferentes estratégias metodológicas possibilita a percepção das particularidades dos arranjos de famílias e do tipo de circulação e, a partir daí, aprofundar a análise, mas para obter um aprofundamento analítico das famílias interlocutoras era necessário contextualizar os tipos de família das quais estamos falando, assim como aponta Fonseca (1999):

> Mas, para o pesquisador tirar qualquer conclusão de seu material, foi necessário situar seus sujeitos dentro de um contexto histórico e social. É só ao completar este movimento interpretativo, indo do particular ao geral, que o pesquisador cria um relato etnográfico (FONSECA,1999, p. 6).

Desse modo, elaborei a tabela a seguir com informações que nos possibilitam analisar um tipo específico de família no Amazonas, indo do particular para o geral.

| Perfil / Família | Perfil Econômico | Cor/raça e etnia declarada | Bairros a que pertencem | Escolas das crianças e adolescentes | Atendidas pela rede de proteção | Quantidade de membros por núcleo da mesma família | Quantidade de crianças e adolescentes por núcleo da mesma família* | Locais de lazer | Cidade de origem | Ligações com as cidades de origem? | Tipo de moradia |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Gonçalves** | Baixa renda | Pretos com indígenas | Cidade Nova e Nova Cidade | Pública | Sim | Cidade Nova – 4<br>Nova cidade - 6 | Cidade Nova – 2<br>Nova cidade - 4 | Bares no próprio bairro, festas no quintal, banhos de mangueira, passeios na praça no próprio bairro | Eirunepé | Sim | Alvenaria e madeira |
| **Souza** | Baixa renda | Indígena com contatos com aldeados | Alvorada, Redenção e Cidade Nova | Pública | Não | Alvorada - 5<br>Redenção - 4 na casa da frente e 5 na casa dos fundos | Alvorada - 2<br>Redenção -1 na casa da frente e 3 na casa dos fundos | Balneários, cachoeiras, shoppings festas em família | Borba | Sim | Alvenaria |
| **Família-síntese: Silva** | Baixa renda E um núcleo de classe média baixa | Caboclo** | Tarumã e Petrópolis | Pública e particular com bolsa | Um núcleo sim outro não | Tarumã – 7<br>Petrópolis – 3 na frente e 6 na casa dos fundos | Tarumã – 4<br>Petrópolis – 1 na frente e 4 na casa dos fundos | Churrasco no quintal, bares no bairro, quadras/campinhos de futebol no bairro | Manacapuru Rio preto da Eva e Iranduba | Sim | Alvenaria e madeira |

*A quantidade de crianças no mesmo núcleo não é um valor fixo, por conta da circulação, mas as inseri no núcleo em que elas se consideram pertencentes.

** Caboclo é o modo como se definem: "*uma mistura de preto, branco e índio"*, como me explica Dona Bina.

Através do quadro com perfil dos interlocutores, é possível perceber que são famílias que possuem muitos membros, tendo ramificações em outros bairros e municípios do interior do Amazonas.

Realizamos a divisão em núcleos-base[22] para melhor compreensão dos arranjos familiares e da circulação. Podemos apontar muitas semelhanças no perfil das famílias. São consideradas de baixa renda, algumas com melhores condições que outras, devido ao fato de receberem bolsa-família e outros auxílios e trabalharem de forma informal e alguns membros formalmente, mas, de modo geral, são todos de baixa renda e moradores de bairros populares, que moram nesses bairros há muitos anos, nos bairros onde ficam a "a casa de circulação", porque os demais mudam frequentemente de bairro e até de município, mas o vínculo com aquele bairro onde fica a casa em que as crianças circulam é sempre mantido.

A família Gonçalves, com quem tenho maior aproximação, até porque eles solicitam minha presença muito mais do que eu os visito para o trabalho de campo "formal", possui diversos núcleos. Parte da família mora na Cidade Nova, bairro populoso da Zona Norte de Manaus, outro núcleo mora no bairro Nova Cidade, Zona Norte de Manaus, um terceiro, no Tarumã, Zona Oeste de Manaus e um quarto núcleo, no bairro de Petrópolis, Zona Sul da cidade de Manaus. Todos esses núcleos familiares estão interligados. Para esta pesquisa delimitei o núcleo da Cidade Nova, do Alvorada e do Tarumã como pontos centrais e fixos de circulação, mas os núcleos de outros bairros aparecem com frequência durante a pesquisa e, consequentemente, no texto.

A família Gonçalves é de baixa renda e as casas onde moram são parte de madeira e parte de alvenaria. Os quintais são grandes e há longas e intermináveis festas neles. Os bares próximos de casa são sempre os preferidos "*além da cerveja barata, não pega ônibus, bebe aqui e já cai aqui mesmo, né!* " (Risos).

Um núcleo sempre envia comida a outro. Quando sabem que um membro está desempregado, repartem parte do rancho e das carnes com

[22] Por núcleo estamos designando o conjunto de membros da família que convivem e vivem com mais frequência juntos, na mesma casa ou terreno, e seus entrelaçamentos e vínculos são mais concisos independente da casa para onde ou por onde circulam as crianças. Formam uma rede coletiva de cuidados, em que uns cuidam dos outros de maneira mais intensa.

aquele núcleo e vice-versa. Com roupas e calçados é a mesma coisa. As ajudas financeiras são sempre mútuas e as comidas, roupas e calçados, compartilhados. Apesar da ligação com a cidade de origem Eirunepé[23], o vínculo é mais forte com a cidade. Não mandam suas crianças para o interior por considerar que em Manaus elas ficam melhores, apenas circulam na capital entre os núcleos que moram em Manaus, mas os "*parentes do interior*", sempre estão mandando coisas (farinha, peixe, presentes, etc.) e os parentes de Manaus também mandam coisas para o interior (roupas, calçados, alimentos não perecíveis e outros).

Suas crianças estudam em escolas públicas e, às vezes, o motivo dito para a circulação é que a escola que conseguiram vaga fica próxima da casa do outro núcleo e assim as trocas de casa em períodos distintos são sempre muito frequentes por um motivo ou outro.

A família Souza tem dois núcleos em bairros diferentes e ligações bem fortes com sua cidade de origem – Borba[24]. Aqui em Manaus eles moram nos bairros de Alvorada, zona centro-oeste de Manaus e no bairro Cidade nova, Zona Norte de Manaus. Na cidade há diversos núcleos que moram perto uns dos outros ou na mesma rua ou no mesmo quintal, na casa dos fundos. Delimitei o núcleo do bairro Cidade Nova para compor mais densamente a pesquisa, por se tratar de um núcleo com ramificações e circulação bastante acentuadas. A família Souza tem uma ligação maior com sua cidade de origem e além de coisas, mandam também suas crianças em período de férias ou mesmo em períodos que "*estão dando muito trabalho"* (saindo muito para festas, uso de drogas, bebendo demais, brigando na rua, etc.). A casa dos Souza no bairro Alvorada é de alvenaria e tem mais quartos e cômodos, considerada mais confortável, "*mais rica"* pelos outros núcleos que moram em outros lugares.

A família-síntese, os Silvas, divide-se em dois núcleos distintos, um no Tarumã, principal e que será a referência neste trabalho, e outro no Petrópolis. É uma família com um núcleo de baixa renda e outro com condições melhores,

[23] Distante 1.160 km da capital Manaus. Pertencente à Microrregião de Juruá e Mesorregião do Sudoeste Amazonense, localiza-se a sudoeste da capital do estado.

[24]Município amazonense localizado na mesorregião do sul de Manaus, distanciando cerca 208 quilômetros da capital e pertencente à microrregião do Rio Madeira.

mas o modo de circulação das crianças e adolescentes funciona (ou não acontece) de modo diferente, pelo núcleo que tem melhores condições financeiras só é permitida a circulação de crianças em casos de extrema necessidade e com regras e restrições. A casa de circulação desse núcleo existe há muitos anos e hoje ela é a *mais rica*, conforme os interlocutores, porque foi sendo melhorada aos poucos com rendas provenientes de vendas ambulantes de bolos e outras guloseimas, tem vários quartos e é toda de alvenaria. Atualmente nesta casa circulam crianças e adolescentes com intuito de ajudar uma prima mais velha que mora só com o filho pequeno e outras crianças maiores e adolescentes circulam para ajudar na casa que é grande e morar com "*mais conforto*" na casa da prima.

Os bairros que fazem parte da pesquisa mais ativamente são os bairros: Cidade Nova, Alvorada e Tarumã. Descrevo um pouco sobre esses bairros para contextualizar as famílias interlocutoras, mas os demais bairros que aparecerão ao longo do texto também são bairros populares.

A Cidade Nova destaca-se por ser o bairro mais populoso da cidade, com estimativa de 146.730 habitantes, de acordo com o IBGE (2019), e localiza-se na Zona Norte de Manaus. Ela é subdividida em vários núcleos e tem uma boa infraestrutura de comércios, serviços públicos essenciais e lazer, mas, como boa parte dos bairros de Manaus, alguns núcleos amargam desigualdades horríveis e falta de suporte para as famílias de grupos populares.

O bairro Alvorada, localizado na zona centro-oeste, com população em torno de 64.621 habitantes, segundo IBGE (2010). É considerado um bairro popular, mas de boa localização e com o acesso razoável a serviços públicos, comércios e locais de lazer, é também dividido em Alvorada um, dois e três. Algumas partes são de extremo descaso público.

O Tarumã localiza-se na Zona Oeste, com população estimada em 28.057 habitantes, segundo o IBGE (2010). Até 2006, parte dele era considerada como área rural, mas foi integrada à Zona Oeste da cidade. Existem vários conjuntos habitacionais no Tarumã. Parte deles são condomínios de classe alta e outros de baixa renda. É um bairro muito diverso que abriga desigualdades gritantes.

Como se pode notar, são bairros populares, com densidade demográfica alta. E é nesse contexto que moram as famílias que fazem parte da pesquisa. O contexto socioeconômico dos principais bairros participantes da pesquisa reflete nos lares e na vida cotidiana das famílias interlocutoras e outras tantas. O sentimento de ajuda mútua, de reciprocidade nesses bairros é bem forte e podemos observar isso com frequência. Cynthia Sarti (1996) nos revela “que, mesmo em face ao aspecto individualista de nossa sociedade moderna, ainda é frequente em grupos socais populares a solidariedade e uma sociabilidade intensa”.

Assim, essas duas famílias de diferentes bairros da cidade compõem minha análise sobre configuração familiar e circulação de crianças. Minha aproximação com elas ocorreu em diferentes períodos.

A primeira que apresento aqui, os Gonçalves, eu acompanhei há mais tempo, cerca de oito anos, e a segunda, aproximadamente cinco anos. Como elas eu encontrei muitas outras durante pesquisas no CREAS, onde tive oportunidade de contato com várias famílias que apresentavam a característica da circulação de crianças e na IARI também tive contato com as famílias dos membros, esta última com uma aproximação menor, por conta do conflito que os adolescentes da IARI viviam com suas famílias, devido a não aceitação da homossexualidade desses adolescentes.

Na IARI, o que chamou minha atenção, em especial, para esse fato é que, durante minhas pesquisas com os meninos da igreja, um grande número relatou essa circulação, não somente após “se assumir” como homossexuais para a família, mas antes disso também temos relatos de meninos que passaram por alguns lares adotivos temporários, sem serem adotados, mas morando ou “parando”, nos termos deles. Além desse fato em especial, logo após o “se assumir”, muitas vezes eram expulsos de casa ou saíam por conta própria, por não suportarem a pressão doméstica e eram acolhidos em alguns desses lares que haviam passado durante a infância.

Então, o que quero dizer é que a circulação permeia diversas famílias em contextos e vivências diferenciadas. Gostaria de fazer uma ressalva sobre isso: com relação a famílias mais abastadas da região, não temos dados e temos pouco acesso, entretanto o que temos no Pará, que nos chega através de Motta-Maués (2004), são as chamadas “crias da casa”, que são oriundas

dos interiores do estado para trabalhar e morar na casa. Aqui em Manaus as encontramos também, e encontramos inclusive em famílias populares, com menos frequência.

Em Manaus e nas famílias interlocutoras, em especial, o que se observa mesmo é uma circulação que tem mais relação com dádiva, com rede de cuidados e ajuda mútua, do que com trabalho/exploração do trabalho infantil.

No capítulo a seguir discutimos mais amplamente as teorias sobre família e sobre circulação de crianças e um dos pontos importantes, para que fique bem claro, são as diferenças e as similaridades dos trabalhos de Claudia Fonseca e Motta-Maués, que são as duas grandes autoras com quem este trabalho dialoga, numa perspectiva de entender o fenômeno de modo mais abrangente e relacional. Também em fase de contribuir com as políticas públicas, especialmente nas instâncias de atendimento à família e à criança no estado do Amazonas.

# CAPÍTULO II

ITINERÁRIO TEÓRICO

*Conforme os antropólogos, a família é, portanto, uma ficção, uma noção socialmente construída que varia de um contexto para outro. Entretanto, no mundo ocidental contemporâneo, trata-se de uma ficção potente que estrutura nossas crenças e nossos valores mais arraigados. Ironicamente, quanto mais nós aceitarmos o caráter man-made da família, mais somos obrigados a reconhecer o tremendo peso desse valor cultural nos comportamentos do dia-a-dia. Em outras palavras, jamais poderíamos falar de uma realidade "meramente" simbólica; as pessoas nascem e morrem conforme esses "símbolos", e é graça a eles que a vida faz sentido.*

Fonseca, 2005

## 2.1 Família e crianças: principais estudos no Amazonas e sua importância para compreensão da circulação de crianças no estado

Segundo o levantamento realizado nos bancos de teses e dissertações das universidades públicas da Região Norte do país, as principais pesquisas desenvolvidas sobre família no/do Amazonas são oriundas da Universidade Federal do Amazonas[25]. Elas versam, de modo geral, sobre conflitos familiares e medidas para resolução desses conflitos nas esferas públicas de atendimento, sendo a maior parte proveniente dos cursos de Pós-Graduação em Serviço Social e Psicologia[26], portanto, trabalhos que versam sobre práticas e políticas de atendimento à família.

Esses trabalhos nos ajudam a entender dinâmicas de atendimento, especialmente nas instâncias públicas que acolhem famílias e crianças em situação de vulnerabilidade, colaborando, assim, para o entendimento do modo como se lida com as questões da circulação de crianças e outros "problemas sociais" relacionados à criança, ao adolescente e à família.

Trabalhos acerca da história da condição de trabalho feminino e de crianças na Amazônia são bastante frequentes na História[27]. As pesquisas sobre famílias ribeirinhas e quilombolas vêm, em sua maior parte, dos programas de Pós-Graduação em Antropologia Social, Geografia e Sociedade e Cultura na Amazônia[28], além de muitos trabalhos, evidentemente, sobre

[25] Pesquisa realizada na biblioteca de teses e dissertações da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/

[26] A exemplo dos trabalhos de: AZEVEDO, Raquel Floriano Correia. Adolescentes vítimas de violência sexual: olhares para a família. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.
OLIVEIRA, Marilaine Queiroz de. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE: os múltiplos olhares acerca de sua implementação no Amazonas. 2013. 211 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. BARBOSA, Nayandra Stéphanie Souza. A dinâmica da rede de cuidados de famílias acompanhadas na atenção psicossocial e na atenção básica em Manaus. 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

[27] A exemplo dos trabalhos de: PESSOA, Alba Barbosa. Infância e trabalho dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920). 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010
LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus (1890-1925). 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

[28] A exemplo dos trabalhos de: BARRETO, Maria das Graças de Carvalho. O jardim das imagens, a infância e suas flautas sagradas. 2012. 436 f. Tese

parentesco[29] entre povos indígenas, concentrados, especialmente, no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social.

Desses últimos, podemos abstrair modos de vida de comunidades ribeirinhas e povos indígenas, além de estudos sobre socioespacialidades que nos ajudam também a entender o fenômeno da circulação de crianças de um ponto de vista histórico e sociocultural.

Destacam-se, especialmente no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, trabalhos sobre literatura na e da Amazônia, enfatizando obras literárias de grande envergadura que versam sobre famílias e modos de vida regionais. Também, com alguma frequência, no programa em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia[30] há trabalhos sobre lógicas e usos socioambientais de famílias ribeirinhas, quilombolas e povos indígenas. As pesquisas com cunho sociopolítico e urbano sobre família no Amazonas vêm do Programa de Pós-Graduação em Sociologia[31].

---

(Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

PINTO, Ileia Maria de Jesus. A (re) significação do lugar: comunidades ribeirinhas na cidade Manaus – AM, 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SODRÉ, Raimunda Conceição. "Aqui é uma parentesa só": Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA. 2015. 231 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

[29]Parentesco e Família não são a mesma coisa. Há uma diferenciação importante que abordarei no tópico em que revisito teorias sobre Família na Antropologia. Sinteticamente, como nos informa Sarti (1992) a família é um grupo social concreto e o parentesco é uma abstração, é uma estrutura formal (p. 70).

[30] A exemplo dos trabalhos de: RODRIGUES, Pedro Máximo de Andrade. Homens e mulheres nas beiras: etnoeconomia e sustentabilidade no alto rio Solimões. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

SILVEIRA, Carolini Guedes Barros da. Conhecimento tradicional associado ao recurso genético: os desafios da legislação brasileira na tutela de interesses coletivos. 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

[31]A exemplo dos trabalhos de: VILAR, Fabíolla Emanuelle Silva. Segredos de uma casa em ruínas: família e pensamento social na obra de Milton Hatoum, 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

OLIVEIRA, Rônisson de Souza de. As mães dos "filhos da mãe" em Tefé/AM: a ilusão dos impactos da ausência. 2014.140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CARDOSO, Clarice Marques. Histórias das mulheres privadas de liberdade em Manaus: vidas marcadas pela pobreza, violência e abandono. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

Verificamos, portanto, que os trabalhos acadêmicos realizados no Amazonas, de uma forma ou de outra, são de cunho essencialmente socioambiental – o que se deve, de certo modo, às suas características ambientais e populacionais peculiares –, dada sua importância global sobre as questões ambientais, fazendo com que o foco dos estudos siga nessa linha, além, é claro, da forte presença de comunidades ribeirinhas e povos indígenas, que marcam a região como única nesse aspecto e digna de interesse constante de pesquisadores.

Isso significa dizer que, apesar de encontrarmos a circulação de crianças em diversas partes do mundo, no Amazonas, essas peculiaridades geográficas e culturais perpassam e marcam formas específicas de circulação de crianças com diferenciais importantes e que levam em consideração todo esse cenário populacional e ambiental do estado.

No estado Amazonas, observamos uma lacuna no que diz respeito aos estudos sobre/com família e criança, especificamente sobre configurações familiares e modos de vida em Manaus e em todo o estado, uma vez que se torna muito difícil restringir os estudos sobre família e circulação de crianças somente à capital – Manaus, pois a circulação e os trânsitos de pessoas, coisas e animais é algo que faz parte da configuração familiar no estado todo.

Por essa razão, também é importante pensar intersecções com trabalhos acadêmicos de cunho socioespacial e geográfico, é fundamental para que possamos entender os arranjos de famílias da região notadamente nas ciências sociais. A Psicologia e Serviço Social no/do Amazonas apresenta uma gama de trabalhos mais robusta nestes temas, em especial no âmbito institucional de atendimento à criança e à família.

É fundamental apontar que, especialmente nos bancos de dados das instituições de atendimento à família e à criança, há uma limitação no que diz respeito a análise e categorização de dados quantitativos a respeito das famílias atendidas. Isso se deve, sobretudo, à grande carga de trabalho dos profissionais técnicos que possam tratar de modo mais minucioso os instrumentais a fim de tratar com cuidado cada caso e organizar dados para fomentação de serviços que condizem com a realidade de atendimento.

Lembrando ainda que, como nem todos os casos de violências/violações de direitos/vulnerabilidade social chegam à esfera pública de atendimento –

aliás, estima-se que a maioria fica no âmbito doméstico – e considerando as deficiências do Sistema Único da Assistência Social[32] (Suas), os problemas da falta de recursos dos Conselhos Tutelares e seu uso como trampolim para carreiras políticas e usos eleitoreiros da instituição, as delegacias com acesso difícil aos delegados e aos indicadores, há necessidade de solicitação formal dos dados que demoram a ser enviados e sem muitos detalhes das ocorrências e perfil dos atendidos nas delegacias, em especial do interior do estado e, também, para finalizar as dificuldades de acesso à informação nas instituições, a baixa adesão do profissional da saúde à notificação[33]. Nem todos os profissionais notificam, tanto pela complexidade do preenchimento quanto pelo medo do agressor e pela sobrecarga e falta de treinamento e incentivo, as subnotificações também tornam os dados estimativos que não dão conta de uma abrangência mais próxima da realidade, tornando ainda mais complexa a criação e fomentação de práticas de atendimento mais adequadas à realidade local.

Desse modo, acesso escasso e difícil a indicadores, tanto nos serviços socioassistenciais quanto de segurança pública e da saúde, leva, ainda, a um prejuízo à implementação de políticas públicas e práticas de atendimentos por parte do Estado, além, evidentemente, de pesquisas acadêmicas que necessitam de dados dessas instituições para realização dos trabalhos, produção de atividades de cunho extensionistas e, mais importante, para produção de conhecimento a respeito das pessoas que são atendidas e se as formas de resolução de conflitos implementadas nessas instituições condizem com o contexto local e o modo de percepção das famílias atendidas. Assim, se o Estado não conhece as famílias que atende, consequentemente, não pode prestar um serviço de acordo com a demanda que chega à esfera pública.

[32] Em boa parte dos municípios do interior do Amazonas o acesso à internet é escasso, dificultando ainda mais o uso do sistema, além da falta de treinamento dos profissionais técnicos para manejo dessa ferramenta, que é de suma importância. Relato de uma assistente social do município de Benjamim Constant – AM. Refletindo um contexto de muita dificuldade para implementação de políticas públicas e práticas de atendimento mais eficazes e que nos ofereça um dado quantitativo mais próximo da realidade.

33 Ver OLIVEIRA, Nathália França de. O processo de notificação da violência contra crianças e adolescentes por profissionais da Estratégia Saúde da Família em Manaus AM. 2019. 147 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Acredito então, que, nesse sentido, a tese apresentada se aproxima do viés acadêmico político (da política pública para família) e urbano (mas com fortes ligações com as comunidades do interior, pois, neste trabalho não há uma marcação dicotomicamente definida entre urbano e "rural")[34], mas busca particularidades do modo de vida local e, principalmente intersecções importantes entre família, criança e Estado no Amazonas. Contribuindo, portanto, com os demais estudos sobre a temática na região e buscando apontar para novas formas e possibilidades de ser família. Formas que existem e resistem ao longo de gerações, mas que não são vistas como "normais" e precisam ser encaixadas em padrões pré-estabelecidos por formas coloniais de ser e estar no mundo[35].

É, portanto, nessa temática que se insere o trabalho aqui exposto, objetivando, em resumo, descrever e analisar as trajetórias e configurações familiares, tendo como foco principal a circulação de crianças no Amazonas. E, para que possamos atender nossa proposição, o presente capítulo se dedica a traçar um itinerário teórico sobre os estudos e principais autores e autoras das literaturas sobre família, criança, circulação de crianças (conceito e estudos sobre o tema), circulação de crianças na Amazônia ("crias da casa" e fluxos curtos de circulação de crianças) e Estado, através da análise dos atendimentos às famílias, da rede de proteção à criança e ao adolescente e políticas públicas para família no Amazonas.

[34] Claudia Fonseca, em recente entrevista a Agostina Gentili (2020), fala que "a população brasileira ainda estava num processo de mobilidade entre a zona rural e a zona urbana" há 25 anos quando realizou a pesquisa que gerou o livro "Caminhos da adoção" (1995). No Amazonas, essa mobilidade, apesar de ter acontecido mais fortemente no passado, ainda persiste e não há como dissociar os processos de mobilidade de um modo de vida específico, do qual a mobilidade é elemento fundante.

[35] Formas coloniais que ao longo do tempo foram definindo e alinhando padrões normativos de organização e conduta de grupos de pessoas e povos diversos em formas que convêm ao Estado e classes dominantes. Para revista de como ocorre a recepção e reprodução do colonialismo e seus estudos, ver José Jorge de Carvalho (2001). Para as ideias de teóricos do pensamento pós-colonial e dos estudos subalternos, Said (2007) e Bhabha (1998), com discussões das possibilidades de uma etnografia pós-colonial, voltada para a narração das vozes subalternas. Butler (2003) e Spivak (2010) para teoria de gênero que subverteu pressupostos basilares para ordenação normativa.

## 2.2 Família, criança e infância: categorias amplas e diversas

Nem sempre as práticas e comportamentos familiares foram objeto de estudos na antropologia. Foi necessário que houvesse uma transformação da categoria família como unidade natural à noção política e historicamente produzida. Isso significa que “família” não era uma categoria racionalizável, assim como a criança e a infância. Elas eram categorias tidas como da ordem da natureza e, portanto, dadas como certas e imutáveis.

Ariès (1981) vai elucidar essa questão com clareza, apontando que a família e a criança eram da ordem pública e natural, alegando ainda que a pesquisa sobre a criança na idade moderna contribuiu, decisivamente, para a compreensão do surgimento dos sentimentos e dos afetos no interior da família nuclear (ARIÈS, 1981). Aponta também que é a partir daí que surge essa fase específica da vida, que chamamos de infância.

Desse modo, a “Família” passou a ser estudada do ponto de vista de suas funções também. Função de reprodução, na medida em que assegura a perpetuação biológica, mas ao mesmo tempo uma função de educação e de socialização dos filhos para a perpetuação da cultura e da sociedade; tem ainda uma função econômica para perpetuação da vida e satisfação das necessidades vitais, mas com uma divisão de tarefas variáveis conforme a sociedade, uma função jurídica, uma vez que a pessoa civil ou moral (família – instituição), proprietária de objetos, dotada de direitos e deveres e, portanto, responsável; uma função religiosa, pois ela une os seus membros através de uma rede de direitos e proibições sexuais, assim como pelos sentimentos “construídos” do amor, respeito e temor.

Freire Costa (1983) nos informa ainda que o advento dos higienistas é ponto central para entendimento do que conhecemos hoje como “família”. O autor esclarece que, com intuito de normatizar e regular normas de higiene da população e, principalmente, regular a sexualidade (práticas sexuais), a quantidade de filhos e o modo como seriam “educados/criados”, diversas medidas foram tomadas por parte do Estado, que culminou com a família contemporânea a qual conhecemos hoje. Assim, “o Estado, ao regular os vínculos familiares, considerou a família nuclear o lócus privilegiado da reprodução da vida material e cultural”. (CABRAL, 1998, p. 51).

Dessa forma, a partir dos estudos dos autores acima citados, podemos sumarizar que as categorias de família, criança e infância são construídas histórica e socialmente a partir de propósitos do Estado em normatizar condutas, práticas e modos de vida das pessoas. Isso baseado em valores e condutas das classes dominantes.

Para consolidar uma democratização do país, no caso do Brasil, o "planejamento familiar" surge como a cereja do bolo, a fim de consolidar os padrões de família ideal. Essa consolidação da democratização do país surge à esteira de um movimento mais amplo ditado pelas sociedades ocidentais e que reflete no Brasil de forma contundente, com políticas e programas voltados ao estabelecimento de "bem-estar". Assim, como bem assinala Weeks (2000):

> Nos anos 40 — o período crucial para o estabelecimento do estado de bem-estar em muitas sociedades ocidentais — havia uma preocupação urgente com as vantagens do controle da natalidade ('planejamento familiar'), a fim de assegurar que as famílias fossem constituídas pelo tipo certo de indivíduo, bem como uma preocupação com os papéis apropriados para homens e mulheres (especialmente mulheres) na família, no admirável mundo novo da democracia social (WEEKS, 2000).

Essa demarcação entre papéis masculinos e femininos foi acentuada com intuito de levar o comportamento público cada vez mais ao privado e regulado. Assim, o autor completa que:

> Os padrões respeitáveis de vida familiar desenvolvidos no século XIX (valores vitorianos) — com a demarcação crescente entre papéis masculinos e femininos, uma ênfase nova na necessidade de elevar o comportamento público aos melhores padrões da vida privada e um agudo interesse no policiamento público da sexualidade não-conjugal, não-heterossexual — tornaram-se, crescentemente, a norma pela qual todo comportamento era julgado (WEEKS, 2000).

Isso não significa que todos ou mesmo a maioria dos comportamentos se conformassem à norma. Assim como hoje, os padrões demarcados, regulados e higienizados não se conformam com a diversidade e os diferentes modos de vida, perpassados por classe, gênero e cor/raça e etnia.

Isto é, havia a necessidade de sobrepor o conceito de "família" no singular. O que, evidentemente, não contemplava a pluralidade de tipos e arranjos familiares existentes desde sempre, mas que eram invisibilizados por conta da classe, modo de vida, cor/raça e etnia das famílias coexistentes em todos os tempos.

Em relação ao campo científico e intelectual, que não está, obviamente, apartado do campo das políticas de Estado, Fonseca (1989) vai apontar que “os estudos sobre família tomam densidade e importância a partir das críticas das historiadoras feministas”. Segundo a autora:

> As historiadoras feministas propõem a discussão em torno das relações entre os gêneros, como o eixo estruturador da constituição das famílias, denunciam o processo de submissão da mulher ao poder do homem e questionam o silêncio oficial sobre a trajetória feminina neste longo percurso histórico da constituição da família (FONSECA, 1989, p. 62-63).

Assim, os estudos feministas contribuíram decisiva e contundentemente para a percepção da constituição da família enquanto um lugar também estruturado pelas relações de gênero e isso é fundamental para entender a categoria família de forma mais ampla. Isso rompe com modelos constituídos oficialmente definidos pelas políticas de Estado e também a partir da academia, ambos refletindo posicionamentos e condutas da burguesia, tidas como “certas” e ideais para ter como modelo a ser implementado para a população das classes populares. Existindo, dessa forma, o pensamento dominante de um modelo adequado e onde a diversidade não foi contemplada.

Desse modo, basicamente, os estudos sobre família tinham como finalidade explicar a instituição familiar e seus desdobramentos. Nesse sentido, pelo menos dois modelos podem ser considerados emblemáticos do que se refere aos estudos sobre família: O “modelo arcaico”, que se propagou a partir da obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), de Friedrich Engels, que defendia, “a partir de uma reconstrução histórica, o matriarcado primevo e a evolução unilinear da família humana” (FONSECA, 2012), isto é, a ideia de que nas sociedades “primitivas” as mulheres tinham predominância social e política em relação aos homens; outro modelo que se tornou referência é o tradicional ou patriarcal, difundido no início dos anos de 1930 por Gilberto Freyre, a partir de sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1930). Segundo a concepção de Freyre, a dualidade senhores e escravos (dominantes e dominados) era a matriz fundante da sociedade colonial e esta lógica se estendia também ao modelo de organização social e política das demais instituições brasileiras, sendo a família patriarcal um reflexo disso.

As limitações de dois modelos teóricos (arcaico, tradicional) são evidentes, pois não se pode encaixar a diversidade de famílias dentro desses dois modelos, que não consideravam a existência de múltiplas configurações familiares, devido à ciência estar intrinsecamente ligada à visão colonizadora, etnocêntrica e masculino-heterocentrada. Freyre (1930), na esteira dessa ciência, deixou de observar múltiplos arranjos familiares, bem como a condição feminina e das crianças, apontando um lugar de subalternidade para mulheres e crianças. Entretanto, não se pode deixar de ressaltar sua relevância para os estudos sobre família e gênero.

Destaco ainda que o trabalho de Freyre (1930) marca uma visão de família como certa e homogênea, servindo como base, por muitos anos, da visão social acerca da família brasileira, criando um mito de família que não abarcava a diversidade de modelos e modos de vida no Brasil colonial. No entanto, os estudos que seguem essa linha não dão conta da complexidade e pluralidade da categoria família, assim como nos informa os trabalhos de Áries[36].

É a partir da década de 1950 que Talcott Parsons propõe um modelo de família conhecido como “moderno”, que, conforme salienta Fonseca (2012), “por muito tempo parecia ter todas as respostas sobre família e esclarecia tudo sobre o mundo moderno, sendo essa concepção o fio condutor da ideia de ‘família nuclear’” (casal heterossexual, monogâmico e filhos). Contudo, essa concepção também tem sido fortemente rebatida, uma vez que os estudos contemporâneos têm apontado que as configurações familiares de tipo nuclear não são tão preeminentes como defendia Parsons. Os estudos feministas, em especial, vêm com forte crítica a esse modelo.

Ainda na modernidade, família e sexualidade integram a identidade de cada indivíduo. Foucault nos informa sobre “a construção histórica da família conjugal moderna e sobre a importância da sexualidade nesse *constructo”* (HEILBORN *et. al*, 2005)

> Assim a compreensão dos modos de subjetivação dos sujeitos em suas relações com a família e a busca de autonomia, de constituição

[36] Para uma ótima revisão sobre o desenvolvimento de estudos sobre família ver Tânia Salem, 1985.

> (ou não) de novos núcleos familiares, são temas centrais na sociologia e antropologia da família (HEILBORN *et. al*, 2005, p. 10).

Os estudos sobre família no Brasil[37], como apontado por Tânia Salem (1985) na esteira dos modelos supracitados:

> [...] constituiu-se em dois vieses principais: o individualista, que parte da ideia que o indivíduo tem preeminência sobre o todo, com forte presença nas sociedades complexas modernas e o outro viés que é o hierárquico, onde a totalidade tem prioridade sobre as partes, tendo sido associado ao tradicional.

Sendo assim, as duas vias de pensar a família no Brasil nos levam aos binarismos individualista/moderno e hierárquico/tradicional. Nesse sentido, Salem (1985) aponta que:

> [...] há uma vasta literatura acerca dos estudos sobre a família que apontam como plano de fundo a dicotomia individualismo/hierarquia. Esta literatura insiste na questão de uma dominância relativa, e não exclusividade absoluta, da ideologia que adquire proeminência em dado segmento social, nesta medida e de modo recorrente, alude-se a uma tensão derivada da presença de orientações culturais subordinadas, que em determinadas situações e contexto, deixam-se vazar, contraditando padrões ideológicos dominantes (SALEM, 1985, p. 13).

Ainda que possamos demarcar dicotomicamente esses dois campos de estudos sobre família no Brasil, é pertinente observar que são relacionais, na medida em que apontam "as tensões entre individualizar-se e ser englobado" (SALEM, 1985, p. 24).

Desse modo, quando se discute família no Brasil, há um senso comum – que foi alimentado por trabalhos clássicos, como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre – segundo o qual no passado colonial brasileiro predominava a família patriarcal. Esta família era composta por um senhor proprietário de terras (como o dos engenhos de cana de açúcar do Nordeste), sua esposa, seus filhos, noras e genros, seus netos, todos morando numa só casa grande rural, além de agregados e outros parentes.

> Tratava-se de uma família em que o pai-proprietário de terras mandava em todos, marcada por uma inegável desigualdade entre gerações e entre homens e mulheres, além da violência entre

[37] Entre os estudos socioantropológicos mais proeminentes sobre família no Brasil, podemos citar alguns bem importantes: Salem (1985), Bilac (2007), Dauster (1986), Heilborn (2005), Duarte (2006), Sérvulo Figueira (1987), Fonseca (2000), Sarti (1996).

> brancos e negros escravizados. Tem-se, por vezes, a impressão de havia apenas esse tipo de família (BUARQUE DE ALMEIDA, 2004).

Esse modelo histórico, ainda segundo Buarque de Almeida (2004), no entanto, já foi relativizado. Existia, de fato, uma grande família patriarcal nas elites agrárias – mas era só entre as elites agrárias que esse modelo se mantinha. Havia toda uma população urbana, assim como os tais agregados e os escravos também, com outros tipos possíveis de família. Aquele não era um mundo desregrado; tratava-se de pessoas de poucas posses, ou do meio urbano, que muitas vezes não se casavam legalmente, mas que constituíam núcleos familiares mais ou menos estáveis, com base em lógicas diversas da família patriarcal (cf. CORRÊA, 1993; e sobre a família escrava, SLENES, 1999).

> Assim, a rigor, não existe uma oposição simples entre 'família extensa patriarcal' e 'família nuclear moderna' – tomando esta como fruto da urbanização e industrialização do país. Mesmo no passado, houve vários tipos de família que nem sempre foram economicamente dominantes, mas que existiam no cotidiano da maioria da população do pais (BUARQUE DE ALMEIDA, 2004).

Pode-se concluir, assim, que o modelo de família ocidental não dá conta da realidade social brasileira – seja ela passada, histórica ou contemporânea. É exatamente a ilusão da abrangência deste modelo que os trabalhos contemporâneos de história social e de antropologia demonstram.

Autores e autoras vêm apontando para os vieses e efeitos discriminatórios e não eficientes para políticas públicas que os estudos, com embasamento numa concepção estática de família, têm gerado. Isso é particularmente perceptível em relação aos meios populares. Para Sylvia Leser de Mello (1995), é necessário indagarmos sobre qual o modelo de análise apropriado para compreender as famílias das camadas populares urbanas no Brasil.

É preciso observação, pesquisa e abandono de conceitos normativos que impedem a compreensão da realidade social e reforçam explicações ingênuas. Como observa Leser de Mello (1995), mesmo na literatura especializada, é frequente encontrarmos a:

> [...] **desorganização familiar**[38] como a única responsável pelo fracasso escolar e adaptativo das crianças. Mais ainda, ela aparece também como fonte da violência, do abandono de crianças e da marginalidade dos jovens, ou seja, a família é responsável pelo que aparece como o fracasso moral dos seus membros (MELLO, 1995, p. 57, grifo da autora).

As famosas fórmulas prontas “desorganização familiar” e “desestrutura familiar” são as responsáveis por explicar e abarcar uma infinidade de ditos como “fracassos” familiares em diversas instâncias e serviços públicos, da Educação à Saúde, da Assistência Social ao judiciário, das Organizações da Sociedade Civil (OSCs/antigas ONGs) à segurança pública. Enfim, é uma fórmula para explicar e “dar um mesmo motivo” para uma série de problemas com os quais o modo de lidar deve ser diferente. Assim, “há necessidade de abandonar esquemas universais para dar conta da realidade concreta” (FONSECA, 1995).

Nesse sentido, as pesquisas antropológicas desde o século passado acabaram por desfazer e repensar a ideia de que existam formas familiares mais ou menos modernas, mais ou menos atrasadas. Segundo análises antropológicas inovadoras, é impossível falar de modelos familiares moralmente superiores, culturalmente mais civilizados ou psicologicamente mais sadios.

O que se constata é um enorme leque de práticas de organização doméstica e social, “dando prova da criatividade dos humanos para inventar formas culturais conforme o contexto em que vivem” (FONSECA, 1995, p. 21).

Desse modo, salientamos que, em nível empírico, é possível observar diferentes organizações familiares plurais e diversas, como já dito e pontuado por diversas autoras e autores da literatura socioantropológica (Fonseca (1995, 2000), Salem (1985), Dauster (1986), Bilac (1997, 2007)). Contudo, “a família elementar envolvendo homem, mulher e prole mantém-se como representação e o padrão cultural balizador das relações sociais concretas” (DAUSTER, 1986, p. 111). Cabe ainda ressaltar que não somente é abalizador das relações sociais concretas, mas muito fortemente utilizado nas esferas públicas de atenção a família e a criança.

É um modelo abalizador para as políticas públicas implementadas pelo Estado. Políticas que visavam moralizar e normatizar condutas e modelos

[38] Grifos do autor

familiares. Esse modelo abalizador também reflete na e para a formação de profissionais que atuam diretamente com as famílias, para o estabelecimento de leis e normas. Portanto, para padronizar um modelo de família ideal.

Compreendendo esses modelos (arcaico/tradicional e moderno/nuclear) como categorias que achatam as diferenças, "comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala em família no Brasil" (CORRÊA, 1982, p. 16), os cito e evidencio neste trabalho para compreensão em torno dos avanços a que chegamos nos estudos sobre famílias e como políticas de higienização e leis conservadoras acabam por excluir uma diversidade de modos de "ser família" e permanecem nos modos de pensar e atuar nas esferas públicas de atendimento à família e no pensamento social como ideal.

Não servirá, contudo, para fins de análise dos dados empíricos dessa pesquisa, porque o que estamos apontando aqui é algo que vai à contramão de um modelo ideal, como outros autores já o fizeram (FONSECA (1995), MOTTA-MAUÉS (2004)), mas apresentando a fluidez e a sazonalidade como algo que remete à configuração familiar no Amazonas, que faz ser família, conferindo sentido e significado à ideia de família nesse lugar.

É a partir dessa perspectiva, que os estudos contemporâneos sobre família vêm tomando formas plurais, apontando para uma noção de família que não apresenta uma definição conceitual delimitada ou, nas palavras de Claudia Fonseca (2004), "é impossível caracterizar a família contemporânea por um conjunto coerente de termos descritivos".

Assim, como explica Elisabete Dória Bilac (1997), "o termo família tem designado instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes, entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções". Bilac (2003) argumenta ainda que:

> A variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer conceito geral de família. Ao mesmo tempo, a generalização do termo "família", para designar instituições e grupos historicamente tão variáveis, termina por ocultar as diferenças nas relações entre a reprodução e as demais esferas da vida social (BILAC, 2003, p. 31).

Considerando essas proposições, assinalamos que "família" deverá ser vista e analisada sob a ótica da particularidade contextual e do caráter plural e dinâmico que esta categoria assume, como verificado por outras autoras e autores citados até aqui e por evidências de pesquisa de campo consistentes.

Os estudos antropológicos sobre família nas ditas sociedades complexas, requerem adequar novos conceitos a essa realidade diversa. É daí que emerge, segundo Fonseca (1995) a “hipótese instigadora de uma família popular que, longe de ser um mero antecedente à família “moderna”, cresce e se consolida simultaneamente com ela” (p. 74). E, é exatamente essa visão a ser adotada e desenvolvida para as análises de dados da pesquisa que apresentamos.

Realizar um itinerário teórico dos estudos sobre “família” não é um caminho fácil, pois é uma das categorias que envolvem dimensões da vida coletiva que distinguem sistemas sociais, redes de relações que abarcam múltiplos aspectos, o que nos leva a muitas possibilidades de caminhos teóricos sobre o tema, mas, de modo geral, acredito que o caminho escolhido abarca o que precisamos entender, na medida em que a circulação de crianças é fruto das tentativas de compreensão da categoria “família”.

Contudo, para fins deste trabalho, algumas intersecções com categoria “família” são fundamentais para o entendimento da tese apresentada, por essa razão, é importante pontuarmos daqui em diante as diferenças entre “família” e “parentesco”, pois são distintos, mas relacionais para entendimento da circulação de crianças no Amazonas.

Outro conceito que perpassa o conceito de “família” e que será ponto central neste trabalho parte dos estudos sobre família no Brasil sobre a categoria infância e criança, historicamente datados, e, por fim, da questão da circulação de crianças. Sarti (1996), tratando sobre o valor da família entre os grupos populares, aponta que existe uma “coletivização das responsabilidades pelos pequenos dentro do grupo de parentesco”. Enfatiza ainda que “tal prática é interpretada também como uma estrutura básica da organização de parentesco nas camadas populares” (SARTI, 1996), conceito que desenvolverei adiante.

Os estudos sobre “família” e “Estado” também são importantes para compor o aporte teórico, especialmente no diz respeito às violações de direitos humanos de crianças e adolescentes e o atendimento às famílias na rede de proteção e como noções e políticas de controle chegam hoje a essas esferas públicas. Os estudos sobre família e Estado são também um dos pontos de partida e que perpassam todo o trabalho aqui apresentado, importando

salientar os limites entre violação de direitos e circulação de crianças e as diferentes maneiras de olhar para diferentes modos de vida e arranjos familiares.

Desse modo, os entrelaçamentos entre esses diferentes conceitos e categorias elaboram o itinerário teórico pelo qual este trabalho percorre e é fundamental para que entendamos como a circulação de crianças acontece e como são os arranjos familiares de um tipo específico no Amazonas.

### 2.2.1 Família X Parentesco

Os estudos do parentesco constituem uma das bases fundamentais e fundantes da antropologia. Para este trabalho, os estudos do parentesco são fundamentais para entendimento da circulação de crianças e dos sistemas de classificação adotados pelas famílias interlocutoras apresentadas aqui.

A posição da mãe é uma das mais importantes para serem entendidas e, por isso, é destaque, especialmente no que diz respeito à circulação de crianças e ao papel central das mulheres-mães, pois, para as famílias, mãe é uma categoria muito mais abrangente do que a forma normativa com a qual se classifica “mãe” na sociedade. As mulheres que “fazem circular” são todas mães, sem serem, contudo, confundidas com a biológica, muito menos atribuída à posição de mãe adotiva.

São mães que são chamadas de “mãe-seguida do apelido ou nome” pela alcunha que lhes é conferida pela criança e adotada também pelo restante da família. Thalita (9 anos) não conseguia pronunciar o nome de sua tia-avó e nem conseguia chamá-la de titia, como seus demais sobrinhos-netos que a mesma criou. Dessa forma, Thalita a chamava de “Titi”, abreviatura de titia e toda a família adotou a alcunha “mãe-titi” como forma de nomear e classificar a tia-avó que recebia e enviava crianças da sua família, de agregados, amigos e vizinhos.

Para fins de classificação e entendimento do complexo grupo de parentesco que forma os arranjos familiares, neste trabalho utilizaremos sistemas de parentesco para explicar e exemplificar a circulação de crianças.

Para isso, no entanto, é necessário caracterizar e demarcar uma diferenciação importante entre Família e Parentesco. Este último pode ser definido de forma simplificada e clara do seguinte modo:

> O parentesco define-se como um conjunto de laços que unem geneticamente (filiação, descendência) ou voluntariamente (aliança, pacto de sangue) um determinado número de indivíduos. Reveste-se mais de um caráter sociocultural do que biológico, tanto mais que os laços de consanguinidade podem não ser reconhecidos socialmente em casos de paternidade ilegítima, por exemplo, e que, inversamente, o parentesco social nem sempre repousa sobre uma consanguinidade verdadeira, no caso, por exemplo, de uma descendência puramente mítica a partir de um totem comum, ou de uma filiação por adoção e transferência de direitos (RIVIÈRE, 2011, p. 63).

Isso significa que, do ponto de vista biológico, o parentesco é também da ordem da natureza, mas, sobretudo, ele é um laço jurídico e um código moral, pois "a sociedade atribui às representações mentais relativas ao sistema de parentesco um poder de coação e normatividade" (RIVIÈRE, 2011). Em síntese, o parentesco é uma rede complexa de laços com numerosas ramificações.

Obviamente que estudos de parentesco e família podem e são complementares, mas houve uma distinção importante, explicitada por Buarque de Almeida (2004) que elucida a diferenciação nos usos dos termos. Desse modo:

> Na antropologia, aprendemos a definir as relações entre pais e filhos, entre marido e esposa, avós e netos, tios e sobrinhos, entre primos e entre irmãos como "relações de parentesco", e não de família. O termo "parentesco" é utilizado porque em nossa sociedade ocidental contemporânea, ou na sociedade euro-americana, como diz a antropóloga inglesa Marilyn Strathern, o termo família parece referir-se, principalmente desde o pós-guerra, a um conceito moderno de família nuclear unidomiciliar. Esta noção não dá conta dos tipos de relação que existem nas sociedades tribais, por exemplo, ou nas sociedades não-ocidentais– objetos de estudo tradicionais da antropologia (BUARQUE DE ALMEIDA, 2004, p. 01).

Para Sarti (1992), parentesco e família falam de fatores basilares da vida humana, mas enquanto família é da ordem do concreto, parentesco é uma abstração. Isso significa dizer que o estudo da família é também o estudo do parentesco, ou seja, o estudo da abstração (parentesco) constituída para pensar a estrutura formal e concreta da família. Desse modo, a autora aponta essa diferenciação fundamental:

> O parentesco e a família tratam dos fatos básicos da vida: nascimento, acasalamento e morte. Mas a família é um grupo social concreto e o parentesco é uma abstração, é uma estrutura formal. Isto quer dizer que o estudo do parentesco e o estudo da família são coisas diferentes: o estudo da família é o estudo daquele grupo social concreto e o estudo do parentesco é o estudo dessa estrutura formal, abstratamente constituída, que permeia esse grupo social concreto, mas que vai além dele (SARTI, 1992, p. 70).

Em vista disso, já na esteira dos "novos" estudos sobre família e parentesco, em que a pluralidade de arranjos familiares dá o tom das pesquisas, diversas autoras e autores dedicaram-se aos estudos de variados grupos de família e de parentesco, em especial, das famílias de grupos populares.

Para a antropóloga Claudia Fonseca, os estudos sobre família e parentesco definharam por mais de uma década e somente a partir dos anos 90 – "e com problemática radicalmente transformada em função de críticas advindas da pesquisa feminista, pós-colonialista, gay e lésbica, etc. – testemunhamos o retorno de estudos com enfoque remanescente do antigo campo de 'família e parentesco'" (FONSECA, 2007).

A autora aponta ainda que esse novo parentesco ressuscitado tem pouco em comum com a versão clássica do conceito, sendo assim, para ela, "o parentesco sofreu transformações tão radicais que se tornou quase irreconhecível" (FONSECA, 2007). Novas formas de olhar para o parentesco e família surgem. Assim, para a autora:

> Depois de Schneider (A Critique of the Study of Kinship, 1984), em que o autor denuncia o etnocentrismo dos próprios modelos de análise antropológica, nenhum pesquisador pode voltar aos mesmos moldes de antes da crítica seminal de Schneider. Isso significa dizer que as antropólogas se voltaram para novas formas de olhar o parentesco e a família (FONSECA, 2007).

A partir desse pressuposto, as autoras que utilizo para compor o quadro teórico referente a família e parentesco são autoras vindas dessa nova inspiração. Autores clássicos do parentesco não farão parte desse quadro diretamente, mas eles chegam a nós através da genealogia intelectual implícita na obra das autoras citadas neste trabalho e, obviamente, na própria construção do conhecimento acerca do parentesco e da família na antropologia.

Segalen (2001) coloca ainda outro ponto importante, que é o desafio de estudar o parentesco, pois ele é algo, por vezes, invisível, e que o grupo de parentesco vive também em grandes distâncias um do outro e não somente dentro de uma mesma comunidade, isso:

> [...] porque as pessoas não moram mais necessariamente juntas e a coabitação, às vezes, envolve uma série de questões a serem analisadas. Mas, mesmo no caso de membros de uma família estarem distanciados, as relações afetivas precisam ser consideradas no âmbito dos novos meios de comunicação e novas tecnologias. As famílias estão bem mais aproximadas no ano 2000 do que estavam nos anos 1930 (SEGALEN, 2001, p. 288).

Destarte, a importância de se estudar a família e o parentesco a partir do contexto socio-histórico e das dimensões particulares da cultura de cada grupo estudado são evidentes e necessários para a construção do conhecimento sobre família e parentesco, uma vez que a cultura é dinâmica e essencial para estabelecer formas de lidar com “problemas sociais”.

Concluindo a questão da definição do parentesco, para que fique claro, aponto a definição didática e precisa, em que Sarti (1992) explicita a estrutura formal do parentesco da seguinte forma:

> Os sistemas de parentesco são considerados estruturas formais, que resultam da combinação de três tipos de relações básicas: a) a relação de descendência, que é a relação entre pai e filho e mãe e filho; b) a relação de consanguinidade, que é a relação entre irmãos e c) a relação de afinidade, ou seja, a que se dá através do casamento, pela aliança. Essas três relações são básicas e o estudo do parentesco é o estudo da sua combinação. Essas relações são a estrutura formal universal. Qualquer sociedade forma-se pela combinação dessas três relações. A variabilidade está em como se faz essa combinação (SARTI, 1992, p. 71).

Por essas razões, neste trabalho, buscamos entender e estruturar o cotidiano das famílias a partir dos valores e significados das famílias aqui representados/ilustrados pelo grupo de parentesco.

> Assim, no caso da pesquisa centrada em relações privadas – nas relações de família, que são também relações entre os gêneros, entre gerações, entre parentes – o antropólogo não deve imputar seus valores aos grupos que pesquisa, mas deve buscar entender como se estruturam no cotidiano essas relações, quais os sentidos simbólicos dados a elas e aos lugares sociais da família (por exemplo, os significados de ser mãe, pai, filho ou filha, irmão e irmã, tio e tia, avô e avó, etc.). O que para nós é “parente” assume sentidos bem diversos em outras sociedades (BUARQUE DE ALMEIDA, 2004, p. 02).

Torna-se importante, ainda mais para este trabalho, a definição sobre parentesco para que entendamos a circulação de crianças no Amazonas, que é o tema abalizador presente aqui. Elaborando estruturas formais, a partir dessa ferramenta, é possível demonstrar como, quando e onde a circulação acontece, nomeação dos parentes e posição deles na rede de parentesco. Além, é claro, de ser ilustrativo/abstração da composição/configuração familiar dos grupos interlocutores dessa pesquisa.

A definição de parentesco e distinção de família nos é fundamental, porque a pretensão da pesquisa que deu origem a este trabalho também é apontar como essa variabilidade de combinações do parentesco pode nos ajudar a entender melhor o grupo social concreto que é a família.

Assim, a contribuição da antropologia para o estudo da família está (muito) na discussão sobre o parentesco, permitindo “dimensionar melhor qual o peso de cada elemento que se transforma na família” (SARTI, 1992).

### 2.2.2 A construção das noções de criança e de infância

Intersecção importante para entender a circulação de crianças é o estudo da família a partir de ou com as crianças. Tendo como base a família enquanto lócus privilegiado de socialização de valores e princípios e a criança aparecendo como sujeito fundamental nesse lugar. Contudo, nem sempre essa foi uma concepção que vigorou na sociedade. Segundo Fonseca (1995), “considerada na época pré-moderna como simplesmente um adulto incompetente, a criança torna-se, segundo a nova concepção, um ser em formação que carece de especiais cuidados materiais e afetivos”. (p.125).

Ariès, em seu importante estudo histórico *A criança e a família no antigo regime*, mostra perfeitamente que a ideia de infância é uma construção social histórica do ocidente. Ela não existe desde sempre, e o que hoje entendemos como infância foi sendo elaborado ao longo do tempo na Europa, simultaneamente com as mudanças na composição familiar, nas noções de maternidade e paternidade, e no cotidiano e na vida das crianças, inclusive pela sua institucionalização pela educação escolar (COHN, 2009, p. 21).

Desse modo, acentua-se uma representação de infância e de criança na sociedade e nas políticas públicas para criança no Brasil construídas com bases em políticas bem específicas de higienização da família brasileira e das práticas referentes à sexualidade.

Destaca-se, portanto, uma noção que prevê para a infância e para criança uma fase “imaculada”, com uma família “estruturada”, ou seja, que viva dentro da família nuclear e que essa família possa oferecer uma infância “saudável”, com uma boa educação escolar, acesso a lugares e atividades que preparem a criança para “um futuro como bom profissional”, acreditando que será um adulto com estabilidade financeira e emocional.

Essa é uma noção, de fato, da classe média, que permeia a representação de toda uma sociedade pelo seu poder de ideologia dominante, mas que, na prática das famílias populares de baixa renda, não é uma realidade, talvez um ideal como sonho a ser alcançado, mas, sabendo que o ideal nem sempre sobrevive ao real, procuram novas estratégias de sobrevivência e de reprodução. Uma fase onde a criança se desenvolva física, social e moralmente, sem que nada cause danos a esse desenvolvimento sadio.

Fonseca (1995), descrevendo que ao encontro das necessidades de um poder público que estendia cada vez sua influência para dentro da intimidade familiar “aproveita-se a “responsabilidade” de garantir direitos individuais – neste caso, o bem-estar da criança – para intervir na vida familiar e assim estreitar o controle sobre a vida dos súditos” (Fonseca, 1995). Ainda, segundo a mesma autora:

> Simultaneamente, a nova ciência psicológica consolidou a noção “moderna” de infância enquanto fase crucial para o desenvolvimento da personalidade adulta, necessitando de orientação especializada. Acrescentou, assim, uma justificação “científica” à moral para a ampliação do âmbito do poder público (FONSECA, 1995, p. 123).

Assim, cria-se uma noção de infância, “uma fase da vida”, desse modo, não se deve fazer uma equivalência entre os termos criança e infância, que cotidianamente são utilizados como coincidentes. É preciso observar que a infância é um modo particular, e não universal, de pensar a criança (ARIÈS, 1981). Ariès ressalva que:

> Na sociedade tradicional, a criança não ocupava um lugar central na família e sua socialização não era nem assegurada nem controlada pela mesma, de modo que a criança aprendia todas as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. Foi a partir de uma política médica que se delineou no século XVIII, nos países europeus que a família passou a ser alvo de uma organização/controle, bem como de uma racionalização, instaurando-se a preocupação com a conservação das crianças, acontecimento relevante para a constituição da noção de infância em nossa sociedade (ARIÈS, 1981).

Dessa maneira, é fundamental perceber que o deslocamento do lugar da criança na sociedade e da noção de infância acontece dentro de um contexto socio-histórico específico com propósitos delineados. Essa política, de acordo com Foucault (1985), levou a medicina a assumir um lugar cada vez mais importante nas estruturas administrativas e na maquinaria geral do poder, "transformando-a em uma técnica geral de saúde e não apenas em serviço das doenças e arte das curas" (FONSECA, 1995).

Acrescentando, Fonseca (1995) argumenta que "essa nova reorientação da filosofia jurídica para o bem-estar de crianças, antes de ser interpretada como mera evolução humanista, deve ser vista em função do campo político em que ocorreu" (FONSECA, 1995, p. 119). Medeiros e Lemos (2011), reforçam que:

> [...] tanto para Foucault (1985) quanto para Donzelot (1986), a política médica funcionava, já no século XVIII por parâmetros estabelecidos em uma economia social e do corpo que evitassem a mortalidade e o desperdício de forças – forças que poderiam ser utilizadas para consolidar e aumentar a potência da nação (MEDEIROS; LEMOS, 2011).

Ainda de acordo com as autoras:

> A família, então, de acordo com estes autores, passou a desempenhar o papel de articuladora entre os objetivos gerais relativos à boa saúde do corpo social, com a necessidade de cuidados dos indivíduos, gerando o que Foucault (1985) chamou de "família medicalizada-medicalizante". A família passa a organizar-se em torno da criança, promovendo novas condições de educação, o que Donzelot (1986) descreveu como conservação das crianças, e que ocorrera de maneira diferente entre as camadas burguesas e as camadas populares (MEDEIROS; LEMOS, 2011, p. 934).

Desse modo, como apontado pelos autores e autoras citadas até aqui, houve um movimento tanto na filosofia jurídica quanto na medicina, de tal modo que certas práticas foram "higienizadas". Uma dessas práticas diz respeito ao status da criança e da noção de infância. Assim, essas "novas condições de

educação", o que Donzelot (1986) descreveu como "conservação das crianças", ocorreu de maneira diferente entre as camadas burguesas e as camadas populares.

Para os grupos populares, essas novas noções sobre família, criança e infância nem sempre fizeram sentido, assim, há um desencontro (mantido nos dias atuais) do que é imposto pelas novas práticas júrico-medicalizantes com a realidade dos arranjos familiares e das noções das camadas populares sobre família, criança e infância.

Como apontando por Sarti (1996), entre os grupos populares de baixa renda, é difícil delimitar onde "acaba" a infância, para a autora "uma das delimitações do que é ser criança diz respeito a uma mudança no exercício unilateral da autoridade" (SARTI, 1996). Desse modo, define criança e infância dos grupos populares da seguinte forma:

> Pode-se dizer que o que define a criança, entre os pobres, é que ainda não participam das obrigações familiares, não trabalham, nem se ocupam das atividades domésticas, etapa cujo início depende das condições de vida familiares, tornando difícil delimitar a "infância" entre os pobres. A regra é que as crianças desde muito cedo, com 6 ou 7 anos, tenham atribuições dentro da família (Dauster, 1992). Seus inúmeros Jogos e brincadeiras alternam-se com as frequentes atribuições que lhes são designadas como ir até a venda, dar recados, buscar auxílio (SARTI, 1996, p. 94).

Para Fonseca (1995), com o "aburguesamento da família, a criança aparece como centro das atenções emocionais dos pais e como pedra angular dos projetos para o futuro" (p. 125). Surge daí, segundo a autora, um exército de especialistas para melhor definir as necessidades da criança e para aconselhar os pais a como criá-las. Dessa linha, nasce o que veremos no tópico seguinte, que são as instâncias públicas de atendimento à família e à criança, já com ideais próprios de infância ideal conforme valores e moral da classe média dominante. Assim:

> No lugar da antiga sociabilidade de rua e da ajuda mútua do clã, a família conjugal e seu complemento, a escola, se consolidariam com o propósito de satisfazer todas as necessidades afetivas e pedagógicas das crianças. Embora pontuem suas conversas com ditados e frases que lembram a moralidade dos grupos dominantes, suas práticas e atitudes diante de fatos concretos revelam orientações e, portanto, os contornos do sistema simbólico que se sobrepõe às influências da ideologia dominante e que confere um sentido a este vai-e-vem de filhos (FONSECA, 1995, p. 15).

A partir desta compreensão, uma variedade de possíveis infâncias emerge. A desconstrução do modelo moderno de infância que permitiu ou impeliu a admitir-se a existência de múltiplas infâncias coloca a possibilidade de o seu caráter ser, em verdade, “aberto” e sujeito a contínuas transformações.

> Este processo de transformação de nossas representações tradicionais da infância pode ser creditado à fragmentação do seu significado pela força da dinâmica dos processos gêmeos de modernização e individualização (características da modernidade ocidental) hoje radicalizados na chamada segunda modernidade (MARCHI, 2007, p. 7).

Em resumo, a categoria infância define-se como um período da vida em que a criança está em “construção” e precisa de cuidados e proteção especial para que se torne um adulto saudável. A categoria infância é uma das questões mais preciosas para o movimento da infância, pois se acredita, com vigor, que é uma fase imaculada e que a criança necessita de uma proteção total, pois pode ser “quebrada” por algum tipo de violação de direitos e violências, retirando, portanto, a oportunidade de vivência dessa fase “natural” de “desenvolvimento saudável” que a criança perdeu ao ser violada de algum modo (física, moral ou psicologicamente).

Acreditando que infância é uma categoria também construída socialmente, aos moldes coloniais, como já apontava Ariès (1981), e, se construída socialmente, é diferente ou até mesmo não existe para diferentes grupos sociais. Por essa razão, também é uma questão que precisa ser revista, ampliada e/ou modificada conforme o contexto sociocultural e não buscar encaixar todas as crianças nessa dita fase “imaculada”.

Não se trata, obviamente, de minorar o sofrimento das crianças que passam por algum tipo de violência, mas entender que “criança” e “infância” são constructos que não se realizam da mesma forma ou que existam para determinados grupos sociais, comunidades e diferentes povos. O que também não significa que propomos “retirar” o estatuto de criança e de infância de outros grupos sociais que partilham da ideia/ideal de infância historicamente dominante, mas propomos um olhar desconstruído de padrões de ideal, mas para particularidade de infâncias diversas.

## 2.3 Família e circulação de crianças: conceitos indissociáveis nas famílias interlocutoras

A antropóloga Mariza Corrêa – ao apresentar o livro o qual esta tese tem como inspiração basilar e diálogo constante, *Caminhos da adoção* (FONSECA, 1995) – diz que Cláudia Fonseca, perguntando-se pelo significado das crianças em uma vila porto-alegrense, mostra que "não é porque não são queridas que circulam, e sim porque são muito queridas", e representam/ corporificam a ideia de família como um valor. Nesse sentido, os conceitos de família e circulação de crianças se cruzam e se completam.

Perguntando para mãe-Tiana o que significava as crianças em sua vida, ela abre um sorrido de satisfação e um suspiro de cansaço longo em seguida: "*Minha filha, para mim esses curumim que crio, criei e ajudo a criar até hoje são bençõe*s *de Deus. Deus colocou eles na minha vida pra minha vida ter graça, mas que dá trabalho dá, mas é uma benção"*. (Tiana, diário de campo, 2018).

Sarti (1996) afirma que o próprio projeto do casamento nos grupos populares, onde está implícita a constituição de uma família, "é indissociado da ideia de ter filhos (SARTI, 1985a). É inconcebível formar uma família sem o desejo de ter filhos. A ideia de família compõe-se, então, de três peças: o casamento (o homem e a mulher) a casa e os filhos" (SARTI, 1996)

Assim, é a criança que "faz a família", por essa razão, a ideia de circulação das crianças é indissociada também da ideia de família, especialmente nos grupos populares. Falar de família sem acrescentar o papel e a importância das crianças para entender as relações familiares em camadas populares é praticamente impossível e sem sentido algum, porque o que dá sentido/significado/valor à família é a criança.

Desse modo, é importante compreendermos que a ideia de família e circulação de crianças aparece neste trabalho numa condição de inseparabilidade, especialmente porque, entre grupos populares, a ajuda mútua e valores familiares são parte de uma realidade que pertence à ordem

simbólica, na qual a criança ocupa lugar central. Assim, como aponta Sarti (2004):

> [...] uma concepção de família como uma realidade de ordem simbólica, que se delimita por uma história contada aos indivíduos e por eles reafirmada e ressignificada, nos distintos momentos e lugares da vida familiar, considerando a relação da família com o mundo externo (SARTI, 2004, p. 11).

Nesse sentido, a circulação de crianças se insere, como argumenta a autora, como um valor nas relações/significados/reafirmações enquanto família. Para Sarti (2004), é necessário entender o lugar das crianças nas famílias dos grupos populares e compreender a necessidade de diferenciar as famílias que cumpriram as etapas do seu desenvolvimento sem rupturas, em que os filhos tendem a se manter no mesmo núcleo familiar, e as que se desfizeram neste caminho, alterando a ordenação da relação conjugal e a relação entre pais e filhos.

> Nos casos de instabilidade família, por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estruturada e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida (SARTI, 2004).

Ainda segundo a autora, nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte que o vínculo mãe-filhos. Uma nova união tem implicações na relação da mãe com os filhos da união anterior que expressam o conflito entre conjugalidade e maternidade. Isso também implica na circulação, pois como aponta Fonseca (1995), “as sociedades tenderiam a oscilar historicamente entre conjugalidade e a consanguinidade – uma firmando-se à custa da outra” (FONSECA, 1995, p. 74).

A questão da consanguinidade versus conjugalidade (afinidade), como aponta Fonseca (1995), tende a oscilar de sociedade para sociedade, mas também dentro do próprio grupo estudado observamos essa oscilação. No caso em que nos debruçamos no Amazonas, existem regras para a preferência da consanguinidade ou da conjugalidade, não é algo aleatório e sim algo bem demarcado por regras e acordos mútuos que são da ordem simbólica, mas se realizam de forma concreta no cotidiano vivido pelas famílias. Vamos observar isso mais adiante com detalhes acerca das famílias e particularidades locais.

Assim, a circulação de crianças como prática de famílias dos grupos populares é, repito, indissociada da própria ideia de família como um valor desta e algo que faz as relações de parentesco ganharem significação e manterem/reforçarem, e até mesmo romperem, laços de família.

### 2.3.1 A circulação de crianças: a história de uma categoria analítica

Mas, afinal, o que significa o termo “circulação de crianças” e como ela se constitui como categoria fundamental para entender família, especialmente de grupos populares no Brasil e, em especial, no Amazonas?

A antropóloga Cláudia Fonseca é a uma das grandes responsáveis pela difusão dos primeiros e mais proeminentes estudos sobre circulação de crianças em famílias de grupos populares no Brasil. No decorrer de sua pesquisa com cerca de 120 famílias, encontrou relatos de quase cem crianças que haviam “circulado”; e nunca soube de uma só delas que tivesse sido legalmente adotada. Desse modo, Fonseca (1995, p. 9) define a circulação de crianças como “uma prática familiar, velha de muitas gerações, em que crianças entre as casas de avós, madrinhas, vizinhas, e “pais verdadeiros”. Dessa forma, as crianças podem ter diversas “mães” sem nunca passar por um tribunal”.

Sendo assim, na antropologia utilizamos, há algum tempo, o termo “circulação de crianças” para designar a transferência de uma criança entre uma casa e outra, seja sob a forma de guarda temporária ou de adoção propriamente dita. Ainda para autora citada, este tipo de alocação de crianças é muito mais pronunciado em certas regiões do globo do que em outras (FONSECA, 1995). Fonseca coloca ainda que:

> A creche, a adoção e até o “abandono” poderiam ser encarados enquanto modalidades diferentes desse fenômeno mais geral. Na grande maioria dos casos, trata-se daquilo que os ingleses chamam de *fosterage*. A criança deixa a casa dos pais para morar na casa de outros adultos – e as vezes herdar – mas não perde sua identidade social original (FONSECA, 1995, p. 116)

Agora, é importante lembrarmos, antes de dar prosseguimento, que Fonseca, em suas pesquisas nos anos 80 e 90, busca/percebe a circulação de

crianças em famílias de grupos populares, pessoas de baixa renda e vivendo em uma vila sem infraestrutura adequada e sem a presença do Estado, em termos de serviços e instituições. Contudo, a autora lembra que "é preciso evitar o determinismo econômico que vê, em práticas como a circulação de crianças, nada além de 'anomia' resultado da pobreza" (FONSECA, 1995, p. 17). Isso significa que a prática da circulação de crianças, apesar de ser muito comum entre grupos populares, não está diretamente atrelada ao fator econômico desses grupos. Motta-Maués (2004) já pontuou com excelência a prática de um tipo de circulação de crianças entre famílias mais abastadas do Pará. Pontuamos a questão do não determinismo do fator econômico no fenômeno da circulação porque, a princípio, pode parecer que a "pobreza" é um fator determinante e que pode explicar a circulação de crianças como estratégia de sobrevivência de grupos populares, mas é importante informar, com ênfase, ao leitor/a que ele/a deve estar atento/a para não reduzir modos de vida e estratégias de reprodução (econômica, social, familiar, etc.) ao fator puramente econômico, mas atentar-se para outras regras da circulação de crianças, concebendo, dessa forma, o fator econômico como algo manejado pelas famílias de diversas formas para que a criança circule e não o contrário.

A pesquisa desenvolvida para esta tese apresenta famílias de grupos populares, que moram em bairros e comunidades de baixa renda, onde o tráfico de drogas se apropria de diversas áreas, o policiamento é ostensivo e violento para o bairro, há falta de saneamento básico, a falta de instituições e serviço do Estado é evidente e é algo que também está inserido e tem algum peso nas práticas da circulação de crianças nas famílias interlocutoras dessa pesquisa, mas, como em Fonseca (1995), não é determinante e implicam muitos outros fatores, regras, arranjos e estratégias de circulação de crianças para fazer, manter, reforçar, ressignificar ou até mesmo romper relações de parentesco e vínculos familiares. Dona Bina, nossa interlocutora mais idosa, relembra o início de sua vida em Manaus.

> *A gente morava num igarapé, né! Daqui quando o rio enchia muito a gente fazia as maromba pra ficar mais alto o piso, mas tinha época que enchia demais o rio e a gente precisava sair, por causa das cobra, dos ratos e da água mesmo, né, aí eu voltava para a comunidade com alguns*

> *dos meus filhos e outros ficavam na casa da minha irmã pra não perder a escola. Os curumim adoram a época da cheia, porque formava a piscina em volta da casa e da janela mesmo ou da porta pulavam na água, eles num queria sair nem com nojo, mas tinha época que éramos obrigado assim né, porque enchia muito. Era uma época boa, os menino adorava.*
>
> (Diário de campo, dona Bina, 65 anos, 2018).

A passagem lembrada por dona Bina, fala-nos das dificuldades econômicas de morar num igarapé, mas a forma como ela contornava e circulava as crianças é uma estratégia própria e que mantinha e reforçava vínculos familiares tanto com sua comunidade de origem, quanto com sua família que estava na capital. Esse tipo de circulação de pessoas, coisas e animais (porque eles também vão e voltam/são enviados e recebidos) é um traço comum nas famílias interlocutoras desta tese. As condições de vida podem se alterar conforme as condições geográficas. As peculiaridades da geografia e a sazonalidade encontrada no Amazonas são também fatores que devem ser levados em conta para a circulação de crianças no estado.

Dito isto, voltaremos ao histórico da categoria debatida aqui, apontando que no sistema de circulação de crianças, como observado por Fonseca (1995) em vilas porto-alegrenses, a criança mantém a identidade dos pais biológicos. Nas condições de interconhecimento existentes em um bairro popular, seria quase impossível que uma criança chamasse seus pais adotivos de “mamãe” e “papai”, elas mantêm geralmente contatos, ainda que esporádicos, com seus parentes consanguíneos. Este princípio consanguíneo aparece do início até o fim do sistema de circulação.

> Constatamos uma dinâmica familiar que prioriza laços consanguíneos e redes extensas de ajuda mútua, assim como noções particulares de infância e projeto familiar. É nessa conjuntura que se confirma a prática de circulação de crianças – o vai-e-vem de crianças entre as casas de diversas “mães” (genetriz, madrinha, vizinha ou avó) (FONSECA, 1995, p. 127).

Ainda para Fonseca (1995), “a ideia do bem-estar da criança é inseparável, nesses casos, da do bem-estar do grupo e não inclui noções sobre a “formação psicológica” da criança como indivíduo”. (pg.117). Em outras

palavras, ratifico que a formação e o bem-estar da criança incluem uma socialização, educação e valores apreendidos a partir da coletivização delas, os quais são transmitidos dos consanguíneos e/ou não para as crianças e a circulação delas é a estrutura responsável por essa transmissão.

Do ponto de vista socio-histórico, Fonseca (1995) analisa a circulação de crianças também como um resquício de uma tradição rural. “Não é incomum que no interior do Brasil as famílias mandem suas crianças para trabalhar como babá, empregada domésticas em troca de casa, comida e alguma instrução” (p.79). Isso significa dizer que a circulação de crianças pode ser herança de costumes rurais. Com certeza, isso é bem verdade, existindo ainda hoje essa prática e no Amazonas é bem comum, com explicações de que a capital tem mais oportunidades, enquanto que o fluxo contrário também ocorre da capital para o interior. É comum as famílias oriundas do interior do Estado enviarem suas crianças em certos períodos, ou para ajudar os parentes ou para “*parar de dar trabalho na cidade*[39]*”* (Tia Maria, diário de campo, 2018).

É comum também famílias inteiras retornarem para o interior em certos períodos. De qualquer modo, a herança de costumes rurais ainda é bem presente, especialmente no Amazonas[40]. Mas é importante, e isso será visto detalhadamente adiante, que para compreender a circulação de crianças somos forçados a olhar além das tradições rurais do passado ainda muito presentes no Brasil. No Amazonas esses traços ainda persistem e a circulação ainda tem muita ligação com tradições e formas de vida das comunidades do interior do estado, não necessariamente comunidades rurais, mas ribeirinhas e povos indígenas.

Para Fonseca (2006), “poucos pesquisadores estudaram a circulação das crianças nas sociedades complexas onde o Estado e os processos de

[39] Em referência ao sobrinho-neto que estava se envolvendo com uso e venda de drogas próximo de sua casa.

[40]Em seu conhecido romance *Dois Irmãos*, o escritor amazonense Milton Hatoum (2006 [2000]) fala sobre a Manaus das primeiras décadas do século XX e, é através da personagem chave Domingas, que retrata o contexto sociocultural do qual nos debruçamos. A participação da personagem em um colégio de religiosas, que acolhia órfãs das localidades ao longo dos rios e, entre outras coisas, as preparava para servirem (como “crias”) em casas de famílias abastadas da cidade, demonstra uma prática comum e recorrente retratada em obras literárias, Domingas é um tipo específico comum no Amazonas e em algumas regiões de todo o norte do Brasil.

globalização desempenham um papel importante". Contudo, a autora argumenta que:

> Nesses últimos anos, vimos surgir um certo número de estudos sobre a adoção que esboçam uma resposta a este desafio. Concentrando-se sobre o ponto de vista das famílias adotivas na Europa e na América do Norte, os pesquisadores desenvolveram teorias críticas sobre o "mito do abandono", por exemplo, e no caso de adoções internacionais ou transraciais, sobre a retificação das "origens culturais". Eles igualmente relativizaram os problemas de identidade nas crianças adotadas, sugerindo perspectivas inovadoras quanto às "famílias heterotópicas", à pluriparentalidade e ao "parentesco autoconsciente" (FONSECA, 2006, p. 13).

Desse modo, desconstroem-se categorias naturalizadas, que normalmente estão ligadas à família e, especialmente, ao processo de adoção. Sobre o termo a mesma autora diz:

> Curiosamente, o termo "adoção", frequentemente empregado pelos brasileiros de classe média, não faz parte do vocabulário cotidiano nos bairros que pesquisei (sem dúvida será compreendido, mas não é utilizado espontaneamente) Aqui, a relação entre pais substitutos e seus filhos não se traduz por um substantivo. Ela se exprime por variantes do verbo "criar": "o menino que criei", "a mãe que me criou". Os termos "pais de criação" ou "filhos de criação" existem, mas raramente são utilizados. A distinção é significativa, pois, linguisticamente, a ênfase é posta no vínculo mais do que no indivíduo autônomo (FONSECA, 2006, p. 13).

Aqui chegamos a um ponto importante e que será fundamental para a distinção, ou melhor, um acréscimo à categoria "circulação de crianças", na presente tese, das raízes de Cláudia Fonseca e da proximidade sociogeográfica e cultural com o trabalho de Motta-Maués. Existem particularidades do Amazonas que se inserem nas categorias e propostas analíticas feitas pelas autoras, mas acrescenta um fator primordial e basilar: a circulação de crianças, no Amazonas, não fala nem do que se entende como adoção, nem do que se entende como "crias da casa" – circulação/trânsito de crianças no estado, para além de adoções formais e informais, é responsável por fazer família e não é a partir da adoção/circulação que a família é feita, mas inversamente a isso – a circulação/trânsito de crianças e adolescentes é o ponto que tece as relações familiares e constitui a família. Isso, contudo, será demonstrado e ampliado nos capítulos posteriores.

Retomando a contextualização do tema, a circulação de crianças é uma questão que tem aparecido, sob uma perspectiva ou outra, nos estudos antropológicos influenciados por três principais correntes de pensamento: A

inglesa, com uma abordagem clássica, que evidencia os direitos e obrigações, com ênfase em processos formais de circulação de crianças (adoções) e processos não formais, que não têm o caráter de dádiva, como na francesa, onde a circulação aparece sob a forma da dádiva, e sob essa influência, a circulação de crianças é algo mais próximo da troca, em que “receber e dar” são um presente. Já na América, a circulação de crianças aparece como geradora de laços, comunicação e relações duradouras, aparecendo a partir da perspectiva da escola de cultura e personalidade, onde as experiências vividas pelas crianças ganham grande importância e são objeto de relevância para essa escola, pois a cultura é fundamental na configuração dos indivíduos que a compõem. Assim, a composição dos estudos sobre circulação de crianças em diversas populações ao redor do mundo ganha corpo a partir da influência dessas três principais escolas de pensamento.

No Brasil, a partir dos estudos de Claudia Fonseca (1995), Sarti (1996), Motta-Maués (2004), Dantas (2008), observa-se uma grande influência da escola francesa e da inglesa. A circulação de crianças em Porto Alegre como dádiva e a circulação como direitos e obrigação, se pensarmos em relação às “crias da casa” (MOTTA-MAUÉS, 2004). Beltrão (2016) discute a circulação a partir das relações ocultadas e violentas das quais a circulação de crianças também se inscreve, especialmente entre crianças indígenas e quilombolas, marcando a circulação de meninas, considerando as relações interclasses, marcadas por manifestações de discriminação étnica e racial. Acredito que a produção de Patrice Schuch, Fernanda Bittencourt Ribeiro e Claudia Fonseca (2013) oferece uma ótima contextualização das “Infâncias e crianças” e os estudos mais proeminentes sobre circulação de crianças.

Sendo assim, meu trabalho se inscreve entre a prática da circulação como dádiva e a percepção das famílias sobre essa circulação, baseadas fortemente em suas raízes, descritas também em Beltrão (2016) e de contraponto ao Estado e às questões de violações de direitos e violências. Como essas duas esferas (família e Estado) divergem no modo como olham para a circulação, a infância e a criança. A primeira do ponto de vista de fazer, fortificar parentesco e de ser família a partir da circulação de crianças e o segundo trabalhando com uma noção de família que não cabe em nosso contexto sociocultural.

### 2.3.2 A circulação de crianças na Amazônia: “crias da casa” e outros estudos

Cláudia Fonseca (1995), em sua pesquisa sobre a circulação de crianças em uma vila porto-alegrense, apontou que encontrou um número surpreendente de mulheres tendo, num momento ou noutro, criado uma criança que não era a sua.

> Ao final de contas, entre as 120 famílias contatadas ao longo desta pesquisa, levantei uma centena de pessoas que tinham passado sua infância em lares de diferentes mães: madrinhas, avós, e outras mães de criação. Nenhuma delas tinha sido legalmente adotada (FONSECA, 2006).

Suas análises centravam-se nos problemas imediatos das pessoas – a colocação de crianças em lares adotivos como estratégia de sobrevivência e as disputas entre mulheres por uma mesma criança. A autora aponta, contudo, que, na vila[41], colocam-se crianças como estratégia de sobrevivência sim, “mas o momento da transferência e a pessoa designada para receber a criança são frequentemente escolhidos em função de outras considerações não diretamente ligadas à sobrevivência” (Fonseca, 1995, p. 98).

Na Amazônia, esse é um tema pouco frequente nas pesquisas, como dito anteriormente. Contudo, alguns trabalhos são importantes, pois abordam a questão da circulação de crianças na Amazônia por dois vieses diferentes. O primeiro a partir do olhar da exploração do trabalho doméstico infantil e o segundo refere-se à circulação de crianças, a partir de Belém do Pará, o que não deixa de considerar a aspecto obscuro da circulação de crianças, que é a exploração de trabalho doméstico infantil e sexual, ambos atingindo em especial meninas das comunidades que vêm para a capital do estado enviadas por seus pais para estudar e trabalhar em casa de parentes, sejam eles mais abastados ou que consigam oferecer o mínimo de alimentação e abrigo para a criança.

No primeiro eixo temático, os trabalhos versam sobre a condição das crianças exploradas, sob a ótica das relações de poder. Podemos destacar os

[41] Vila onde foi realizada a pesquisa em Porto Alegre - RS.

trabalhos de Maria Luiza Nobre Lamarão (2008) e Luís Fernando Cardoso e Cardoso (2002) ambos com pesquisas realizadas em comunidades do Pará. No segundo eixo, temos o trabalho emblemático, como já citado, de Maria Angélica Motta-Maués (2004, 2009 e 2012) que aborda a circulação de crianças nas famílias paraenses “de modo mais amplo e flexível para incluir nela fluxos mais curtos e dinâmicos” (MOTTA-MAUÉS, 2004).

> De todo modo, o que a “circulação de crianças” tem em comum, em qualquer tradução, é ser um fenômeno que se atualiza na cidade. Se tal fenômeno tem sido pensado, na sua face mais explícita, dentro da discussão sobre infância e família, ele implica também numa outra expressão nunca visibilizada: a das diferenciações, hierarquias, estratégias que regem a movimentação das crianças no espaço da casa, entre os lares, entre o lar original ou receptor e outros espaços, o que implica, de um lado, em sua inscrição na “geografia” da casa (as diferentes casas de suas andanças) e, de outro, da própria cidade. O que estamos dizendo é que os atores dessa prática (e ela mesma) existem e constituem uma face relevante e desconsiderada da vida social urbana (moderna) na Amazônia [...] (MOTTA-MAUÉS et al., 2008).

Motta-Maués (2004) amplia um pouco mais o escopo dos motivos para a circulação de crianças, apontando classes mais abastadas do Pará em que a circulação também acontece e inserindo um elemento importante, que é a dinâmica da circulação em períodos mais curtos em que as crianças ficam em lares “adotivos”.

Um ponto importante do trabalho de Motta-Maués que destaco aqui é a mudança do “eixo da consideração das razões pelas quais se tem afirmado que as meninas e meninos de grupos populares circulam” (MOTTA-MAUÉS, 2004, p. 3). Ainda para a autora, “as crianças pertencentes às camadas médias e altas também partilham com os primeiros das mesmas modalidades de sua, por vezes, extensa e intensa vilegiatura” (p. 3).

Desse modo, a autora acrescenta a circulação de crianças também nas camadas médias e altas no Pará, ou seja, amplia o uso do termo e retira o determinismo econômico que a circulação de crianças pode aparecer como consequência. Fonseca (1995) já havia falado disso, mas o trabalho de Motta-Maués é fundamental para entendermos a categoria como algo que faz parte, de uma forma ou de outra, das configurações e arranjos familiares. Contudo, para Motta-Maués, há uma diferença entre a circulação de crianças nas diferentes camadas sociais no Pará:

> Neste sentido, o que queremos dizer mesmo, sobre a relação entre a prática da "circulação de crianças" e as camadas sociais, é que a "verdadeira" diferença, se pudéssemos falar assim, entre grupos populares e camadas médias, neste particular, é uma espécie de obrigatoriedade. Que se atualiza mais explícita e volumosamente entre os primeiros, dada sua representatividade na população do país e que, embora também por razões iguais às das camadas médias, considerando suas condições de vida (de "pobreza", de "pobreza extrema"), ressalta aos olhos a evidência e recorrência dessa prática entre eles. Sem esquecer a quase ausência de dados, sobre as camadas médias, neste aspecto particular, como já foi assinalado em outro trabalho (MOTTA-MAUÉS, 2004) e em outros - a chamada gravidez na adolescência sendo um exemplo (MOTTA-MAUÉS et al., 2008, p. 3).

Outro ponto fundamental e inovador do trabalho de Motta-Maués é o achado etnográfico acerca das "crias" de família. Casos comumente encontrados na Região Norte do país, especialmente no Amazonas e Pará. O fenômeno aparece na historiografia, na literatura e na antropologia.

Por outro lado, tem sido uma prática hoje muito combatida pela rede de proteção à criança e ao adolescente, mas mesmo sendo alvo, atualmente, de um olhar que torna tal prática um problema social, ainda são muito comuns a relativização e a defesa dessa prática que consiste em:

> As "crias" de família são, em sua maioria, mulheres, meninas, advindas principalmente de municípios do interior do estado ou de estados vizinhos, que vêm para Belém, enviadas por seus familiares na intenção de serem aí criadas, educadas por uma família, ajudando também, aprendendo as tarefas domésticas. Para isso, são entregues, às vezes por intermediários, a uma família da cidade, a qual pode ter alguma relação com a sua de origem (parentes consanguíneos, compadrio etc.) ou não; geralmente vêm ainda crianças (por vezes, bem pequenas, com seus sete, oito anos) ou adolescentes, para "ajudar" nos serviços domésticos e em "troca" obter moradia, vestuário, educação, ou seja, uma "chance na vida". (MOTTA-MAUÉS et al., 2008, p. 3).

Para a autora:

> A peculiaridade desta personagem é dada devido a sua posição ambígua no interior das relações familiares, já que, ora ela é (ou pode, eventualmente, ser) tratada como alguém que é "quase da família", uma espécie de "filha de criação", e ora como uma serviçal, uma empregada doméstica (MOTTA-MAUÉS, 2007).

Nesses casos, Motta-Maués observa também a dualidade de sentimentos, pois "as crias" desenvolvem afeto e gratidão, mas também muita mágoa devido ao estatuto desigual que lhes é atribuído em relação aos filhos legítimos. Esse mesmo "estatuto ambíguo, ambivalente", precisamente como

colocado por Motta-Maués, é que se permite também que se constitua variadas situações que vão desde a exploração do trabalho infantil, abuso e exploração sexual, violência física – que pode até mesmo resultar em morte –, até "um tipo de relação 'suavizada' pela afetividade, a dedicação, a obediência assim exigida e atendida da parte da cria que permite, tem permitido, segundo nossos dados, longas e fiéis ligações entre mulheres (e suas famílias) nas opostas posições da 'cria' e da 'dona'" (MOTTA-MAUÉS et. al, 2007).

Em resumo, Motta-Maués traz a "cria de família" a partir da circulação de crianças, onde se materializam relações hierarquicamente desiguais, além de inserir diferentes camadas sociais e ciclos curtos e longos da prática da circulação de crianças. A autora faz a seguinte síntese, que denota perfeitamente o caráter de seu trabalho:

> Assim, cruzando camadas, gerações, gênero, referência temporal, espaços físicos da cidade, esperamos ter acompanhado formas diversas da prática da "circulação de crianças", destacando nelas os diálogos que estabelecem com a casa, entre as casas, entre estas e a rua, no espaço urbano (MOTTA-MAUÉS et. al., 2007).

Cláudia Fonseca e Maria Angélica Motta-Maués têm me acompanhado desde o início de minhas inquietações teóricas, num diálogo intenso e constante com seus escritos. Por essa razão, os trabalhos das autoras em questão subsidiaram teórica e etnograficamente a pesquisa desenvolvida nesta tese, na medida em que versam sobre família e circulação de crianças no norte e no sul do país, trazendo elementos importantes que nos ajudam a pensar comparativamente essa questão no Amazonas, particularmente em Manaus.

Contudo, o trabalho aqui apresentado traz algumas especificidades encontradas no Amazonas, além de observarmos que a circulação de crianças contém elementos encontrados tanto em Fonseca quanto em Motta-Maués, seja em períodos mais curtos e/ou adoções informais definitivas ou não, seja no trânsito entre casas de determinadas redes de parentesco, a circulação de crianças em Manaus aparece como algo intrínseco às famílias, extremamente naturalizada. Questioná-la e problematizá-la não é algo que faça sentido para famílias, como algo que exista deliberadamente ou conscientemente. Além disso, tem se configurado como um problema para o Estado quando, por algum conflito ou violência, chega à esfera pública de resolução de conflitos.

### 2.3.3 A transformação da prática circulação das crianças em problema social para o Estado

Um problema social é um fenômeno construído de forma gradual ao longo dos anos. É condição que, na perspectiva do Estado ou de grupos sociais, demandam resolução para os problemas e as disfuncionalidades que se acredita que existam. A definição do que é um problema social depende, portanto, das condições e características particulares do grupo social e é construída ao longo dos anos e das demandas de cunho econômico, político, relacionamentos, violências, subjugação e uma infinidade de causas que direcionam para construção de um problema social. Maria da Conceição Tavares da Silva (1967), ao analisar elementos básicos dos problemas sociais, bem como a polêmica a respeito da possibilidade de um estudo objetivo desses problemas, primeiro faz uma distinção entre problema social e problema sociológico, o último pertencendo ao conhecimento científico, o primeiro baseado em juízos de valor. Assim, a autora bem comenta:

> Divergências são, portanto, possíveis no diagnóstico de problemas sociais, dependendo de sistemas de valores contraditórios. Podemos, em particular, distinguir entre diagnósticos conservadores, reformistas e revolucionários. Podemos chegar a uma visão objetiva (sociológica) dos problemas sociais? O fato de o conceito de problema social pressupor uma referência a valores não impossibilita tal objetividade. Os valores coletivos estão presentes em todas as realidades com as quais o sociólogo lida e que tenta definir e compreender (SILVA, 1967).

Assim, a definição de como e onde emerge um problema social e de sua construção é complexa e verificada ao longo dos anos. Dessa maneira, a problematização do tema abordado neste trabalho emerge de diversas demandas de Estado que têm problematizado a infância e as formas de arranjos familiares no Brasil.

É por essa razão que, aparentemente, não há essa questão de circulação de crianças para os interlocutores da pesquisa como um problema, mas podemos perceber que essa problemática aflora mesmo do Estado, para normatizar condutas e “adoções” e, também, muito da academia, da ciência que buscar racionalizar comportamentos e práticas que não necessariamente representam um problema social, mas uma descoberta importante sobre os diferentes modos de vida das sociedades, podendo, com isso, gerar

conhecimento sobre nós mesmos, sobre o mundo e, mais, podendo subsidiar políticas públicas de atendimento à família e à criança nas esferas públicas de atendimento médico, jurídico e socioassistencial.

A prática da circulação de crianças também passou a ser um problema social à medida que as noções de família, criança e infância foram sendo remanejadas conforme ideais de classe e políticas para família a partir de valores dominantes. Desse modo, a circulação de crianças passou a ser situada no contexto urbano contemporâneo dos grupos populares dentro de um conflito inerente ao sistema, ou seja, um problema social.

Para resolver problemas sociais traçam políticas públicas, que se concretizam através de programas sociais. O conceito de política pública, como aponta Cristiane Bonfim Fernandez (2012), é polissêmico e, portanto, variados são os pontos de vista e suas interpretações. O MDS[42], no Estudo Técnico n.º 07/2013[43] apresenta, baseado em Villanueva (2006), que política pública é, na definição de Nascimento (1991):

> o conjunto de decisões tomadas por aqueles que detêm competência legal para deliberar em nome da coletividade – as instituições de Estado – visando à solução de um problema ou ao redirecionamento de uma tendência, com a intenção de orientar sua evolução para um fim estabelecido como o desejável. Distingue também a diferença entre Políticas e Programa público. Sendo a segunda definida como um dos instrumentos operacionais das políticas públicas. Mais especificamente, trata-se de um conjunto sistêmico de ações programadas e articuladas entre si, com objetivo de atender uma demanda pública específica, encampada na agenda de prioridades de políticas públicas do Estado ou governo. Assim, um programa social é um conjunto de atividades direcionadas para solucionar um problema vivenciado pela sociedade, no seu todo ou por grupos (ROSSI et al., 2004).

Pensando na forma como se faz política pública, especialmente para família, observamos que a resolução de problemas sociais desses atores parte de premissas do Estado, mas cabem, a título de reflexão, os questionamentos:

---

[42] Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), criado no governo do ex-presidente Lula. Foi incorporado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário por Michel Temer. No Governo Bolsonaro (eleito em 2018), o MDS foi extinto e a pasta transformada em uma secretaria dentro do Ministério da Cidadania – resultado da fusão das pastas de Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes.

[43] Realizado pela SAGI (Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação), criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do MDS para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

Essas premissas são geradas a partir de contexto sociocultural local? Ou parte de premissas pré-estabelecidas a partir de concepções de mundo e objetivos normatizadores?

As leis e diretrizes de atenção à família, em âmbito público, são excelentes e de “primeiro mundo”, como bastante comemorado com o advento do ECA. Um exemplo clássico que costumo apresentar é que, para identificação dos componentes familiares, deve-se utilizar como parâmetro o conceito de família adotado e recomendado pelo antigo MDS, que reconhece não apenas o grupo formado pelos pais ou por um dos progenitores e seus descendentes, mas, também, as diferentes combinações resultantes de agregados sociais, formados por relações consanguíneas, relações afetivas ou de subsistência e que assumem a função de desenvolver afetos, cuidados e condições de reprodução social e da espécie.

Um conceito excelente e que deveria ser bem adotado nas resoluções de conflitos nas instituições de atenção à família e à criança.

Mas, na prática, há uma dificuldade enorme de aplicação desse conceito na identificação e resolução de conflitos familiares, advindos da circulação de crianças ou de outros tipos de conflitos e violações de direitos, apesar dos esforços das profissionais técnicas em atender a proposta de olhar para a multiplicidade de arranjos e trabalhar a partir dessa diversidade.

As novas políticas para a família implementadas pelo atual governo, eleito em 2018, representa um retrocesso no que diz respeito às questões de diversidade de arranjos familiares e políticas para a criança, que passa a representar um ser único, assim como família. As possibilidades de modos de vida e diferentes infâncias ficam reduzidas, novamente, a um ideal dominante que tem propósito de regredir ao estatuto submisso da mulher e da criança na sociedade brasileira. A respeito disso, a antropóloga Cláudia Fonseca (2020) fala dessas políticas familistas do cenário atual. Assim, diz ela:

> Fico perplexa diante de políticas públicas familistas que promovem, por exemplo, homeschooling e educação à distância, inclusive para as primeiras séries. Atrás dessa campanha, parece existir uma aposta na família nuclear, com a mulher inteiramente dedicada aos filhos e com um pai que permanece como autoridade final. Na minha opinião, esse tipo de família que vive num ambiente enclausurado, que não se abre para uma certa normalização pelo olhar público, é o que há de mais preocupante. Deixa a mulher, os velhos e as crianças expostos aos humores de quem detém a força bruta e financeira

> dentro desse núcleo (FONSECA em entrevista para GENTILI, 2020, p. 93).

Nesse sentido, alguns avanços ainda carecem de reflexão e consolidação para que não haja retrocesso nas políticas públicas para a família e que diferentes arranjos possam coexistir inseridos dentro dessas políticas de acordo com suas configurações. Assim, a política pública recente reflete a chamada "desestrutura familiar" partindo das condições econômicas e dos casamentos formais e heteronormativos[44].

Para Abrão e Mioto (2017), o debate acerca da família enquanto pertencente ao campo da política social só começa a ter visibilidade nos anos 2000, surgindo aí o ideal neoliberal de família. As autoras apontam que:

> Um debate que no Brasil, apesar das importantes contribuições do movimento feminista, só começa a ter visibilidade nos anos 2000, quando a família é retomada como matricial no campo da política social, momento em que começa a ter visibilidade o caráter familista que impregna a concepção de proteção social do ideário neoliberal e quando se assiste, no país, à maior ofensiva para o desmantelamento das políticas sociais que visam garantir os direitos sociais (ABRÃO e MIOTO, 2017, p. 421).

O fato é que as dificuldades não se encontram somente em termos micros, ou seja, no atendimento pessoal de cada profissional técnico. Esses atendimentos representam a ponta do *iceberg*, refletindo, na verdade, as políticas de um Estado que não contemplam a diversidade e as múltiplas formas de família brasileiras. Assim, "ao mesmo tempo em que se consideram as funções sociais e econômicas desta prática, destaca-se o conflito inerente ao sistema" (FONSECA, 1995, p. 10).

Contudo, a proposta é repensar a ideia de problema social novamente e aderir a uma forma de recontextualizar e trabalhar com a ideia de circulação de crianças não mais do ponto de vista do problema, mas como solução. Como propõe muito bem Fonseca (1995):

> Observando a prática de circulação de crianças como uma estrutura básica da organização de parentesco em grupos brasileiros de baixa renda, nossas atenções se deslocam de um "problema social" para um processo social, e nosso enfoque analítico muda de "colapso dos valores tradicionais" para formas alternativas de organização vinculadas a uma cultura popular urbana (FONSECA, 1995, p. 15).

[44] Ver Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional da Família Esplanada dos Ministérios, Bloco A. CARTILHA SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS FAMILIARES. Brasília - DF, 2020.

Continua ainda a autora que:

> A indignação diante da justiça social e da boa vontade não bastam, contudo, para viabilizar a transformação da sociedade. Há o perigo de que essa indignação leve a uma visão estereotipada da realidade e barre o caminho para a percepção das formas particulares de vida social que existem neste contexto. [...] Muitas vezes é com as melhores intenções que o pesquisador e os técnicos profissionais sublinham os espaços negativos do grupo com o qual trabalha, enfatizando “faltas”, “carências”, problemas etc. No entanto, colocado dessa forma, o grupo parece pura nulidade. A única coisa que resta em questão é um potencial para eventualmente, se tornarem humanos, inteligentes e sensíveis à condição de que algum redentor filantrópico queira ajudá-los. “Nem é preciso dizer que tais atitudes reforçam as estruturas de dominação – estruturas que visam isolar o indivíduo do grupo para melhor discipliná-lo”. (FONSECA, 1995).

Ressaltamos que essa posição é muito vista, em termos profissionais, nos atendimentos técnicos das instituições que atuam na proteção à criança e ao adolescente, mas com uma boa prospecção de mudança na questão de trabalhar a família e não mais o indivíduo. Contudo, ainda resiste um ideal de família nos atendimentos e resolução de conflitos nessas esferas públicas de atenção à família a partir de estruturas de dominação. Não aleatoriamente, as primeiras-damas assumem a pasta da Assistência Social, sem qualquer expertise, mas com conotação de filantropia, como é vista a Assistência Social nos diversos governos brasileiros.

Assim, fica a questão: como a rede de proteção à criança e ao adolescente e as demais esferas de atenção à família, que trabalham de uma forma desarticulada, ou seja, cada um tentando fazer o seu papel, sem se conectar ao nó seguinte que forma a rede e com noções de família e infância dominantes, pode contribuir para reordenar/ressignificar redes de parentesco que, segundo a rede protetiva, é desestruturada?[45].

[45] Concordando com Fonseca (2005), quando reflete: “Creio que haja outro motivo para minha rejeição da conotação de "desestruturada" ligada à minha própria família. É que "desestruturada" é uma palavra usada para descrever a família dos outros. Não simplesmente outros... ainda por cima, pobres. É como se, numa espécie de lógica *post ipso facto*, uma pessoa bem-sucedida, por definição, não poderia vir de uma família desestruturada” (FONSECA, 2005, p. 56).

## 2.4 A família, a criança e o Estado: a rede de proteção à criança e ao adolescente e a circulação de crianças

Para autoras como Costa e Waquim (2015) que tratam do direito da família, “no Brasil, durante muitos séculos, o modelo legal e, portanto, legítimo de família era aquele constituído pelo casamento religioso ou civil” (COSTA SOUSA; WAQUIM, 2015, p. 71), mesmo que boa parte da população não possuísse os recursos financeiros necessários para arcar com os custos da solenidade do casamento, ou que não professasse a fé católica, ou simplesmente não desejasse a autorização do Estado para a constituição de uma família, as entidades formadas à margem da lei eram, da mesma forma, marginalizadas pelos Poderes Públicos, sendo alvo de grande preconceito na sociedade. “Da adoção pelo Estado de um modelo único para a formação de uma família decorreram inúmeros desdobramentos com a mesma carga pré-conceitual e restritiva de liberdades” (p. 71).

As autoras citam ainda a posição dos filhos na família como exemplo desse modelo único de família. Segundo elas, “como padrão, os filhos, para serem considerados legítimos, deveriam nascer no seio de um casamento válido. Mesmo se nascessem de genitores solteiros, a ausência do vínculo do casamento lhes contaminava com a pecha de ilegítimos, bastardos ou espúrios” (p. 72). Desse modo, do ponto de vista legal:

> A família tradicional brasileira, assim, possuía duas funções bem delimitadas no espaço social: a de legitimar a transmissão do patrimônio e a procriação. Tais funções expressavam as características da própria sociedade da época, patriarcal, patrimonialista, hierarquizada, individualista e com pouca preocupação com o bem-estar social (COSTA SOUSA; WAQUIM, 2015, p. 72).

Modelo que Freyre descreveu perfeitamente. Nele, a criança tinha um lugar de subalternidade, incapacidade, “meio adulta”, sem muita importância na constituição da família. Assim, não se considerava o lugar central que a criança ocupava dentro da família, especialmente, das famílias outras que partilhavam de arranjos familiares diversos.

Para Lowenkron (2008), a ideia de incapacidade associada à infância é uma ideia frágil e mutável conforme o contexto. A autora aponta que a incapacidade legal de autogestão que define a dimensão tutelar

da menoridade apoia-se na ideia de uma incapacidade “natural” que define uma “fase da vida”. No entanto, diferentes atividades são associadas a diferentes menoridades, de modo que a questão crucial não é tanto saber se determinado sujeito é considerado “criança” ou não, mas sim considerado “criança” para quê (LOWENKRON, 2008). Em campo, o que se observa é que, em determinadas situações, se aciona essa ideia de criança incapaz e em outras não, dependendo da situação, em especial em relação às meninas e à idade de consentimento. Perpassam aí as intersecções entre gênero, raça e classe que são manejadas conforme o perfil da criança-vítima/incapaz ou da criança-agressora/consciente do que faz. O fato é que elas, as crianças, são agentes fundamentais da configuração familiar e, portanto, da circulação ou vice-versa.

Nessa perspectiva, o que pretendo apresentar são as formas como o advento da criança como sujeito de direito, as leis, diretrizes, normas e as instituições fortemente marcadas por um novo olhar sobre a criança que têm sido fundamentais para entender uma dinâmica que tem driblado ou modificado as adoções informais e/ou a circulação de crianças por períodos mais curtos. Como as famílias têm se organizado com relação a esses pontos é um dado importante que pretendo problematizar durante a análise empírica de dados posteriormente apresentados.

Compreendendo a criança e o adolescente como tendo um papel central na vida familiar, assinalo que os debates acerca desses “novos” sujeitos universais de direito, que em dadas situações se sobrepõe à família (VIANNA, 2005; LOWENKRON, 2007), é umas das temáticas centrais neste trabalho, pois os debates acerca desse tema serão essenciais no processo de constituição de possíveis configurações familiares e itinerários/circulação infanto-juvenis no Amazonas.

Fonseca (2006) aponta que “pesquisas históricas sugerem que a circulação de crianças é uma prática comum no Brasil que, inclusive, nem sempre foi restrita às camadas mais pobres da população”. Assim, seguindo o processo de que a noção de família e criança foram ganhando roupagem dentro dos termos jurídicos, médico e político, Fonseca (2006) argumenta ainda que a circulação de crianças:

> [...] sofreu certamente importantes modificações desde a época colonial, pois, como todo elemento da dinâmica cultural, ela é constantemente reelaborada em função de novas circunstâncias. Contudo, planejadores, optando por conceitos eurocêntricos de família e categorias moralizantes para os pobres, conseguiram ignorar por completo a realidade com qual se deparavam. Sugerimos que a circulação das crianças existe hoje em camadas populares e que essa experiência histórica torna-se relevante na sua interação com as leis e políticas do Estado (FONSECA, 2006, p. 24).

O Estatuto da criança e do adolescente – ECA[46] é um marco histórico na noção de criança e infância no Brasil, mas, como assegura Fonseca, além do ativismo, que tem papel fundamental na luta pelos direitos de crianças e adolescente, é preciso lembrar a influência significativa de uma onda internacional que modifica o status pré-estabelecido das noções de criança e infância[47]. Nas palavras de Fonseca (2004), "muitas coisas que aparecem no ECA fazem parte, sim, de movimentos da sociedade civil, mas, ao mesmo tempo, não devemos esquecer que esse documento é fruto também de uma forte influência do exterior e dos fóruns de debates internacionais" (FONSECA, 2004, p. 02).

> Até que ponto um documento nacional como o ECA reflete disputas políticas globais e até que ponto reflete valores e experiências mais próximas à realidade brasileira: Para responder essa pergunta, devemos considerar o ECA não somente como fruto de diversas influências contemporâneas (nacionais e internacionais), mas também como um momento específico da história dos direitos da criança[...] (FONSECA, 2004, p. 02).

[46] Decreta, entre outras coisas, o direito de toda criança brasileira à "vida, à saúde, à alimentação, à educação, aos esportes, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária" (art. 4).

[47] Em entrevista para Agostina Gentili (2020), Fonseca fala do surgimento do ECA e das transformações em sua utilização na política pública e do retrocesso no que diz respeito à adoção. Para a autora: "Depois da promulgação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente, esse documento virou praticamente Bíblia entre profissionais do campo. Na época, eu tinha certo desconforto com tamanha sacralização, mas hoje estou com saudades daquela época. O Estatuto era sustentado em dois princípios fundamentais que deviam andar juntos: o do interesse prioritário da criança e o da justiça social. Isso significava que assegurar a proteção da criança devia envolver um trabalho de colaboração com os pais ou outros cuidadores do entorno. A intervenção era dirigida tanto para o fortalecimento de uma rede de serviços públicos e comunitários quanto para a fiscalização das famílias. Remover a criança da família e torná-la disponível para a adoção era uma medida que existia só como último recurso. De fato, desde 1989, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança deixava claro que – em qualquer lugar do mundo – a adoção devia ser acionada apenas em casos excepcionais. Minha sensação é a de que, pelo menos no que diz respeito à adoção, o modelo de justiça social tem definhado ao longo da última década". (Entrevista de Agostina Gentili com Claudia Fonseca, 2020, p. 93).

Outro avanço importante e que muito foi comemorado foi sobre as vantagens da lei federal (8.069/1990) em relação a suas edições anteriores, de 1927 e 1979. O termo estigmatizado “menor” foi trocado pelo mais ameno “criança e adolescente”, a política tutelar foi substituída por uma filosofia de “proteção total” à criança, e um evidente objetivo de controlar jovens cedeu lugar ao desejo de garantir seus direitos (FONSECA, 2004, p. 01). Recomendado como um documento “digno do Primeiro Mundo”, e até “mais avançado”, em alguns aspectos, do que os direitos da criança da Convenção das Nações Unidas, o ECA foi visto por muitos ativistas como um marco histórico que mudaria o destino das crianças brasileiras (FONSECA, 2004, p. 01). Desse modo, segundo a autora:

> Sem jamais negar os importantes avanços do ECA e ainda que repudiando qualquer retrocesso dos direitos conquistados (por exemplo, o do limite de idade de imputabilidade penal), sugiro que essa legislação só não foi mais eficiente porque não houve avaliação crítica que permitisse reajustes. Meu intuito aqui é, portanto, retomando de forma sumária certos aspectos históricos da legislação sobre direitos da criança, colocar o ECA em perspectiva. A ideia não é desmistificar o espírito progressista que animou o documento, mas, sim, propiciar uma interação crítica e dialógica com o conteúdo do ECA (FONSECA, 2004, p. 01).

Assim, para concretizar esses avanços na lei e nas noções de família, criança e infância, além dos avanços dos campos médicos e jurídicos, a Assistência Social cumpre um papel fundamental nessa concretização.

A Lei Nº 8.742, de sete de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil. Desta forma, a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, deliberou a implantação de um Sistema Único de Assistência Social e, em cumprimento a essa deliberação, o MDS implantou o SUAS, com objetivo de estabelecer programas e serviços socioassistenciais. O SUAS organiza suas ações em dois tipos de proteção social: a primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; a segunda é a Proteção Social Especial (PSE), destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que já tiveram seus

direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Dentre os serviços do PSE é que está inserido o CREAS.

Os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) – têm como sua principal finalidade atender famílias que estão vivenciando situação de violação de direitos, tendo prioridade o atendimento a crianças, adolescentes e seus familiares que estejam em risco por negligência, abandono, ameaça, maus tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais e restrições a vida. Conforme o "Guia de Orientação para Gestão do CREAS[48]", as principais atividades que constituem o trabalho social essencial dos profissionais do CREAS são: acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família; acesso à documentação pessoal; identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio.

No papel, as diretrizes de proteção social e os programas sociais parecem abarcar uma série de ações que dão conta da prevenção e da "recuperação" de direitos violados. A questão é que, na prática, há um conflito com os modos de vida, arranjos familiares, formas de sobrevivência e reprodução dos grupos populares. Não minorando os esforços, boa vontade e dedicação das técnicas profissionais que atendem nos serviços assistenciais, de saúde, educação, OSC's, segurança pública, mas políticas públicas e a própria formação acadêmica dessas profissionais levam a esse hiato entre política pública e contexto sociocultural.

É bem comum, como veremos nos próximos capítulos, um

[48] Elaborado pelo Ministério do desenvolvimento social e combate à fome - MDS.

descompasso no modo de falar das técnicas com a família, de explicar os passos burocráticos que a família e a criança precisam seguir e as normas e regras que serão adotadas a partir da intervenção socioassistencial e nas formas de resolver os conflitos e violações de direitos dos "usuários"[49]. Desafios esses que são provenientes das noções de família, infância e criança projetadas "para" e não "com" as famílias atendidas. Houve, com certeza, avanços nesses descompassos, ainda que possam ser melhorados em muito, já houve grandes ganhos.

A partir do Estatuto da criança e do adolescente, o ECA, "a legislação começa a desprender-se do modelo conjugal, permitindo, por exemplo, que solteiros (viúvos ou separados) adotem crianças. Há de se perguntar, no entanto, se ela leva em consideração, de forma sistemática, a importância da rede familiar na realidade brasileira" (FONSECA, 1995, p. 127). O que se configura como um avanço grande, especialmente, na adoção por casais homoafetivos.

Ainda segundo a autora, no Brasil e em outros países da América Latina, é bem documentada a contribuição de juristas e de médicos para as primeiras políticas voltadas para a criança:

> Figuras como Moncorvo Filho imprimiam nos Congressos uma perspectiva positivista, em que o médico pediatra, segundado por uma infraestrutura estatal, encabeçaria a campanha pela higienização das famílias e a melhoria da "raça americana" (Pilotti 1995: 34). Mas, em outros países vizinhos, a preocupação com o bem-estar de crianças foi elaborada sob perspectivas levemente diferentes. Nas primeiras reuniões que ocorreram em Argentina e Uruguai, tanto as mulheres da elite, ativas no trabalho filantrópico, quanto mulheres profissionais, da incipiente categoria de trabalhadores sociais, exerciam grande influência. Nem sempre compartilhavam dos mesmos objetivos, porém, juntavam forças para sublinhar a importância de pensar mães e famílias junto com crianças, indo bem além do ângulo puramente médico-jurídico (FONSECA, 2004, p. 02).

O processo de pensar e elaborar políticas para família e crianças nas esferas públicas de atendimento à criança e ao adolescente não apartadas um do outro representa um progresso muito importante também. No entanto, é imprescindível criar instrumentos de reflexão que permitam, assim como Fonseca (1995) aponta, examinar valores de classe, tanto para pesquisadores quanto para ativistas e Estado, como, por exemplo, "questionar a obsessão

[49] Termo utilizado para se referir a quem busca atendimento nas instituições.

com criança vitimizada – imagem que vem galopando através das páginas dos nossos jornais com cada novo nenê [sic] achado ‘no lixo’, e que aparece de forma insistente nas discussões sobre políticas públicas que lidam com famílias pobres” (FONSECA, 2004, p. 02). Argumentando sobre essa questão ainda, Fonseca (2006) analisa:

> Contudo, planejadores, optando por conceitos eurocêntricos de família e categorias moralizantes para os pobres, conseguiram ignorar por completo a realidade com qual se deparavam. Sugerimos que a circulação das crianças existe hoje em camadas populares e que essa experiência histórica torna-se relevante na sua interação com as leis e políticas do Estado (FONSECA, 2006, p. 24).

Acrescento ainda o que pontuo como “complexo de salvador” das podres crianças de famílias desestruturadas, a ideia ainda muito arraigada do assistencialismo e da caridade como forma de salvar a família e a criança que é muito forte, especialmente nos contextos de baixa renda dos centros urbanos e nas comunidades ribeirinhas e indígenas, que precisam de brinquedos e roupas. Essa é uma visão comum no Amazonas, impondo um modo de ser família que condiz com o ideal de classe média. Em vez disso, podemos buscar entender as práticas culturais e arranjos familiares dos grupos populares.

Fazendo um paralelo com Abu-Lughod (2012) refletindo sobre a ideia de liberar ou salvar mulheres afegãs, trago essa mesma reflexão sobre famílias de grupos populares. A seguinte formulação da autora explica melhor:

> Em vez de buscar “salvar” outros (com a superioridade que isso implica e as violências que acarretaria), talvez fosse melhor pensarmos em termos de (1) trabalhar com elas nas situações que reconhecemos como sempre sujeitas a transformações históricas e (2) considerar nossas próprias e maiores responsabilidades para indicar as formas de injustiça global que são poderosas formadoras dos mundos nas quais elas se encontram (ABU-LUGHOD, 2012, p. 451).

Desse modo, parafraseando Abu-Lughod (2012), pergunto: como podemos explorar criticamente o que poderíamos fazer para ajudar a criar um mundo no qual aquelas “podres” famílias e crianças, possam ter segurança e praticar seu modo de vida de forma que o descompasso entre elas e o Estado seja suprimido?

Pretendo mostrar como, em muitos casos, a preocupação com esse tema vem implicitamente emaranhadas num conjunto de valores contraditórios que servem tanto para reforçar o *status quo* quanto para pleitear verdadeiras mudanças. Assim, demonstro, a partir dos dados etnográficos apresentados neste trabalho, que a circulação de crianças representa não somente uma prática de determinados grupos populares de Manaus com fortes ligações a suas cidades interioranas e comunidades, mas como algo que constitui os elos de parentesco, criando, reelaborando e fortificando laços familiares, ou seja, criando família a partir da circulação das crianças.

### 2.4.1 A família, a criança, a circulação e o Estado: para que nos interessa entender e relacionar esses conceitos?

Para entender a circulação de crianças no Amazonas, é preciso compreender primeiro como chegamos ao termo "circulação de crianças" para abarcar tipos de arranjos familiares recorrente no estado. Por essa razão, o que chamo de itinerário teórico, escolhido por mim/nós, é um caminho que ajuda a definir melhor a hipótese apresentada, demonstrando outros estudos a respeito do tema e dialogando com eles.

É fundamental a percepção de que esta tese é a junção de perspectivas/teorias/trabalhos já consolidados, reforçando que a circulação de crianças no Amazonas possui algumas características bem semelhantes, mas outras distintas. O que importa é categorizar, conhecer e "quem sabe" incorporar um novo modo de olhar para a família amazonense a partir do que ela nos informa e assim elaborar políticas públicas e programas que realmente tenham um efeito mais promissor no que diz respeito ao cuidado, atenção e proteção à criança, ao adolescente e à família da qual nos debruçamos, que são famílias de grupos populares, com raízes bem marcadas na história do Amazonas.

Voltando ao capítulo anterior, que comecei falando de minhas pesquisas anteriores e as instituições públicas e organizações da sociedade civil sempre foram basilares em minhas pesquisas, por isso trago aqui o Estado como algo

que torna a circulação de crianças como um problema social, portanto, “digno” de pesquisas e entendimento, bem como algo que evidencia o paralelo contraditório entre o ideal do Estado e o “real” da prática, porque a circulação de crianças aparece no eixo de confronto entre a família, o Estado e organizações da sociedade civil, essa questão pode ser respondida também pelas noções de famílias desestruturadas com que operam, mas também como uma estratégia de “normatizar” e controlar o modo como os grupos populares se organizam.

Fonseca (1995) traz uma abordagem de pesquisa também institucional e de adoções formais e não formais entre grupos populares em Porto Alegre - RS, Sarti (1996) fala em rede de solidariedade e ajuda mútua com as crianças entre os “podres” e Motta-Maués (2004) fala em “crias de família”, numa dualidade entre afeto e mágoa por não serem tratadas como os filhos legítimos. A autora também inclui períodos mais curtos de circulação de crianças.

Neste trabalho, apresento uma composição das teorias das três autoras, mas há um diferencial. No Amazonas, a circulação de crianças e de adolescentes acontece de forma mais fluida, menos formal, mais uma ideia de trânsito entre redes de parentesco do que uma ideia de adoção, seja ela formal ou informal, que não caberia para entender as famílias interlocutoras deste trabalho e, de modo geral, um tipo próprio de arranjo familiar no Amazonas.

As adoções formais e informais acontecem também, evidentemente, mas o que é discutido aqui é forma de “criação” da criança circulando por várias redes e mostrando a fluidez, a naturalidade com que esses arranjos são forjados com base no trânsito, na circulação de crianças. Deste modo, os processos de adoções formais e informais, que contêm a circulação de crianças, mas não dão conta de explicar a complexidade do sistema de circulação de crianças. É o que o capítulo seguinte apresenta através de análises de cenas cotidianas, de histórias de vida e exames de redes de parentesco dessas famílias.

# CAPÍTULO III

O CAMPO: AS FAMÍLIAS E COMO A CIRCULAÇÃO ACONTECE

*“O parentesco aparece onde é possível imaginar – fazer uma imagem abstrata de – o parente de um parente, relacionamentos entre relacionamentos. Novamente, o parentesco onde esse fazer – relacionar relações – é, para as pessoas, um imperativo lógico e moral ao mesmo tempo”.*

Strathern, 2005.

### 3.1 O campo: considerações introdutórias

Inicio o presente capítulo falando que ele representa uma parte do fazer etnográfico muito especial para mim e que reflete também as interpretações dos dados através das subjetividades vividas em campo com as famílias e toda a relação de respeito, amizade e trabalho coletivo junto a elas para entender um pouco mais sobre família e circulação de criança no Amazonas. Uma relação indissociável dos tipos específicos do estado.

Assim sendo, apresento primeiro, de modo descritivo, as três famílias, desenhando o Genograma de cada uma delas, bem como construo uma tabela de quem circula e quem recebe, além de descrever o modo de vida e as falas mais proeminentes, no sentido não só de corroborar a hipótese de pesquisa, mas alcançar as sutilezas das falas e contextos do cotidiano etnografado e que são importantes para compreensão das especificidades da circulação de crianças no Amazonas.

Penso que o apanhado de dados dará conta de sustentar a hipótese de que a circulação de crianças no Amazonas é fluida e é o que "faz" família, é o que aproxima ou afasta parentes, ela é a dinâmica central dos arranjos familiares analisados. Assim, a circulação ganha status de elemento fundante e fundamental na compreensão do que é família e das configurações familiares no Amazonas.

Desse modo, as três famílias que apresento são representativas, como já dito anteriormente, de muitas outras que acompanhei durante meus anos de pesquisa[50]. Afirmo que são representativas porque ao longo desses anos de pesquisa de campo tive acesso a uma centena de prontuários de atendimentos no CREAS que relatavam de alguma forma essa circulação[51], além de outros

[50] Não temos um registro oficial do quantitativo de famílias que se configuram dessa forma, em que as crianças e adolescentes circulam, pois é uma pratica informal das famílias e que só chega às instituições públicas quando há algum conflito, decorrente ou não da circulação, visto que a prática é tão comum e naturalizada.

[51] Identifiquei, em grande quantidade, a circulação de crianças através do Plano Individual de Atendimento (PIA), que é um instrumento de organização da atuação interdisciplinar da equipe de trabalho do CREAS. Constituindo-se no caminho a ser seguido pelas profissionais e pela criança ou adolescentes e sua família. Contendo metas a serem atingidas, não apenas no âmbito específico do serviço, mas em toda a rede de atendimento em que estiverem inseridas as pessoas atendidas no CREAS. O PIA precisa contemplar também a apreciação dos atores

projetos de pesquisa e de extensão nos quais participei em que também constato esse fenômeno. Ainda fazem parte os contatos com outras famílias, como os vizinhos delas e os meus próprios vizinhos, além dos familiares de amigos, famílias de amigos e uma infinidade de situações e pessoas que me relataram sobre a circulação como algum comum, muito "natural" e uma forma de "criar" as crianças.

Quando se procura um pouco mais a fundo sempre há um caso, explícito ou secreto de circulação de crianças nas famílias, algumas das crianças ficam a vida toda, se aproximando do que temos em Fonseca (1995), de uma adoção informal, que mantém o vínculo, mas que também se aproxima de Motta-Maués (2004), porque há o elemento da "ajuda" nos serviços domésticos e com a criação dos filhos mais novos de quem recebe.

Um dos casos representativos, apresentado na família Souza, denota bem as ambiguidades dos sentimentos de gratidão e de ressentimentos de quem foi acolhido, ora tratado como filho "legítimo" e ora como "ajudante" nas tarefas domésticas.

Ainda há outros casos que tratarei com mais particularidades, uma circulação "sutil", mas fundamental, que é a circulação de crianças em forma de trânsito[52] entre casas e cidades diferentes, um ir e vir que concretiza um modo de vida familiar e social específico no estado do Amazonas.

Então, em uma centena de casas que visitei durante quase 10 anos de pesquisas em bairros de Manaus e em outros municípios[53] do interior do

envolvidos, como aponta o capítulo nono do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que determina, no inciso 5º, que "o plano individual será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento e levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou dos responsáveis". Por isso consegui identificar uma movimentação de crianças em casas diferentes e sob diferentes responsáveis.

[52] Uso "Trânsito" aqui como categoria de movimento que não é nem circulação por períodos curtos ou longos e nem adoção, mas uma forma de transitar entre casas, sem ficar em uma ou outra. Demonstro bem isso na família-síntese, mas nas outras também.

[53] Manacapuru, Tabatinga, São Gabriel da Cachoeira, Iranduba, Rio preto da Eva, Atalaia do Norte, Benjamim Constant, Apuí, Lábrea, Humaitá e Presidente Figueiredo. Em projetos do IACAS, OSC's que desenvolve projetos de assistência à criança e ao adolescente e trabalho com diagnóstico, fortalecimento e capacitação da rede de proteção à criança e ao adolescente de municípios do interior do Amazonas, onde o acesso é complexo e as particularidades de cada região, comunidade ou terra indígena é mundo de possibilidades de infância, de criança, de formas de lidar com situação de violência e de formas de "criar" as crianças que não cabem nas "caixinhas" criadas para proteção da criança e do adolescente.

Amazonas[54], era muito difícil distinguir quem estava ali em circulação e quem "de fato" morava.

Aliás, essa é uma questão que nos remete a casa/moradia como uma categoria que pode ser entendida de forma diferente da norma padrão. Para o Estado, em suas políticas e programas sociais, é preciso saber quem "de fato" mora onde, mas isso parece não fazer sentido para as famílias interlocutoras, porque a casa não é de A ou B, mas do alfabeto inteiro, das crianças e dos adultos da rede de parentesco, dos vizinhos próximos, dos amigos de anos e agregados de cidades do interior acolhidos, seja por parentes consanguíneos ou não. A primeira vez que fui à casa de Tiana, uma das interlocutoras chave, também conhecida como mãe-Tiana, porque é aquela que faz a circulação de crianças acontecerem, fiquei perplexa ao ver sua vizinha mandar o filho pegar um pouco de leite com Tiana e a mesma mandou entrar e tomar o leite. O menino entrou, pegou o leite na geladeira, o Nescau e misturou bem mal misturado e sentou no chão perto de uma cadeira de plástico, na qual apoiou seu braço, tomou o leite como quem saboreava um sorvete de chocolate e depois deitou no chão, deixando o copo na cadeira, e adormeceu. Quando me despedia de Tiana disse: E esse menino, tu não vais acordá-lo para ir pra casa? "*Não mana, esse curumim tá acostumado a fazer isso, quase todo dia ele fica aí, na boca da noite ele acorda e vai pra casa, a mãe nem se preocupa que sabe que ele tá. Os menino aqui das vizinha tão tudo acostumado a ficar por aqui"*. Assim, a circulação de crianças é intensa e a casa não tem uma delimitação própria de quem mora e quem circula.

Portanto, minha trajetória de pesquisa e as possibilidades de reflexão sobre dinâmicas e configurações familiares diversas levaram-me a pensar a questão da circulação de crianças a partir de contato intenso com o fenômeno, mas defini, como estudo de caso, duas famílias que foram selecionadas como interlocutoras principais e, também, sempre me reportarei a outros interlocutores cujas interações estão registradas em diário de campo das pesquisas atuais e anteriores, para as quais eu constituí a família-síntese como

[54] Especialmente através de projetos em que prestei serviços ao Instituto da Criança e do Adolescente do Santo Antônio (IACAS), uma OSC que se dedica ao enfretamento das violações de direitos de crianças e adolescentes e ao fortalecimento da rede de proteção dos municípios que participam de seus projetos.

estratégia metodológica para reunir e compor dados importantes da pesquisa, que apareciam não somente nas duas famílias interlocutoras.

Para fins metodológicos desse trabalho, dividi por núcleos que recebem e que enviam as crianças e adolescentes, a fim de servir como uma abstração para compreensão da hipótese de pesquisa. Foi, literalmente, um ir e vir de dados que precisei acessar e expor para demonstrar o percurso etnográfico feito para chegar a considerações importantes sobre circulação de crianças e arranjos familiares no Amazonas. Um percurso representado por idas e vindas, de intempéries, de transformações, de mudanças. Um contínuo de movimento, assim como o das famílias interlocutoras.

Apresento, então, a configuração familiar das principais famílias interlocutoras – Gonçalves e Souza[55] – das quais tive acesso através das pesquisas de graduação e mantive o contato de forma menos frequente durante os anos seguintes, mas sempre acompanhando as suas trajetórias e os acontecimentos familiares. Por isso, pude acompanhar os desdobramentos temporais, as configurações e reconfigurações, as idas e vindas, os conflitos e afinidades, brigas e festas, as crianças "virando" adolescentes, os adolescentes "virando" jovens homens e mulheres, assuntos resolvidos (de forma dita e não dita) e assuntos interditos. Uma odisseia de dramas, tramas, tristezas e felicidades para as famílias e para a pesquisadora.

Inicio de uma forma mais pontual e esquematizada, primeiro descrevendo um pouco sobre minha percepção das famílias, logo depois apresento o Genograma[56], baseado em quem circula e quem recebe, para entendermos de modo esquemático a configuração da Família, em seguida sintetizo em quadro quem recebe e quem circula para apontar cada um no "seu papel" dentro da circulação e, portanto, do arranjo familiar.

### 3.2 A família Gonçalves

[55] Os nomes e sobrenomes dos membros da família interlocutora são fictícios.
[56] Escolhi o genograma para "representar" os arranjos familiares porque acredito que ele nos fornece um modelo plausível de análise e demonstra didaticamente as formas como esse arranjo se dá.

A família Gonçalves é formada por uma rede de sujeitos e com diversas ramificações. Para fins de pesquisa eu delimitei a configuração familiar dos Gonçalves a partir da circulação de crianças e adolescentes, ou seja, em torno delas, apesar da família ser bem maior do que eu apresentarei aqui, mas por motivos metodológicos e de ênfase na circulação das crianças delimitei a configuração a familiares de lares onde as crianças circulam.

Para tanto, defini um sujeito central[57]. É na casa desse sujeito, principalmente, que as crianças e adolescentes circulam/ficam temporariamente ou por períodos mais longos, mas há outras redes secundárias por onde as crianças circulam.

Sempre me causou estranheza o fato de mudarem os moradores da casa em algumas visitas ou contato que eu fazia com a família, especialmente as crianças e adolescentes que sempre estavam morando ou "passando um tempo" em uma casa ou outra.

Para entender e qualificar esse sujeito como quem recebe, levou algum tempo e questões: Por que a escolha de sujeitos específicos da rede de parentesco da família ou de fora dela? Por que algumas crianças circulam por períodos curtos, outros longos e outras são interditadas? Para responder essas e outras questões não somente dentro da família Gonçalves, mas como um tipo de arranjo familiar específico do Amazonas, analiso então, a partir do Genograma, a circulação de crianças e adolescentes em mais de uma geração da família e como esse fato cria/significa/fortalece/desfaz e refaz laços de família e de parentesco.

A família Gonçalves é uma família muito intensa em tudo. Sempre estão brincando, mas também brigando na mesma intensidade. Todos falam muito alto e ao mesmo tempo. Nunca sabia se estavam brigando ou brincando, demorou em saber como diferenciar as situações. Sempre esperava para rir, se algum deles risse primeiro, ou ficar séria se ninguém achasse graça e, aí, talvez, voltar em outro momento, dependendo do motivo da briga e do grau de envolvimento de cada um dos membros implicados na briga. Os principais

[57] Sujeito central definido a partir das intensas observações em campo e, também, assim visto e nomeado pelos demais membros da família como sujeito fundamental, com uma centralidade no que diz respeito ao receber e enviar crianças ou realocadas em outros lares conforme necessidade financeira e/ou afetiva, mediação de conflitos e outros.

assuntos de atrito e de brincadeiras estão em torno de questões bem parecidas, dependendo do contexto em que eram trazidas à tona. Um exemplo de assunto ambíguo gira sempre em torno das crianças e das decisões sobre a circulação delas e resolução do cotidiano, como escola, comida, características físicas das pessoas, entre outros.

Mas, mesmo que seja briga e climas tensos nunca me pouparam de boas risadas e café quentinho, falando do episódio que acabara de acontecer. Na mesma velocidade com que se desentendem, se acertam novamente. No começo, isso me causava certo desconforto, pois não era possível que brigassem e com a mesma rapidez voltassem a se falar como se nada tivesse acontecido e o "clima" da casa retornasse ao ameno e alegre.

Aprendi muito e no momento solitário do escrever aprendi e repensei muitas questões e posicionamentos com a família Gonçalves. Como sempre diz Tia Maria:

> *[...] todo mundo se desentende, minha filha, mas família não pode ficar sem se falar. Têm que engolir e tocar a vida, porque ninguém vive só, todo mundo precisa um do outro.*

E as mágoas, tia Maria?

> *Ah essas coisas aí nunca aprendi a lidar, vou engolindo e por isso às vezes adoeço, mas ruim com eles, pior sem eles. E o amor pelas crianças me faz passar por cima.* (Tia Maria, diário de campo, 2017)

Em momento algum das interações com os Gonçalves tive oportunidade de sentar e fazer perguntas roteirizadas, sem sair do meu objetivo a que tinha ido a casa deles. Era impossível! Sempre que chegava a casa dos Gonçalves já iam me contando tudo que aconteceu desde a minha última visita. Também me mandavam muitas mensagens[58] durante a semana contando a novidade, a mais recente briga, as fofocas quentíssimas da vizinhança e me convidando para festas, almoços e aniversários. No dia de minha visita repetiam tudo

[58] Nos últimos anos de pesquisa, em que se popularizaram os aplicativos de conversa e o acesso a aparelhos celulares e internet para grupos classificados como baixa renda.

novamente, e em detalhes, com gestos e imitações do acontecido. Diversão garantida! Mas também muitas formas de falar a respeito de assuntos delicados e dar algumas diretrizes sobre a família e sobre a circulação de criança Tia Maria dizia sempre:

> "*Ao vivo dá pra contar os detalhes, né! pois sente aí que vou te contar o que a Thalita me aprontou essa semana, Isa! Num tava te dizendo no telefone que ela me aprontou semana passada, pois vou te contar e tu me diz se eu não fiz certo!"*[59] (Tia Maria, diário de campo, 2018)

O fato é que em cada família eu tinha que usar estratégias diferentes para entender o fenômeno estudado, para a Família Gonçalves era assim, sempre uma emoção diferente e milhões de dados para pensar sobre família, entre gargalhadas e contínua movimentação na casa.

### 3.2.1 Genograma, descrição da família Gonçalves e considerações importantes a respeito do arranjo familiar

Através do Genograma, destaquei o sujeito central e como a circulação de crianças gira em torno desse sujeito, por isso é importante mostrar sua posição na rede de parentesco.

A seguir, apresento Genograma construído com base na circulação das crianças da família Gonçalves e principais interlocutores. O genograma foi esquematizado com a ajuda das crianças e dos sujeitos centrais das famílias.

Descrevo também quem é cada um na rede de parentesco da família e teço algumas considerações importantes sobre a nomenclatura pela qual são chamados alguns parentes, que pode causar estranheza ao "padrão" de

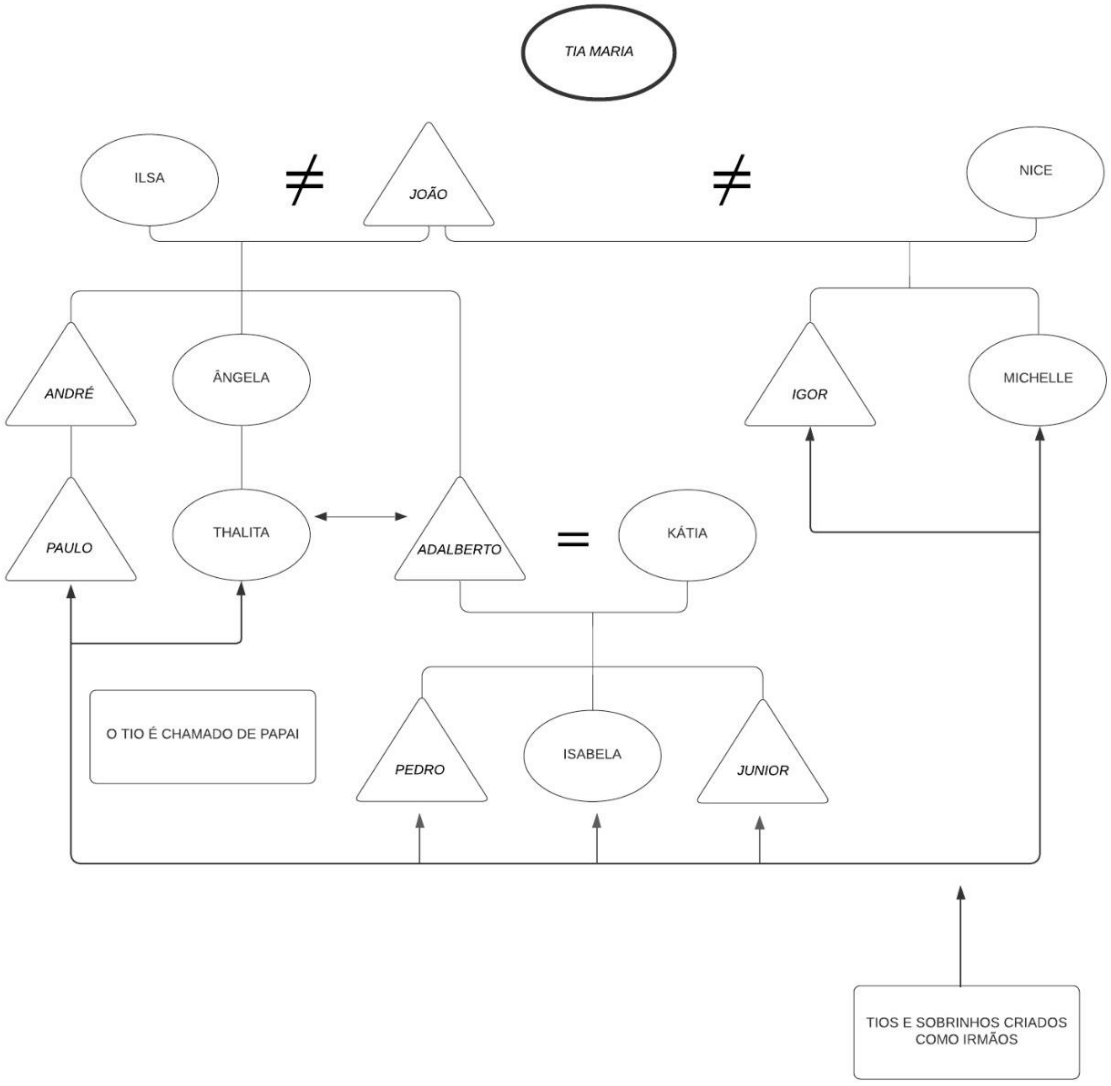
[59] Eu pensava: lasquei-me! Vou ter que dar opinião na briga delas e sem tomar partido da tia ou da sobrinha. Às vezes era um sufoco se sair bem dessas, mas sempre tentei ser a "mais neutra" possível, para que nenhuma ficasse magoada comigo, porque para me envolverem numa confusão era daqui pra ali, para eu dar razão para um ou para outro lado. Desse modo, para preservar "meu papel" de pesquisadora buscava dar respostas que agradasse tanto um lado como outro, nem sempre deu certo, mas pensava em saídas rápidas dessas situações.

nomenclatura comumente aceita socialmente, mas que faz muito sentido para a família em questão. Isto é, para entender os “papeis” que cada membro da família assume é preciso observar as nomenclaturas dadas pelos demais membros da família para um determinado membro.

Um exemplo disso é o irmão mais velho assumir o “papel” de pai da sobrinha e assim ser chamado de papai por ela. Thalita chama seu tio, irmão da sua mãe de papai, porque o pai biológico dela, apesar de registrá-la, não a criou e quem assumiu essa responsabilidade foi o tio, que também tinha filhos da mesma idade de Thalita. Outra distinção importante é a da mãe (biológica), chamada somente de mãe, da mãe de criação ou a mulher (tia, avó, tia-avó, sobrinhas, primas, amigas muito próximas e outras parentes) que recebe e que até mesmo não, necessariamente, recebeu todas as crianças da família, mas é chamada por todas as crianças de mãe –Tiana.

Esses exemplos serão melhores abordados adiante, enfatizo aqui porque é um dado de suma importância para entendimento das regras da circulação de crianças e das formas de arranjos familiares. Assim, chamo atenção para as nomenclaturas/nomeações dadas dentro da rede de parentesco, para entendermos que essa nomenclatura reflete a forma de constituição familiar, a importância e posição de cada um na rede de parentesco.

**GENOGRAMA DA FAMÍLIA GONÇALVES:**




## Descrição e observações sobre a família Gonçalves

- Sujeito central - Maria (61). Maria é tia-avó, irmã do avô das crianças e adolescentes que circulam hoje na casa dela. Os sobrinhos dela, hoje adultos, também circularam na casa e ainda o fazem.
- Sobrinhos de Maria: Ângela (39), Adalberto (35), André (27)
- Sobrinhos mais novos de Maria: Igor (8) e Michelle (14)

- Sobrinhos-Netos: Filha de Ângela: Thalita (13)

  Filhos de Adalberto: Pedro (16), Isabella (14) e Junior (9)

  Filho de André: Paulo (11)

- Idade dos netos de seu João é semelhante a idade de seus filhos mais novos, pois são frutos de um caso extraconjugal, que depois se tornou casamento e separação novamente. Hoje seu João toma conta dos filhos mais novos com ajuda da tia Maria e de Ângela.
- Adalberto é chamado de papai por sua sobrinha Thalita, pois Thalita tem a mesma idade de um de seus filhos e, como a mãe de Thalita não tinha leite quando ela nasceu e era "*porra-louca"*, como ela mesmo se define à época, quem cuidou por um tempo de Thalita, foram a tia Maria e Adalberto e quem amamentava a menina era Kátia, esposa de Adalberto.

***

Thalita é filha do Amigo de Adalberto que teve um relacionamento curto com Ângela, *"registrou a criança como filha, mas depois sumiu e quem assumiu a responsabilidade e o papel de pai foi o meu irmão*", conforme relata Ângela ao ser perguntada sobre o porquê de Thalita chamar seu tio de pai.

A família é bem maior do que o apresentado acima. A família extensa[60] das crianças e dos adolescentes forma uma rede de ajuda mútua, também de conflitos e disputas, de ajuda financeira, mas as crianças e adolescentes não circulam por alguns dos lares da família extensa, os mais abastados são interditos para a circulação de crianças na família Gonçalves.

Desse modo, por questões metodológicas – de recorte de pesquisa e delimitação de interlocutores – construí o Genograma apenas do núcleo de sujeitos que fazem parte da circulação/permanência das crianças e adolescentes da família Gonçalves.

[60] Lei 12.010/09 do ECA, de acordo com o previsto no parágrafo único do Art. 25. [...]. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

Assim, o sujeito central da circulação de crianças e adolescentes é tia Maria. Ela é a irmã de João (pai dos interlocutores que circularam no passado e avô dos que estão circulando agora). Ela veio para Manaus muito jovem junto com seu irmão João e a mãe deles, já falecida. João casou-se e se mudou de casa com a esposa Ilsa e tiveram dois filhos e uma filha: Ângela (38), Adalberto (36) André (30). Tia Maria ficou na casa com a mãe. Cuidou dela até que ela falecesse.

Pela casa de tia Maria, circularam, no passado, Ângela, Adalberto e com menos frequência André, o mais jovem. Ângela, a primeira sobrinha foi a que mais tempo ficou entre idas e vindas.

Adalberto é seu preferido, declaradamente![61]. Em mais um domingo de almoço na casa dos Gonçalves, houve um desentendimento porque Ilsa pediu a Adalberto que a ajudasse a arrumar o cano quebrado e prontamente ele atendeu. Tia Maria disse, já para "cutucar" Ângela, que não havia deixado Thalita passar o fim de semana na casa dela fala em alto e bom som: *"Tá vendo porque eu amo esse meu preto lindo"*. Ângela rebate: *tudo é o Adalberto, tudo ele faz, tudo ele sabe, todo mundo gosta dele e eu me arrebento de trabalhar pra ajudar em casa e ninguém dá valor. Ele é o preferido, sempre foi, desde criança vocês preferem ele do que eu, eu sei disso*. Tia Maria finaliza: *Claro! Tudo que a gente precisa ele faz e entende, não sabe só gritar, como tu*! Ângela sai xingando e volta pouco tempo depois carregando uma caixinha de cerveja para tomar sozinha e "emburrada" (como diz tia Maria) o resto da tarde.

Adalberto morou muitos anos na casa da tia e mesmo depois de casar ficou por alguns anos com a tia e toda a família dele, a esposa Katia e os três filhos.

André, o mais novo, quase não ficou, apenas nos fins de semana, feriado e nos dias de necessidade de Ilsa.

Tia Maria nunca se casou e não teve filhos. Ela *namorava e curtia muito a night,* conforme me conta. Cuidou de sua mãe e dos sobrinhos e agora dos sobrinhos-netos. Relata que sempre gostou de cuidar de todos e que não se arrepende de não ter tido os seus, porque seus *filhos do coração são a mesma coisa que filhos do bucho.*

[61] Essa declaração causa sempre muita confusão e choros. Mas ela vem à tona em momentos estrategicamente pensados em ambos os lados.

Atualmente, ela vive com o Príncipe[62], a Esmeralda[63] e o seu sobrinho-neto Pedro. Na casa circulam Thalita, filha de Ângela e Junior, filho mais novo de Adalberto. Eles passam longos períodos e voltam algumas vezes para a casa dos seus pais. Longas temporadas de meses e até anos (2 ou 3 anos). Depois de alguns anos morando longe Adalberto e a família dele toda voltaram, em 2019, para casa de Tia Maria.

Paulo (11) filho de André, não circula na casa. Só vem a passeio quando a tia vai buscar na casa da mãe, pois a mãe não o deixa ficar mais tempo. Há uma briga também entre André e a sua ex-namorada e que causa muitos desconfortos e por isso que é a tia Maria, Ângela ou Dona Ilsa que, em datas comemorativas e alguns fins de semana, vai buscá-lo na casa da mãe de Paulo.

Isabella (14), filha de Adalberto, é um caso em que "*o santo não bate",* segundo tia Maria.

> *Nunca gostei dela, desde que nasceu meu santo não bate com o dela, ela é igual a mãe dela* (mulher de Adalberto) *arrogante, quer mandar em mim. Não dá! Aqui em casa não quero! Não me respeita!* (Tia Maria, diário de campo, 2018).

Por outro lado, ela vive comprando roupas e maquiagem para a menina e levando-a ao médico, mas já brigaram muito e uma faz fofoca sobre a outra para Adalberto, que vive entre a cruz e espada em defender a família que ele constituiu ou sua família de origem.

Adalberto morou alguns anos depois de casado com sua tia Maria, na mesma casa, mas ela e Isabella pouco se falavam e ela sempre voltou sua atenção aos dois outros filhos de Adalberto e para única filha de Ângela. Depois Adalberto se mudou, todos foram para a nova casa, mas Pedro (filho de Adalberto e Kátia) ia para a casa de tia Maria e passava temporadas por lá,

[62] Cachorro poodle que ela amorosamente prende em sua casinha para que entre na casa. Isso acontece porque tenho fobia a cães e gatos. Um desafio que era complicado de driblar, uma vez que nas ruas e nas casas os cães e gatos fazem parte da vida social. Dentro e fora de casa, mas com compreensão amorosa e com um pouco de controle sobre mim, consegui driblar essa dificuldade e minhas interlocutoras maravilhosas compreendiam. Tia Maria me explica: *Para você eu abro uma exceção minha filha e prendo o meu Príncipe*.

[63] Gatinha siamesa que dá saltos incríveis e tentava a todo custo participar das conversas e esfregar o rabo em minhas canelas, mas eu era bem protegida.

voltando apenas alguns dias da semana para sua casa e esses dias foram diminuindo até ele ficar de vez lá.

Thalita (13), filha de Ângela, é querida por sua tia-avó, que a mima com presentes e ajuda sua mãe com as despesas da menina. Tia Maria também pega ela para passar temporadas. Tia Maria diz:

> *A Thalita é meu xodó ... eu me joguei nos pés dela*[64] *implorando que não fizesse nenhuma besteira, que eu vou ajudar a criar, pelo amor de Deus eu disse pra Ângela... se você não quiser, eu quero! Mas aí quando nasceu ela viu a carinha dela né, aí já viu, ela disse que ia ficar e eu disse então pronto, eu te ajudo a cuidar. E assim foi, até hoje é. Eu cuido, eu ajudo, eu compro as coisas, eu fico com ela. Ela é praticamente minha filha, né!* (Tia Maria, Diário de campo, 2017)

No caso de Tia Maria com Ângela, os conflitos ficam bem exaltados, pois Ângela pensa que, por causa do que aconteceu no passado, tia Maria *"manda demais na Thalita"* e a mãe acaba por perder o controle sobre a menina, pois ela obedece mais a tia Maria do que a Ângela.

Além disso, Ângela fala que tia Maria quer tomar decisões demais sobre Thalita (sobre a escola, as roupas, uso do celular e etc.) e Ângela se incomoda com isso em alguns períodos e em outros elas (tia Maria e Ângela) se entendem muito bem, mas Thalita é sempre a forma como elas arranjam de se acertar ou de brigar. Segundo Ângela:

> *Até um tempo atrás isso foi cômodo, mas hoje não é mais, pois eu me sinto culpada, primeiro porque não quis a menina quando soube que estava grávida e depois porque deixei o cuidado muito com a tia Maria e hoje estou arrependida, quero criar minha filha do meu jeito agora, mas como tem isso do passado eu tenho esse compromisso com ela, né!* (Ângela, Diário de campo, 2017).

[64] Nos pés de Ângela, mãe de Thalita.

Ela relata querer tomar as rédeas da criação e construir uma relação com a filha mais fortalecida e de cumplicidade, segundo ela. Já tia Maria diz que se até hoje ajudou, então pode ditar algumas regras e ela vai continuar a fazer, porque, segundo ela: "*tenho o direito também sobre a menina, afinal foi eu que não deixei a mãe dela fazer a besteira que ela queria"* (Tia Maria, Diário de campo, 2017).

Desse modo, os ânimos seguem ora exaltados, ora em tom de cumplicidade entre as duas, mas tudo muda de cenário rápida e constantemente, se numa semana estão em pé de guerra e a Thalita não vai mais para a casa da tia Maria, em outra está tudo bem e Thalita fica semanas por lá e vida que segue.

***

Quero deixar claro que as duas gerações apresentadas (a dos filhos e a dos netos de Ilsa e João) circularam/permaneceram por temporadas grandes (anos) pela casa da mesma tia.

A mãe e avó Ilsa tem uma rede de irmãs que a auxiliam e passaram também por lares de tios, tias, avós, tias-avós, etc., entre idas e vindas de Eirunepé (Amazonas), no barco que seu pai tinha para manter a família. Essas irmãs não aparecem aqui, reitero, porque as crianças que circulam hoje, não circulam na casa delas. Contudo, expus esse dado, porque é indicativo de um fenômeno que se repete entre gerações da mesma família. Inclusive, uma prática fluida de ir e vir por períodos incertos, seja do interior para a cidade, seja da comunidade para a sede, seja dentro da própria capital, de casa em casa.

Os sobrinhos circularam na casa da tia Maria durante o período de infância e adolescência. Mesmo a casa dos pais sendo bem perto e quando ela passou a morar mais longe a circulação continuou. Desse modo, não se trata apenas de motivações de cunho financeiro ou para facilitar a vida que ocorre a circulação na família Gonçalves, mas de criar relações e fortificar laços através da circulação das crianças.

Em um dos relatos feitos por tia Maria, foi descrito que ela morava na rua de trás da casa dos pais das crianças, mas mesmo assim eles passavam

longos períodos de tempo na casa dela. Não era por motivos financeiros porque os relatos dão conta que a família tinha boas condições financeiras à época, por possuírem um barco e "i*sso dava muito dinheiro na época*, *hoje não existe mais*", conforme conta Seu João.

Quando são perguntados sobre os motivos das trocas de lares, de sua casa para a de tia Maria, eles dizem: *"não sei te dizer, a gente ia para lá e acabava ficando uns tempo na casa dela"* e completam: "*a tia praticamente criou nós, mas a mamãe* (Ilsa) *sempre nos criou também"***.**

A fala ambígua reflete bem o que estamos querendo dizer sobre circulação, sobre "criar junto". Não é somente a ajuda mútua na criação, reciprocidade (Sarti), nem somente circulação/adoção (Fonseca) e nem somente fala de "Crias da casa" (Motta-Maués). É um trânsito, um ir e vir de crianças que são criadas até a vida adulta de uma forma mais coletiva. Com alguns sujeitos centrais, específicos, mas não, intencionalmente, escolhidos pela centralidade que representam para família e porque são os mantenedores dos laços familiares. Portanto, sendo os recebedores e os que enviam essas crianças que ocupam papéis fundamentais na rede de parentesco.

Voltando aos Gonçalves no passado: os relatos são de que havia muitos conflitos na casa dos pais, porque o pai dos sobrinhos de Maria, seu João, bebia muito e havia brigas em casa e as crianças iam pra casa da tia.

> *Havia muitas noitadas, bebedeiras lá em casa na época que meus pais eram casados... meu pai ganhava bem na época e bancava cervejada pra toda a vizinhança... minha mãe bebia também, mas eles brigavam demais* (Ângela, diário de campo, 2017).

Ao mesmo tempo em que relatam um motivo "aceitável" (a bebedeira e as brigas dos pais), eles falam também que não sabiam dizer, porque mesmo sem bebedeira e brigas ainda continuavam na casa da Tia Maria. Podemos supor algumas pistas dos motivos ou da construção de um motivo para algo que não é perguntado/racionalizável, pois, mesmo com a bebedeira dos pais, eles contam em diversos momentos anedotas que indicam que também ficavam na casa dos pais, mesmo quando havia três dias de festas:

> *Mamãe fazia caldo da caridade ou de feijão para curar a ressaca deles e depois meu pai ligava o som e o pau comia de novo e era até amanhecer...nós dormia pelas cadeiras, eu mesma já cai e dei de cara no chão no meio da festa*[65]*, aí minha mãe me colocava pra dentro, mas eu queria ficar lá no meio dos adultos rindo deles dançando bêbados, era muito engraçado (risos), eu lembro até hoje das festança lá em casa* (Ângela, diário de campo, 2017).

Atualmente, os filhos deles também circulam. Continuam com as festanças e as bebedeiras e hoje seus filhos também ficam pelo meio das festas e dormem pelas cadeiras e bancos até que alguém veja, os acorde e os mande entrar, até adormecerem, riem de piadas que não entendem, mas como todo mundo ri, eles riem também, riem do tio embriagado que dança com a vassoura, da tia jogando um balde de água de surpresa na cabeça do marido que "palestrava" sobre um assunto chato[66], enfim, todos riam muito, mas as crianças rolavam no chão de tanto gargalhar desses episódios.

Deste modo, os motivos ditos para circulação nem sempre se relacionam com os motivos não ditos. Nem sempre a pergunta sobre circulação faz sentido, aliás, nunca faz. É preciso emendar um: Por que vocês moravam um tempo na casa da tia Maria? A resposta sobre a bebedeira dos pais não condiz com as lembranças sobre essas bebedeiras.

Enfim, o fato é que os motivos são intrínsecos à criação das crianças de uma forma que difere dos padrões de criação das crianças das classes mais abastadas e até mesmo de outros grupos populares. Na verdade, o motivo pelo

---

[65] Ângela achou muita graça disso e não parava de gargalhar. Ela diz: *tenho um problema de rir muito de coisa bobas, mas é que eu lembro e não consigo parar e perco o ar de tanto rir, mamãe sempre me briga porque tem medo de eu passar mal.*

[66] Os Gonçalves tinham essa brincadeira. Toda bebedeira alguém ou vários levava um balde de água na cabeça de surpresa enquanto falava a gargalhada era generalizada. Era um modo de trocar de algum assunto considerado chato ou delicado ou quando a festa desanimava um pouco. Ninguém ficava com raiva. Inclusive quem levou o balde de água na cabeça ria também. Essa brincadeira sobrou até para a pesquisadora quando "*pegaram intimidade*" e diziam *que este era o batismo pra entrar pra família*. Nesse dia voltei para casa com o vestido emprestado da minha interlocutora. Mas, a partir daí me deram acesso a alguns assuntos mais delicados.

qual ocorre a circulação não é o foco central, descobri isso tarde, mas em tempo de entender como ela ocorre e quais a imbricações disso nos arranjos familiares do Amazonas.

Outro ponto importante é a pergunta sobre onde mora. Quando pergunto: “Mas onde vocês moravam mesmo, com os pais ou com a tia Maria?” Sempre a resposta é: *não morávamos lá não, nós morava com o nossos pais, mas a gente ficava lá com ela...às vezes a gente até morava, mas a nossa casa mesmo era com nossos pais.* Explica Adalberto, gesticulando com as duas mãos num movimento de ir e vir com as mãos enquanto tenta explicar onde, “de fato” morava. “Ficar lá”, “parar um tempo”, é as expressões mais usadas por eles para designar esse tipo de circulação.

Dessa forma, morar ganha outro sentido, o lugar em que se mora nem sempre é fixo, as crianças e adolescentes têm “muitas” moradas, mas a referência para responder à pergunta é sempre a casa dos pais, numa reprodução de padrão não correspondido nas relações cotidianas. Ou baseados numa diferença consideravelmente fundamental no conceito de “morar” e “casa”. Nem sempre a casa deles, era onde moravam. Pensaremos melhor nisso no próximo capítulo.

O fator econômico das famílias é um dado que aparentemente está envolvido no processo, mas nos discursos e ações ele é acionado de formas diferentes, conforme as disputas se dão, esse fator é usado para que a criança ou adolescente fique no lar em que está ou para que volte, não por causas financeiras, mas por outras razões “escondidas” atrás desse motivo socialmente “aceitável”.

É um fator manipulável dentro dos conflitos familiares. Ora ele é usado como mecanismo positivo, que oferece solidariedade, pois a criança ou adolescente fica no lar por necessidade financeira ou isso é usado como desculpa para que a criança fique e apazigue algum conflito. Nesse sentido, Maria diz:

> *Pedro fica aqui em casa porque dá menos gastos para mãe dele e também porque me faz companhia* (Tia Maria, diário de campo, 2017).

Ora ela usa como mecanismo discursivo negativo para ofender a mãe dele e manter certo controle. Tia Maria fala:

> *Ela* (a mãe de Pedro) *não dá nada pra ele*. *Ele tem de tudo aqui, eu compro tudo pra ele aqui, não sei por que a mãe dele vive querendo tirar ele daqui*[67] (Tia Maria, diário de campo, 2017).

Lembrando que Pedro mora com os pais, mas fica com a tia Maria, porque nesse momento, em específico, ela ficou sozinha na casa, após a mudança do sobrinho, pai de Pedro e de toda a sua família que ficou morando lá por anos.

As diferentes nuances entre os discursos e o dia a dia e as regras escondidas por trás de motivos pautados num discurso oficial e aceitável mostram que a circulação de crianças no Amazonas é algo natural e feito para consolidar ou romper laços de parentesco, mas o discurso dominante oficial de "cada um na sua casa", na vida concreta não é bem o que acontece.

A exemplo de Pedro: a vida dele é pautada pela casa da tia e pelas necessidades dela e, também por ele gosta de ficar lá, é mimado e tem mais privacidade um pouco que a casa dos pais, mas se perguntado onde ele mora ele vai responder categoricamente: *Na casa da mamãe*. Aí retruco, mas você não fica aqui com a Maria? *Mas eu moro com a mamãe, eu só fico aqui com ela de companhia, mas minha casa mesmo é lá na barreira*[68]*.*

No caso de Pedro, ele também representa a oportunidade para manter/reforçar um vínculo que estava estremecido pela saída dos pais e de seus irmãos para irem morar em outro local, depois de muitos anos morando com a tia Maria. Isso abalou a relação familiar. Eles se mudaram para um apartamento do "minha casa, minha vida", que eles tinham conseguido com muito esforço, mas ficava bem longe da casa da tia Maria e, como ela ficaria

[67] Isso acontece quando a mãe de Pedro briga com tia Maria e ameaça "pegar de volta o menino". A mãe e pai de Pedro (sobrinho de Tia Maria) têm condições financeiras de cuidar das três crianças de forma regrada, mas mesmo assim a questão do dinheiro é sempre levantada, fundamentalmente nas brigas e disputas pelo cuidado.

[68] O apartamento que eles conseguiram ficar no conjunto Viver Melhor, localizado próximo a barreira de fiscalização que dá acesso aos municípios de Presidente Figueiredo, rio preto, Itacoatiara.

sozinha, Pedro foi “deixado” como forma de manter e reforçar o vínculo, com o “motivo” de não deixá-la sozinha, mas sempre estavam lá Thalita e Juninho, que passavam meses lá.

Alguns dias, ele ia ao apartamento dos pais, mas logo voltava a casa da tia Maria e quando sua mãe (Kátia) brigava com tia Maria, que é tia de seu marido Adalberto, ela chamava o filho Pedro de volta para o apartamento para “punir” tia Maria, que logo ficava numa revolta danada e logo em seguida um chororô sem fim.

> *Essa puta dessa Katia mandou o menino voltar pra casa, só porque eu contei pro meu sobrinho que ela tava comprando besteraiada escondido dele, mas ela vai ver só, eu não dou mais um centavo pra ajudar. Ela me paga!* (Tia Maria, diário de campo, 2017).

Dias depois tia Maria me disse:

> *Falei com a Katia e ela mandou o menino voltar, mas tu sabe porque ela fez isso, Isa? Não é porque é boa não! Não é porque ela gosta de mim não, é pra sobrar mais dinheiro pra ela gastar, porque ele come muito, o menino é quase um homem já, gasta com passagem de ônibus, pedi dinheiro pra isso, pra aquilo e ela não aguenta, porque não sobra pra ela. Ela pensa que eu sou lesa é!* (Tia Maria, diário de campo, 2017).

É perceptível um laço mais frágil entre Kátia esposa do sobrinho preferido dela e mãe do sobrinho-neto mais querido de tia Maria. São raros momentos que se dão bem e por ela já tinham desfeito o laço de casamento. Uma disputa clara e acirrada entre Kátia e tia Maria, mas se aturam pelas crianças e pelo marido e sobrinho.

Fiquei especialmente curiosa com os conflitos, as disputas, os interditos, a solidariedade e o amor como categorias que estão em jogo na circulação/permanência das crianças. São categorias que estão diretamente

ligados com a forma como a família e a rede de parentesco se organizam e se mantém como tal.

### 3.2.2. Quem circula e quem recebe: duas gerações que circularam reforçando redes e vínculos.

Em mais um domingo de sol manauara, chego à casa de tia Maria, que é onde circulam as crianças, como já dito. Acontece lá mais um aniversário, que ocorrem o ano todo, porque a família é grande e cada um faz sua festinha lá, principalmente das crianças, mas os adultos também fazem questão de festa. As festas sempre ocorrem na casa de tia Maria, pois o quintal é grande, mas, para além do quintal maior, é a casa que representa a "Suécia da família Gonçalves". Lá todo mundo vai.

> "*Aqui não tem esse negócio de não vou porque fulana tá lá e eu briguei com ela, aqui todo mundo vem, nem que não olhe na cara, mas vem, tem que vim".* (Tia Maria, diário de campo, 2018).

Ambas as festas (das crianças e dos adultos) têm bebida alcoólica, muita comida "*vatapá não pode faltar, se não tem para o camarão, faz com o frango, com a sardinha em lata, mas não falta não"* (tia Maria). O peixe assado e o baião de dois também não. O bolinho e a decoração também, tudo feito de papel crepom e balões. Os convidados são o restante da família, os amigos e os vizinhos. Nunes filho e Berg Guerra se revezam na caixinha de som com luzes coloridas. Como diz seu João:

> *Ah minha filha, só consigo beber com uma boa música, né! É só tocar uma sofrência dessa que dá vontade de tomar uma (risos)*.

Bato no portão no horário marcado para início da festa. Pedro abre e todos correm para falar comigo ao mesmo tempo, as crianças gritam tia Isa chegou e correm para me abraçar e contar cada “causo” de criança que achava muito engraçado, como diz tia Maria:

> A *Isa adora a conversa fiada desses meninu, “se abre”*[69]*...vai dando confiança pra ti ver, não vão sair mais de cima de ti*.

Respondo que não me importo e gosto de ouvi-las, ela logo rebate “*passa o dia todo ouvindo as leseira pra ti o que bom então (risos)*

Júnior (9 anos) me conta:

> *Papai mandou cortar meu cabelo desse jeito aqui oh, tia Isa, tá parecendo uma bíblia aberta* (gargalhadas generalizada), *agora quero ver como que eu vou pra escola desse jeito...acho que vou pra casa da vó Ilsa ficar na casa dela, pelo menos não preciso ir pra escola até crescer de novo.* (Júnior, diário de campo, 2018).

Mas por que Juninho, pergunto eu, você não precisa ir à escola quando está na casa da vó Ilsa?

> *Ah tia Isa, porque é longe da minha escola e eu reclamo e ela não deixa eu ir sozinho e ela não pode me levar, aí fico em casa* (na casa de vó Ilsa ele quis dizer, não na casa dos pais)

Mas a sua mãe deixa você faltar a escola?

> *Ela deixa né, porque ela trabalhava e tava pagando condução pra mim ir pra escola, mas agora ela não pode pagar mais e de ônibus ela não deixa eu sozinho. Aí até ela poder me levar eu fico na casa da vó e meu cabelo cresce, né?* (Júnior, diário de campo, 2018)

[69] Expressão para dizer que gargalhou muito e alto de alguma coisa.

Por que ela não te coloca perto de casa? A mãe (Katia) interrompe e diz*:*

> *Aqui não tem escola perto, a mais perto que tinha não consegui vaga, ano que vem vou matricular ele perto da casa da vó dele e ele fica lá durante a semana e no fim de semana vou pegar ele. É o jeito!* (Kátia, diário de campo, 2018).

Desse modo, observamos que as explicações para a circulação de crianças são sempre meio vagas e aparentemente sem sentido. Mais tarde, fiquei sabendo que a mãe de Juninho não madrugou e não conseguiu vaga perto da casa e deixou o menino num colégio muito longe que ela teria que pagar passagem dela de ida e volta e meia-passagem de ônibus pra Juninho, além de que o tempo não daria para fazer o almoço e retornar buscá-lo. Enfim, Juninho perdeu meio ano da escola*, mas ele recupera*, disse tia Maria, que se meteu e resolveu que ele ia ficar com ela e não com a vó Ilsa e ela ia conseguir a vaga perto da casa dela e ela mesma levava antes de ir para o trabalho[70] e assim foi feito.

[70] Tia Maria nessa época tinha 65 anos e ainda trabalhava meio período para completar a aposentadoria. Termino essa tese e ela ainda continua trabalhando meio período, mesmo com muitos problemas de saúde.

**Tabela 2. Quem circula e quem recebe:**

| **Quem recebe** | **Quem circula** | **Grau de parentesco com quem recebe ou terceiros** | **Idade em que circula/circulava** | **Circulação por períodos curtos e longos ou permanência.** |
|---|---|---|---|---|
| **Tia Maria** | Ângela | Sobrinha | 0 – 16 | Circulação períodos longos e curtos |
| **Tia Maria** | Adalberto | Sobrinho | 0 – 37 | Permanecia com alguns períodos curtos de circulação |
| **Tia Maria** | André | Sobrinho | 0 – 14 | Circulação períodos curtos |
| **Segunda Geração** | | | | |
| **Tia Maria** | Pedro | Sobrinho-neto | 0 – 20 | Permanência com alguns períodos curtos de circulação |
| **Tia Maria** | Isabela | Sobrinha-neta | 0 -19 | Circulação por períodos longos |
| **Tia Maria** | Junior | Sobrinho-neto | 0 – 12 | Circulação por períodos longos |
| **Tia Maria** | Thalita | Sobrinha-neta | 0 – 15 | Circulação por períodos longos |
| **Tia Maria** | Igor | Sobrinho | 0 – 9 | Circulação por períodos curtos |
| **Ilsa** | Igor | Irmão dos filhos de Ilsa | 0 – 9 | Circulação por períodos curtos |
| **Tia Maria** | Michelle | Sobrinha | 0 – 15 | Circulação por períodos curtos |
| **Ilsa** | Michelle | Irmã dos filhos de Ilsa | 0 – 15 | Circulação por períodos curtos |

Na primeira coluna (quem recebe), aparecem apenas duas interlocutoras e chamo atenção para esse fato, pois elas são centrais e as encontramos como grandes e solitárias protagonistas da circulação de crianças no Amazonas. São

mulheres geralmente que têm o papel de receber e mandar crianças e adolescentes para fortalecer o vínculo família.

Assim, como aponta Fonseca (1995), “partilhar” uma criança voluntariamente é uma dádiva que fortalece e reitera laços de família e redes de parentesco com objetivos claros de manutenção e reprodução do indivíduo. Nesse ir e vir de crianças a vida ganha sentido e significado, ganha propósitos, acolhem e forma uma rede de apoio em que aquele indivíduo se identifica.

O fato de quem recebe e quem partilha serem as mulheres diz muito de como são elas que fazem, mantêm e desfazem e refazem os arranjos familiares fluídos como estratégias de sobrevivência e reprodução. Tia Maria, uma mulher que dedicou sua vida a cuidar: cuidar da mãe, cuidar dos sobrinhos, cuidar dos sobrinhos-netos e diz que cuidará dos sobrinhos-bisnetos. Ela não casou, mas acha isso ótimo:

> *Não tenho marido pra ficar me dando trabalho, melhor ter trabalho com criança que é uma benção, do que com macho!* (Tia Maria, diário de campo, 2017).

Ela vê uma coisa em detrimento a outra. Para ela, como me conta:

> *Só houve duas opções pra mim, Isa! Casar ou ser a solteirona que cuida da família, das crianças, dos idosos e dos doentes da família, tudo sou eu que cuido e eu preferi cuidar das minhas crianças, porque me orgulho de manter a família que minha mãe construiu e quis unida e grande e assim ela é!* (Tia Maria, diário de campo, 2017).

Ela é o grande sujeito central da família Gonçalves recebendo as crianças e sendo responsável pela manutenção dos laços. Em segunda instância, aparece a mãe dos sobrinhos de Maria e avó dos sobrinhos-netos dela, Ilsa.

Uma das mais queridas interlocutoras que me contou histórias incríveis de como ela ia e vinha no barco de seu pai e de como ela e suas irmãs foram criadas no barco, na casa de parentes, como ficavam longos períodos no rio e longos períodos na capital e depois voltavam para casa em Eirunepé.

> *Nunca tinha rotina, Isa, sempre era coisa diferente, um dia tava aqui outro ali. Tá certo que quase não estudamos, eu e minhas irmãs, mas que era bom, era. Aí quando meu pai faleceu acabou, vendemos o barco e minhas irmãs ficaram na capital na casa de uns tios meus e trabalhando em casa de família e estudando. Até que se saíram bem, tem umas formadas, concursadas e tudo e eu achei o traste do meu ex-marido* (seu João) *e casei e tive logo três curumins, um atrás do outro. Acabou que ele foi embora de casa, casou com outra e eu fique sem estudo, sem ter pra onde ir e sem marido, tá bom pra ti?!* (Ilsa, diário de campo, 2018).

Pausa longa, um trago no cigarro e um gole no café preto bem, repito, bem doce, "*porque de amarga, basta a vida!"* Como ela sempre me diz[71]. E continua. Dessa vez me olha bem nos olhos como quem quer acreditar no que ouve de si mesma e quer aprovação do outro para isso:

> *Tu acredita Isa, que ainda recebo os filhos que ele teve com a outra (Igor e Michelle) aqui em casa e eles comem, dormem, trato com maior carinho, afinal eles não tem culpa da mãe vagabunda e do pai que têm né e são irmãos dos meus filhos também, não quero ver irmãos desunidos por causa de dois safados como aqueles, né? Tu não acha que tô certa de receber bem as crianças? E eles têm idade dos meus neto, são como irmãos pros meus neto, não posso tratar mal e nem separar eles, porque amanhã ou depois um precisa do outro, acontece alguma coisa e eu não estou mais aqui e nem a Tia Maria*

[71] Quando pedia sem açúcar, ela repetia isso sempre e afirmada: *nem adianta porque aqui a gente adoça primeiro a água e depois coloca o café até ferver, depois só passar no coador. No coador, Isa! Nada de cafeteira que é ruim demais o café delas. Vê se aprende Isa, pra fazer café bom e gostoso pro teu marido quando tu casar e bem doce, hein! Porque de amarga basta a vida de casada.* (Rimos juntas). Depois dessa aprendi e acostumei a tomar café bem doce, porque de amarga já basta a vida. Sempre que ia lá já pedia o café com copo de água. Ela ria muito disso.

> *e eles conseguem se unir pra resolver, né!* (Ilsa, diário de campo, 2018).

Conta-me Ilsa, com olhar distante, voz mansa e com as marcas do sofrimento de uma mulher que viveu com as ferramentas que podia e que tinha em sua família (irmãs, filhos e netos) um lugar seguro de sobrevivência e uma identidade. Era a mamãe, era a vó Ilsa, era a tia Ilsa (para os irmãos dos filhos dela), era a fiel escudeira de tia Maria, cunhadas que se aliaram ainda mais depois da separação traumática de Ilsa e seu João.

Ilsa assume o papel de apaziguadora de relações entre os filhos, entre os netos, entre os filhos do marido e a tia Maria. Ilsa recebe e envia crianças a tia Maria e vice-versa, nesse movimento elas criam/recriam e mantém relações, redes de apoio e "fazem" a família.

Na segunda coluna (quem circula), aparecem sobrinhos e sobrinhos-netos de tia Maria e os irmãos dos filhos de Ilsa, cruzando com a coluna de tempo de circulação/permanência notam-se que as primeiras crianças a nascerem é que permanecem e as últimas são as que circulam por períodos curtos ou longos.

Essa permanência até juventude ou idade adulta muitas vezes, como é o caso de Adalberto e de Pedro (pai e filho, dois homens, primeiros sobrinho e primeiro neto), não é circulação em forma de adoção informal, como em Fonseca, mas uma permanência partilhada. Eles devem o mesmo grau de gratidão, respeito e amor tanto a Ilsa que é mãe e avó deles, quando a Tia Maria, que é tia e tia-avó deles. Os outros que circulam por períodos curtos, são mais desobrigados a essa gratidão e respeito, mas igualmente precisam dar o amor que ambas reivindicam.

Assim, a família Gonçalves se apresenta e representa um modo de vida e um arranjo familiar singular, onde a circulação de crianças é o ponto-chave para entendimento das diferentes nuances sobre família, sobre construção de laços de família afetivos e singulares. Um modo particular que denota a circulação como prática de "criar" crianças e reforçar laços de parentesco e até mesmo estratégias de sobrevivência e reprodução familiar.

### 3.3 A família Souza

A família Souza também é bem grande e conhecida no bairro em que moram, porque vivem ali há muitos anos. Apresentarei dois núcleos-base dessa família, para que se possa entender melhor os desdobramentos do grupo familiar, pois esse arranjo tem particularidades que gostaria de apresentar de forma individualizada para dimensionar e avaliar diferentes tipos de circulação de crianças.

Atualmente, os núcleos moram em diferentes bairros da cidade, mas a circulação das crianças ainda é bem acentuada. A família Souza é oriunda de Borba – AM. Seus mais velhos vieram para Manaus a mais de 60 anos e estabeleceram residência aqui, com pouco contato com a cidade de origem, pois aos poucos quase todos vieram morar na capital, mas durante todos os anos antes do estabelecimento total da família em Manaus, houve uma circulação intensa de crianças e adolescentes entre a capital e Borba, que são relatadas com carinho e nostalgia pelos mais velhos.

O primeiro núcleo é mais importante, no sentido de entender os meandros dessa configuração familiar peculiar, pois o sujeito central nessa família circulou e agora recebe crianças também em sua casa e participa da rede de cuidados das crianças e adolescentes da família, além de ser um tipo muito comum no Amazonas.

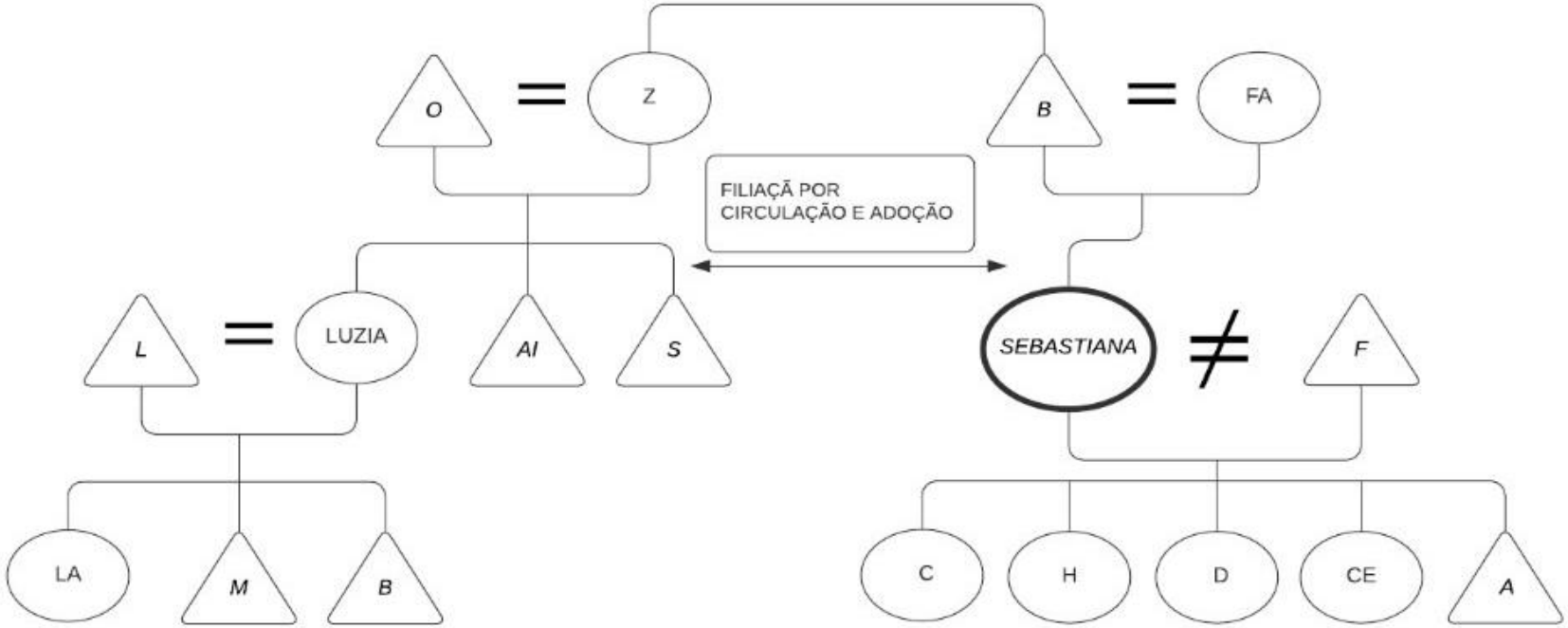
A família Souza é fundamental para entendermos os processos de circulação/adoções não formais de crianças no Amazonas. Para além da circulação que faz parte do processo de formação do que é família, a adoção não formal é um dado interessantíssimo que se apresenta nesse sentido. Porque diferente de Pedro (primeira família apresentada aqui), que “fica na casa” da tia Maria, mas mora com os pais dele, na família Souza aparece um novo sujeito que é adotado informalmente e aí há uma distinção importante de quem circula e de quem é da casa. A palavra adoção para os interlocutores é interditada, não falada. Ao invés de me adotou, me criou.

É bem interessante notar os tipos de circulação de crianças diferentes entre uma família e outra, mas sempre há uma similaridade, que é a parte do doar e receber crianças como forma de fortalecer e dar “sentido a este vai-e-vem de filhos”. (Fonseca, 1995)

### 3.3.1. Genograma, descrição da família Souza e considerações importantes a respeito do arranjo familiar

A seguir, apresento Genograma construído com base na circulação das crianças da família Souza e principais interlocutores. Descrevo também quem é cada um na rede de parentesco da família e teço algumas considerações importantes sobre a nomenclatura por qual são chamados alguns parentes. Explico as diferenças e semelhanças da circulação de crianças nos casos da família Gonçalves e Souza.

**GENOGRAMA FAMÍLIA SOUZA**




Legenda dos nomes do marido, filhos, pais e tios/pais em que Tiana circulou e foi adotada

C – Camila (filha)
H– Hilda (filha)
D – Diana (filha)
CE-Célia (filha)
LA –Lauro(sobrinho)
A- Adão(filho)
F – Frederico (ex-marido)
FA- Fátima (Mãe)
B-Brito (Pai)
K- Zélia(Mãe/tia)
O- Osvaldo (pai/tio)
S- Saulo (irmão/primo)
Al– Aldecir (irmão/primo)
L – Leonardo (irmão/primo)
I – Irineu (sobrinho)
M-Marcela (sobrinha)

- Seu Brito e dona Fátima tiveram Sebastiana e mais 2 filhos, não incluídos no Genograma, por questões de ênfase na história de Tiana. Antes dos seus 10 anos, ela não lembra quando foi morar de vez com seu tio, irmão do seu pai e sua esposa. Antes de ir definitivamente, ela "vivia" por lá, ia para casa dos tios e ficava dias e depois voltava, até que "ficou" para sempre. Ela não sabe dizer como bem se deu esse processo.
- Sebastiana se casou com seu Frederico e teve 4 filhas e 1 filho que ela também adotou e não conta de jeito nenhum como foi feita essa adoção. Ela não usa o termo adoção. Tiana diz que Adão "*chegou na vida dela muito novinho, nem caminhava, eu peguei pra criar"*.
- A irmã Luiza "casou bem", segundo me conta Tiana, pois ela casou com um *"dotô"* (advogado) e tinha uma vida boa. Teve três filhos: Marcela, Irineu e Lauro, cada um deles passou e ainda passa pelos cuidados de Tiana, mesmo depois de adultos. Ela diz que *"ficou no lugar da mãe deles"*, depois que Luiza faleceu, pois ela toma conta quando estão doentes, leva remédios caseiros, limpa a casa, se preciso, lava roupas, faz de tudo, principalmente para Marcela, a sobrinha que é *"mãe solteira e precisa mais de mim",* relata Tiana.

***

Desse modo, o sujeito central da família Souza é Sebastiana, chamada por sobrinhos e netos de mãe Tiana. Ela tinha uma irmã – Luzia, mas que, em princípio era sua prima, entretanto o pai de Luzia pegou Sebastiana ainda em seus primeiros 10 anos de vida para criar. Sobre isso Luzia diz:

> *Ela convivia muito lá em casa em Borba, porque éramos da mesma idade e acabou que ela ia pra lá e foi ficando, até que meu pai pegou ela pra criar. Hoje tem gente que nem sabe que ela era nossa prima e não nossa irmã. Ela não gosta que fale isso! Fica ofendida! Não toque nesse*

> *assunto perto dela. Não diga que te contei...que você sabe, tá bom?! (Luiza, Diário de campo, 2017).*

Alerta-me Luzia, com preocupação de que eu não falasse disso perto dela. Toda a família fala uma coisa ou outra, mas perto dela ninguém fala, porque Tiana se magoa e fica muito chateada.

Sebastiana chegou a casa ainda menina, brincava, mas também trabalhava muito, ajudava todos e gostava de ficar brincando com a prima, o tempo passou e ela se tornou irmã.

Esse tipo de configuração familiar é bem característico, diferentemente da primeira família apresentada (os Gonçalves), nesta aparece um dado a mais e bem significativo: a adoção informal, termo usado por mim, mas é um termo "não dito" pelos interlocutores, e, também, distintamente da primeira, não é "só" uma circulação de crianças que faz o vínculo, mas uma permanência/adoção definitiva, sem que se considere a família de origem como sua. A nova família passa a ser a única possível. Tanto é, que Tiana nunca fala de seus pais biológicos, sempre se referindo aos seus tios como país.

Temos em Tiana uma figura muito comum na Amazônia, algo que se aproxima de Motta-Maués, que fala em "Crias" de família em Belém do Pará, onde "meninas, advindas principalmente de municípios do interior do estado ou de estados vizinhos, enviadas por seus familiares na intenção de serem aí criadas, educadas por uma família, ajudando também, aprendendo as tarefas domésticas..." (MOTTA-MAUÉS et al., 2008, p. 3). Tiana é um sujeito bem próximo ao que a autora chamou de "Cria" de família, com o diferencial de que Tiana circulava já na casa e não foi enviada para trabalhar, porque tinha a mesma idade e era criada junto a então prima, mas que depois acabou ficando e "tornou-se" uma "cria" da família, mas ela não foi enviada especificamente para isso. Depois que Luiza casou é que Tiana veio com ela para Manaus e a ajudava com os filhos. Com tempo Tiana casou também e teve seus 5 filhos e seu pai (tio) deixou para ela uma casa.

Desse modo, Sebastiana, que hoje já tem seus 62 anos de idade, ininterruptamente fez parte da família Souza como irmã de Luzia e dos outros "primos". Como ela era *muito apegada à irmã, desde sempre!* Como ela mesma diz.

Sebastiana, apesar de ter se casado e se mudado da casa, nunca abandou a irmã e mesmo depois da irmã falecer, ela continuou a cuidar dos sobrinhos já adultos. Além de cuidar de seus filhos e de sua casa ajudava no cuidado com os filhos da irmã e a irmã a ajudava financeiramente e doava muita coisa para ela, já que era *"bem de vida".*

Na casa dos pais de Luzia e Sebastiana, houve sempre uma separação de tarefas domésticas entre as meninas. E Sebastiana relata que houve uma separação igual entre as duas únicas mulheres e a mãe, mas em alguns momentos Tiana acaba por falar que os irmãos aprontavam e sobrava para ela ou que ela lavava mais louça que sua irmã, ou que ficava mais cansada, que tinha mais obrigações.

> *Sim, a gente era tratada Igual sabe, minha filha*[72]*, mas tinha hora que eu apanhava mais e trabalhava mais que eles, mas não me magoava com meu pai não, porque ele me deu tudo e eu só tenho esse teto hoje pra morar porque meu pai disse: a Tiana é a que tem menos condições e vai ficar com a casa e assim foi. Fiquei com essa casinha aqui e criei meus filhos e meus netos (Sebastiana, diário de campo, 2017).*

Apesar de Luzia ter me contado sobre a adoção e depois ter falado para Sebastiana que me contou, ela não me falou nada, mas passou a falar de como eram as coisas na casa. Nunca toquei no assunto, nem ela, mas mesmo assim ela diz de outras formas como foi esse processo de ir morar com tios e primos e passar a considera-los pais e irmãos.

Sebastiana e Luzia sempre estiveram juntas, uma acobertando a outra em diversas situações e ajudando também. Os outros irmãos eram importantes, como ela diz:

> *Mas com a minha irmã Luzia era uma ligação de outro mundo*. *Quando eu casei e tive as crianças ela me ajudou*

[72] Tiana sempre me chamava de minha filha. Aliás, é um modo carinhoso das famílias Manauaras de grupos populares chamarem pessoas mais novas de minha filha, meu filho.

> *por demais e eu sempre ajudei ela com os dela e com a casa dela, que era bem grande e bem linda, eu deixava tudo um brinco e levava minhas filhas também, principalmente a Hilda, que ficou lá um tempo também porque a escola ficava perto e ela ajudava na casa e dormia com a prima Marcela e as duas aprontavam que só (Tiana, diário de campo, 2017).*

Luzia, conta Sebastiana,

> *casou primeiro do que eu e com um homem bem sucedido sabe e foi morar numa casa boa...uma mansão. Eu casei com um pé rapado, que bebia e me batia. Tive meus cinco filho com ele. Um dia ele pegou um pedaço de pau pra me bater. E daquele dia eu disse se eu não fizer nada eu vou morrer aqui, foi aí que chamei meu pai*[73] *e disse o que tava acontecendo, porque nessa época nós morava longe e meu pai nem sabia o que estava acontecendo, aí eu peguei e chamei ele e contei e ele tocou meu marido de casa e ele nunca mais voltou. Meu pai deu uma casa pra mim morar com as crianças e aí que tive paz, fui curtir, namorar, fui pros bailes tudinho da cidade, me diverti que só. Minha mais velha me ajudou a criar os meninos tudinho e minha irmã também. Ela ficava com eles pra eu ir trabalhar* (Tiana, diário de campo, 2017).

Assim, Sebastiana me conta parte de sua história de vida. No período em que esteve casada, não frequentou muito a casa da irmã, porque o marido não deixava. Logo que ele foi embora ela retornou e já com as crianças ajudava a irmã Luzia e levava os filhos dela que circularam pela casa de Luiza durante muitos anos.

[73] O pai de Sebastiana, a quem ela se refere, é o adotivo, mesmo pai de Luzia. Em todas as falas de Tiana ela jamais se refere à família de "origem", é sempre a família que a adotou. Aliás, escrevo aqui adotivo pelo propósito da pesquisa e para demonstrar minha hipótese, de jeito nenhum para deslegitimar o modo como os interlocutores falam e significam suas relações.

Uma delas, Hilda, chegou a ficar com eles durante seu ensino médio todo. Depois voltou para casa da mãe, mas se pergunto se ela morou com eles, ela também responde que não, que só ficava lá. Desse modo, a circulação dos filhos de Sebastiana é a segunda geração que circula na família Souza. Tiana, porém, ao circular, foi adotada informalmente como filha. Tem uma distinção importante entre circular e pegar para criar, o que diferencia também da cria da casa, nos termos de Motta-Maués (2004).

Sebastiana é mulher forte e cheia de vida, com seu corpo miúdo se mete em todos os cantinhos da casa para limpá-la e deixar tudo brilhando. Ela não para nenhum minuto, está sempre fazendo alguma coisa e nossas conversas são sempre em ritmo de "Difusora AM" e com louças, panos, vassouras, máquina de costura, rodos e baldes acompanhando-a nas músicas do momento. Às vezes, ouve uma música de seu tempo e, no meio da conversa, para e canta a música olhando para mim com uma alegria que remete a boas lembranças.

É sempre muito engraçada e "desbocada", como ela mesma se descreve. Pede que eu não escreva os palavrões porque não é chique para uma senhora esse palavreado, mas eu digo que adoro seu palavreado, que me divirto muito e que esse pedido não irei atender (risos).

As vizinhas sempre estão a passar pela rua e lhe contar uma ou outra fofoca que está "*bombando*" no momento, e ela, como uma criança, cai na gargalhada, me olha e diz:

> *"essas cajazeiras*[74] *da minha rua não se emendam, minha filha...é cada uma pior que a outra."* (Tiana, diário de campo, 2017)

Sempre que chego a casa dela a pego na porta com alguma vizinha e ela logo manda entrar e diz*:*

> *"tu nem sabe? Tenho uma pra ti contar que tu vai cair pra trás"* (Tiana, diário de campo, 2017)

E aí eu posso sentar porque lá vêm histórias e fofoca para mais de horas, ela me conta as fofocas da rua e da família dela toda. É uma figura

[74] Referência às irmãs cajazeiras da novela de Dias Gomes, O bem-amado (1973). Ela não se inclui como uma das cajazeiras, mas todas as outras são.

singular e muito querida por mim. Conversas de horas que renderam muito trabalho e muita diversão.

Tiana trabalha em casa, agora é aposentada, trabalhou quando mais jovem no distrito industrial e ajudava os pais em uma taberna da qual ele matinha a família desde que veio de Borba com toda a família. Quando pergunto a ela se tem mágoas do passado por ser adotiva, não falo a palavra adotiva, mas ela entende que é isso. Essa palavra é sempre não-dita, mas entendida. Ela sempre diz:

> *Mágoas? Eu? Nunca! Eu tenho é gratidão pelos meus pais e pelos meus irmãos, principalmente pela minha irmã Luiza que sempre foi eu e ela, né! Se não fosse eles não teria conseguido nada na minha vida, mas hoje tenho filhos tudo grandes, nenhum é bandido, nem mulher na vida, tudinho trabalha e são bons de saúde. Só agradeço a Deus pela vida e a família que ele me deu*. (Tiana, diário de campo, 2018).

Tiana personifica uma figura ímpar dos arranjos familiares no Amazonas e por isso que concentro a circulação de crianças em sua figura, não como pessoa individualizada, mas como tipo regional. Aquele sujeito que toda a família, em alguma geração sempre teve, e que é protagonista dessa dinâmica própria da família de grupos populares do Amazonas, que é a circulação.

Quando pergunto o motivo dela receber os netos por períodos longos e até chegou a criar alguns. Para ela depois da maioridade já está criado e sua responsabilidade maior acaba ali. Ela responde:

> *Meus netos é como se fosse filho também por isso é meu dever criar e cuidar deles quando minhas filhas precisam. Agora meu filho, eu peguei ele já com 2 anos, mas não tem diferença nenhuma com as meninas. Eu amo meu filho demais. Ele me ajuda muito, traz as coisas pra mim e é um homem bom* (Tiana, diário de campo, 2018).

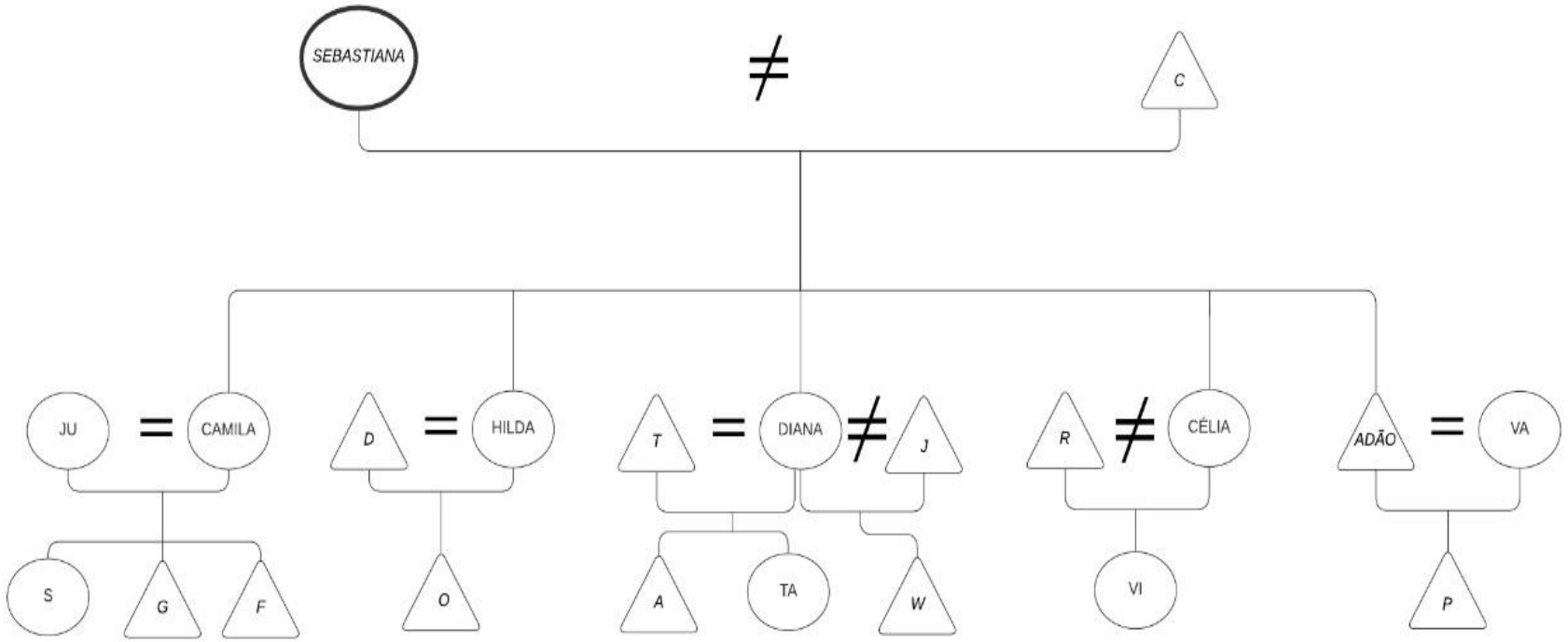
Sebastiana ainda hoje trabalha com vigor e mora em sua casa com sua filha Hilda, seu genro e seu neto. Os demais netos também circulam pela casa. Todos os seus netos por terem morado com ela a chamam de mãe Tiana e suas mães somente de mãe, mas tratarei especificamente do núcleo dela no próximo subitem.

### 3.3.2. Quem circula e quem recebe: três gerações que circularam reforçando redes e vínculos.

O segundo núcleo da mesma família que vou apresentar é o de mãe Tiana, de Sebastiana que, agora em sua casa, recebe netos. Ela é chamada de mãe por todos os netos. É a mãe Tiana e suas mães biológicas são chamadas apenas de mãe. É interessante perceber que nesse arranjo familiar a avó Tiana tem o mesmo "grau" de respeito, importância e amor dispensados as mães. Seus netos circulam ou por períodos longos ou curtos de forma muito fluida. Eles moram muito próximos também. Nunca se mudaram para Longe da mãe Tiana. Suas filhas e filho compraram suas casas por perto e a circulação de crianças e adolescentes na casa é constante. Chegam tomam a benção, comem, dormem, ficam alguns dias, voltam para sua casa e são criadas assim desde sempre, por essa razão, Tiana, acredita que a chamam de mãe.

A minha hipótese é que, além desse motivo, mãe Tiana é chamada assim, pois é a grande matriarca da família, arrimo da família a vida toda. Criou os filhos num ir e vir entre a casa da irmã, agora cria os netos num ir e vir entre sua casa e a casa de suas mães. O movimento de "trocas" de crianças é intenso e a família se constituiu nesse movimento e nas adoções, que acabam por ficarem claras somente para as primeiras gerações, para quem o processo de passar por circulação por períodos curtos, depois longos e por fim permanência/adoção, é algo que se perde na lembrança e se acionado, causa grande desconforto. Desse modo, esse outro núcleo da família Souza se configura da seguinte forma:

## GENOGRAMA FAMÍLIA DE SEBASTIANA




Legenda dos nomes dos genros, noras e netos de Tiana

| | | | |
|---|---|---|---|
| C – Cesar (Avô) | J- João (ex-genro) | G- Gustavo(neto) | W - Willian(neto) |
| Ju – Juliana (nora) | R – Ronaldo (ex-genro) | O- Otavio(neto) | VI- Vitória (neta) |
| D – David (genro) | V- Valéria(Nora) | A – Alisson (neto) | P - Paula(neta) |
| T – Thúlio (genro) | TA – Thalita (neta) | | |
| DI - Diana | | | |
| S- Sabrina (neta) | F- Fábio | | |

**Tabela 3. Quem circula e quem recebe:**

| Quem recebe | Quem circula | Grau de parentesco com quem recebe ou terceiros | Idade em que circula/circulava | Circulação por períodos curtos e longos ou permanência. |
|---|---|---|---|---|
| **Zélia** | Tiana | Sobrinha | 0 – 10 | Circulação períodos longos e curtos |
| **Zélia** | Tiana | Agora filha | 10 – até os dias atuais | Permanecia até a vida adulta e casar |
| **Segunda Geração** | | | | |
| **Luiza** | Hilda | Sobrinha | 0 – 16 | Períodos curtos de circulação e depois longo e Permanência |
| **Luiza** | Célia | Sobrinha | 0 – 14 | Circulação por períodos curtos |
| **Luiza** | Diana | Sobrinha | 0 – 15 | Circulação por períodos curtos |
| **Luiza** | Camila | Sobrinha | 0 – 22 | Circulação por períodos curtos |
| **Terceira Geração** | | | | |
| **Tiana** | Vitoria | Neta | 0 – 10 | Circulação por períodos longos |
| **Tiana** | William | Neto | 4 – 17 | Circulação por períodos longos |
| **Tiana** | Thalita | Neta | 0 – 18 | Circulação por períodos longos |
| **Tiana** | Alisson | Neto | 0 – 4 | Circulação por períodos curtos |
| **Tiana** | Otavio | Neto | 0-12 | Permanência desde seu nascimento |
| **Tiana** | Fabio | Neto - adoção | 3 – 8 | Circulação períodos curtos |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Tiana** | Sabrina | Neta - adoção | 0-2 | Circulação períodos curtos |
| **Tiana** | Gustavo | Neto - adoção | 0-6 | Circulação períodos curtos |
| **Tiana** | Paula | Neta | 8 – 11 | Circulação períodos curtos |
| **Tiana** | Adão | Filho - adoção | Não se sabe a idade da adoção | Circulação/Adoção |

Esse segundo núcleo da família Souza se apresenta de uma forma muito interessante, pois agora Sebastiana é quem recebe os netos em sua casa. As crianças circulam lá. O primeiro filho, da filha mais velha de Sebastiana, Diana, foi criado por sua avó, por mãe Tiana, depois que a filha Diana casou com o segundo marido e não levou o filho do primeiro casamento, deixando-o para que a avó o criasse, mas sem perder sua importância como mãe.

Dessa forma, ele ficou na casa da avó dos seus quatro aos seus 17 anos quando resolveu ir ficar com o pai, hoje, com 22 anos, continua com o pai, mas ainda passa algum tempo na casa da avó.

Chamo atenção aqui, que, assim como em Fonseca (1995) é um achado muito comum a mãe deixar seu primeiro filho aos cuidados da avó para se casar novamente e isso não significa um grande trauma para a criança e nem para a mãe. É sempre muito bem aceito por ambas as partes, aceito e compreensível, sem mágoas.

O filho de Diana se refere à mãe como a mãe e a avó como mãe Tiana. Ele visita a casa da mãe sempre e tem grande amor e amizade pelos irmãos do segundo casamento da mãe e por seu padrasto, conforme ele mesmo conta. Quando perguntado se há ressentimento por ter sido deixado com a avó, a resposta é sempre a mesma:

> *Ela é minha mãe igual a mãe Tiana também é! Pra mim não tem diferença, obedeço as duas igual.* (William, diário de campo, 2017).

Pergunto: “e quando uma manda você fazer uma coisa e a outra manda ao contrário? ”

> *Aí depende né, complicado, eu espero elas se decidirem (risos)*

Parece não fazer sentindo algum a pergunta sobre quem é “mais mãe”, afinal de contas ambas gozam do mesmo estatuto perante a criança e agora adolescente.

Os dados parecem apontar para uma equivalência entre mãe e avó e que não é uma circulação somente por períodos curtos ou longos ou adoções formais e informais, como em Claudia Fonseca (1995), mas outra possibilidade de “criação” das crianças, mais uma possibilidade de configuração familiar, mais um dado que pode apontar que a chamada “família nuclear” pode ser e é muito mais extensa. Que a rede de cuidado e de reprodução de valores é vasta e diversa e que isso não sinônimo de falta de estrutura familiar, aliás, é muito bem organizada numa estrutura complexa e ampla e cheia de possibilidades de ser família.

Atualmente, Sebastiana cuida de seu neto que mora com ela, mas já passaram e ainda passam pela sua casa, muitos outros netos e netas.

Sebastiana ficou com a filha de Célia durante três anos. Logo após a separação de Célia, sua filha foi para a casa da avó passar uns dias e ficou três anos com a avó e a mãe na casa ao lado.

Camila, que tem uma companheira há 12 anos, enfrentou muitos problemas com Sebastiana por conta de seu casamento homoafetivo. A mãe não aceitava e acabavam brigando muito. Hoje ela já aceita e vai a casa delas e a filha voltou a frequentar a casa da mãe, mas a nora não frequenta lá, apesar de sair as três juntas algumas vezes.

Tiana nunca fala que a filha tem uma companheira, ela diz que é uma amiga que mora com sua filha e que nora fez “macumba” para ela “virar de lado assim”. Atualmente a relação está mais tranquila, depois da chegada dos netos “pegados para criar” pelas duas. Repara que ela nunca usa a palavra adoção. Nenhum dos meus interlocutores utiliza a palavra e não gostam que se use, é uma palavra interditada, que gera desconforto.

Camila e a companheira adotaram três crianças. Dois bebês de três e quatro meses em épocas diferentes, que atualmente têm seus 6 e 8 anos e uma menina recém-nascida. A mãe Tiana, cuida desses netos, filhos da duas com muita dedicação. Eles circulam por períodos longos e curtos.

O que faz pensar que o problema da "aceitação" da homossexualidade da filha estava mais na "falta" de constituição de uma família, a partir dos filhos, porque para meus interlocutores, só existe família, se existe criança, pois um casal sem filhos, tem laços fracos:

> *Minha filha do céu quando eu descobri que ela gostava de mulher e que ia viver com aquela lá, eu pensei, pronto, além de falarem dela na rua todinha, ainda não vai me dar neto nenhum, como pode duas mulher vivendo juntas e sem filho? Não isso é uma safadeza, ainda bem que elas pegaram as crianças pra criar, pelo menos não fica uma coisa tão feia assim, né*! (Tiana, diário de campo, 2018).

As adoções foram feitas, inicialmente, de maneira informal. Receberam os dois meninos de uma prima distante da família Souza e com o passar do tempo e a necessidade de documentação para escola e outras coisas, precisaram providenciar uma "adoção formal", mas que até hoje está em andamento.

Elas têm apenas um documento do conselho tutelar para que os meninos fiquem sob a guarda delas aqui na cidade. Porque, pelos meios jurídicos é muito complicado chegar a essa esfera e dizer que simplesmente "pegou os filhos da prima pra criar".

Então sempre é uma disparidade da realidade sobre "adoção" e "pegar pra criar", o modo de vida, os costumes, dos meios "legais" para fazer isso. Entre o Estado e a família.

Atualmente, a adoção das crianças também está em andamento na justiça. Por questões de poder acessar alguns serviços e benefícios precisaram entrar com a adoção legal, mas foi bem complicado para chegar a esta instância. Como explicar esse tipo de adoção?

A diferença das questões de “adoção” da geração de Sebastiana, que foi adotada informalmente e não teve problemas com questões legais, aponta um dado muito importante: que é como adequar a circulação/permanência definitiva com as leis de adoção? Como adequar às práticas familiares às práticas de atendimento institucionais voltados à família e a criança?

São questões que desde o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)[75] e, portanto, da criança como sujeito de direitos, que as instituições têm se deparado com uma realidade que não condiz com a realidade das famílias, que na prática, vivem de modo muito diferente do que preconiza o ECA e as políticas públicas para a criança, o adolescente e para as famílias.

Adão, filho de Sebastiana, é o único dos filhos que não é muito presente e raras vezes trouxe a neta para casa da avó. Ele mora perto da sogra e sua filha fica mais na casa da avó materna, contudo, nos últimos 2 anos ele tem levado a menina para ficar durante o dia para irem trabalhar e buscam a noite e com isso a menina tem ficado mais tempo com mãe Tiana, não o suficiente para chama-la de mãe Tiana como os demais netos e netas.

Gostaria de ressaltar aqui um indício bastante forte e corroborado por outras autoras (Fonseca, Motta-Maués, Sarti e demais autores e autoras), mas que podemos apontar, à princípio, como um dado que nos faz pensar que a circulação acontece a partir de um elemento feminino, é sempre em torno de uma mulher que a circulação de crianças ocorre.

É um dado basicamente lógico, seguindo os estudos feministas sobre cuidado, mas muito relevante já que a circulação de crianças é uma forma de manter, de reforçar ou até mesmo de romper laços consanguíneos e de afinidade, portanto quem decide quais laços a serem reforçados ou não é sempre o elemento feminino, fazendo com que a circulação acontece por elas e para elas.

Não tive acesso a nenhuma família em que a circulação ocorresse a partir de um elemento masculino. Todos os sujeitos centrais da circulação são

[75] Estatuto da Criança e do Adolescente, documento formado por um conjunto de leis. O ECA foi criado através da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com base nas diretrizes previstas na Constituição Federal de 1988 e nas normativas internacionais propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

mulheres, mas as crianças e adolescentes que circulam nem sempre são mulheres, mas as meninas que circulam repetem a circulação quando crescem, mas os meninos não.

O filho de Hilda, hoje já adulto, circulou na casa da avó em períodos curtos, mas com muita frequência. Ele ficava geralmente quando estava dando muito trabalho aos pais e por isso era mandado para casa da avó por algum tempo. O interessante é que moravam perto da avó e mesmo assim ele ficava alguns meses na casa de mãe Tiana "*para se acalmar mais"*, como relata Hilda.

> *Eu amo meu filho, mas tinha hora que só a mamãe pra dar um jeito nele. Ele era muito arteiro*. (Hilda, diário de campo, 2018).

Assim, a circulação das crianças e adolescentes na casa de mãe Tiana, se deu e ainda acontece por diversas razões. O motivo relatado pelos interlocutores são os mais variados possíveis e alguns nem respondem porque a pergunta não tem nenhum sentido, se não faz sentido para eles, não está normatizado para eles que não seja possível um tipo de família como a deles.

Sebastiana circulou e recebe em sua casa. Para ela a circulação é algo comum, do cotidiano, não algo que acontece como ruptura familiar, mas algo que é explicitamente necessário para ser e fazer família.

Observamos que as duas famílias possuem características distintas – Gonçalves e Souza - mas a circulação de crianças em diversas modalidades na mesma família é um dado que as assemelha. Que faz com que sejam semelhantes na diferença.

Creio que a diferença de configuração familiar e de circulação sempre estará presente nas famílias, mas em suas particularidades está o dado que as tornam iguais, do mesmo grupo analítico. A família Gonçalves e a família Souza iluminam questões importantes sobre configurações familiares, circulação de crianças, trajetórias de vida de grupos de famílias, conflitos domésticos, aliados e rivais (FONSECA, 1987), afinidades e coalizões (FONSECA, 2007). Por fim, penso que a circulação de crianças é uma parte fundamental de diversas dinâmicas próprias de certos grupos de família em Manaus.

Desse modo, resgato Sarti (2004), ao apontar a família como espelho, mas cada uma traduz esse discurso a seu modo:

> Nesse jogo entre o mundo exterior e o mundo subjetivo, as construções simbólicas operam numa relação especular. Assim acontece na família. O discurso social sobre a família se reflete nas diferentes famílias, como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, que, por sua vez, devolverá ao mundo social sua imagem, filtrada pela singularidade A Família como Ordem Simbólica das experiências vividas. Assim, cada família constrói seus mitos a partir do que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si que contém também sua própria elaboração, objetivando sua experiência subjetiva (SARTI, 2004, p. 14).

As diferentes faces da circulação de crianças e adolescentes em Manaus são claras nos três casos apresentados acima. A circulação acontece de formas distintas, mas com características bem parecidas, como uma característica própria da família e que revela, não somente uma rede de solidariedade, de cuidado, mas também uma configuração familiar própria e particular.

A principal hipótese, para finalizar a circulação nas duas famílias é que a circulação de crianças é parte central da configuração familiar da região. Entender e demonstrar como se configura essa “família em movimento” é parte crucial deste trabalho.

### 3.4. Silva: A Família-síntese

A família-síntese, como explicado no capítulo I, é uma estratégia metodológica para contemplar aspectos importantes do campo a fim de criar um recurso que pudesse agregar um conjunto de observações mais densas acerca de diversas famílias com as quais estabelecei contato, constitui uma família-síntese que batizei de “família Silva”. Compus a Família Silva a partir de elementos de diversas outras famílias. Contudo, o perfil central é de uma das famílias vizinhas de uma das famílias interlocutoras. É baseado nessa família que estruturo a família-síntese.

A Silva é também, como poderá ser visto uma família bem grande e muito maior que o descrito aqui, mas a fim de enfatizar os interlocutores-chaves da circulação de crianças na família, delimitei o apresentarei aqui.

Os Silva da "primeira geração" são de baixa renda. Dona Bina, o sujeito Central hoje tem irmãs de classe média, mas ela ainda luta como "costureira de bairro", como ela mesma se autointitula, para manter sua família. Uma das filhas a ajuda, mas o dinheiro é pouco e as despesas são grandes. Na frente da casa funciona o ateliê com a casa de dona Bina junto e nos fundos a casa da filha que a ajuda, Pâmela, que mora com seu marido e duas filhas.

A história de como conheci os Silvas parece uma grande coincidência, mas como não acredito em coincidências, creio que foi providencial.

Uma das famílias atendidas no CREAS, a família de Claudete, aceitaram o convite para em interlocutores dessa pesquisa. No dia marcado, depois de conversas na instituição e por telefone, fui à casa dessa família. Bati palmas, bati no portão e nada. Não tinha ninguém em casa e dona Bina em seu ateliê atenta a tudo que acontece na rua dela, gritou:

> *Ei moça, a Claudete não está aí não, espera ela aqui um instantinho que ela foi só ali na taberna rapinho* (Dona Bina, diário de campo, 2016).

Eu disse, então está bem, eu agradeço e entrei no ateliê dela: "*Sente aí",* falou ela retirando um monte roupa/panos/sobras de tecidos de uma cadeira de madeira antiga e pesada, que nunca saiu dali e que mais tarde tornou-se minha cadeira cativa. Quando eu ia visitá-la, ela dizia "*já desocupei sua cadeira"* (risos). Naquele primeiro dia, depois que entrei e sentei dona Bina disse: "*Tu queres água? Café? Eu acabei de passar um quentinho".* Eu*,* com trauma de Ilsa e seu café doce ao extremo, disse que só queria uma água mesmo, se não fosse dar trabalho. Ela disse:

> *Imagina um copo de água vai dar trabalho, por quê? eu tenho hérnia de disco, to atacada, mas é bom levantar um instantinho dessa máquina aí, passo o dia dela...* (Dona Bina, diário de campo, 2016).

E continuou falando algo que não entendi enquanto caminhava até a cozinha. Trouxe um copo e uma garrafa pet com gelo dentro. Eu disse: Nossa era tudo que eu precisava num calor desses e tomei uns três copos.

> *É minha filha, eu também gosto de água bem gelada pra matar o calor, ainda mais que a parada é longe né, tu andou que só, né? Aqui no bairro é ruim por isso, a parada é só na principal, quem mora aqui pro bodozal se lasca (risos).* (Dona Bina, diário de campo, 2016).

Nesse dia, ficamos conversando umas duas horas, isso porque Claudete, minha então interlocutora, tinha ido rapidinho na taberna ali perto, mas quando ela chegou, agradeci dona Bina, e fui para a casa dela.

Conversamos um pouco, mas alguns meses depois ela se mudou para o Iranduba, numa comunidade ribeirinha com a neta e a filha, pois elas estavam sendo ameaçadas de morte pelo ex-genro, devido terem-no denunciado por abuso sexual cometido contra sua enteada e por agredir a esposa e sua filha e como não conseguiram, nem que fosse preso, nem proteção para elas, tiveram que sair do bairro e perdi o contato com ela por cerca de 3 anos.

Tive notícias alguns meses antes de terminar esta tese, porque meu número de telefone sempre foi o mesmo e agora ela tinha acesso a um celular e me mandou uma mensagem contando como estava e que elas ficaram bem e seu genro *"sumiu no mundo, mas a neta ainda era muito traumatizada e tomava remédios controlados por causa do que aconteceu"*. Ela pediu desculpas por ter sumido. Eu disse que ela fez muito bem e conseguiu proteger sua filha e neta, o que o Estado não fez por elas e que para mim também foi ótimo porque, através dela, conheci dona Bina e sua família. Claudete disse então:

> *Ah! lá sim, tu achou um monte de curumim né, como tu queria, que bom, fico feliz por ti... a Bina é uma pessoa muito boa, me ajudou muito.*

Encerramos a conversa, mas ainda trocamos mensagens de texto.

Continuei visitando dona Bina e expliquei a ela o que eu fazia e perguntei se ela estava interessada em conversar comigo. Ela disse: *meu nome não vai aparecer aí nos livros não*, né? Eu disse: não, não vai, eu troco seu nome e da sua família, pode ser? Ela se anima e logo responde como que ela gostaria de ser chamada:

> *Pois coloque Dona Bina, que era como chamavam minha falecida mãe, mas coloque assim: DONA BINA*

Escrevendo num de seus cadernos de medidas das clientes do ateliê de costura, arrancou o pedaço da folha e me deu.

> *Escreve como tá aí: Dona Bina viu, porque ela só era chamada assim, com o "dona" na frente. Era muito respeitada em Manacapuru sabia?! Ela costurava também e rezava menino, tirava a mãe-do-corpo*[76] *das mulheres tudinho, pegava "dismitidura"*[77]*, fazia garrafada pra tudo quanto era doença, de tudo ela fazia pra ajudar os outros, por isso era muito querida lá. Quando vim pra Manaus um tempo depois eu busquei ela pra ficar comigo e assim, cuidei dela até falecer, que já tava velhinha e adoentada também né*. (Dona Bina, diário de campo, 2016).

Guardo com carinho o pedaço de papel que ela escreveu tão grande o nome de sua mãe, assumindo para si e eternizando seu nome e história num "livro".

E assim, iniciei minhas conversas com Dona Bina, que era uma das minhas interlocutoras queridas também, desde 2016. Era muito franzina, comia

[76] Doença que afeta mais as mulheres, é algo que anda pelo útero depois da gestação em especial, causando dores horríveis, para saber mais ver o artigo de Liliane Lizardo: Gênero: "mãe do corpo" doença que atinge as mulheres indígenas Baré no alto rio negro. Revista Wamon. Vol.2, ano 2017.

[77] Desmentidura: Norte- Nordeste. Deslocamento (de osso, articulação) ou contusão (muscular, ligamentar etc.); luxação, entorse, desconjuntamento. Dicionário Oxford.

pouco, falava muito, contava tudo. Era sem filtro, como ela mesma dizia e eu amava nossas conversas de horas a fio.

Com o tempo fui conhecendo melhor seus filhos, netos, agregados e todo mundo que circulava por lá. Ela me deu acesso a sua casa e sua vida e foi muito produtivo, pois era uma família que rendia muito para trabalhar e ainda eram/são queridos ao me receber e mostrar suas vidas. Sinto-me grata por tamanho carinho e aprendizado. Muita sabedoria de dona Bina, que dizia:

> *Minha filha do céu, se eu te contar que a minha vida pode até virar um filme, um livro, uma novela, sabia?! Se te contar tanta coisa que passei e tem coisa que ninguém acredita quando eu conto a minha vida, porque parece coisa que só acontece em novela.* (Dona Bina, diário de campo, 2016).

Sempre que eu a visitava, lá estava ela sentada em sua máquina de costura, remendando e consertando roupas usadas de suas clientes. Fazendo vestidos lindos de festa de 15 anos e adorava fazê-los. Dizia que cada vestido era uma *"mocinha que nasce pelas minhas mãos"* e abençoava para que fosse boa mulher na vida.

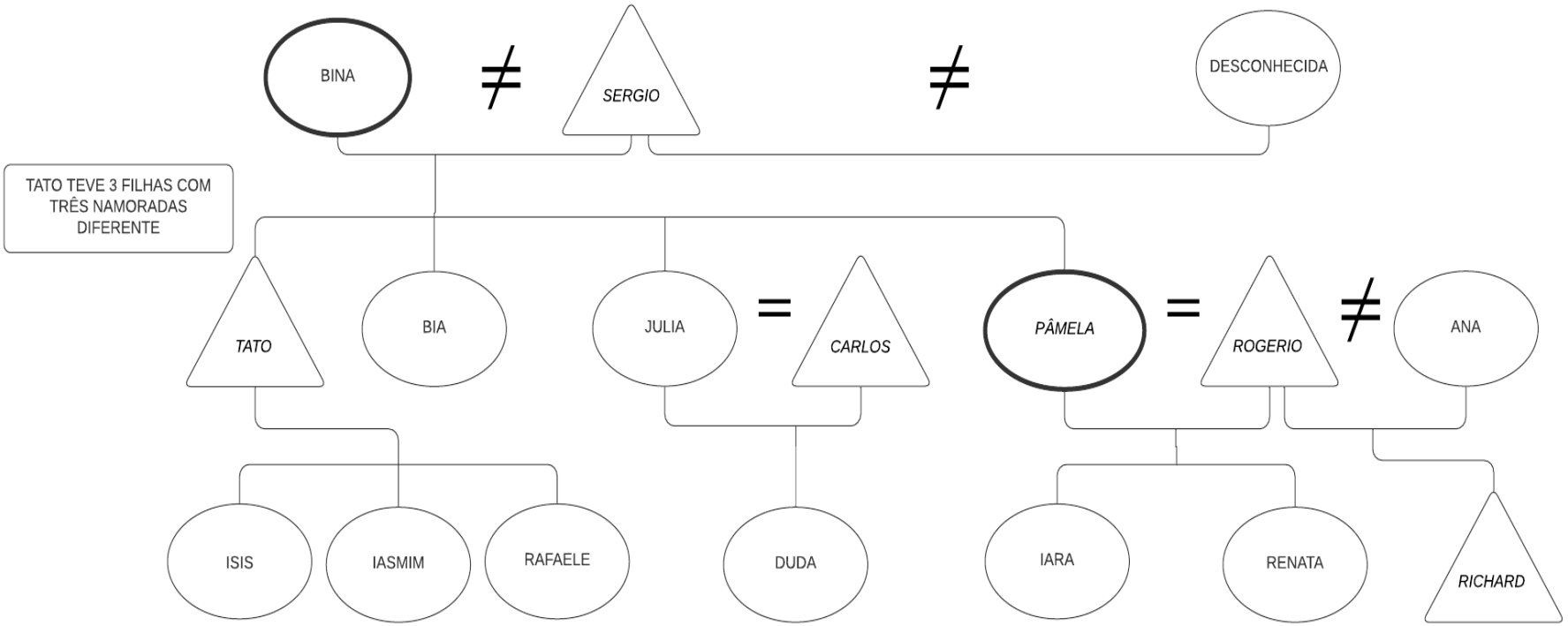
> *Eu amo fazer vestido de festa, não gosto muito de consertar roupa, me dá uma tristeza e ainda é dinheiro pouco, com vestidos ganho mais e gosto mais de ver eles pronto, lindo. Fico só lembrando de quando era mocinha.* (Dona Bina, diário de campo, 2016).

Dona Bina faleceu final de 2020, aos 65 anos, por Covid-19, mas a novela de sua vida ela contou e contava com gosto de quem estava satisfeita por ter conseguido manter a família em todos os sentidos.

### 3.4.1 Genograma e descrição da família-síntese Silva

A seguir, apresento mais um Genograma construído com base na circulação das crianças da família-síntese Silva e principais interlocutores. Descrevo também quem é cada um na rede de parentesco da família e teço algumas considerações sobre a estrutura central e os casos constituídos a partir de outras tantas famílias encontradas durante a pesquisa.

**GENOGRAMA FAMILIA-SINTESE SILVA**



Coloquei dois sujeitos centrais nesse Genograma – Dona Bina e Pâmela – para dar ênfase a algumas coisas muito importantes, que precisavam ser ressaltadas. A primeira delas é que dona Bina é o sujeito que sempre recebeu e que inclusive recebeu a filha de seu marido fora do casamento e a criou. O ex-marido foi embora de casa, mas a bebê, Pâmela, ficou.

Quando perguntou porque você adotou a filha de seu marido com outra pessoa, Dona Bina?

> *Ah meu amor, você não sabe como era. E eu não adotei, eu peguei ela pra criar só. A mãe era mulher da vida, meu ex-marido era um traste que bebia, eu ia abandonar a menina? Nunca que eu ia fazer isso, meu coração não deixava, e outra, ela é irmã dos meus filhos, né? Foi doloroso? Foi sim! Mas eu não tinha o que fazer* (Dona Bina, diário de campo, 2016).

Atualmente, a única filha que mora atrás de sua casa, que ajuda ela no ateliê, com as encomendas, quando ela fica atacada da hérnia, é Pâmela, mas nem tudo são flores.

Só o filho mais velho de dona Bina que sabia que Pâmela era adotada, e teve um dia, me conta ela, que precisou contar para a menina, senão, nem iria contar nada, *nem precisava da menina saber*, diz ela, mas em uma briga de irmãos ainda na infância, o irmão Tato contou de forma dolorosa que ela era adotada e Dona Bina foi confrontada por Pâmela e acabou contando a história toda de Pâmela.

Pâmela então quis conhecer sua mãe biológica o pai ela já conhecia e ele a visitava de vez em quando. Dona Bina sabia quem era a mãe.

> *Eu conhecia ela, ela era puta lá no centro e o leso do meu ex-marido se apaixonou por ela. Só um leso pra se apaixonar por uma puta de rua mesmo* (e balançou a cabeça negativamente, torcendo a boca com um sorriso irônico). *Mas ela queria conhecer, eu levei. Ela conheceu a mãe dela. Cheguei na beira segurando a menina pela mão, caminhei um pouco e logo vi ela, tava lá encostada*

> *num inferninho daqueles perto da Manaus moderna. Tava sozinha numa mesa esperando cliente, né?! Claro! eu falei pra Pâmela: Ah lá, aquela é sua mãe e fomos até ela e eu disse: tua filha quis te conhecer. Ela olhou pra minha filha e disse: eu conheço você, moro perto da tua escola e te vejo todo dia, mas é melhor que tu fique com essa daí mesmo. Ela tem tempo e paciência pra lhe cuidar, mas eu sou tua mãe viu. Tu acredita Isa que ela teve a audácia de dizer que era mãe, mas era mesmo né?!* (Dona Bina, diário de campo, 2016).

Realmente, Dona Bina sabia quem era, elas se conheciam desde mocinha e a mãe biológica de Pamela acabou "caindo nessa vida", como diz dona Bina, mas se conheciam e sabiam onde a outra morava.

Eu perguntei: e a reação de Pâmela?

> *Ela não quis nem saber da mãe no começo, mas depois passou a ir à casa da mãe depois da escola, alguns dias para visitar. Mas logo esqueceu também, mas ela sabe quem é e onde mora a mãe dela. Hoje a mãe dela saiu da vida e casou e tem mais dois filhos e meu ex-marido também casou com outra e tem mais 3 filhos com uma mulher lá.* (Dona Bina, diário de campo, 2016).

É interessante perceber que, apesar de a mãe biológica ter formado família depois que saiu da rua e o pai também ter formado outra família, ainda assim, Pâmela permaneceu com dona Bina até sua morte.

Além de Pâmela, que foi criada por dona Bina. Ela recusa a usar o termo adoção, diz que "*apenas criou a menina, pois ela tem mãe"*. Dona Bina cuidou das netas, filhas de Tato que circulam na casa passando longos períodos e sua neta mais nova que ela também estava criando, como ela dizia, *porque a mãe não tem responsabilidade*.

> *Sabe Isa, ela não tem responsabilidade de criar uma criança, ela não faz comida, bate na menina, sem*

*condições, aí peguei ela, né, é o jeito!*. (Dona Bina, diário de campo, 2016).

Após a morte de dona Bina, Duda a neta mais nova criada por ela ficou sob os cuidados de Pâmela. Aí a gente observa os elementos da circulação se repetindo geração após geração.

### 3.4.2. Quem circula e quem recebe: Gerações que circularam reforçando redes e vínculos

**Tabela 4. Quem circula e quem recebe:**

| **Quem recebe** | **Quem circula** | **Grau de parentesco com quem recebe ou terceiros** | **Idade em que circula/circulava** | **Circulação por períodos curtos e longos ou permanência.** |
|---|---|---|---|---|
| **Dona Bina** | Pâmela | Enteada | 0 – 2 | Circulação períodos curtos |
| **Dona Bina** | Pâmela | Filha | 02 – 42 | Permanecia até a vida adulta e casar |
| **Dona Bina** | Isis | Neta | 0 – 14 | Circulação períodos curtos e longos |
| **Dona Bina** | Iasmim | Neta | 0 – 12 | Circulação períodos curtos e longos |
| **Dona Bina** | Rafaele | Neta | 0 – 16 | Circulação períodos curtos |
| **Dona Bina** | Renata | Neta | 0 – 9 | Circulação períodos curtos e longos |
| **Dona Bina** | Iara | Neta | 0 – 15 | Circulação períodos curtos e longos |
| **Segunda Geração** | | | | |
| **Pâmela** | Duda | Sobrinha | 0 – 9 | Circulação períodos curtos e longos |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Pâmela** | Richard | enteado | 0 – 15 | Circulação por períodos curtos e longos |
| **Pâmela** | Alice | Cunhada | 10 – 23 | Circulação por períodos curtos e longos |

Na primeira coluna da tabela, temos as duas recebedoras, apesar de ter outras mulheres na família que poderiam receber, mas as duas interlocutoras-chaves e sujeitos centrais da circulação são Dona Bina, que deixou a cargo de sua filha, que era filha biológica de outra mulher com seu ex-marido, receber as novas gerações e manter os vínculos, entre os irmãos, o pai e a madrasta e criar uma rede de cuidados que engloba pelo menos três núcleos familiares diferentes: o do pai, da mãe biológica, da mãe de criação e do marido de Pâmela, pois ela também recebe sua cunhada que passa longos períodos em sua casa.

A moradia central é a casa de dona Bina, que ajudou a construir a casa de Pâmela quando ela casou em um pedaço de terreno nos fundos de sua casa. "*Mana, aqui é uma grande comunidade isso sim, né nem família mais*", diz Pâmela rindo.

Pâmela também franzina trabalha muito em casa, faz todo tipo de comida e faz marmita para vender também no pequeno espaço que tem em sua cozinha nos fundos do quintal de sua mãe. Seu marido trabalha no distrito industrial. Ela teve sua filha Iara quando era uma adolescente ainda. Dona Bina diz que cansou de avisá-la,

> *[...] mas ela não quis estudar, ta aí oh com a filha pra criar e o pai abandonou, mas logo ela arranjou esse marido que ela tá agora. Ele bom pra ela e pra filha dela. Aí tiveram a Renata*. (Dona Bina, diário de campo, 2016).

Pâmela, além de cuidar de suas duas filhas, toma conta também de Duda, com ajuda da mãe elas cuidam das crianças, dão conta do serviço da casa, do ateliê e das vendas de marmita no almoço e dindin durante o dia todo.

> *Eu gosto sabe mana da vida que eu tenho, meu marido, minhas filhas e o trabalho aqui em casa mesmo, que dá pra ir sobrevivendo. Não tenho mágoa da minha mãe verdadeira, de vez em quando ainda vou e quando ela precisar vou ajudar, que eu quero mostrar que não guardo mágoa, do meu pai eu tenho mágoa sim, não só porque ele abandou eu e meus irmãos e minha mãe Bina só com ateliê e sumiu e nós passamos até fome, mas porque eu queria que hoje ele fosse um bom avô pelo menos, mas nem isso ele consegue ser, mas é por causa da mulher dele, ela é o demônio aquela mulher que ele arranjou, é uma luta pra ver meu pai, mesmo assim eu ajudo, eu convido quando tem aniversario aqui. Ele vem, come e vai embora, nem presente traz pras crianças, mas tá bom, é meu pai né. A minha cunhada Alice, também vive aqui, ela é desmiolada por isso vive aqui com a gente, pra ver se não apronta lá com a mãe dela, minha sogra, que é o cão também, melhor mesmo ela ficar aqui mesmo. Agora as irmãs da mãe Bina, minhas tia né, elas têm grana, sabe mana, mas elas não ajudam muito, mas assim, se precisar mesmo, que nem a minha mãe precisou de um remédio caro e elas compraram, mas elas nunca chamam pra festa chique delas. Eu convido pra nossas, é simples, mas é tudo limpinho e a minha comida, é uma delícia tá!* e dá de ombros*, para finalizar (risos).* (Pâmela, diário de campo, 2016).

Pâmela é dessas que a gente faz uma pergunta e *ela desembesta a falar*, diz dona Bina. E realmente eu perguntei o que ela achava de toda a história de vida dela que dona Bina tinha me contado e ela não parou mais de falar, falou dela, da família do pai dela, das mães, das tias, do marido, da família do marido. Ela era assim emendava uma coisa na outra e não parava mais de falar.

Tato, seu irmão, segundo Pâmela:

> *É um vagabundo, só quer boa vida, deixa as meninas aqui que ele teve uma com cada mulher, com a mamãe, pra não pagar pensão. Só a mãe da Rafa, minha sobrinha, que bota pra cima dele, quer a pensão e não deixa ela aqui muito tempo. Acho ela certa, porque deixar tudo nas costas da mamãe é fácil né! Ele vive só atrás de mulher e deixa as meninas tudinho aqui, faz um bico de vez em quando e não ajuda em nada em casa, chega come e dorme, mas ele é meu irmão né, tio das minhas filhas e ele é cheio de leseira, aí as crianças tudo gosta dele, não tem como ter raiva, mas a gente sempre teve arranca-rabo, nós dois, desde criança e foi ele que me contou que eu era adotada. Eu acho assim, que ele tem meio ciúme de mim com a mamãe sabe, porque ele é o filho dela, mas a mamãe me ajuda muito.* (Pâmela, diário de campo, 2016).

Pergunto: “Pâmela e suas outras irmãs?”

> *A Júlia? Uma desmiolada, deixa também a Duda aqui com a gente. Ela fica aqui em casa dias, eu não ligo, porque ela brinca com a minha mais nova e deixa eu fazer minhas coisas em paz, então eu até gosto e gosto de arrumar as duas iguais, porque é uma preta e outra é branca, acho linda as duas juntas iguais, se eu compro um laço pra uma compra pra outra, se a mamãe faz um conjunto pra uma, faz pra outra igual também. São minhas bonecas, mas eu nunca que ia ter coragem de deixar minhas filhas assim, mas se bem que aqui é também a casa delas, porque é a casa da vó delas, né! Então ela não é tão desmiolada assim né (risos)* (Pâmela, diário de campo, 2016)

*“*E a Bia?” Eu adorava perguntar as coisas para Pâmela, ela dava *“definição de todo mundo”,* como dizia dona Bina e, para mim era uma maravilha.

> *Ah, a Bia ela casou com um cara e foi morar com ele, quase não vem aqui. Diz que aqui é muita confusão, barulho, cheio de crianças, mas quando precisa pede pra mim ou pra mamãe olhar o filhinho dela que nasceu esses dias aí. Eu olho né, mas não muito porque ele é novinho e mama ainda, ela tem que dar conta dele só. Ela não acha ruim aqui, então porque o marido dela não ajuda? Já que eles se acham pessoas civilizadas, que moram na principal e não aqui no bodozal, então eles têm que se virar né, se acham demais, mas quando ela vem eu olho o curumim dela sim, porque eu não sei negar de olhar. Além do mais ele é muito fofo e quase não chora o bichinho.* (Pâmela, diário de campo, 2016)

"Pâmela, e teu enteado? Ele também vem pra cá? "

> *Mana, vem! Vem! Vem! Eu não tenho nada contra ele, sabe, mas ele é muito mal-educado pela mãe dele sabe, se fosse meu filho ele tava um doce, mas agora quer ser homem o pirralho, nem tem pelo no saco e quer cantar de galo pra cima do pai dele. Do pai, né, porque pra cima de mim mesmo não vem não. Mas assim: falei pro meu marido: olha se tu quiser trazer ele pra ficar de vez, eu crio ele aqui, mas da minha forma, ele vai ter que seguir a minha cartilha, aqui não tem moleza como na mãe dele não, mas aí fica aí nessa, ele vem e volta, quando briga aqui vai pra lá, quando briga lá vem cá e vamos ver como fica né, Isa!...mas eu amo ele, assim como meu marido ama a Iara, que não é filha dele, a mamãe te contou, né? Eu tive ela com 15 anos, só tinha merda na cabeça, mas a gente vai apanhando da vida e aprendendo, né!* (Pâmela, diário de campo, 2016)

Desse modo, é perceptível nas falas e nos contextos de moradia e forma de se organizar, que a rede de parentesco se organiza em torno de um vai e

vem de crianças e adolescentes e que muitas vezes permanecem até a vida adulta.

O que realmente importa é fortalecer laços consanguíneos ou de afinidades, dependendo da necessidade de sobrevivência, de se fortalecer e fortalecer a família. Dona Bina é um exemplo clássico também ao adotar a filha de seu então marido a época. Ela aproximou redes de parentesco que se ela não tivesse feito isso não teriam se aproximado e acabado a família como ela, porque quando ela pegou Pâmela, ela mantém, consciente ou inconscientemente, o laço com a rede de parentesco que é o que confere sentido, significado, identidade, sobrevivência e reprodução do indivíduo e de seu grupo familiar.

A família-síntese Silva resume bem uma série de tipos de circulação de crianças e traz conceitos e definições importantes que serão abordados no próximo capítulo em que recorro às nuances do campo aliada aos conceitos teóricos e apresentando tópicos que, juntos, levam a corroborar e explicitar a tese proposta aqui. Que é a circulação de crianças como elemento fundamental e fundante da família no Amazonas.

# CAPÍTULO IV

## A CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS A PARTIR DO ESTUDO DAS FAMÍLIAS INTERLOCUTORAS

*Oi Gil, tudo bem meu amor? Cadê tua mãe?*
*Tudo bem tia Isa e a senhora? A senhora que dizer minha tia Eunice, né?*
*É, mas tu não chama ela de mãe Nice?*
*Chamo sim, mas a minha mãe é a Ana, que a senhora conheceu aquele dia no meu aniversário, lembra?*
*Lembro sim Gil, mas achei que a Nice era tua mãe também.*
*Oh tia, já falei, ela é minha mãe também, mas a senhora perguntar da minha mãe é a minha mãe que me teve e quando a senhora perguntar da mi nha tia é a minha mãe Nice, entendeu?*
*Entendi gil, mas como você mora com a tua mãe Nice achei que falar só "mãe" você já ia saber que tava falando da tia Nice*
*Nãooo tia Isa, mas eu não moro com ela, eu moro com a minha mãe Ana, a senhora não entendeu nada, né tia, meu Deus! (risos)*
Diário de Campo, 2017.

## 4.1. Como pensar a circulação de crianças e os arranjos familiares a partir do contexto local

O intuito geral do presente capítulo é analisar a circulação de crianças e os arranjos familiares a partir dos dados apresentados no capítulo anterior, estabelecendo os pressupostos necessários para que a circulação de crianças aconteça, demonstrando porque ela é o coração dos arranjos familiares de um tipo específico de família. Esse esforço será realizado através da análise e compreensão de algumas categorias êmicas e conceitos importantes. Creio que os conjuntos de dados e apanhados teórico apresentados nos capítulos anteriores forneceram uma base solida para apreensão do fenômeno do sistema da circulação de crianças no Amazonas de modo amplo em sua significância.

Assim, os interlocutores dessa pesquisa iluminam questões fundamentais que iremos elucidar neste capítulo e, para tanto elaboramos um conjunto de proposições no intuito de subsidiar e dar corpo a nossa hipótese de pesquisa. Ressaltando ainda que são proposições e questionamentos que conferem o corpo da tese apresentada. Assim, estabelecemos pressupostos que reconhecemos como regras importantes para a circulação de crianças dentro do grupo familiar.

Existem pressupostos que estão muito recorrentemente presentes e que determinam os arranjos familiares do tipo analisado aqui. Listei quatro que estabelecemos como os mais importantes e determinantes para definir a circulação de crianças e os arranjos familiares. Isso significa que, de algum modo, a circulação de crianças obedece a esses pressupostos.

O primeiro deles é a presença fundamental dos sujeitos que já circularam e que durante a idade adulta recebem crianças, sem a presença dessa pessoa, ou melhor, dessa mulher que faz a circulação ocorrer não se pode denotar a família como pertencente ao grupo analisado aqui, cujas características já foram amplamente repetidas. Isso significa que o sistema de circulação de crianças é estabelecido por e para mulheres.

O segundo diz respeito aos contrapontos observados entre a posição das crianças da casa e das crianças que circulam. As posições privilegiadas não estão diretamente ligadas ao “ser” da casa e “circular” na casa. Essas posições

envolvem um apanhado muito mais complexo de regras que não se pode sumarizar em poucas palavras, pois, fala fortemente de afetos e regras estabelecidas para reprodução dos modos de vida e da fortificação de laços.

Um terceiro pressuposto, que está muito ligado ao segundo, refere-se à obrigatoriedade da gratidão e da retribuição de quem circulou, e aí enfatizamos as proposições de Mauss (1995) sobre a dádiva e a obrigatoriedade de dar e receber, em que o autor “parte das formas arcaicas da troca”, mas defende a generalidade da lógica da dádiva – argumento central do *Ensaio* –, também observável, segundo ele, nas sociedades ocidentais.

O quarto e último pressuposto faz referência à circulação de crianças como forma de mediação das relações familiares. As crianças são enviadas e recebidas para mediar relações que estão abaladas dentro do grupo de parentesco. Acredito firmemente que esse quarteto contém as bases fundamentais do sistema de circulação de crianças no Amazonas. Para completar a análise, será necessária a revisão de conceitos êmicos, buscarem na constituição da população do Amazonas indícios da prática da circulação de crianças acorrendo de modo particular e próprio. Ainda nos debruçaremos sobre a verificação das nomenclaturas da rede de parentesco para compor o quadro esquemático, teórico e fundamentado das regras de operação do sistema da circulação de circulação de crianças no/do Amazonas.

Analisamos os conceitos êmicos de “morar” e “ficar”, que apontam para diferenças fortes do modelo de individualização do núcleo familiar e configuram-se como outra prerrogativa importante para entendimento da composição fluida do arranjo familiar. A partir dos dados empíricos, pode-se também observar que a circulação de crianças em Manaus apresenta-se com uma frequente troca de moradores nos lares amazonenses. As configurações familiares dentro dos lares se alteram com constância, notadamente, no que diz respeito às crianças e adolescentes que são enviados de uma casa para outra ou até mesmo circulam entre casas dentro do mesmo quintal ou da mesma rua/bairro. Morar e ficar na casa de alguém são concepções diferentes, mas extremamente ligadas ao sentimento de pertença ao lugar.

Outra questão fundamental, ao analisamos a circulação de crianças, são as influências dos legados dos modos de vida e cultura de comunidades ribeirinhas e povos indígenas, notadamente no que diz respeito à criança e a

infância. Isso é importante para análise do fenômeno da circulação de criança porque, além dessas famílias serem de baixa renda, morarem em bairros populares de Manaus, como em outros trabalhos sobre a temática em que se apresentam a circulação de crianças nas famílias de baixa renda de grandes centros urbanos no Brasil, elas são oriundas de cidades do interior do estado com fortes ligações a suas comunidades ribeirinhas e povos indígenas de origem, o que confere um caráter particular a essas famílias em um centro urbano e plural como Manaus.

As falas das interlocutoras, em especial as com mais idade, que remete a essa influência acentuada é recorrente e faz referência diretamente ao modo como esses grupos familiares enxergam a criança e a infância e, de um modo de "criação"/educação das crianças de uma maneira diferenciada das famílias de outras classes sociais e oriundas de outras influências.

O campo de pesquisa foi parcialmente restrito ao urbano, a capital Manaus, mas notando ser impossível apartar totalmente dimensões do "ir-e-vir" para além da capital, agrego esse movimento e ligação com o interior do estado, afirmando que, aqui, é impossível, dentro dos arranjos familiares analisados, criar restrições de socioespacialidades, tendo em vista que o transito é o que confere a constituição e a fluidez do sistema de circulação de crianças no Amazonas. Não há como não evidenciar, hora ou outra, o interior do estado do Amazonas e sua importância e função na circulação de crianças. Essa questão foi percebida a partir dos dados do campo.

Assim, "desmembrar" a circulação de crianças dentro da cidade, as idas e vindas ao interior do estado e a influência das heranças socioculturais, é uma tarefa praticamente impossível, pois a circulação tem raízes fortemente plantadas nas cidades de origem das famílias apresentadas, seja no presente ou no passado. Nossos interlocutores são de famílias que têm ligações ainda muito fortes com parentes em outras cidades do interior ou comunidades próximas à Manaus e sobre esse tipo de circulação (interior- capital/capital-interior)[78], agregada às influências das heranças culturais não se pode deixar de comentar, pela força com que se apresentam em campo. Ressalto,

[78] Majoritariamente e nas famílias interlocutoras, Eirunepé, Borba, Manacapuru, Rio preto da Eva e comunidades do Iranduba e são as cidades de onde e para onde a circulação acontece com muita frequência.

obviamente, que a pretensão não é discorrer sobre questões da criança/infância entre povos indígenas ou ribeirinhos, mas dar visibilidade a herança falada e vivida por essas famílias.

Outro conceito êmico importante que analisamos aqui são as nomenclaturas utilizadas na rede de parentesco das famílias. As “mães-mães” e as “mães-com nome”, irmãos nomeados de pai, tias da mesma idade, nomeadas como primas e outras nomenclaturas utilizadas que nos trazem alguns indícios sobre as responsabilidades, posição e “papel” de alguns membros demarcados dentro da rede de parentesco das famílias de grupos populares de Manaus. Apontando para o parentesco definido muito fortemente pelas relações e vínculos criados através da circulação e menos por formas legalistas de definição e nomenclatura que se dá aos membros da rede de parentesco.

Por fim, concluímos este capítulo com uma análise do ponto central que é o conceito de circulação de crianças iluminado pelo olhar das interlocutoras dessa pesquisa. Desse modo, pretendo traçar um panorama contextual das famílias interlocutoras da pesquisa, fundamentada, principalmente nos estudos sobre família e crianças no Brasil e na Amazônia, para que possamos entender os tensionamentos, disputas, formas de organização e as vivências das famílias, bem como o fenômeno da circulação de crianças, que se configura com uma particularidade regional e de fundamental importância para compreensão das dinâmicas familiares no Amazonas, além disso, incluir – a partir dos pressupostos, das heranças socioculturais, do entendimento do que morar e das nomenclaturas utilizadas para demarcar papéis fundamentais nos arranjos familiares – a circulação não como algo que ocorre nas famílias de baixa renda no Amazonas como forma sobrevivência e reprodução socioeconômica, mas como uma forma de estruturar os arranjos familiares, ou seja, a circulação é o que dá sentido à ideia de família nos grupos enfatizados nesse trabalho.

Acreditamos que seja importante categorizar alguns conceitos empíricos para análise dos dados de campo, por isso estabelecemos os pressupostos ou regras enfatizados acima e que nos levam a formular que a circulação de crianças faz parte de forma concreta de arranjo familiar específico. Assim,

seguem argumentações mais fundamentadas de alguns desses pressupostos ou “pré-requisitos” que terminam a circulação.

## 4.2. Pressupostos para circulação de crianças a partir do estudo dos casos apresentados deste trabalho

Uma das maiores curiosidades de pesquisa e que motivou esse trabalho foi entender o porquê as crianças circulavam. Sobre o que falava essa circulação de crianças a respeito dos arranjos familiares do Amazonas? Contudo, as razões para explicar esse fenômeno são muito mais profundas do que os motivos elaborados nas falas dos interlocutores e no modo de percepção socialmente normativo sobre família e criança. A explicação está na raiz de um modo particular de reprodução da família e da rede de parentesco.

Para chegar a tal hipótese é importante relembrarmos algumas questões que podem iluminar respostas contundentes para o ir e vir de crianças e adolescentes e como o Estado, através da rede de proteção, lida com essas questões “fora da norma”. Sendo essa uma questão a ser debatida no capítulo final. Contudo, primeiro precisamos entender alguns pressupostos e regras fundamentais que determinam os arranjos familiares no Amazonas e incluir ao final um debate acerca do conceito de circulação de crianças, como dito acima, porque neste trabalho a circulação de crianças ganha um atributo, uma característica própria, como veremos mais adiante.

Primeiro, buscaremos responder a questões já levantadas no início deste trabalho, como: quem circula? Todos os filhos e filhas circulam ou somente alguns? Por quê? Há prerrogativa de laços de afinidade versus consanguinidade? Qual a influência das tradições socioculturais da região nos arranjos familiares?

Para finalizar discutiremos as questões de como o Estado, através da rede de proteção a criança e ao adolescente lida com as questões da diversidade de arranjos familiares e do sistema de circulação de crianças no Amazonas. Esse olhar se torna necessário uma vez que nossa intenção é

também contribuir para a realização de políticas públicas voltadas para as famílias e as infâncias no Amazonas.

A seguir então aponto e analiso alguns pressupostos para a circulação, chamo-os assim, pois são pontos-chave para a compreensão das regras de circulação de crianças aqui no Amazonas e para que haja a circulação é preciso que o processo obedeça a esses pressupostos. Eles são determinantes na circulação de crianças e para os arranjos familiares a que se dedica este trabalho.

### 4.2.1. As mulheres e meninas como sujeitos centrais da circulação

Recorrentemente, há sujeitos específicos responsáveis pelo ir e vir das crianças e por ordenar a configuração familiar de modo a manter a sobrevivência, a reprodução e o modo de vida da família. Assim como existem as crianças específicas circulantes. As responsáveis por ser o elo e a força desses arranjos. Vejamos;

No caso da família Gonçalves, nosso primeiro estudo de caso, quem circula e quem recebe são sujeitos bem demarcados dentro da rede de parentesco e que fortifica vínculos nessa rede. Esses sujeitos não são escolhidos nem aleatória e nem propositalmente, mas, sim, porque correspondem a pré-requisitos específicos dentro da rede de parentesco, fazendo/mantendo/reforçando o arranjo familiar tal como ele se constitui e se perpetua.

Assim sendo, tia Maria é um sujeito fundamental desse fenômeno e muito comum de ser encontrado em outras tantas famílias. Ela é a tia que cuida/cuidou, portando recebe/cuida todos que precisam na família. É a cuidadora, acolhedora e a responsável por organizar e constantemente fortificar laços. Ela é tia, mas podemos encontrar mães, sobrinhas, primas, cunhadas, sogras, uma infinidade de mulheres e até uma terceira mulher que não tem nem vínculos consanguíneos e nem de conjugalidade.

A tarefa de fazer circular como forma de manter vínculos é uma responsabilidade das mulheres e que, às vezes, tem uma peso muito

desconfortável, mas que em sua maioria é uma forma de dádiva, um presente poder ser essa mulher que constitui e alimenta em todos os sentidos uma família, no intuito de fazer com que aquele arranjo familiar funcione, sobreviva (material e moralmente) e se reproduza tal como essas famílias pensam/idealizam e fazem de tudo para manter a particularidade que lhes confere um modo de vida próprio.

Desse modo, “pessoa-chave”, na família Gonçalves, da circulação de crianças e consequentemente dos arranjos familiares é a tia Maria, que atenta, resolve problemas, manipula consciente e/ou não, situações e pessoas para manter a unidade familiar tal como ela é. Dessa forma, recorrentemente, está aqui e acolá para resolver, decidir e “consertar” situações que envolvem seus sobrinhos, filhos de seus sobrinhos, cunhadas, ex-cunhada, irmãos, vizinhos e agregados da casa. Enfim, ela é a responsável pela manutenção da rede de parentesco e da reprodução da família Gonçalves através do cuidado e da circulação de crianças.

Nossa interlocutora central, tia Maria, já está cuidando de duas gerações, tendo um imenso orgulho disso. Para ela, é uma carreira muito bem-sucedida dentro do que ela esperava de sua vida quando mocinha.

> *Minha falecida mãezinha sempre me ensinou de tudo, sabe Isa! Cozinhar, lavar, passar, cuidar de mininu e ainda trabalhar, não depender de homem pra nada e assim eu fiz. Tive meus namoros, meus casinhos, dei, dei, dei até não poder mais (risos), mas meu compromisso sempre foi com minha família, assim como minha mãe sempre pediu. Honrei com a memória dela e não me arrependo de não ter me casado, nem estudado. A vida não é só isso pra ter realização, minha filha. A felicidade na vida é você que faz. Você quer tua alegria estudando e eu sempre quis e quero a minha vendo a minha família unida e feliz.* (Tia Maria, 62 anos diário de campo, 2018)

Completa dizendo com vigor que cuidaria também dos filhos de seus sobrinhos-netos, a quem ela chama de meus filhos. Em uma das muitas brigas

que presenciei, acusaram sua sobrinha-neta, Thalita, de *"perder a virgindade com um nóia daqui da rua".* Tia Maria como uma leoa, é enfática e interrompe a briga entre os sobrinhos (os irmãos Ângela e Adalberto). Diz batendo no peito: *"Não se meta, se ela engravidar eu cuido, eu assumo a bronca, não te mete*!", falando para seu sobrinho, Adalberto, que é chamado de papai por sua sobrinha e respeitado como tal, devido ter criado a menina por um tempo junto com tia Maria. Ele fazendo seu papel de irmão/pai tenta punir a menina, mas Ângela (mãe de Thalita) e tia Maria a defendem. Assim, tia Maria é a pessoa que "assume as broncas" da família.

Corre de um lado pela família de seu irmão e corre pelo outro pela ex-cunhada e sua família. Define-se como irmã da ex-cunhada também, porque sempre a ajudou e garante que *"fez de tudo para manter"* esse arranjo familiar da forma como ela pode. Tia Maria foi/é fundamental para que núcleo do irmão que se separou da primeira esposa (Ilsa) e seus sobrinhos não se desfizesse e conseguiu isso através da circulação de crianças e com a autoridade de "resolver broncas na família", muitas vezes mudando/trocando crianças de lares para manter vínculo e recebendo outras.

Conseguiu que a ex-cunhada e o irmão dela convivessem em certa harmonia e realocou os filhos do segundo casamento do irmão como primos dos sobrinhos-netos dela, com convivência através da circulação constante entre as crianças. Assim, de forma muito oportuna e com mestria "criou" um arranjo familiar próprio e com vínculos fortes. Onde seus sobrinhos do primeiro casamento do irmão, sobrinhos menores do segundo casamento do irmão e sobrinhos-netos circulassem para manter laços de família pouco provável em outros grupos mais abastados ou de cultura advinda de outras tradições.

Tia Maria recebe os sobrinhos menores, filhos do segundo casamento do seu irmão, mas a circulação por períodos longos é somente pela Thalita, filha de Ângela e o filho mais velho de Adalberto, Pedro. E mais, considera que ela que criou e está criando junto esses dois, assim como considerou que criou os pais deles junto com Ilsa. Os demais que circulam por períodos curtos são estrategicamente alocados em períodos de crise e conflitos ou por questões financeiras. Aí nesses momentos se fazem necessário que ela articule a circulação por períodos mais curtos.

Por outro lado, também percebemos que são duas “crianças-chave” para na circulação, que cumprem posições estratégicas na rede de parentesco, pois são as duas crianças que mantém e fortifica laços do núcleo da família de origem de tia Maria, com o núcleo da família da mãe de seus sobrinhos, Ilsa. Pedro e Thalita são os primeiros sobrinhos-netos de tia Maria e são crianças que nasceram em meio a conflitos, como a indecisão da mãe de Thalita pelo aborto ou não, e, por outro lado a pouca idade de seu sobrinho Adalberto e de sua esposa, que a época tinha 15 e 14 anos, respectivamente.

Desse modo, foram crianças que nasceram em meio a conflitos familiares intensos e tia Maria foi a responsável por reestabelecer os laços familiares. Como? Implorou a sobrinha que não abortasse e garantiu ajuda financeira e suporte emocional e de cuidados ou que ficaria com a menina quando nascesse se Ângela, realmente, não quisesse. Ocorreu situação parecida com Adalberto, por ele ser muito novo tia Maria disse que ajudaria ele na criação e que podiam contar com ela e acolheu o jovem casal e o recém-nascido em sua casa. Eles que moraram e moram por alguns períodos de maiores dificuldades, seja financeira, seja no casamento na casa de tia Maria, mas Pedro, primeiro filho do casal nunca saiu, circulou por períodos curtos na casa de seus pais e de sua avó paterna, mas sempre permaneceu com tia Maria.

Pedro fortifica o laço com a família de Adalberto que depois “se juntou” de vez com Kátia, sua esposa, e teve mais dois filhos ainda na juventude. Uma menina, Isabela, e um menino Júnior que circulam por períodos mais curtos, porque o elo quem mantém é Pedro. Da mesma forma que Thalita também representa essa criança mantenedora do laço com a família de Ilsa, sua ex-cunhada, considera como irmã. São as primeiras crianças dos dois primeiros sobrinhos. Suas posições na rede de parentesco são utilizadas, desse modo, para manutenção de laços.

Assim, como em Fonseca (1995), as estratégias de sobrevivência não são determinantes na circulação, mas sim a fortificação de laços. A autora relata que:

> Na vila, colocam-se crianças como estratégia de sobrevivência – mas o momento da transferência e a pessoa designada para receber a criança são frequentemente escolhidos em função de outras considerações não diretamente ligadas à sobrevivência. Essas

> escolhas dependem antes de negociações entre adultos, isto é, entre o pai da criança, sua mãe, e/ou sua mãe adotiva. É neste jogo de poder, tanto no confronto quanto na solidariedade, que se definem os limites do universo cultural (FONSECA, 1995, p. 99).

Isso significa que motivos financeiros não são bons pressupostos para a circulação de crianças, mas as negociações entre adultos, especialmente negociações de sujeitos centrais, que são as que recebem e sujeitos centrais que circulam responsáveis por manter e mediar relações, que são as crianças que circulam. Tia Maria exemplifica com maestria ao falar:

> *Isa, eu sou aposentada, minha filha, tenho 62 anos, ganho pouco de aposentadoria e ainda trabalho pra tirar mais uma rendinha. A minha casa é simples como tu tá vendo aí, até chover dentro chove (risos), mas eu não abro mão de cuidar das minhas crianças até eu morrer e seja com o dinheiro que eu tiver, seja na rua se for o caso, mas eu não largo eles, não vivo sem eles por perto de mim, quando não é um é outro, só abro mão dos meu curumim se for pra ajudar meu irmão, minhas sobrinhas, as pessoas que eu amo só...os meninu ficam numa casa e na outra pra família ficar tudo na paz, pra não ter briga sabe mana, porque o ser humano é muito complicado. (Tia Maria, diário de campo, 2017).*

É muito evidente ainda a centralidade da mulher e meninas nas questões de circulação de crianças e isso demonstra o protagonismo decisivo nas formas como se configuram os arranjos familiares. Em todas as famílias interlocutoras, o sujeito central é a mulher que recebe e envia e as meninas que são recebidas e enviadas. Isso significa que, fortemente, os manejos femininos na configuração familiar são decisivos e esses manejos se dão através do circular e do fazer circular.

### 4.2.2. Contrapontos observados entre a posição das crianças da casa e das crianças que circulam

Observamos esse pressuposto presente em diversos arranjos familiares como regra socialmente aceita e reproduzida assim como os outros quatro descritos aqui. É muito perceptível e natural a diferença de posição e de formas de tratamento das crianças que são “da casa”, que moram, das crianças que “ficam”, que circulam por períodos longos ou curtos. As de períodos mais longos têm privilégios e obrigações bem próximas, se não maiores, das crianças da casa, em contraposição as crianças que circulam por períodos mais curtos onde há menos privilégios, mas também menos obrigações dentro da casa e para com que as recebe. Vejamos o exemplo dos Souza.

Nosso sujeito central, Tiana, é um caso de adoção informal, que começou como circulação por períodos curtos e logo passou a ficar mais e acabou “tornando-se” filha da casa, por ser da rede de parentesco, filha do irmão de seu pai, Tiana assume uma posição de, na época que circulou fortificar laços de irmãos e agora é responsável por fazer a circulação acontecer e reforçar os laços entre seus irmãos “de criação”, seus filhos, seus sobrinhos, seus netos e seus sobrinhos-netos adotivos. É uma complexa rede que se repete de geração em geração.

Tiana passou a ter privilégios e obrigações de filha da casa. Contudo, ao mesmo tempo em que afirma e confirma seu estatuto de filha, lembra que as vezes a divisão de tarefas era injusta e que era responsável também pela irmã adotiva – Luíza – da mesma idade, como uma “companhia”. “*Quando ela aprontava e apanhava eu apanhava também”,* Lembra Tiana rindo da situação. Seu discurso é sempre ambíguo:

> *Isa, mana, eu amava demais meus pais e meus irmãos (de criação), eles, as vezes malinava de mim, mas eu devo tudo que sou e tenho a eles. Se não fosse eles eu não tinha nem onde morar, nem o que comer. É claro que as melhores coisas que tinha era Luiza, mas porque o marido dela dava, meu pai dava igual pra todos nós, mas o marido da minha irmã dava tudo do bom e do melhor e*

> *ela me dava muita coisa que ela ganhava e tudo que ela comprava pra ela, ela comprava pra mim. Teve uns tempo que a gente brigava porque fui trabalhar lá e ajudar cuidar dos filhos dela e ela queria me tratar como empregada, aí a gente brigou, onde já se viu a gente cresceu junta, limpei a bunda dos filhos dela tudinho e querer me fazer de empregada, não aceitei, mas depois a gente fez as pazes e ainda ajudo ela e os filhos dela sempre que precisam de mim. Tô lá sempre! (Tiana, 64 anos, diário de campo, 2018).*

O discurso aparentemente ambíguo e confuso revela uma relação um pouco diferenciada entre os filhos, especialmente porque ao que parece, Tiana foi "pega" para criar para manter o vínculo com a família que ficou em Borba e como companhia para a filha mais nova dos pais adotivos de Tiana. Atualmente, ninguém pode dizer que é adotada e seu status é o mesmo dos outros irmãos, mas em uma brincadeira ou outra ela solta que sempre foi a "*Isaura da casa*", que sempre trabalhou mais que os outros.

Por outro lado, fala de todo o seu amor pela família que a adotou e é muito grata, no discurso e nas ações, porque quando precisam dela, ela sempre está. Para cuidar de um sobrinho internado, para limpar a casa de uma sobrinha ocupada demais, para atender seus sobrinhos-netos com ajustes de roupa e no que precisar ela está pronta como forma de gratidão. Isso, contudo demonstra a diferenciação dos filhos consanguíneos, porque eles não têm a obrigatoriedade dessa gratidão.

A obrigação de ser grata, falar e fazer tudo para retribuir é de Tiana e é absolutamente naturalizado, sem qualquer tipo aparentemente de traumas por conta disso. Ela, inclusive, reproduz o mesmo esquema ao qual foi submetida. Recebe e criou filhos adotivos e netos. Um filho foi de "de criação", mas também não se pode falar sobre isso. Ele descobriu já adolescente, mas não houve grandes traumas "*e hoje é o filho que mais me ajuda"*, diz Tiana. Reconhecendo novamente a obrigatoriedade da gratidão do adotivo, em detrimento dos consanguíneos.

O neto criado por ela também tem essa obrigatoriedade de gratidão em detrimento aos que foram criados por suas mães consanguíneas ou adotivas e não circularam na casa da avó ou circularam por períodos curtos.

Os netos e outras crianças que circularam na casa dela por períodos longos ou curtos também “devem” a ela uma gratidão por algum momento ter passado por lá, assim, como suas mães, mas esses “devem” menos a ela.

Tiana é a que recebe e faz circular as crianças de suas filhas, dos seus netos, do seu filho e suas sobrinhas. Ela mantém e é responsável pela reprodução da circulação de crianças como forma de construção de arranjo familiar próprio que se configura como forma de sobrevivência cultural e materialmente das famílias que fazem parte desse tipo particular.

Desse modo, o contraponto entre a posição das crianças da casa e das crianças que circulam é um pressuposto fundamental que acaba por demonstrar a obrigatoriedade da gratidão e da retribuição e o que se torna uma regra socialmente aceita e reproduzida.

Neste ponto, também seria importante ter mais alguns trechos que corroborem esses argumentos e remeter como isso é diferente da ideia de “cria da casa”, mas que vou explorar adiante.

### 4.2.3 A circulação de crianças como forma de retribuição e gratidão por de ter sido recebida

Esse pressuposto complementa o anterior, na medida em que os contrapontos das posições entre filhos “da casa” e os que circulam demanda a obrigatoriedade da retribuição e gratidão desses últimos. Ao contrário dos primeiros que retribuem e são gratos, mas não tem a obrigatoriedade e muito menos o dever de fazer circular também.

Muito recorrentemente, a forma como se retribui ter circulado em algum momento de sua infância e adolescência é receber também crianças e adolescentes que em algum momento necessitam ou para ficarem a vida toda.

Dona Bina, nosso estudo de caso da família-síntese, recebeu a filha de seu então marido com sua amante à época e a adotou informalmente, mesmo depois tendo se separado do marido ficou com a menina e a cuidou como filha e como a responsável hoje pela circulação de crianças com propósito de manter vínculos e em gratidão e retribuição a tudo que sua mãe Bina fez por ela e por seus irmãos e irmãs. Mas repare que a obrigatoriedade é dela e não de seus irmão e irmãs.

Quando pergunto à Pâmela se ela guarda alguma mágoa da mãe que a adotou. Ela diz em tom de revolta com a minha pergunta ou como se eu a tivesse ofendido:

> *Mágoa? Eu? Nunca! Jamais! Se não fosse ela como que eu poderia estar agora. Eu só tenho uma dívida com minha mãe Bina. Você já pensou Isa, eu sou filha da amante do marido dela, sou fruto de traição e mesmo assim ela me adotou e me tratou como filha e ainda deixou casa pra mim morar aqui no fundo e por isso que hoje eu faço de tudo pra agradar ela. Tá certo que a gente briga e as vezes eu falo demais, falo que tô sendo diminuída por ser adotiva, aí começa os quebra-pau aqui em casa e meus irmãos também fazem isso comigo, mas de qualquer jeito devo muito a ela e não tenho mágoa. Briga toda família briga e um cutuca o outro onde dói mais, né! Mas eu tenho muito agradecimento pela minha mãe Bina ter me adotado, só isso e faço de tudo para retribuir.* (Pâmela, diário de campo, 2018).

Mas, e de sua mãe biológica? Não ficou nenhum ressentimento? De ela ter dado você a dona Bina?

> *Olha Isa, não vou dizer que amo ela como mãe, mas sei e respeito que ela é minha mãe, mas na época ela era puta né! Agora como ela ia me cuidar sendo isso? De um lado eu entendo ela, não julgo sabe, de outro eu penso como*

> *seria a vida se ela tivesse me criado. Então eu não sei te dizer se tenho mágoa ou não, mas fica um sentimento assim dentro da gente, né! Mas eu vou lá, visito ela, as vezes se ela precisa eu faço alguma coisa, então acho que não tenho mágoa não.* (Pâmela, diário de campo, 2018)

As falas das interlocutoras são bem representativas da ambiguidade entre a gratidão e, portanto, o dever de retribuir, de ter gratidão e a mágoa em ter circulado tanto ou ter sido adotada, mas isso não impede a reprodução de uma mesma "forma de criação" das crianças através da circulação delas. Assim, uma possível mágoa ou ressentimento se torna um fator que, mesmo que esteja nas subjetividades dos sujeitos e nas falas ambíguas, não impede que a família se reproduza, mantenha vínculos e identidade através das mesmas formas de configurar família e uma forma de conferir identidade aos que circulam e aos que recebem. Isso significa que a circulação de crianças no Amazonas é também uma forma de retribuir por ter sido recebida e assim manter o ciclo da circulação.

No caso de tia Maria, ela sempre foi grata à mãe e prometeu manter a família unida como ela pudesse, isso fez com que ela criasse uma série de artimanhas e dispositivos para manter o arranjo familiar e hoje os membros que circularam e que ainda circulam, repetem e referem-se ao sentimento de gratidão como abalizador da relação com tia Maria.

Pergunto a Thalita, sobrinha-neta de tia Maria, o que ela acha de ficar na casa de tia Maria e em sua casa, ter coisa lá e aqui, passar longos períodos lá e outros longos períodos aqui.

> *Tia Isa, eu acho bom, eu moro com a mamãe, mas a tia Maria é minha segunda mãe, então tanto faz eu tá aqui ou em casa. Eu gosto mais daqui porque ela compra as coisa que eu gosto de comer e compra maquiagem, agora lá em casa a mamãe é mais bruta, não compra nada que eu gosto. Eu agradeço as duas por ter me criado sabe, porque eu não penso como seria minha vida só com a*

> *mamãe ou só com a tia. Eu amo as duas igual, só não posso dizer pra mamãe que amo igual, tenho que dizer que amo mais ela (Risos).* (Thalita, 13 anos, diário de campo, 2018).

Assim como é o caso de Tiana e de tantas outras famílias encontradas ao longo da pesquisa de campo, o sentimento de gratidão por ter sido recebida em algum momento ou para sempre em uma família, que pode ser extensa ou de terceiros com alguma ligação com a família. Tiana hoje recebe o carinho e a gratidão que deu também a seus pais adotivos. Recebe de seus netos, que circularam por períodos curtos ou longos, de seus sobrinhos, hoje adultos e sobrinhos-netos a quem é sempre muito homenageada e presenteada por ter sido a pessoa que circulou e que recebeu.

Fica claro também que a obrigatoriedade da retribuição e da gratidão é das crianças meninas e são as que reproduzem a circulação como forma de manter, fortalecer e reorganizar vínculos familiares. A gratidão e a retribuição dada pelos meninos são em forma econômica, a obediência, o carinho, a gratidão e o respeito dado à pessoa que os recebeu, mas não têm a obrigatoriedade de dar continuidade ao ciclo. Esse dever é das meninas.

Desse modo, a circulação de crianças também se apresenta como forma de retribuição e gratidão de quem um dia foi recebido. É possível dizer que um dos pressupostos para a circulação também é a forma cíclica com que ela acontece em razão da gratidão de receber e ser recebida e da retribuição por essa dádiva trocada na próxima geração.

Assim, fazendo um paralelo com os achados de Mauss (1925), acredito que as noções de honra e prestígio perpassam a economia da dádiva no sistema de circulação de crianças, sendo essenciais para garantir a circularidade e reversibilidade das trocas. Ao realizar o envio de uma criança, a mulher, a família doadora ocupa momentaneamente uma posição superior em relação ao donatário, cumprindo a primeira obrigação de dádiva e estabelecendo uma dívida.

Além do eventual rompimento de alianças, recusar uma criança que circula para cumprir diversos papéis significa reconhecer uma posição inferior

em relação ao doador e admitir a incapacidade de retribuir à altura o que lhe foi dado (noção de crédito presente no sistema da dádiva).

No jogo da dádiva no sistema de circulação de crianças no Amazonas, com suas prescrições e proibições, a não retribuição coloca em risco o próprio arranjo familiar e os laços de parentesco, seja ele consanguíneo ou "criado" a partir de relações próximas entre pessoas, fazendo da honra uma questão fundamental na constituição tanto das relações como dos próprios papéis sociais. O prestígio da mulher que faz circular está diretamente relacionado a sua generosidade e a sua capacidade em retribuir as dádivas aceitas, sob pena de perder sua posição e sofrer graves penalidades, como ser abandonada na velhice, condenada a viver só, porque não recebeu.

Dona Bina conta que sua irmã *"criava uma menina até os nove anos de idade, que era nossa prima distante e ela conheceu um macho e virou a cabeça por causa dele e tu não acredita mana, ela abandonou a menina, mandou aqui pra casa, hoje ela paga caro, porque tá velha, doente e só né esse é o preço que se paga, se tivesse ficado com a menina hoje tinha companhia, porque ela é um moça trabalhadeira e não dá dor de cabeça, mas minha irmã não quis, né, preferiu macho, fazer o que, né?!"(*Dona Bina, diário de campo, 2018).

Desse modo, é interessante perceber e entender como a questão da dádiva, da troca, da honra é muito forte dentro da concepção dos membros da rede de parentesco para que se constitua efetivamente e afetivamente uma família.

### 4.2.4. A circulação de crianças como forma de mediação das relações familiares

Assim como em outros trabalhos, encontramos "aliados e rivais na família" (Fonseca, 2000), no caso das famílias Amazonenses que fizeram parte deste trabalho, os laços consanguinidade versus afinidade influenciam muito nas formas como ocorrem a circulação de crianças e como os arranjos familiares se configuram. Contudo, nem sempre prevalecem os laços

consanguíneos. Há uma gama de condições que obedece às alianças na família e está diretamente ligada a circulação de crianças.

As esposas versus as sogras e as cunhadas é, também, um pressuposto importante para entendimento da circulação de crianças. Muito recorrentemente a concorrência das mães, normalmente esposas dos filhos com as irmãs e mães deles é algo latente e muito comum e relato em outros estudos. Desse sentido, a circulação de crianças então exerce o papel fundamental que é o da mediação dessas relações e, também de outras tantas dentro de sua rede de parentesco e arranjo familiar.

A família Gonçalves é um caso emblemático dessas relações mediadas pela circulação de crianças e que muitas vezes cumprem o papel de apaziguar, fortificar e criar vínculos e outras vezes servem como punição ou chantagem nas relações. Especialmente entre consanguíneos e afins, mas dualidade não é universal, existem outras prerrogativas além de consanguíneas e afins mediadas pela circulação de crianças.

Thalita e Pedro são as duas crianças que, com mais ocorrência exercem a função de mediadoras. As demais crianças da família também, mas essas duas são casos exemplares. Pedro, o primeiro sobrinho-neto de Tia Maria, é o que vive com ela. Frequentemente a mãe de Pedro, Kátia, manda ele voltar para casa para punir tia Maria por alguma razão.

Em mais um dia de visita a família Gonçalves, chego a casa da tia Maria pela manhã. Thalita que já está com ela duas semanas abre o portão e eu entro. Thalita fala: *"Oi tia Isa, a Tia maria não tá bem hoje, tá no quarto chorando".* Respondo: Tata (apelido da menina) então é melhor eu voltar outra hora, não? *"Não, tia Isa, ela disse pra senhora entrar que ela vem, ela precisa sair do quarto. É melhor a senhora ficar".* Entro, sento na cadeira no quintal e tia Maria sai em prantos, abalada. Levanto e dou um abraço dela e ela chora mais ainda e diz:

> *Isa, levaram meu menino, meu Pedro. A mãe dele levou, aquela vaca, pegou o menino e levou pra casa deles. Eu contei tudo que a Isabela* (outra sobrinha-neta, mas essa tia Maria não gosta) *estava aprontando aqui em casa, que ela trouxe um menino pra cá e ficaram de aqui de bagunça, de saliência e eu contei tudo pro Adalberto* (pai

> dela), *o pai dela deu-lhe umas taca nela e a nojenta da Kátia, mandou Pedro voltar pra casa deles para me cutucar porque contei da falsa da Isabela, Deus me perdoe, é minha sobrinha-neta igual aos outros, mas eu consigo gostar dela, é igual a mãe dela. Eu tô muito puta da vida, tô chorando de raiva dessa mulher (Tia Maria, 62 anos, diário de campo, 2018).*

Esse é mais um relato de outros tantos contados por tia Maria sobre seus conflitos com Kátia, partilhados também pela sogra de Kátia e ex-cunhada de tia Maria e pela cunhada de Kátia, sobrinha de tia Maria e filha de Ilsa. Esta última tia Maria tem uma relação de irmã e a considera como irmã e não há quem diga que não.

Assim, os conflitos entre elas (mãe, irmã e tia versus esposa de Adalberto) são sempre retratados em função da retirada de Pedro da casa de tia Maria, bem como a volta dele para casa da tia representa uma trégua, uma maneira de conseguir o que quer por parte de Kátia e um modo de reforçar um vínculo que, por hora chega a quase se romper pelas brigas e conflitos entre os consanguíneos e os afins. Embora há que se ressaltar que Ilsa é ex-cunhada de tia Maria, mas a considera irmã. Essa relação de afinidade não passa pelos mesmos conflitos que a relação com a esposa de seu sobrinho-neto, filho de Ilsa, que também é de afinidade. Por isso, as relações consanguíneas versus afins nem sempre estão inscritas nas regras de embates, até porque consanguinidade aqui é definida em outros termos, não apenas pela descendência ou ascendência consanguínea, mas com quem se liga moral e espiritualmente.

Desse modo, existe uma gama de requisitos e regras que nem sempre permitem funcionar a oposição consanguíneos versus afins. As alianças dependem muito mais do tipo de relação que se constrói a partir das crianças. Veja: Ilsa foi a primeira a “dar” sobrinhos-netos a tia Maria e foi a que precisou muito de ajuda na criação, em especial, depois que seu irmão, marido de Ilsa, assumiu sua amante como esposa e passou a morar todos na mesma casa por um tempo e desse tempo de muito sofrimento, conforme conta Ilsa e tia Maria criaram um vínculo de irmã por conta dessa situação toda vivenciada por elas e

porque compartilharam da criação das crianças de Ilsa. Uma posição sempre reivindicada de “segunda mãe”, por parte de tia Maria amplamente aceita por Ilsa, que se sente no dever de retribuir ficando sempre ao lado de tia Maria nos conflitos familiares, enviando seus netos também para circularem na casa de tia Maria.

Queremos dizer, com tudo isso, que a circulação de crianças é responsável pela mediação das relações familiares e responsável por criar vínculos mais ou menos fortes dentro da rede de parentesco, com intensa influência da consanguinidade, mas esta não como determinante de laços mais fortes. Isso vai depender muito de como os arranjos familiares se configuram e a forma como a circulação acontece para que os vínculos consanguíneos ou afins se estabeleçam conforme a necessidade daquele arranjo familiar e a mediação através das crianças é fundamental no estabelecimento desses arranjos.

***

Os pressupostos são combinações de fatores que determinam o arranjo familiar tal como ele é, lembrando sempre que, nesse sentido, a circulação é o que confere forma a esses arranjos. Então, em resumo os pressupostos são: 1) quem circula e quem recebe tem uma posição determinada na rede de parentesco e é responsável por manter e fortificar laços, bem como as crianças circulantes é o elo desse laço. 2) a obrigatoriedade da gratidão de quem circula é um ponto-chave e diz a respeito da dádiva, assim como 4) a mediação das relações através da criança e sua circulação por diversas moradias é também determinante na composição dos arranjos familiares do tipo específico retratado aqui.

### 4.2.5. A influência das tradições das comunidades ribeirinhas e povos indígenas nas questões de circulação de crianças e arranjos familiares.

Remetendo à ideia de herança rural sobre a qual se refere Fonseca (1995), em que a autora aponta que, “não é incomum que no interior do Brasil as famílias mandem suas crianças para trabalhar como babá, empregada domésticas em troca de casa, comida e alguma instrução” (p. 79), argumento aqui que algo similar, em termos, ocorre com frequência no estado do Amazonas e região norte em geral, contudo, há ainda mais alguns aspectos particulares da região para analisarmos.

Ressalto que não é e nunca foi a pretensão deste trabalho, muito menos deste subtítulo, obviamente, inserir profundamente a análise dos modos de vida e estudos sobre as comunidades ribeirinhas e dos povos indígenas. Contudo, também não posso deixar passar em branco/ invisibilizar algo ainda muito presente nas falas e costumes das famílias que se inscrevem nas práticas analisadas nesta pesquisa. Por essa razão, meu intuito aqui é evidenciar apenas o aspecto da influência das tradições indígena e ribeirinha no que diz respeito à circulação de crianças, modos de educação/criação delas e nos arranjos familiares. Indicando que este é ponto fundamental para entendermos a circulação de crianças no Amazonas e, também, um pressuposto que indica a particularidade da circulação no estado.

Outro aspecto que não pode ficar de fora e que diz respeito também a essa herança e que já relatei em um momento ou outro é o ir e vir de pessoas, coisas e animais das cidades do interior do Amazonas para Manaus e vice-versa. Recebidos muitos relatos a respeito disso, não poderia ficar de fora como um fator fundamental da circulação de crianças no Amazonas e que está diretamente ligada a essas heranças socioculturais.

Tiana relata as diversas vezes que recebeu crianças, coisas e até umas galinhas que mandaram para ela cuidar no quintal, recebeu também crianças filhas de conhecidos, de parentes e de amigos. Por outro lado, ela mesma coloca no barco roupas, utensílios domésticos, ranchos, plantas, crianças e adolescentes, seus netos, sobrinhos-netos e filhos de amigos. *“Isa eu mando de tudo pra minha irmã lá de Borba e ela também me manda de tudo, a gente tem que ajudar uma a outra né? Olha a galinha que ela me manda de lá não tem igual sabe, criada em quintal, uma delícia, porque essas comprada Deus me defensa mana tem gosto de plástico”.* (risos). Em outro momento gritando com o sobrinho que vinha aprontando muito na escola: “*olha eu vou te mandar*

*pra Borba seu caralho, tu não me dá sossego, nem pra mim nem pra tua mãe, lá eu quero é ver...tua tia te põe no teu lugar rapidinho, nem cum nojo você faz lá o que tu fazes aqui*. *Deixa estar eu te pego seu pilantra"*. Depois, mais calma ela diz: "*eu não sei mais o que fazer com esse curumim mana, vou te contar olha!".* Assim*,* os relatos das trocas de coisas, animais e crianças são frequentes e é, para as famílias algo que faz parte do modo de vida, algo tão "corriqueiro" quanto uma galinha viajar 3 dias de barco para ser saboreada no almoço de domingo com gosto, porque é galinha da "original".

As principais razões apresentadas pelas interlocutoras para as crianças ou adolescentes serem mandadas ou trazidas para Manaus consiste em: estudar, tratamento médico (período curto de tempo nesse caso, mas que podem acabar ficando mais tempo ou a vida toda), ajudar um parente com serviço doméstico ou comercial, lembrando a herança rural. Em oposição, o caminho inverso é feito por mau comportamento na escola, "vadiagem[79]", uso de drogas e bebidas alcoólicas ou porque cometeram atos infracionais no seu bairro. Observa-se aí uma separação de gênero bem marcada. Os que vêm para a capital ou trocam de bairro são majoritariamente do gênero feminino e os que vão para o interior, por razões de "mau comportamento", são os meninos.

Dessa forma, temos dois pontos importantes: 1) A presença forte nas falas e modo de vida, principalmente das interlocutoras com mais idade, de uma tradição ribeirinha ou indígena nos seus costumes e falas. 2) O constante ir e vir de coisas, animais, pessoas, em especial crianças mandadas do interior nos dias atuais por diversas razões como apresentadas acima. O fato é que esses dois pontos são importantes como uma junção da continuidade da tradição de enviar e receber, baseada numa herança ribeirinha e indígena.

Quando converso com dona Bina ou Tiana ou ainda tia Maria, que são as principais interlocutoras, que têm mais idade e que circularam e recebem agora uma nova geração, elas relatam em um momento ou outro sua descendência e costume da comunidade, da cidade de que se originaram. Dona Bina, diz:

[79] Categoria êmica para dizer que a criança ou adolescente não está cumprindo com as tarefas designadas a ele na cidade e sai para passear com os amigos, vai a festas, shoppings, etc.

> *Minha falecida mãe era filha de índia, foi criada até uma idade certa idade com minha vó na aldeia. Ela sabia de tudo quanto era cura dos índios porque minha avó ensinou pra ela e quando ela veio pra cidade (Manacapuru), ela fazia também pros outros essas cura, aqui em Manaus ela já não fazia mais, também pela idade. Eu não aprendi nada disso, eu só sei que ela sempre ajudou as pessoas e na casa dela sempre tinha um parente ou outro lá da comunidade dela, teve uns primo meu que ficou até grande lá em casa pra estudar e trabalhar, até que casou e foi morar com a mulher. Tinha muitos primos e conhecidos da minha mãe que vinha pra ficar lá em casa pra fazer tratamento ou alguma coisa que precisasse na cidade, né!...então assim, minha filha, sempre fui criada nesse meio cheio de criança e adulto. Tinha mininu lá em casa que eu nem sabia quem era, parece que brotava mininu da terra. (risos)* (Dona Bina, 62 anos, diário de campo, 2017).

Essa resposta foi dada quando eu perguntei como foi sua criação pela mãe, como era na casa dela, se a mãe dela recebia muitas crianças em casa também e quem eram essas crianças recebidas. Mesmo ela relatando que não aprendeu muita coisa, ela reproduziu exatamente o modo de vida familiar de sua mãe, onde há sempre muitas crianças circulando por períodos curtos ou longos. Além de certa "criação coletiva" a que essas crianças são submetidas, uma vez que todo adulto, com autoridade para isso (quem recebe, quem envia) tem a responsabilidade de zelar pela criança, dar carinho, presentes e amor, bem como autoridade para repreender e *"dar umas surras"* quando acham necessário.

Desse modo, o que pretendo é apresentar alguns fatores dessa herança e como a forma de hierarquização de conhecimentos citadas por autoras que falam das diferentes crianças e infâncias dos povos indígenas (Cohn, 2000. Tassinari, 2007 Codonho, 2007). Assim, com afirmações simultâneas de uma hierarquização de conhecimentos, as categorias de idade, e de uma ênfase no

caráter coletivo do conhecimento são a propostas que as autoras citadas iluminam.

Contudo, o quero resgatar aqui é uma possível forma de circulação de crianças baseada também no aprendizado coletivo e na autonomia que as crianças das famílias amazonenses desse tipo adquirem num sistema de valores e aprendizados próprios. Desse modo, a exemplo do relato que Cohn (2000) explicita e que demonstra esse caráter coletivo de aprendizagem entre as crianças do povo Xikrin:

> Defrontei-me ainda com a pouca frequência de situações que pudessem ser claramente descritas como de aprendizagem e com o fato de que as poucas que puderam ser observadas eram ocasionais – ou se davam porque alguém confeccionava um objeto e outra pessoa se mostrava interessada em aprender, ou porque algo fazia com que um velho se lembrasse de uma "história dos antigos" e achasse uma audiência interessada, a qual podia incluir crianças e adultos, homens e mulheres. Por outro lado, pude acompanhar ocasiões em que a possibilidade de aprendizado era enfatizada – como por exemplo a narração de "histórias dos antigos" para os homens na "Casa dos Homens" (ngà), casa central em que se reúnem os homens diariamente, ou os velhos cantando para os jovens também na Casa dos Homens. Essas ocasiões tinham um caráter coletivo claro, e o ensino se voltava aos homens em geral, no primeiro caso, ou a uma categoria de idade específica, no segundo caso – aos jovens, mas a todos, sem distinção. Portanto, as observações mais claramente voltadas a situações de aprendizado o revelam como coletivo (COHN,2007, p. 10).

Assim, pretendemos enfatizar a circulação de crianças como uma das formas de aprendizado também. Herdeira dessas influências socioculturais, uma infância baseada não na individualização, mas através da circulação o aprendizado e a reprodução desse tipo de família. O que significa reafirmar as múltiplas infâncias e o que as crianças representam nelas. Ainda para Cohn (2000), em seu material de campo, a autora:

> [...] levou a tratar de várias situações de aprendizado, que negam uma formalização do aprendizado individual e o condicionam a circunstâncias que não são previamente determinadas, ao lado de uma concepção de conhecimento eminentemente coletiva e de situações formalizadas de aprendizado que enfatizam esse caráter partilhado do conhecimento. Se os papéis sociais ou a aptidão individual podem determinar uma explicitação diferenciada entre os indivíduos de conhecimentos, estes permanecem sendo pensados como coletivo. Mas algo mais se destacou nessa experiência de pesquisa: o modo como os Xikrin formulam o aprendizado e suas condições. Em seus comentários, os adultos repetem sempre que as crianças tudo vêem e ouvem, e que, portanto, tudo sabem, mas que

> nada sabem, porque são ainda crianças. Entender essas afirmações simultâneas que nos soam contraditórias é a questão que animou a pesquisa e me leva a discutir as concepções xikrin de infância, conhecimento e aprendizado (COHN, 2000, p. 10).

Isso significa que, como em Cohn e outras autoras, encontramos uma concepção de infância diferenciada da "norma". Nas famílias Amazonenses de baixa renda que vivem na capital, mas com raízes profundas em suas cidades e comunidades do interior do estado, a forma e concepção de infância e de criança como uma forma mais fluida em que através do trânsito e da troca de crianças, elas mesmas aprendem, ensinam e reproduzem. A hipótese é que essa concepção e forma de vida é influência da diversidade de povos e comunidades de que são oriundas tais famílias, que hoje vivem na capital, reproduzem modos de vida que se perpetuam através dessa forma de aprendizado e desse ir e vir de crianças, pois talvez se assim não fosse seu tipo de arranjo familiar específico, não se perpetuaria, especialmente em razão de cada vez mais os centros urbanos serem lugar da exclusão e da individualização familiar.

Desse modo, para Tassinari (2007), ao analisar trabalhos sobre infância e criança entre diferentes povos indígenas, não se generaliza um modo de infância próprio indígena, mas alerta para as diferentes dimensões de criança e infância para diferentes povos indígenas. Para a autora, contudo, as crianças das populações das Terras Baixas da América do Sul, são mediadoras entre categorias cosmológicas. Assim:

> Questões que vêm sendo exploradas na etnologia sobre a sociabilidade e o pensamento das populações das Terras Baixas da América do Sul, destacando concepções relativas à educação e à responsabilidade dos adultos nos cuidados com as crianças. Verifica-se que, ao contrário da visão adultocêntrica do pensamento ocidental, o pensamento indígena coloca as crianças como mediadoras entre categorias cosmológicas de grande rendimento e reconhece nelas potencialidades que as permitem ocupar espaços de sujeitos plenos e produtores de sociabilidade. Verificamos que, ao contrário da visão adultocêntrica do pensamento ocidental, o pensamento indígena coloca as crianças como mediadoras entre categorias cosmológicas de grande rendimento: mortos/vivos, homens/mulheres, afins/consanguíneos, nós/outros, predação/produção. Igualmente, ao contrário de nossa prática social que exclui as crianças das esferas decisórias, as crianças indígenas são elementos-chave na socialização e na interação de grupos sociais (TASSINARI, 2007, p. 22).

Essas questões são ilustrativas do que falamos no item anterior sobre o papel de mediadoras de conflitos e da forma como as crianças são manejadas para definir relações familiares e de parentesco. Obviamente Tassinari (2007) fala de outro contexto, mas que tem relação proporcionalmente ligada às crianças das famílias de que, e com quem dialogamos neste trabalho.

Outro ponto importante e fundamental é a dimensão apontada, ainda, por Tassinari (2007), no que diz respeito a espaços "infantis", para a autora "as crianças dos povos indígenas analisados são responsáveis por sua socialização na medida em que participam da vida social" (p.16). Igualmente, assim é também entre as famílias interlocutoras. As crianças são fundamentais e cumprem papeis de socializadoras e participantes da vida social do grupo familiar. Assim, mesmo os assuntos interditados as crianças sabiam e sabiam que não se podia verbalizar certos assuntos. Em como elas próprias são responsáveis pela própria socialização, na medida em que não há grandes restrições a espaços e conversas "de adulto".

Ângela, uma das interlocutoras, fala de sua participação nas bebedeiras da família e de como adorava aquilo, porque se divertia muito. Da mesma forma que quando eram levados para bares próximos de casa e por ali brincavam com os filhos dos donos dos bares e tabernas. O que vai na contramão também de toda a forma de proteção e individualização da criança e da "família ideal".

Se pensarmos a criança atualmente e o modo como resguardamos essas crianças, é impossível conceber uma criança num bar, junto a seus pais. Logo, configura-se num absurdo e numa violação de diretos daquela criança. Na mesma medida em que criamos espaços "saudáveis", "protegidos" e "próprios" para a criança de classe média, as crianças que fazem parte de outros tipos de família ficam à margem desses espaços e suas vidas e famílias têm sido consideradas desestruturadas por não poderem oferecer esses espaços a suas crianças, na medida em que são impelidos a isso. Assim:

> Os cuidados com as crianças, a sua correta "produção", é realizada num espaço familiar, entre aqueles que convivem juntos, partilham alimentos e substâncias corporais. Nessa esfera familiar, as crianças são educadas e seus corpos são produzidos. Mas, apesar do ideal de "identidade", essa esfera familiar só pode existir a partir da combinação de seres diferentes socialmente, pois não se pode casar entre os "mesmos" (aqueles considerados consanguíneos), mas

> deve-se casar com os “outros” (afins). Isso nos remete a outra ideia bastante explorada no pensamento ameríndio que é a oposição complementar entre “nós” e “outros”. Essa oposição, como vimos acima, pode ser pensada em relação aos seres cosmológicos, mas também em relação à própria sociedade. É essa diferença que permite o próprio parentesco, que é visto como um balanço entre “nós” e “outros” (TASSINARI, 2007, p. 20).

Desse modo, a discrepância entre o que se deseja e espera de uma família dita “ideal” e o modo como se configuram diferentes famílias, infâncias e crianças é uma barreira bastante evidente, especialmente para políticas públicas que abarcam generalidades de classes dominantes e não particularidades complexas de diferentes infâncias e família. Não queremos aqui romantizar violações de direitos de crianças e adolescentes, mas muito pelo contrário, buscar alternativas para resoluções de conflitos e para a proteção efetiva e eficaz da criança e do adolescente, que, respeite e busque formas de resolução de conflito de acordo com a pluralidade das famílias atendidas no Amazonas.

É interessante a comparação de estruturas de sociabilidade de diferentes povos para que possamos entender algumas raízes da circulação e do modo de “criação” das crianças das famílias de tipo analisadas aqui. Tassinari (2007) faz algumas observações que gostaria de registrar aqui, pois penso que o que a autora fala é justamente da forma de um tipo de estrutura de sociabilidade muito ligada ao que entramos em arranjos familiares amazonenses que estão nos centros urbanos, mas com forte ligação nessas heranças.

> Joanna Overing (2002) compara algumas estruturas de sociabilidade indígenas e mostra que, para certas populações, como as do Brasil Central, a oposição entre “nós/outros” é tematizada no interior da sociedade, entre segmentos que se opõem ritualmente e/ou que regulam os casamentos. Desta forma, a sociedade se divide entre “parentes/não parentes” ou “consanguíneos/afins” ou “com quem posso casar/com quem não posso casar”, ou “da minha metade/da outra metade”. Para outras populações, com as amazônicas, essa oposição é obliterada no interior do grupo social, e reforçada em relação ao exterior: os estrangeiros, os inimigos, os mortos, os deuses. Dessa forma, a vida social é dividida entre “aqueles com quem convivo/aqueles com quem não convivo”, “aqueles com quem troco/aqueles com quem não faço trocas”. Segundo a autora, essas duas variações partem de uma mesma maneira de conceber o “outro” – o diferente, seja social ou cósmico, como potencialmente perigoso. A forma de lidar com essa diferença, com o perigo da alteridade, é procurar cativa-la, aproxima-la, traze-la para o grupo familiar. Transformar o “outro” em “nós” parece ser o grande investimento das

> sociedades indígenas, aliado ao movimento complementar de transformar-nos em “outros” (TASSINARI, 2007, p. 21).

É importante enfatizar que essas questões das heranças socioculturais das famílias se apresentam como mais um dado que compõe a imensa complexidade que resulta a circulação de crianças e aos arranjos familiares de que falamos aqui. Desse modo, o que se pretende é abarcar os pontos-chave para entendimento da formação e reprodução social e econômica do tipo de família falada nesse trabalho.

Até aqui o propósito foi de reunir elementos que possam dar subsídios a forma de arranjo familiar estudada aqui, ou seja, todos os pressupostos encontrados, a herança sociocultural dessa famílias demonstram um modo de vida próprio, onde a circulação de crianças, repito, é mais do que uma prática de transferência de crianças, mas um formar de estruturar socialmente o arranjo familiar, como medida de sobrevivência e reprodução sociocultural e econômica no centro urbano e, em última instância, uma composição familiar em que a fixidez de papeis, posições e modos individualizados de criação/educação das crianças é o “faz” ser família, o que confere sentido, significado e sentimento de pertença dentro dos grupos familiares explicitados neste trabalho.

Ademais, existem outros conceitos êmicos que gostaria de juntar a esse quadro para análise como categorias que também subvertem as noções normativas e completam a forma de circulação de crianças e arranjos familiares no Amazonas. Segue dois deles e por fim o debate acerca do conceito de circulação, agora iluminado pelas demais proposições feitas até aqui.

> A circularidade de crianças é prática encontrada entre muitos povos indígenas e entre comunidades quilombolas, como parte da rede de solidariedade entre os grupos, com algum ou nenhum parentesco, pois as crianças são responsabilidade social de todos/as na comunidade. Nas comunidades indígenas e quilombolas crianças circulam pelos caminhos e trilhas dentro de aldeias e quilombos, perambulam de casa em casa pela comunidade, quase sempre sob os olhos atentos de alguém. Exploram o território do grupo de pertença e aprendem a observar as regras do grupo e a agir dentro dos padrões culturais adotados. Muitas vezes, as crianças permanecem em casa de parentes, sem que a ação cause maiores preocupações aos adultos do coletivo. As andanças integram o aprendizado do “ser criança” e de usufruir de autonomia (BELTRÂO, 2016, p. 93).

Os contrastes informados pela alteridade dos povos indígenas inseriram de forma definitiva a importância das interrogações sobre as crianças e suas formas de participação ativa na vida social, mesmo em universos urbanos (PIRES, 2012; RIBEIRO, 2011; THOMASSIM, 2007). É importante destacar que acentuação da atenção às crianças e suas relações nas pesquisas antropológicas não decorreu exclusivamente como reação à hegemônica construção da infância moderna, mas resulta da intensa valorização das alteridades dos universos investigados e dos seus agentes legítimos. Isso supõe não apenas deslocamentos analíticos na incorporação das crianças como potentes na constituição das relações sociais, mas também desafios metodológicos e éticos de como realizar a investigação.

### 4.2.6 “Ficar” e “morar”: conceitos fundamentais na circulação de crianças no Amazonas

Ao decorrer do trabalho de campo, surgiu uma questão muito interessante que são as distinções feitas pelas famílias interlocutoras em relação ao lugar onde se mora e o lugar onde “apenas” se fica por um tempo. O lugar onde se fica pode ser múltiplo, mas o lugar que se mora é indicado como local único e fixo, embora, na maior parte das vezes “more mais onde fica, do fica mais onde mora”.

Nesse sentido, Thalita fala: *“eu moro com a minha mãe, mas fico aqui com tia Maria, mas não moro aqui, entendeu tia Isa? Porque lá é minha casa, aqui é onde eu fico com a minha tia”.* Desse modo, os sentidos do lugar de moradia ganham um significado mais complexo do que se pensava. Morar é o lugar onde a mulher considerada sua mãe (biológica ou não) mora, mesmo que se fique anos na casa de outra mulher. Assim, para Thalita, dizer que mora com tia Maria seria uma grande ofensa a sua mãe. Desse modo, entende-se que morar é o seu lugar onde está a mãe biológica ou a mulher que a criou desde muito nova com a ausência da mãe biológica. Isso é importante porque fala dos lugares que cada uma ocupa na rede de parentesco, além do que a

categoria “morar” assume uma acepção que a desloca de um lugar “fixo”, para o lugar onde está a mulher ou as mulheres que se têm vínculo de mãe.

Quantas vezes perguntar a Pedro onde ele mora, ele vai dizer que mora na casa dos pais dele e que só fica com Tia Maria. Da mesma forma Thalita, que afirma quantas vezes for necessária que “mora mesmo” com sua mãe e sua avó, mas que fica na casa da Tia Maria. Todos os netos de dona Bina afirmam que moram com seus pais, mas ficam na casa de dona Bina por muitos períodos. Tiana então nem se fala. Na casa dela circulam tantas crianças que é impossível dizer com certeza quem mora “de fato” ou quem “apenas” fica.

O que nos leva a pensar questões de pertencimento, da moradia, como “instância produtora de valores - tanto monetários como subjetivos” (Cavalcanti, 2009) e dos lugares de pertença das crianças que circulam. Para Sahlins (1976):

> Os homens não produzem habitação ou abrigo. Produzem moradias de tipos definidos, como a cabana de um camponês ou o castelo de um nobre. Essa determinação de valores de uso, de uma casa particular como uma moradia particular, representa um processo contínuo da vida social, em que os homens reciprocamente definem objetos em relação a si mesmos e a si mesmos com relação a objetos (SAHLINS, 1976, p. 169).

Desse modo, os locais de ficar e de morar são definidos em função da circulação das crianças e do papel das interlocutoras que recebem dentro da rede de parentesco. O que se liga muito ao sentimento de pertencimento a um lugar ou outro, ambos de formas diferentes, mas lugares de identidade e de sentimento de pertença,

> como fundamento de si a partir de um lugar, de uma língua, parece ser então o elemento primordial para o embate do si consigo e para o estabelecimento das relações com o mundo. Como uma espécie de raiz que estabelece o seu local e o ser no local, fazendo-o, a partir de então, parte do mundo, descobrindo o outro e só podendo descobrir o outro pela compreensão da raiz de origem. (KOURY, 2001, p. 132).

Desse modo, o morar e o ficar dizem respeito a uma raiz que estabelece o local das crianças que circulam e o ser no local, sendo a raiz de origem o local onde se mora e o local onde se fica como uma extensão do local onde se mora. Assim, é importante perceber que o sentimento de pertença ao local

onde se mora se constitui com base no local onde se fica e vice-versa e nada tem a ver com a casa. Vejamos.

Com exceção de dona Bina e Tiana, que tem suas casas próprias, deixadas por seu marido e seu pai, respectivamente, as demais interlocutoras moram de aluguel ou casa cedida por algum parente. O que quero dizer é que independente se a casa é própria ou alugada ou cedida o lugar de moradia e o lugar de ficar independente da relação com a casa, com o objeto. O que confere o sentido e sentimento de pertença de morar ou ficar é a relação de parentesco. Desse modo, o "morar" e o "ficar" assumem significados e significantes diferentes, mas fazem parte da mesma raiz de pertencimento ao local, com a ressalva de que morar refere-se ao lugar em que estão suas raízes consanguíneas ou criadas por afinidade muito forte e o ficar o local para onde se vai para que essas raízes se fortifiquem. Assim, reitero a hipótese da composição fluida e não fixa do arranjo familiar do tipo em que dialogo neste trabalho. Assim, concordando com Melo da Cunha (2020), que, ao descrever e analisar os modos de ação da assistência social aponta que, "a correlação família-domicilio, baseada na coabitação não inclui dinâmicas familiares de afetos, cuidado e subsistência que se mantêm a despeito do compartilhamento do mesmo espaço". (p. 204).

Em síntese, o sentido de mãe "biológica" e "de criação" tem outro sentido para as famílias interlocutoras. Não há uma separação entre a mãe biológica e a de criação, mas sim entre a mulher que "faz circular" – e aí pode ser a tia, tia-avó, avó, uma terceira mulher que não faz parte da rede consanguínea, mas que "criou parentesco" – e a mulher que criou ou que pariu, depende da importância dela na rede de parentesco e que laços se quer manter/reforçar. A mãe de Tiana era irmã da sua mãe biológica, mas como mostrado no capítulo anterior, ela foi criada por sua tia, sendo sua tia sua mãe. Ela sabia, conhecia e respeitava sua mãe biológica, não tinha mágoas, mas sua mãe era sua tia, era também a mulher que fazia circular as crianças de sua geração e Tiana hoje é quem cumpre esse papel "herdado" da tia, pois é um papel de suma importância e que é deixado como legado para a próxima geração. Assim, a importância aqui não é sobre quem é mãe biológica, mas quem "faz circular" e nesse sentido explico a seguir a dinâmica do

compartilhamento ou exclusão da função mais importante no processo de circulação de crianças.

#### 4.2.6.1 Mães-mães e Mães-avó/tia/terceira: o compartilhamento da posição mais importante na circulação

Um ponto bem importante também são as nomenclaturas dadas pelas crianças que circulam para as mães que têm e para outros membros da rede de parentesco. Essas nomenclaturas falam muito mais das relações do que de nomes e subverte a “norma”, o local de posições e atributos dados a diferentes membros da rede de parentesco.

Tiana é chamada de mãe Tiana pelos netos e sobrinhos-netos que circularam na sua casa, seja por períodos longos ou curtos. Assim como dona Bina é chamada de mãe Bina por seus netos, demais crianças que circulam na casa e por sua filha adotiva. Somente a adotiva a chama de mãe Bina, os outros filhos e filhas somente a chamam de mãe. Ela faz essa diferenciação de sua mãe biológica, da mãe que a criou. “Dar nome” a mãe significa que aquela é uma pessoa muito respeitada, muito querida e com autoridade igual e, as vezes, até maior que a da “somente” mãe. Não que haja uma hierarquização, mas uma horizontalidade na posição e no “papel” de mãe.

Isso também ocorre em função de outro ponto muito importante e muito recorrentemente encontrado nas famílias que a proeminente quantidade de casos de crianças e adolescentes deixadas com a avó materna ou paterna após o segundo casamento da mãe, muito frequentemente o primeiro filho ou filha fica na casa da avó e a mãe constitui uma nova família, sem, contudo, perder sua posição, autoridade, afeto e respeito dedicados a uma mãe. Em alguns casos anos mais tarde eles podem vir a morar com a mãe, padrasto e irmãos ou não, mas isso também não é motivo de conflitos no que diz respeito às questões de abandono, traumas ou algo que atrapalhe no desenvolvimento da criança, normalmente as crianças e as mães lidam muito bem com isso, porque se entende não como “deixar para trás”, como na concepção normativa,

mas como mais uma mãe, um corpo diferente, mas a mesma autoridade de mãe.

Esse é um fator muito importante que determina também as nomenclaturas utilizadas para se referir a mães biológicas, mães adotivas e outros membros da família (tia, avós, primas, etc.) todas que fazem o papel de receber e fazer circular são fortemente ligadas a nomenclatura de mães.

Agora outros membros da rede de parentesco também podem ser nomeados formas diferentes a norma, por conta de seu papel ou do papel que deverão assumir diante da falta de quem assume. E o caso de Thalita, que chama seu tio, irmão da mãe de papai. Ela o chama assim, porque o considera como pai já que ela o criou durante a primeira infância junto com seu filho da mesma idade, que ela chama de irmão, diferente da segunda filha de Adalberto que já se tratam como primas e do último também. Isso ocorreu pelo forte laço que criaram e do papel que o tio cumpre em reprender, dar presente, zelar vigiar Thalita.

> *Meu irmão cumpre o papel de pai da Tata, porque ela não teve e não tem pai. Ele só vez, registrou e nunca mais tocou no nome da menina, então Adalberto vez e faz esse papel, porque eu acho que ela precisa, vamos dizer assim, de uma referência, né! Assim que fala, né! Apesar de que eu sempre fui o homem da casa, desde que meu pai foi embora, mas eu queria que ela tivesse isso e acabou que ela foi naturalmente ao longo do tempo chamando ele de pai e obedecendo como se fosse, as vezes os outros até estranham, porque ele é meu irmão, mas é como eu te expliquei. Foi criado junto via Pedro toda hora chamando meu irmão de papai e começou a chamar também e ninguém tirou isso dela.* (Ângela, 39 anos, diário de campo, 2018).

Com esses modelos que apresentei acima, quero concluir dizendo que a forma como as famílias desse tipo específico com quem dialogo neste trabalho, apresentam uma forma muito particular de nomear sujeitos da sua rede de parentesco e que muitas vezes não têm a ver com consanguinidade, mas com

o tipo de laço que se constrói. É o caso por exemplo de Pâmela e dona Bina, de Ilsa e Tia Maria, dos primos (tios) de Thalita e Pedro e muitos outros encontrados ao longo da pesquisa. Desse modo, subvertendo assim a “norma” com que famílias de outros tipos e classes nomeiam sua rede de parentesco, fortemente baseadas nos laços consanguíneos. Naquelas depende muito mais de outros fatores do que o sangue, ampliando os arranjos familiares.

### 4.3 Entre idas e vindas: a circulação de crianças

Análise do ponto central que é o conceito de circulação de crianças iluminado pelo olhar dos interlocutores dessa pesquisa é o que propõe essa sessão. Mas por que voltar ao conceito de circulação de crianças novamente?

A resposta é que sempre voltaremos e revistaremos esse conceito com novas nuances e outra razão diz respeito que agora temos alguns pontos-chave esclarecidos sobre a circulação de crianças nas famílias interlocutoras. Isso significa que o conceito de circulação de crianças abrangente contém a circulação de crianças específica das famílias do tipo estudado aqui, mas agrega um conceito ou nuance importante ao abrangente. Que é uma categoria da circulação que não é, nem adoção (formal ou informal), nem ajuda mútua, nem cria da casa, mas uma circulação fluida, um trânsito e uma responsabilidade coletiva e uma forma de arranjo familiar não fixa, que desloca o eixo da familiar nuclear, sendo o lócus privilegiado de reprodução e socialização das crianças não apenas mães, pais e responsáveis legais, mas uma rede de “criação” e não somente de solidariedade, mas de responsabilidade por reproduzir valores e modos de vida. Além disso, a circulação aqui também serve como trocas e negociações por posições e influências que determinam o tipo de arranjo familiar.

Assim, a circulação de crianças em Fonseca (1995) definida como “toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro” (Fonseca, 1995, p. 116), e Motta-maués ter inserido períodos mais curtos e:

> Sem deixar de concordar, de alguma forma, com esse diagnóstico – se pensarmos a circulação ancorada na questão das “dificuldades concretas de criar os filhos” (Sarti, 1996), decorrentes de uma situação de extrema pobreza –, minha ideia – proposta inicial – neste trabalho era que considerássemos também, sob a mesma rubrica, os fluxos mais curtos, dinâmicos e variáveis, em termos de espaços e personagens envolvidos que, segundo penso, caracterizariam o mesmo fenômeno (com outra roupagem) entre as camadas médias urbanas (MOTTA-MAUÉS, 2004).

Até aí estão inseridos, dentro das análises de Fonseca e Motta-Maués, os arranjos familiares de nossas interlocutoras, mas ainda há outra nuance desse conceito que gostaria de resgatar e enfatizar, porque ela está e é o centro de nossa hipótese e o propósito das análises realizadas até o presente ponto.

### 4.3.1. Entre Motta-Maués e Fonseca: uma análise do conceito de circulação de crianças a partir do que encontramos no Amazonas

> Querendo entender essa configuração, procuramos ajuda entre os principais conceitos ligados ao estudo da família em grupos de baixa renda: "estratégia de sobrevivência", "mulher chefe-de-família", e família "matrifocal". Contudo,[...] a pesquisa de campo revelou uma realidade que driblava a capacidade explicativa desses paradigmas. A complexidade do material de campo acabou por colocar em questão os próprios termos da análise. É sensato eleger o núcleo conjugal como foco de análise, especialmente quando (como é o caso aqui) vem acompanhado de redes consanguíneas particularmente atuantes? (FONSECA, 1995).

Assim, e continuando o que vínhamos apontando, querendo entender também a configuração de um tipo específico de família que encontramos no Amazonas e que, claro, se inseria nos achados etnográficos de Fonseca e que também e muito fortemente se ligava aos Motta-maués, mas nos meus achados ainda necessitava compreender alguns paradigmas que extrapolavam a capacidade explicativa do que foi encontrado.

Diferentes tipos de circulação de crianças poderiam ser nomeados como tal e assim foi com as adoções formais e informais e trânsito por períodos curtos e longos, mas ambas as explicações sobre circulação de crianças como

prática para fortalecimento de vínculo e reprodução, econômica e sociocultural familiar, especialmente nas famílias das camadas de grupos populares, ainda deixava de fora uma característica ou propriedade intrínseca da constituição da família dos grupos populares advindas do interior do Amazonas. Creio que é uma nuance, mais do que inserir algo no conceito de circulação de crianças, é inserir uma característica fundamental, que é a de conferir identidade a essas famílias.

Acrescento ainda que mais que uma prática de trânsito de crianças entre diversas moradias, possibilitando ter muitas "mães", em nosso contexto sociocultural a circulação de crianças aparece como parte fundante e fundamental do próprio arranjo familiar. Não é uma prática, mas o modo como é a família e como a rede de parentesco se configura, dando identidade, sentimento de pertença e reafirmando vínculos específicos que conferem a continuidade desse modelo familiar, onde a fluidez e trânsito são o modo de vida e não estão no modo de vida dessas famílias.

Assim, finalizo esse capítulo evidenciando o ponto central dessa tese em evidencia para que possamos entender a hipótese central. Desse modo, estabelecemos pressupostos que indicam regras da circulação, enfatizamos a influência das heranças socioculturais ribeirinhas e indígenas , redefinimos conceitos de moradia para essas famílias e observamos as nomenclaturas dadas a partir das relações e não da materialidade (consanguinidade)[80] da rede de parentesco. Ao compor todas essas definições, pressupostos e observações chegamos à consideração maior que é a da circulação de crianças como o que confere identidade, sentido e significado a essas famílias.

***

No capítulo seguinte e final, segue-se uma análise da circulação de crianças e os arranjos familiares no Amazonas a partir da ótica do Estado e da sociedade civil organizada em prol dos direitos das crianças e adolescentes. Acredito que o fechamento deste trabalho com o Estado pode nos oferecer o

[80] Não que ela não tenha um peso fortíssimo, assim como em Fonseca (1995), mas não é determinante das nomenclaturas, que tem muito mais a ver com relações.

contraponto de posições entre Estado e Família, ajudando-nos a esclarecer a questão da circulação de crianças e arranjos familiares plurais e como são manejados pelas políticas de Estado. Acredito na importância desse capítulo, pois é a partir de minha entrada na rede de proteção enquanto pesquisadora que pude perceber os movimentos da circulação, pois eles eram tão evidenciados em contrastes com as práticas de atendimentos a partir da sua não conformidade com a política para a família e com a própria ideia pré-concebida das técnicas-profissionais de atendimento do CREAS de família estruturada e das formas de “educação das crianças”.

# CAPÍTULO V

## AS FAMÍLIAS E O ESTADO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CIRCULAÇÃO DE CRIANÇAS E A RELAÇÕES COM A REDE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

*"Falar sobre família como foco de intervenção exige aprofundar a discussão sobre o que é uma família e como ela pode servir ou não de recurso em programas de intervenção; exige também problematizar um elemento básico do processo de intervenção: a comunicação entre agentes de intervenção e a população. "*

Fonseca, 2005

## 5.1 A circulação de crianças como forma de ser família

No capítulo anterior, a proposta foi revelar a circulação de crianças enquanto uma forma de composição do arranjo familiar, aspecto central da tese. Trazendo, assim, mais um tipo de arranjo como uma proposta da pluralidade e complexidade dos arranjos familiares e dos modos de vida e reprodução dos mesmos em diversas partes do mundo. O Amazonas, dada a diversidade sociocultural e o déficit de serviços e atenção básica à população mais vulnerável, que se arranja encontrando estratégias de sobrevivência e reprodução socioeconômica e cultural, não seria diferente em termos das possibilidades diversas de formas de ser família.

Neste capítulo, a pretensão é reafirmar arranjos familiares observados e a circulação de crianças como o que confere identidade e pertencimento às famílias e, o contrapondo ao olhar do Estado e suas políticas públicas e programas sociais – através da rede de proteção à criança e ao adolescente do Amazonas – para esse tipo de formação familiar. Para isto, demonstramos e analisamos o descompasso entre política social e realidade social e, por fim, buscamos trazer elementos para iluminar possíveis políticas públicas que reflitam de forma mais coerente com a realidade e o modo de vida das famílias.

Ademais, as famílias de baixa renda, com fortes raízes no interior do estado do Amazonas e que moram em bairros periféricos de Manaus formam um padrão. Configuram-se como mais um tipo específico de arranjo familiar que se destaca pela circulação de crianças como forma de constituição familiar. Desse modo, as famílias de que tratamos aqui são constituídas de forma dinâmica como vimos a partir dos trânsitos, arranjos, rearranjos das composições familiares de nossas interlocutoras e demandam de diferentes ações quando precisam ir à esfera pública para resolução de conflitos ou em busca de direitos e auxílios para sua sobrevivência.

Evidentemente, encontramos em outras sociedades formas parecidas, o que nos diz muita coisa sobre os modos de vida e dinâmica familiar, como, por exemplo, a importância das “mães” e a posição dos “pais”. Isso nos interessa muito porque, além de poder contar com informações e dados com uma diversidade grande de Famílias, nos mostra também que é preciso ter a

mesma diversidade e conhecimento dos valores por parte do Estado para atuar a partir da realidade local. Demonstramos também o fundamental valor das relações de amizade e fraternidade para a rede de parentesco.

Tomemos como exemplo Agnès Fine (2020), em seu artigo sobre *Apadrinhamento e relações familiares na sociedade francesa contemporânea*, que mostra com maestria essas relações a partir do apadrinhamento. A autora mostra o valor das mães de substituição e como os laços com terceiros ampliam relações e asseguram que a criança tenha garantias de proteção e cuidado. Assim, para Fine (2020):

> O valor acordado à criança aumenta o valor da designação de pais e mães de substituição e é exatamente assim que esses últimos a compreendem. Vimos como esses laços eletivos estreitam os laços de parentesco e os ampliam aos amigos próximos. Nas famílias adotivas, os pais recorrem com frequência a essa forma de apadrinhamento para preservar sua criança de um novo abandono no caso de desaparecimento desses (FINE, 2020, p. 185).

Da mesma forma com que a autora descreve o valor dado à criança no apadrinhamento, também atribuo um paralelo com o valor dado às crianças que circulam nas famílias de quem falamos. Um valor depositado nelas de que serão e são garantidoras das relações, de pertencimento, de identidade, sobrevivência material e cultural e reprodutora de um modo de vida. Daí a importância de ampliar e garantir proteção a essa criança.

Claro, estamos falando de contextos muito diferentes, mas o que nos interessa aqui é demonstrar a diversidade de redes de parentesco e laços familiares e sua complexidade em definir de modo suficiente para compreender a gama de relações e que, por isso, apesar dos avanços nas políticas públicas e do judiciário para a família, ainda é muito necessário que cada vez mais procuremos estudar e englobar rede e laços para além da consanguinidade e afinidade. Assim:

> Pseudoparentesco, parentesco fictício, parentesco artificial, parentesco ritual: essa multiplicidade de termos utilizados pelos antropólogos testemunha a dificuldade de definir de maneira satisfatória os laços entre as pessoas que, tomando por modelo as relações de filiação, de fraternidades (ou irmandades?) ou mesmo de aliança, são criadas por um rito diferente do que o do nascimento e do casamento (FINE, 2020, p. 187).

A mesma autora ainda continua com um exemplo sobre apadrinhamento, que não é nosso caso, aliás, madrinhas e padrinhos não

fazem muito sentido no grupo interlocutor desta pesquisa. Mas o que nos importa é salientar que, mesmo achados etnográficos aparentemente muito distantes dos nossos, estão tão perto.

Nos trabalhos de Durham (1983), Fonseca (1995), Sarti (1993), Motta-Maués (2004), Dantas (2011) e Fine (2020), entre outros tantos trabalhos realizados de norte a sul do Brasil e fora do país, encontramos semelhanças e diferenças na questão dos arranjos familiares e circulação de crianças. É isso que importa demonstrar, seja através de laços consanguíneos ou afinidade, há diversas formas de "criar" parentesco.

Tomando como exemplo novamente o apadrinhamento na França, pelo olhar de Fine (2020):

> Um padrinho de cada lado dos pais: um paterno e um materno, consanguíneos ou aliados, que reflete o cognatismo de nosso sistema de parentesco. Aquele que é escolhido, tem a obrigação de aceitar o dom, de manifestar gratidão, que deve se expressar pela adoção de um comportamento adequado em relação à criança: dar presentes, telefonar seguido, perguntar por ela etc. Assim, o apadrinhamento permite criar ou reforçar laços de afeto entre parentes próximos e também criar parentesco entre amigos ou pessoas próximas que não tenham filhos (FINE, 2020, p. 180).

Percebemos movimentos semelhantes no sentido de reforçar, de rearranjar e de criar laços de uma forma diferente. Se lá é pelo apadrinhamento, aqui é pela circulação de crianças.

Dessa forma, o que nos motiva é demonstrar que a circulação de crianças nas famílias que tratamos aqui não está relacionada diretamente com consanguinidade, nem afinidade, mas se dá por outras relações que os termos binários (consanguinidade X afinidade, por exemplo), não dão conta de abarcar, tendo em vista a diversidade de relações que encontramos na imensa heterogeneidade de grupos familiares.

Evidente é a importância das descrições dos sistemas de parentesco e que nos ajudam e nos falam de modos de organização da humanidade imprescindíveis para a compreensão do mundo e de si, mas agregar a ele outras formas de "criar parentesco" e família é o que precisamos refletir. Desse modo, concordando novamente com Fine (2020):

> Enfim, defendo o estudo mais amplo de relações de parentesco, pela antropologia do parentesco de nossas sociedades, nas quais habitualmente se focaliza essencialmente o núcleo conjugal. Sugiro

> que as relações fraternas merecem ser mais amplamente analisadas e que seria importante mostrar o lugar específico das mulheres na animação das redes entre irmãos (FINE, 2007).

No mesmo sentido, nos arranjos familiares que descrevemos, a circulação de crianças é também uma circulação feita por mulheres e para meninas e vice-versa. As redes de parentesco são formadas a partir delas, dessas meninas que circulam e das mulheres que mais tarde também recebem[81]. Isso significa que, concordando mais uma vez com Fine (2020), é preciso atentar para o lugar específico das mulheres na criação e fortalecimento de parentesco e família.

Desse modo, como vimos ao longo dos capítulos anteriores, a circulação de crianças no tipo específico de família que tratamos aqui é algo que confere identidade e pertencimento para rede de parentesco. Ter circulado e receber é dádiva, uma benção e considerado pelas mulheres e todo o restante da família como algo respeitável e que confere uma autoridade e um lugar próprio dentro da rede de parentesco para as mulheres que recebem e manejam as idas e vindas de crianças para moradias diferentes conforme sua pretensão.

Essa é uma questão que necessita de um olhar mais apurado, porque a "instituição" da circulação de crianças que observamos em muitas regiões acontece de modo semelhante a outros lugares, mas com a particularidade e "roupagens" diferentes, e o que nos interessa é demonstrar o modo de ser família, não natural, mas criado e dinâmico. Desse modo, Fine (2020) aponta:

> Seguidamente, no campo da sociologia da família, tende-se a opor a institucionalização à expressão livre de sentimentos. Por exemplo, a recusa do casamento, que é vista como uma tendência a resistir à regulamentação oficial dos direitos e deveres dos cônjuges que enfraqueceria a força dos sentimentos amorosos espontâneos (dos quais o valor tenderia, por sua vez, à sua expressão livre, e não ao contrário). Pode-se constatar que, no caso da instituição do apadrinhamento, em razão dos códigos que ela criou, as obrigações recíprocas são criadoras de laços afetivos específicos que não existiriam sem ela (FINE, 2020, p. 186).

Bom, até aqui o intuito foi reforçar a tese da circulação de crianças enquanto forma de ser família própria da região, de conferir uma identidade à família e um sentimento de pertença a seus membros, por isso a ideia de

[81] Porque meninos, apesar de circularem também, não têm a obrigatoriedade da reciprocidade, a obrigatoriedade de receber e doar é das mulheres.

instituição da circulação de crianças e contra essa instituição aparecem as instituições de Estado e sociedade civil. Aqui chegamos ao ponto que queríamos, reforçando formas diferentes e diversas de “ser” família.

Confio que o presente trabalho, não olha de um modo utilitarista, mas com a intenção de contribuir com o avanço no olhar, ouvir e compreender os arranjos familiares do Amazonas. Por essa razão, um dos propósitos é demonstrar a disparidade entre o olhar de dentro da família e o olhar de fora da família, que confere a esta não uma possibilidade diferente de “se arranjar”, mas um enquadramento fora da realidade vivenciada.

Assim, contribuir na atuação do Estado e da sociedade civil organizada junto a famílias, em que essas singularidades são possíveis e importantes, é uma finalidade ambicionada. É um desejo também manifesto nesta tese e pelo qual a utilizo como uma espécie de “contrapartida” e apoio às muitas de ativistas e de profissionais técnicas do serviço público que se dedicam como podem para realizar seu trabalho a partir de sua matriz de formação acadêmica, social e familiar.

## 5.2 As famílias contra o Estado[82]: as famílias interlocutoras e a circulação de crianças a partir de sua relação com a rede de proteção

> O problema inicial do estudo de família é dissolver essa aparência de naturalidade para percebê-la como criação humana mutável (DURHAM, 1983, p. 15)

O trecho do texto acima de Eunice Durham (1983) denota uma das principais dificuldades enfrentadas na construção e na promoção das políticas públicas para as famílias, a aparente naturalidade que se criou em torno da ideia de família, além da concepção ainda forte de família disfuncional. Acreditamos que desnaturalizar a concepção de família e entendê-la como “criação humana mutável” (DURHAM, 1983) e diversa podem contribuir não somente para o aprimoramento das políticas públicas para a infância e a

[82] Em referência a Clastres (1974), para denotar o caráter político que a categoria família assume ao entrar em “confronto” com as políticas públicas das quais as famílias interlocutoras não se encaixam. É no sentido de contrariar e/ou não se enquadrar a/na forma em que se materializam a política.

família, mas para a convivência da diversidade familiar de modo que a sociedade respeite[83] os arranjos familiares criados/reproduzidos/reinventados pelos mais distintos grupos humanos. Dessa forma, o que queremos demonstrar é a forma como são estruturadas as políticas e programas para diferentes arranjos de família, e que essa forma de atuação das políticas e programas não está ao alcance de todos os tipos de família ou de boa parte delas, pois não se encaixam no padrão "ideal".

O PSE (Programa Saúde da Família), por exemplo, que funciona nas Unidades Básicas de Saúde do Amazonas (não só no Amazonas, mas em todo o Brasil, mas falo do estado, obviamente) é um programa incrível e inovador e que possibilita conhecer o arranjo familiar de "de dentro", através do médico da família e das agentes comunitárias de saúde que chegam aos lares das famílias, mas que na prática há um grande abismo etnocentrado no discurso dominante, com fortes influências higienizadoras. O PSE, a título de exemplo e comparação, pode, e em alguns municípios do interior funciona bem, já que a agente de saúde, técnicos e enfermeiros geralmente cresceram em sua área[84], conhecem as famílias que atendem e sabem que o arranjo familiar é daquela forma e seu próprio arranjo familiar é um espelho para seu trabalho profissional, mas dentro do preenchimento do acompanhamento da família feito pelos profissionais não há como "enquadrar" aquela família de modo que se perceba uma melhor forma de atuação junto a tipos específicos de família e de patologias mais preeminentes em cada cidade/comunidade, o mesmo pode-se dizer da assistência social (cf. MELO DA CUNHA, 2020), do judiciário e da educação.

[83] No sentido de perceber e aceitar as diferenças e isso não é somente com a família, mas com sexualidade, raça, gênero, etc.

[84] Isso ocorreu com o avanço da interiorização das Universidades Federais e Estaduais e com um pouco mais de facilidade de acesso e crescente interesse dos jovens para estudar na capital e depois voltar e trabalhar no seu município, o número de profissionais da própria comunidade das áreas da saúde, assistência social, educação cresceram bastante nas últimas décadas. Com exceção de médicos e área jurídica que ainda continuam extremamente elitizados e, com isso, os médicos, juízes e promotores de "fora" não conseguem internalizar e respeitar a diferença, especialmente dos arranjos familiares e, com base no estatuto de superioridade cultural que carregam como prerrogativa de si, ainda se torna muito difícil no interior, e diria também na capital do estado, uma conversa sobre socioculturalidade e multiplicidade de modos de vida.
Essa questão foi percebida a partir de pesquisas realizadas para OSC IACAS, sobre a atuação da rede de proteção em municípios do interior do Amazonas, sob a coordenação de Amanda Cristina Ferreira, presidente da instituição e reconhecida ativista da causa da infância.

Quando falamos da esfera jurídica, também a título de exemplificação e comparação, o problema é ainda maior, porque geralmente seus operadores são oriundos de famílias das classes mais abastadas e com noções muito arraigadas do que é e como deve funcionar a família. Assim como os técnicos da esfera socioassistencial, que fazem dos discursos dominantes sobre família (geralmente em comparação a suas próprias famílias) o grande ideal a se atingir com as famílias atendidas nessas instituições. Desse modo, concordando com Heloisa Buarque de Almeida (2008) falando sobre violência doméstica e o Juizado Especial Criminal de Família (JECrifam):

> A noção de uma estrutura-funcional da família nuclear completa – pai, mãe e filhos – é um imaginário ainda forte entre os operadores do direito e de outros profissionais, que remete ao modelo de Parsons de família nuclear moderna. [...] A noção de família estruturada na voz dessas profissionais também remete a um certo equilíbrio psíquico e afetivo, que seria gerado pela presença de pais "equilibrados" – aos quais os profissionais se referem quando falam de suas próprias famílias, por oposição aos casos conflituosos que atendem (ALMEIDA, 2008, p. 92).

Flavia Melo da Cunha (2020), ao analisar "as práticas e relações concernentes ao Programa Bolsa Família em pequenas cidades brasileiras localizadas na área de influência da tríplice fronteira amazônica do Brasil, Peru e Colômbia" (MELO DA CUNHA, 2020, p. 40), traça um panorama das "malhas da assistência social performada por intelectuais influentes na profissionalização do Serviço Social no Brasil" (p. 137). Desse modo, a autora é importante para pensarmos a crescente judicialização dos conflitos familiares e as formas com que as práticas da rede socioassistencial conferem a essa esfera, utilizando-me dos termos de Melo da Cunha (2020), um "caráter policialesco". O que é fundamental nas práticas de atendimento, uma vez que esse caráter já não tem dado certo junto às classes populares, pois o padrão "policialesco" impõe e não dialoga. Idealiza um contexto social, mas não buscam entender os meandros das classes populares, seus modos de vida e formas de existir e resistir.

Dessa forma, os arranjos familiares que "se formam" na capital com essas famílias oriundas do interior, e em que a circulação de crianças é a base, é muito diferente do modelo "ideal", em que a criança deve ter um lar fixo, documentação em dia, frequência escolar, faça cursos, tenha área própria para brincar, que não esteja entre adultos nos conflitos, brigas e bebedeiras em

família e, por isso, o “ideal” de família e o “real” das famílias não se acertam. Assim:

> [...] família que difira do modelo pode parecer ter algo intrinsecamente “errado” e pode pender à violência. Uma situação econômica difícil é um componente na tensão e geradora de conflitos, o que explicaria a alta presença das classes populares nesse tipo de conflito, ainda que camadas médias não fossem raras no JECrifam (ALMEIDA, 2008, p. 93).

Penso, do mesmo modo que Fonseca (2004), sobre: como os princípios de uma política que tenta ser universalista traduzem a realidade sociocultural local? A grande questão é como fazer essa tradução dos ideais da legislação para a família e infância, bem como os programas de saúde da família, assim também como os da educação e os socioassistenciais, refletirem de forma mais próxima da realidade das famílias atendidas. Assim, concordando com Fonseca (2004) falando das grandes legislações internacionais, as questões trazidas para o micro, o local reflete o universal, quando deveria ser ao contrário. Desse modo, preciso reproduzir parte do texto de Fonseca (2004), que fala muito bem do que queremos apontar aqui como “as famílias contra o Estado”:

> Como os princípios "universalistas" se traduzem para o nível local? A maioria das pessoas que contribuíram para a legislação internacional se dá bem conta das dificuldades em anunciar princípios "universais" que respeitam diferenças culturais. Visam formular a legislação internacional em termos gerais, permitindo assim sua tradução para situações nacionais específicas sem deturpar o espírito da lei (Parker 1994). Essa adaptação dos princípios gerais a situações específicas é, no entanto, altamente problemática. No Persons and Family Code de Burkina Faso, por exemplo, os legisladores desse país africano mostraram hostilidade aberta pelas linhagens tradicionais que até recentemente garantiram o sustento, formação e identidade da maioria de jovens. Com um "eurocentrismo" descarado, enuncia-se nesse documento que a linhagem funciona como parasita e que, futuramente, a vida social de todos os cidadãos será organizada em torno da "família biológica", à exclusão dos membros da família extensa que "que se tornarão inevitavelmente estrangeiros ao círculo familiar nuclear" (Belembaogo 1994: 216). A evidente distância que, nesse caso, separa os legisladores dos cidadãos comuns levanta sérias questões sobre a violência simbólica (Bourdieu 1989) que tal legislação reflete. Não há nada automático, portanto, na maneira como cada país traduz o espírito da legislação internacional de direitos humanos para o contexto local. Se os governantes locais aproveitam o espaço para incorporar valores e práticas locais (uma definição ampla de família, por exemplo), ou se, pelo contrário, importam mecanicamente fórmulas criadas no exterior -- a opção depende da vontade política de cada grupo de legisladores (FONSECA, 2004, p. 06).

A reflexão de Fonseca trazendo exemplos da problemática adaptação de princípios para realidades locais reflete em nossos achados de pesquisa no Amazonas. A disparidade da "tradução" dos princípios universais do direito da criança e do adolescente, materializados em várias legislações nacionais e internacionais, mas especialmente no ECA, é evidente e clara, tanto na forma da política e dos programas públicos para a família e criança, quanto na concepção e ideal dos profissionais. Nesse sentido, Almeida (2008), ao falar da visão do atendimento psicossocial, exprime a disparidade na visão sobre violência doméstica e o mesmo pode se dizer sobre resolução de conflitos na esfera pública para crianças e adolescentes. Assim:

> Considerando essa busca de um atendimento psicossocial, vale a pena observar o discurso do psicólogo responsável acerca de sua visão sobre a violência doméstica. Sua linguagem elucida uma concepção do problema como de ordem afetiva, familiar e psicológica (para ele, impossível de ser resolvida por um tratamento criminal ou uma pena). Do seu ponto de vista, seria ideal que todos os membros de famílias que passam por situações de violência pudessem ter um longo atendimento psicanalítico. [...] O psicólogo apresentava uma reflexão sobre o significado do uso da violência em família, vista aqui como um sintoma grave de uma dinâmica familiar em que as pessoas "não se apropriam de si mesmas", segundo suas palavras. A violência consistia basicamente de cenas de repetição e, muitas vezes, de ordem transgeracional, ou seja, uma forma de relacionamento que reproduzia no novo casal aquilo que já vinha da família de origem (ALMEIDA, 2008, p. 89-90).

Almeida (2008) fala de violência doméstica e o olhar do atendimento psicossocial a partir da análise do trabalho de campo da referida autora no JECrifam em São Paulo, nos anos de 2004 e 2005. O que parece uma realidade muito distante do Amazonas, mas o que se percebe é que poderia ser dito/repetido facilmente o mesmo trecho no atendimento de crianças e adolescentes, cujas famílias são atendidas pela rede de proteção no Amazonas. Isso significa que os discursos e a atuação dos profissionais seguem um padrão no que diz respeito à criança, ao adolescente e à família. Ora, como é possível que contextos socioculturais distintos, com diferentes problemáticas e modos diversos de ver e estar no mundo possam ser tratados da mesma maneira? Com os mesmos discursos e metodologias de

atendimento? A violência doméstica, seja contra mulheres ou contra crianças[85], não tem a mesma dinâmica aqui que tem em São Paulo, por exemplo.

Tanto é que o Amazonas é uma das grandes e tristes referências do Brasil, inclusive tem CPIs próprias para tratar especificamente da violência no Amazonas, especialmente na infância, dada a "naturalidade" com que o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes é tida no estado. Isso é só para citar mais um exemplo da disparidade e distanciamento do Estado dos contextos socioculturais locais. A comparação com a violência doméstica em São Paulo é uma forma de entender e perceber que a forma de atendimento, as políticas públicas são universais e aplicadas em contextos tão diferentes que o próprio uso das palavras frequentes pelas profissionais não é compreendido pela população que atende. A conversa impondo soluções únicas para estados diferentes é que é o ponto-chave da crítica aqui. Os próprios editais nacionais para fomento de projetos que visem à pesquisa e ação nas cidades no interior do Amazonas não preveem passagem de barco. Como chegaremos a lugares que só se chega de barco?

A circulação de crianças no Amazonas é mais um exemplo contundente dessa disparidade na atuação sobre os casos de circulação de crianças que chegam à esfera pública. A maior parte das famílias que são atendidas nessas instituições é de baixa renda e, boa parte, oriundas do interior, com fortes ligações com sua cidade ou comunidade. Isso significa que a circulação de crianças apontada como adoção em muitos contextos não faz sentido. Para as famílias interlocutoras é um absurdo se falar que adotou filhos dos outros.

Tia Maria cuidou e cuida há anos de sobrinhos-netos e, apesar de reivindicar os mesmos direitos de respeito e amor dos sobrinhos-netos, nunca, em momento algum, pode-se dizer que ela os adotou.

> *Mas claro que não adotei ninguém, não tenho papel nem nada deles e não ia tirar eles da mãe deles nunca. Deus que me livre, mas olha já! Mas a gente é mãe também, só que do coração, não precisa de papel nenhum pra isso, né! E... também quando tem de resolver alguma coisa no*

[85]Em nossas pesquisas, percebemos o mesmo estatuto de inferioridade e relações de poder entre mulheres e crianças que ocupam este lugar de submissão e os homens que perpetuam a violência, na concepção deles.

> *SPA, no Bolsa Família, na escola deles eu vou e se eu não puder resolver porque não tenho papel eu mando a mãe deles tirar um dia pra ir lá, digo que a mãe trabalha e insisto. A reunião da escola sou tudo eu que vou, eu que sei as notas, o que apronta, as vezes nem conto pra mãe deles, eu mesmo dou logo uma catracada ou meto o cacete mesmo neles e resolve rapidinho, vão tudo dormi de couro quente, resolve que é uma beleza (risos). Agora quando o negócio é na delegacia, como já precisou ir pra resolver o problema da Bella*[86]*, né! Aí a gente manda o pai*[87] *deles, com registro e tudo, porque lá eles exige né e são tudo bruto* (Tia Maria, 64 anos, diário de campo, 2018).

Dessa forma, são evidentes os descompassos e as formas alternativas de resolução de questões junto às esferas públicas. O modo como "arrumam" para se enquadrar nos modos em que as instituições exigem para dar continuidade ao seu processo junto às instituições são complexos e demorados. Muitas vezes, é claro, desistem de:

> *"ir atrás de alguma coisa dessas do governo, porque tem que correr pra um lado e pro outro e enche o saco né e também ninguém aguenta né, minha filha, pagar passagem pra chegar lá e eles não resolver nada".* (Tia Maria, 64 anos, diário de campo, 2018).

Para quem está na linha de frente no atendimento a essas famílias nas mais diversas instituições também é algo complexo para se trabalhar ao mesmo tempo em que as noções de proteção e acolhimento de crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social parecem boas e com uma

[86] Houve uma suspeita de abuso sexual quando Isabelle tinha 12 anos e estava namorando um menino de 18 anos. O pai dela que resolveu a situação, mas esse é um assunto interditado. Tia Maria me contou "por cima", cochichando e não deu detalhes do ocorrido e ainda advertiu seriamente e com dedo em riste*: "Pelo amor de Deus, Isa, tu não abre tua boca pra falar disso aí com ninguém aqui de casa viu".*

[87] O pai que ela diz é o sobrinho Adalberto, que assumiu o papel de pai com sua sobrinha, filha de sua irmã. Ele que resolve as "broncas", que "*precisa de homem pra ir lá resolve, né!*", segundo tia Maria.

intenção justa, elas também tendem a não escutar as demandas, porque se chegou lá é porque está fora da norma e do padrão, então não precisam entender o arranjo familiar e sua dinâmica, somente tratar aquele conflito específico, aquela violência pontual ou recorrente, aquela situação de fome e não olhar amplidão e multiplicidade do problema. Isso é um problema na medida em que não se conhece as demandas, já que há solução pronta, sem saber qual é de fato o problema e como funciona a dinâmica familiar. Desse modo, muitas famílias preferem resolver por conta própria ou arrumar meios de burlar o processo que passam dentro das instituições públicas.

Então, as formas com que as famílias interlocutoras tentam resolver suas questões na esfera pública são realizadas das mais diversas maneiras e com caminhos alternativos ou até mesmo desistindo e resolvendo entre a família mesmo e assunto encerrado.

Dona Bina, nosso estudo de caso da família-síntese, “arrumou um jeito” de adotar Pâmela, filha de seu marido com uma amante.

> *Isa, naquela época, minha filha* (início dos anos 80)*, a gente tinha que arrumar um jeito de ter o papel da criança pra poder levar no médico, matricular na escola, pra essas coisas do governo e a minha sorte é que ela é filha do meu marido e ele registrou ela no meu nome e no nome dele porque eu pedi pra poder correr atrás das coisas da menina, entendeu? Na época da minha mãe não tinha nada disso, ela pegava os meninos criava por lá e pronto, nem registro não tinha. Eu sei, sabe Isa, que se fosse hoje seria mais difícil botar a menina no meu nome, porque tudo hoje é papel pra provar as coisas ali no papel mesmo. Eu acho bom por um lado, porque fica mais ruim de roubar criança dos outros, mas por outro é muito difícil pra nós sem estudo ir atrás dessas coisas e ainda demora demais e precisa de dinheiro até pra ir num juiz, num cras, numa casinha* [de saúde]*, se tu não tiver pra passagem e não tiver o papel do curumim, num adianta de nada, é*

> *viagem perdida* (Dona Bina, 62 anos, diário de campo, 2018).

Essa é a resposta de dona Bina quando pergunto como ela fez para passar Pâmela para seu nome como filha. Mais um exemplo de que as formas de "adoção", seja ela "legal" ou apenas como "ficar lá", são resolvidas através de meios informais e endógenos pela família. O fato é que, assim como Fonseca (1995), não encontrei um caso sequer de adoção formal.

Como disse Tiana*:*

> *"Isso de ir lá no juiz adotar, pegar o papel é coisa de rico minha filha, aqui a gente resolve as coisas de outro jeito, sabe!...Ah dá um trabalho da porra, gasta dinheiro que a gente não tem e ainda demora demais. Quando eu fui morar com os meus pais, que eram meus tios, mas viraram meus pais, não tinha isso não"* (Tiana, 67 anos, diário de campo, 2017).

Um dos sobrinhos-netos de Dona Biana, que veio do interior para estudar e morar na capital, na casa de dona Bina, então com 14 anos, precisava de documentação do responsável para ser matriculado na escola. A mãe, então, foi ao conselho tutelar do município dela e pediu um documento em que dava a transferência de guarda para dona Bina resolver as questões do menino e mandou o registro junto com ele. Dessa forma, Caio, hoje com 19 anos, terminou o ensino médio na capital, casou com uma moça e mora na casa dela com a família dela e trabalha na construção civil. De vez em quando passa na casa de dona Bina para tomar benção e levar alguma coisa ou pedir-lhe um favor. Outra filha de uma amiga de Tiana pediu para que ela estudasse na capital e morasse com Tiana, a menina, à época com 15 anos, veio e, quando precisava matricular ou resolver algo, a mãe dela vinha do interior e resolvia e assim seguiu até a maioridade da menina, que hoje se casou, é dona de casa e tem 2 filhos pequenos.

Então, o que queremos dizer apontando esses exemplos variados das mais diversas formas de fazer com que a circulação de crianças aconteça independente de formas legais ou passando pelos processos dito "corretos", é

que as soluções dadas à família para manter a prática da circulação como dinâmica familiar particular são as mais diversas e independem do Estado. Isso significa que, apesar de leis, políticas, programas públicos bem elaborados, sua aplicação está totalmente fora da realidade do contexto local.

Outro ponto extremamente importante, sem querer desmerecer o grande avanço que foi a conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente, resultado de discussões internacionais sobre a criança e infância e fruto do ativismo ferrenho em prol das crianças e adolescentes no Brasil, sua relevância e o lugar que a discussões sobre a referida causa passou a ter no Brasil se deve muito ao ECA, que trouxe para o centro do debate questões das violações de direitos e as mais diversas violências contra crianças e adolescentes, que ainda eram muito arraigadas na "naturalidade" com que aconteciam. Contudo, concordando com Fonseca (2004), apesar da suma importância do ECA, há que se preguntar:

> E o ECA? Será que contém elementos típicos do contexto brasileiro? A resposta a essa pergunta exigiria uma análise pormenorizada do documento. Podemos, no entanto, a título de ilustração, chamar atenção para uma ausência curiosa no documento. Faço pesquisas há muitos anos sobre o que chamo "a circulação de crianças" em famílias brasileiras -- uma tradição histórica conforme o qual as crianças transitam entre diferentes "mães" -- avó, madrinha, vizinha e mãe biológica (Fonseca 1995). Considerando a presença desse costume, poderíamos imaginar que o ECA, ao enumerar modalidades de família substituta (Seção III, art. 28-52), contemplasse o caso de "filhos de criação". Não há, porém, nenhuma referência a tal prática. As seções sobre guarda e tutela, justamente parágrafos onde daria para desenvolver orientações sobre esse tema, ocupam pouco espaço -- deixando o acento (quase 75% do texto) na questão de adoção plena (FONSECA, 2004, p. 07).

Pensando nas experiências de vida na questão da circulação de crianças em nosso contexto e nas diferentes formas em que essa circulação acontece aqui, de certo modo, burla os processos oficiais de adoção. Adoção formal para as famílias interlocutoras parece uma realidade de novela das oito, pois para elas a adoção é um conceito que não pegou. Tiana nunca me disse que foi adotada e quando pergunto se ela foi, é como se a tivesse agredido. *"Nunca! Jamais! Meus pais não mim adotaram, eles me criaram e me deram de um tudo. Adotar é pra gente de grana, pra nós caboclo do mato é pegar para criar mesmo"* (risos para amenizar a pergunta desconfortável feita por mim e jamais repetida). Diz-se tudo: Criei, peguei, eduquei, morou lá em casa,

qualquer outro termo, menos adoção. O que reflete também uma categoria vista como elitizada e fora da realidade local e, nesse sentido:

> Até que ponto um documento nacional como o ECA reflete disputas políticas globais e até que ponto reflete valores e experiências mais próximas à realidade brasileira: Para responder essa pergunta, devemos considerar o ECA não somente como fruto de diversas influências contemporâneas (nacionais e internacionais), mas também como um momento específico da história dos direitos da criança (FONSECA, 2004, p. 02).

E por que estamos dando exemplos dos caminhos que não se cruzam entre as famílias e o Estado? Porque demonstra a variabilidade histórica da noção de Família e da formação de uma rede de parentesco em contraponto à imposição do ideal dominante sobre o real local. Acreditamos que é possível sim a política pública e a legislação refletirem os valores e experiências mais próximas do contexto sociocultural local, sem, contudo, deixar de ser enfático e eficaz na proteção à criança e ao adolescente que passam por situações de violência e os mais diversos tipos de violações de direitos.

Desse modo, fazendo um apanhado geral, reforçamos a ideia de circulação de criança enquanto dinâmica familiar própria dos arranjos familiares de tipo específico de família do Amazonas e que são muito recorrentes. Retirando a elite local, a classe média de Manaus que busca seus padrões na "estruturada" família e as famílias oriundas do Nordeste, boa parte da população amazonense é composta por esse tipo específico, que sai das suas comunidades e cidades do interior para trabalhar e morar na capital, trazendo consigo as tradições e mantendo vínculos, reproduzindo e criando formas de família e rede de parentesco que vão muito além das categorias utilizadas para definir família e parentesco e além do que o Estado alcança.

### 5.2.1 Adoção versus circulação de crianças: entre adoções e circulação ou entre o Estado e as configurações familiares "reais"

Claudia Fonseca (2020), ao discutir “como noções envolvendo lucro, cuidado e parentesco subjazem as leis que decretam o término do relacionamento entre pais de nascimento e seus filhos que foram adotados por outras famílias” (p. 237), no artigo *Lucro, cuidado e parentesco: a desfiliação de mães de nascimento*, fala que:

> M. Strathern (1992) joga uma luz sobre as várias maneiras possíveis de interpretar a transferência de crianças. Destacando diferenças entre perspectivas melanésias e europeias, a antropóloga sugere que a lógica ocidental de consumo é definida não tanto pelo dinheiro como pela imagem de um mercado impessoal, calcado no indivíduo autônomo exercendo seu livre arbítrio. Conforme essa perspectiva, mesmo o altruísmo caridoso segue as diretrizes da lógica de consumo ocidental, valorizando a noção de doações anônimas a um recipiente sem rosto. A ideia do desprendimento que acompanha a ação caridosa seria estranha à economia da dádiva melanésia, que cujo objetivo principal é produzir relações e fortalecer obrigações mútuas. A própria ideia de ser possível “entregar” objetos – sejam crianças ou pulseiras – como se fossem destacáveis das relações originais que as engendraram – carrega conotações particularmente ocidentais de propriedade e pertencimento (FONSECA, 2020, p. 257).

Assim, as noções de adoção ou transferência de crianças são variadas e acontecem em diversas partes do mundo a partir de seu contexto sociocultural, como destacado pela autora. Se por um lado é observada essa transferência de criança de modo formal, também entendida em termos de transferência de crianças calcadas nas “doações anônimas a um recipiente sem rosto”, por outro temos as transferências de crianças calcadas na dádiva e nas noções de pertencimento. Fonseca (2020) fala de realidades distintas e distantes umas das outras e trazendo Strathern, que aponta as várias maneiras possíveis de interpretar a transferência de crianças. Isso significa que da adoção formal de crianças anônimas e que determinam as relações com suas famílias de origem até a circulação de crianças informal do Amazonas há uma distância grande de sentidos e significados para circulação de crianças.

Strathern (1999) argumenta que a revelação de uma nova informação de parentesco pode ser envolvida por cautelas e tensões, uma vez que traz impactos embutidos para a identidade pessoal e para os relacionamentos, refletimos sobre alguns dos embates entre a prática de adoção e o direito às origens. Nas famílias que nos dedicamos aqui não há embate do pronto de vista familiar, porque adoção/circulação de crianças faz parte das suas origens,

de sua identidade, porque, mesmo não tendo grau de consanguinidade e nem de afinidade, cria-se parentesco a partir de outras formas de pensar e estar no mundo, significando que a origem é o arranjo familiar próprio, pois é difícil que se questione maternidade ou paternidade, se questiona, sim, quem cria e quem deixou de criar, independente de consanguinidade.

Assim, repito, como em outros momentos, a circulação de crianças aqui se configura como uma categoria que não é nem somente ajuda mútua entre mulheres, nem "cria" da casa, mas uma circulação fluida, um trânsito/uma responsabilidade coletiva ou pelo menos partilhada entre mais de uma mulher, sendo assim é uma forma de arranjo familiar não fixa, que desloca o eixo da família nuclear, sendo o lócus privilegiado de reprodução e socialização das crianças, não apenas mães, pais e responsáveis legais, mas uma rede de "criação" e não somente de solidariedade, mas de responsabilidade por reproduzir valores e modos de vida. Além disso, a circulação de crianças aqui também acontece como forma de trocas e negociações por posições, influência e manejo do arranjo familiar diante de conflitos.

O que queremos apontar com toda essa explanação é a variabilidade da circulação de crianças em diversos contextos socioculturais como uma transferência de crianças. Contudo, marcamos bem a diferença de criar e adotar. As duas categorias cabem dentro do grande conceito de circulação de crianças, mas a circulação de crianças não cabe no conceito de adoção. Aí que emerge a problemática, novamente, da disparidade entre as leis "universalistas" e a realidade local.

Já vimos pormenores da circulação de crianças e sua importância na organização dos arranjos familiares no Amazonas, cabe agora considerar o lugar particular da rede de proteção nos embates entre as famílias e a rede de proteção, composta por organizações da sociedade civil e instituições socioassistenciais de educação e saúde.

Esse descompasso acontece muito porque, como aponta Sarti (1995):

> Quando se enfoca a família, então, a primeira coisa a se ter em conta é que se está tratando de relações e não de indivíduos, o que contraria a formação dos profissionais de saúde, em geral, que tendem a operar a partir de uma noção individualizada e objetivada do corpo e da doença, com base no modelo biomédico, distante desse universo não palpável, mas sempre atuante, das relações intersubjetivas que ocorrem no âmbito familiar (SARTI, 1995, 2003a,).

Isso significa que a ideia é pensar na circulação de crianças como função de manutenção de relações familiares, porque família fala de relações intersubjetivas no âmbito familiar e não de indivíduos.

A família, ainda para Sarti (1995), é como "uma referência simbólica fundamental para a população pobre, que ordena o lugar dos indivíduos no mundo social como um todo, dentro e fora da família" (SARTI, 1995, 2003a). Assim, a circulação de crianças nas famílias amazonenses do tipo exposto aqui coloca na circulação de crianças a ordenação dos indivíduos no "mundo social como um todo, dentro e fora da família".

Dessarte, para finalizar esse ponto, acreditamos que há um descompasso entre as formas de circulação de crianças e a adoção formal colocada pela rede de proteção como algo fora do padrão. Acredito que a "luta" da rede de proteção baseia-se na suposta anormalidade da transitoriedade das crianças e da criança como participante ativa e importante daquele grupo social e não um sujeito incompleto que precisa de lugar próprio para brincar, casa estruturada com compartimentos próprios para ela, que não se envolva em atividades consideradas de adultos, como festas. Enfim, uma série de situações que não condizem com a forma de vida e com o descaso com a população de baixa renda, que cria formas de reprodução das suas famílias de modo a sobreviver (cultural e materialmente), fortalecer e criar vínculos, porque família, repetindo Sarti, fala de relações e não de indivíduos.

#### 5.2.1.2 Conflito entre política de Estado (rede de proteção) e política das famílias: circulação de diferentes pontos de vista

*Certa tarde, no CREAS, sentei na sala de espera, uma senhora e uma criança chegam e inicia-se o seguinte diálogo na recepção*

*A senhora: "Me mandaram aqui lá do hospital"*

*A técnica responde: o que aconteceu com ela?*

*A senhora: Fizeram mal pra ela, o vizinho dela.*

*A técnica responde: E a senhora quem é?*

*A senhora: Sou tia dela.*

*A técnica responde: E a mãe cadê?*

*A senhora: A mãe dela tá trabalhando, mas ela fica lá em casa?*

*A técnica responde: Mas ela mora com quem?*

*A senhora: Com a mãe dela.*

*A técnica responde: Eu preciso que a mãe venha com ela.*

*A senhora: Mas quem cuida dela sou eu.*

*A técnica responde: Mas a senhora não disse que ela mora com a mãe?*

*A senhora: Mas ela mora com a mãe, mas eu que cuido.*

*A técnica: Eu preciso que a mãe dela mesmo venha.*

*Demorei anos para entender o que a senhora queria dizer e a técnica até hoje não entendeu.*

Ao contrário de Fonseca[88], nosso caminho partiu da etnografia em meio institucional (CREAS), chegando às famílias interlocutoras a partir dali já nos anos de 2010 em diante. Nem todas as famílias apresentadas a mim no CREAS fazem parte desta pesquisa e há outras que conheci através dessas, mas que não sofreram nenhum tipo de violação de direitos, pelo menos que tenha chegado à esfera pública. Por isso, aponto aqui e mais uma vez demonstrando a disparidade das lógicas e visão de mundo.

Do ponto de vista da rede de proteção as chamadas pelas técnicas e ativistas como, “Mães de criação” são vistas por lado como uma oportunidade para as crianças crescerem de uma forma melhor, ter maior a acesso a lugares, educação, bens materiais, porque se percebe as “mães de criação” a partir da ótica do melhoramento das condições financeiras e lar mais “estruturado” e, por outro lado, na visão das técnicas e ativistas perde-se a possibilidade de vínculo com as mães e as origens. (Strathern, 1999). Ainda assim argumentam:

> *Elas sobrevivem a isso, mas não que seja bom, acaba sendo identidade interrompida, porque a cada lar há uma forma de convivência, é um tratamento diferente e nem sempre a criança está onde convém, onde é melhor...as*

[88] Que partiu da etnografia na vila para chegar a FEBEM

> *vezes as "mães de criação" são permissivas demais ou determinam obrigações demais. Acho que daí surge a dificuldade da identidade na criação daquela criança, no relacionamento interpessoal. Quando vira adolescente dá problema e quer devolver a mãe (biológica) aí são criados já dentro dos princípios morais, éticos e religiosos da família de criação e aí tem o conflito. "* (Assistente social, diário de campo, 2017).

Sobre a circulação de crianças a partir do interior para capital a visão de, de modo generalizado das técnicas é que;

> *Quando a criança vem do interior, quando não tem a oportunidade para estudar lá, quando um parente ou não, um amigo, vizinho, conhecido aceita receber. Isso tem um pagamento muito caro, pois as crianças viram empregadas doméstica ou fica invisível para aquela família e sempre de escanteio é última que come. Aí que pegou essa criança vira para nós e diz assim: Eu crio como se fosse minha filha? Como se fosse! Nunca o será de fato. Como se fosse, é a frase clássica que idêntica esse lugar de subalternidade. Lógico que tem muitas crianças que se adaptaram e isso não quer dizer que as pessoas que passaram por isso não carregam seus traumas, mas conseguem viver e estudar e tocar sua vida de alguma forma, mas o trauma lógico que fica...No Amazonas, em especial além da questão do trabalho infantil, tem lavar louça, limpar pátio, levar cachorro para passear, limpar merda de cachorro e além de disso tudo ainda tem a exploração sexual, que é uma das piores formas, segundo a OIT, de trabalho infantil, né! Então acho que essa questão das meninas do interior acho mais complexa e difícil de ser detectada por nós, também porque a sociedade amazonense tem essa cultura, né! É*

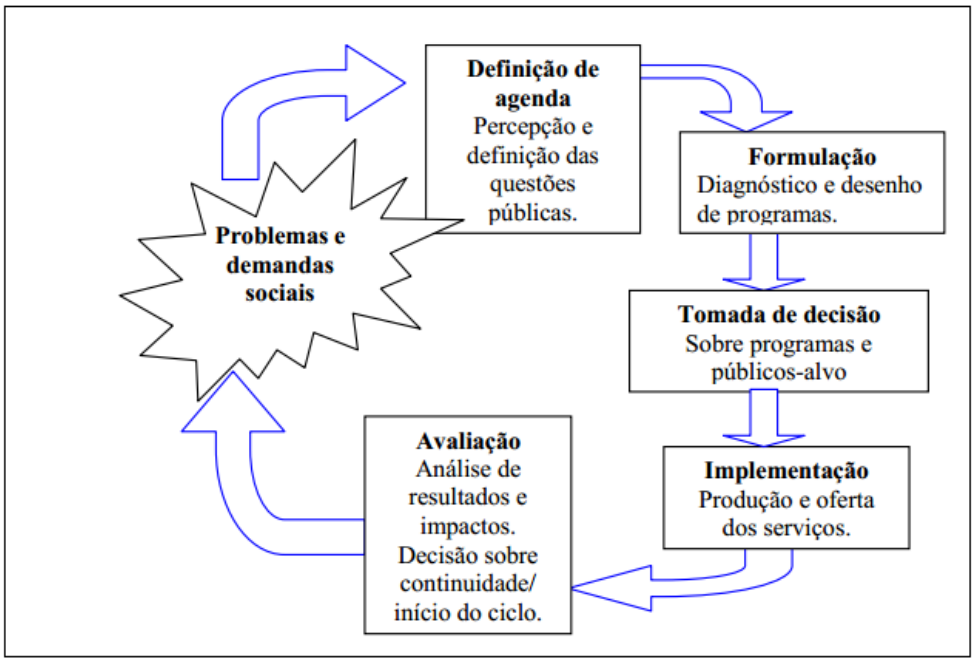
*meio que normal isso. Então é muito difícil de combater. (Psicólogo da rede de proteção, diário de campo, 2018)*

Assim, as noções de circulação enquanto “criação” e enquanto trabalho infantil diverge do conceito de dádiva, de fortalecimento de laços. A circulação de crianças é ainda vista de uma ótica da exploração do trabalho, de uma utilidade de contrapartida para aquela família que recebe, contudo, conversando mais a fundo com as famílias interlocutoras, em especial quem circula ou circulou, a percepção dos traumas é convertida numa percepção de gratidão, afeto e respeito, não que a subjetividade de cada um seja igual ou sentido da mesma forma, como disse antes, o discurso ambíguo entre gratidão e ressentimento por algo convivem nas falas dos interlocutores que circulam ou que circularam, mas aqui estamos falando de relações e não do individual, quando falamos de circulação de crianças e arranjos familiares estamos falando de um ponto de vista em que só é possível a identidade e pertença a partir da relação com a rede de parentesco e familiar.

Um conjunto de interlocutores tem a percepção muito diferente do que a da rede de proteção e essas diferentes percepções convergem na hora de realizar o atendimento. Acredito que isso pode ser melhorado abrindo/descobrindo a venda do etnocentrismo enraizado nas profissionais, nas faculdades em que são formadas. Não é o objetivo atacar a política pública e a metodologia de atendimento, mas colaborar para o fomento da valorização e utilização das práticas locais como ferramentas eficazes de trabalho.

O diagrama a seguir mostra como se constitui a formulação e implementação dos serviços e programas. Em nenhum momento aparece avaliação conjunta com público alvo e nem quem e o que defini os problemas e demandas sociais. Acredito que esse seja seminal para a efetivação e adesão das famílias que as políticas para resolução de conflitos e as demandas delas sejam definidas a partir de diálogo constante e entendimento do contexto sociocultural e econômico de cada região

**Diagrama 1: O Ciclo de Políticas e Programas Públicos**




Fonte: Diagrama retirado do ESTUDO TÉCNICO N.º 07/2013

O diagrama acima, usado em minha monografia, foi retirado do site do extinto Ministério de desenvolvimento social e combate a fome (MDS). É importante salientar que escrevo de outra época em que as consolidações das políticas públicas, não somente para as famílias, mas para minorias sociais de modo geral, estava em processo de construção e solidificação. Nos dias atuais, o que se vê, ainda em tempo de tratar neste trabalho, é o desmantelamento das grandes iniciativas de ouvir o que o grupo social interessado na política pública tinha a dizer sobre si e o modo como deferia ocorrer. Especialmente no que diz respeito a políticas para família (com discurso globalizante da categoria) que vem sendo alvo de grandes retrocessos a partir do atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Chegando ao fim desse trabalho a sensação é de um grande e triste vazio e retrocesso das discussões e avanços que se construiu ao longo dos anos que acompanho, como pesquisadora e moradora do Amazonas, as famílias e a rede de proteção à criança e ao adolescente de Manaus. A diversidade de famílias e modos de vida, de possibilidades de existência, crenças foram submetidos e encerrados em categorias dominantes e engessadas.

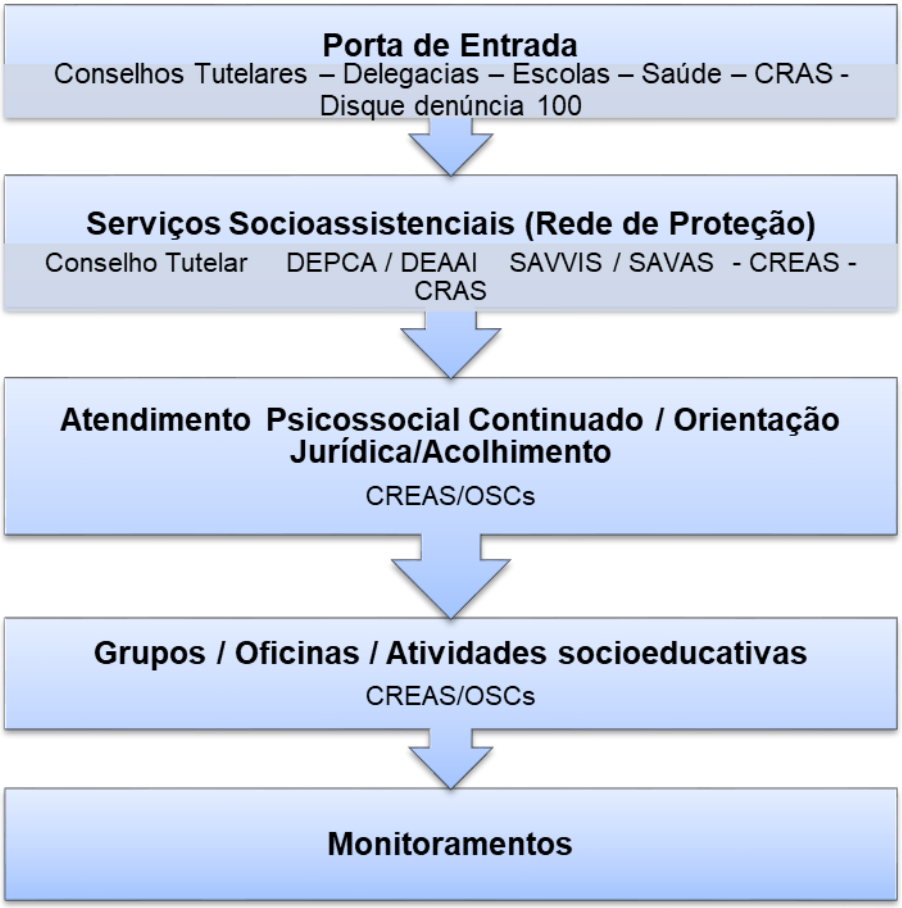
#### 5.2.1.3 A rede de proteção no Amazonas: uma descrição esquemática e análise de seu funcionamento e o que isso significa para os arranjos familiares e a circulação de crianças

Acredito na importância de descrever e demonstrar a organização da rede de proteção no Amazonas. Em linhas gerais, apresento um fluxograma generalista da rede, para evidenciar as idas e vindas das famílias também dentro da rede de proteção e como estas instituições abarcam de forma muito geral as famílias que são diversas e múltiplas. Assim, além do caráter "policialesco" (Melo da Cunha, 2020) que elas assumem, ainda demonstra a incapacidade de trabalhar com a diversidade e modos de vidas diferentes de suas matrizes familiares e de formação.

As organizações do terceiro setor têm sido pioneiras na criação e manutenção de redes, que operam nos níveis local, regional, nacional e internacional, seja para a troca de informações, para a articulação política ou para a implementação de ações conjuntas.

O fluxograma[89] a seguir apresenta a procedência e caminho percorrido pelas famílias atendidas pela rede de proteção do Amazonas. De modo geral a rede de proteção a que me refiro deste trabalho pode ser apresentada e descrita da seguinte forma:

[89] Fluxograma elaborado para minha monografia (HONORATO, Isabelle Brambilla. CREAS: entre a representação e a prática de atendimento de casos de abuso sexual em Manaus, 2013. 60 f. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Letras - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013). O fluxograma foi atualizado para este trabalho.




Deste modo, as portas de entradas das famílias nos programas e serviços de atenção podem ser feitas por diversos caminhos, diversas instituições. O acolhimento em cada uma delas é diferente, mas mesmo entrando por uma ou por outra é necessário passar pelas demais num ir e vir entre as instituições, que por vezes acaba comprometendo a continuidade, devido às dificuldades financeiras para deslocamento e dificuldade no diálogo com as agentes dessas instituições.

A rede de proteção, desse modo, é composta por instituições públicas geridas pelo governo do estado, prefeituras e organizações da sociedade civil. O problema, como demonstra Consuelena Lopes Leitão (2016) em sua tese de doutorado em que a autora traz uma tentativa de aproximação com a realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na cidade de Manaus. A hipótese que sustenta sua análise da professora e pesquisadora é de que a rede de proteção e a rede de exploração de crianças e adolescentes partem de lógicas próprias e diferentes de funcionamento, e que a rede de exploração está muito mais próxima da realidade das adolescentes.

Nesse mesmo sentido acredito que a rede não se aproxima das dinâmicas e arranjos familiares do estado, trabalhando com lógicas diferentes das famílias que atendem, abrindo grande espaço para vulnerabilidades, redes de exploração sexual, de tráfico de crianças e mulheres, de cooptação de crianças e adolescentes para tráfico de drogas. Essas redes conhecem e sabem como falar, como agir, o que oferecer, enquanto a rede composta pelo Estado, numa lógica de ideologia dominante que fala de cima para baixo jamais conseguirá alcançar a amplitude e a força dessas redes.

Desse modo, ainda voltando a Leitão (2016) que mostra algumas reflexões que podem servir de "contribuição local, para pensarmos em limites e possibilidades, para além do eixo vítima/agressor, nos equipamentos que materializam as políticas públicas no campo do enfrentamento à violência sexual de crianças e adolescentes na cidade de Manaus" (LEITÃO, 2016, p. 28). Do mesmo modo, busco apresentar um tipo de arranjo familiar próprio onde a circulação de crianças e a chave de entendimento dessas famílias, oferecendo, à semelhança da autora, uma contribuição local para pensar políticas públicas para a família e a criança no Amazonas.

### 5.2.2 O "papel" e a posição do pai/padrasto/irmão da mãe na circulação de crianças e sua inconformidade com as políticas e programas sociais para criança e a família

Até aqui pouco falamos de um ponto muito importante que a posição do homem nas redes de parentesco e família. Sim, isso é reflexo da pouca participação deles na dinâmica dos arranjos familiares do qual tratamos neste trabalho.

> Na maioria dos países ocidentais, as transições familiares contemporâneas levaram ao desenvolvimento e à banalização de situações em que os homens têm que exercer sua paternidade sem morarem, ou sem morarem mais, com a mãe de seus filhos. Assim formulada, essa constatação parece óbvia. Contudo, ela é indissociável de um conjunto de questões sociais, econômicas e políticas que dizem respeito à paternidade (MARTIAL, 2020, p.235)

A paternidade, nem sempre exercida ou nem sempre exercida pelo pai ou padrasto, mas em muitos casos pelos irmãos da mãe, tios, avôs, é acionada em diversos contextos diferentes, mas eu disse acionada e não determinada por eles. Com exceção dos filhos de Adalberto, nenhuma das outras crianças e adolescentes citados neste trabalho "tinha pai", seja ele biológico e algumas, mas nem todas tinham como pai um dos membros da rede de parentesco acionados pela mãe ou mulher que faz circular. Thalita, um exemplo clássico do que fala, quem "*assume o papel de pai",* como diz sua mãe, é seu irmão, Adalberto.

Dona Bina nem conheceu seu pai, mas tinha como "referência" paterna seu avô materno. Seus filhos tiveram como referência o irmão mais velho deles, pois, seu pai os abandou cedo. No caso de Tiana seu pai adotivo era seu tio, seu marido também não criou seus filhos e a "referência" paterna novamente foi seu cunhado, marido de sua irmã. Tio por afinidade das crianças. E assim, poderíamos citar umas centenas de exemplo em que a posição de pai nem sempre (ou quase nunca) é ocupado por pais biológicos ou mesmo padrasto, já que irmãos, tios, avôs, amigos de longa data da família, assume "papel" de pai na rede de parentesco.

O apadrinhamento, como estudado por Fine (2020) e Dantas (2011), não é uma forma muito forte de criar parentesco para nosso caso, são raras as vezes que foi citado padrinhos ou madrinhas. O referencial é mesmo quem recebe e quem circula e quem essas mulheres que fazem circular acionam quando "precisam de um pai".

Mas se quem recebe são as mulheres e quem circula em sua maioria são meninas, o que acontece com os meninos nesse ir e vir? Os meninos, como caso de Pedro, circulam para manutenção, fortalecimento de laços e vai e vem conforme manejos da "responsável" (tia-avó Maria) pela circulação e a mãe do menino (Kátia), mas Pedro não tem a obrigatoriedade da retribuição e gratidão que Thalita, por exemplo, tem com tia Maria e nem tem obrigatoriedade de receber, já Thalita é sempre preparada para isso, para mais tarde também receber. É sempre advertida: "*Olha tu trata de aprende porque daqui uns dias você que vai ter que tá resolvendo as broncas, não tem ninguém não, tu é filha única da tua mãe e ela não pegou nenhuma pra criar, vai sobrar pra ti.* (tia Maria, 62 anos, diário de campo, 2017)

Aliás, a obrigatoriedade do pai (seja ele tio, padrasto, avô, vizinho, etc.) é relativo a resoluções externas à família, como problemas com a polícia, com traficantes locais, com namorados, drogas, etc., ou seja, todo tipo de assunto externo a casa e que *"fala de homem pra homem"*, como diz Tiana, que aciona a figura paterna mais próxima que lhe é possível.

Assim, mas uma vez a disparidade entre as formas de atuação do Estado faz-se presente nas formas de reconhecimento e manejo dos arranjos familiares, uma vez que as categorias não dão conta de abarcar em "paternidade", todas as formas em que ela se apresenta. Nesse aspecto, concordando com Agnès Martial (2020), ao falar sobre "Paternidades contemporâneas e novas trajetórias familiares", que;

> "Essa dissociação dos elementos jurídicos que compõem a paternidade faz eco a evolução dos modos de procriação e de acesso à parentalidade. Sob os auspícios do descasamento, a redefinição das trajetórias conjugais (diminuição do número de casamentos, aumento dos divórcios e das separações, crescimento constante das famílias monoparentais e recompostas) levou à dissociação da união e da filiação, da conjugalidade e das relações pai-mãe-filhos". (MARTIAL, 2020, p.214)

Isso significa, como já vínhamos falando, que reflete mais uma vez a dissociação, nos termos de Martial (2020), dos elementos formais dos modos para a procriação e parentalidade. De tal modo, as reinvenções, que, em nosso contexto, talvez seja reprodução da tradição e não algo totalmente novo, são essenciais para entender as paternidades e a formas de exercício e os diferentes conceitos sobre a mesma. Desse modo, se para Martial (2020)

> "é essencial interrogar esse traço característico da paternidade pós-ruptura que é a separação, a ausência de tempo e de espaço cotidianos, é importante também não reduzi-la a essa "falta", e observar as estratégias utilizadas pelos homens na reinvenção de sua relação com os filhos". (MARTIAL, 2020, p.224)

Para nós é essencial também interrogar formas de paternidade que não necessariamente tem os mesmos termos usados ou são usados da mesma forma que os padrões exigidos e, ainda há de apontar que as crianças entendem as diferentes posições e "papéis" que o "pai", seja ele tio, avô, vizinho, irmão mais velho, amigo da família, exerce em suas vidas e a relação que traçam com eles, bem como os meninos quando adultos, enquanto frutos dessas relações reproduzem sua função e suas relações com "filhos", seja ele sobrinho, neto, amigo da família, vizinho.

É muito importante entendermos essas relações e o modo como elas se dão para o melhoramento da política pública e dos atendimentos e que essas variadas formas sejam parte internalizada tanto no macro, quanto no atendimento profissional e que a matriz dominante de “criação”, não sirva para enquadrar as famílias que atendem, bem como profissionais oriundos dos mais diversos arranjos familiares locais, possam estar também como atuantes no atendimento a famílias que se parecem com sua.

Acredito que as noções de “adoção”, “criar”, de “pai”, “mãe”, “tio”, “irmãos”, “sobrinhos”, entre outros parentes consanguíneos ou não podem ser categorizadas das mais diversas formas nos arranjos familiares que encontramos, não necessariamente do modo como os entendemos. Nós, que fazemos parte da visão dominante do que parente e família, de quem é parente, de quem é família.

Em uma das reuniões com o CREAS de um município do interior do Amazonas, uma das técnicas[90] falava da dificuldade que tinha em comunicar-se com as famílias: *Assim, é complicado a gente, que tem estudo, falar com as famílias, que a maior parte é analfabeto e parece assim que não entende o que a gente fala, sabe! Pra mim essa é a dificuldade maior nos atendimentos. Pela falta de formação escolar mesmo dentro da família*. (Psicóloga do CREAS, diário de campo, 2017)

Até aqui vimos muito as disparidades, conflitos de lógicas, de formação, de visão de mundo entre o Estado, através de seus aparelhos de atuação e promoção das políticas sociais, quero a seguir apontar algumas demandas e possíveis “soluções”, evidentemente isso foi construído de forma coletiva, com o diálogo com a rede de proteção e como parte dela, não posso deixar de ecoar aqui. Advirto, contudo que uma proposta pactuada deve ser pensada e implementada de muito debate e estudos por parte de quem faz a política pública, e, principalmente, de quem a coloca em prática.

[90] Deixo em aberto o município, pois a grande maioria deles possui apenas uma psicóloga e dois ou três assistentes sociais, bem como raramente tem delegacias especializadas. Além disso, a rotatividade dos profissionais nos municípios e ate mesmo na capital Manaus é um problema que escuto desde 2010 quando comecei as primeiras pesquisas. AS técnicas são substituídas de acordo com as mudanças nas prefeituras municipais e, geralmente são de fora do município, conhecendo pouco a realidade sociocultural e econômica da cidade, muito menos as comunidades que cercam a cidade e as terras indígenas próximas.

## 5.3 Políticas públicas para as famílias no Amazonas: uma proposta desafiadora

> Percebe-se, na verdade, que a questão fundamental é a necessidade de promoção e apoio às famílias vulneráveis através de políticas sociais bem articuladas e focalizadas. O reconhecimento das mesmas, como objeto de políticas públicas, constitui fator decisivo para atingir objetivos prioritários do desenvolvimento humano, tais como a minimização da pobreza, o acesso à educação, saúde, alimentação, moradia e proteção integral às suas crianças e adolescentes (Gomes e Pereira, 2005)

Não dá para falar de políticas públicas sem falar em parceria, escuta e conhecimento construído junto à família a partir da sua visão local. A circulação de crianças como elemento fundamental e fundante das famílias de baixa renda oriundas do interior do Amazonas é umas características próprias das famílias e não pode ser negligenciada ou invisibilidade porque é a partir dela que entenderemos a dinâmica familiar, alcançando assim políticas e programas sociais articulados e focados no tipo de família específico local, criando, junto com as famílias um diálogo em que se possa atendê-las, a partir da rede de parentesco e da realidade financeira e sociocultural.

Assim, preciso enumerar algumas questões que acredito que possam colaborar na identificação de lacunas no atendimento e sugestões que possam colaborar para o debate sobre atendimento as famílias e as crianças e adolescentes em âmbito público. Muito do que falo aqui já vendo sendo realizado, puxado pelas OSC's e ativistas da causa da infância em geral, mas ainda precisa de um engajamento e interesse muito maior por parte das instituições de governo e sociedade. De todo modo, preciso pontuar os constantes problemas encontrados e formas minorar esses problemas e, também, como eco de grandes ativistas e profissionais que pontualmente colaboraram para transformar a realidade das políticas públicas e da rede de proteção à criança e ao adolescente: 1)As constantes trocas de profissionais das instituições socioassistenciais, por questões políticas e como cabide de emprego de aliados eleitorais do governo que está no comando, é um grande problema, porque a medida que o profissional se familiariza com a com a comunidade que atende e começa a entender a melhor forma de atuação, ela é

transferida ou demitida, trazendo prejuízos para o acompanhamento familiar. Assim como em outros âmbitos como relatado por Almeida (2008);

> A carreira na justiça permite mudanças de funcionários em cada posto, e os juízes, promotores e procuradores do estado, então entrevistados, podem estar noutros postos do sistema judiciário. Durante o período da pesquisa, essas mudanças revelaram também profissionais com posturas diversas quanto ao problema da violência contra a mulher, que geraram transformações nos procedimentos do juizado. (ALMEIDA, 2008, p. 79)

Desse modo, pensar alternativas para que a transitoriedade das profissionais seja menos frequente, ressaltando que uma política eficiente e bem implementada naquele local, torna-se blindada da transitoriedade, por isso, acredito que a política pública construída a partir do local é forte; 2) Haja capacitação contínua e conforme a realidade local para atuação dessas profissionais. Não somente nos âmbitos socioassistenciais, mas de saúde, educação, justiça e sociedade civil organizada. A capacitação é a "grande" palavra utilizada para referir aos treinamentos oferecidos às técnicas de atendimento, mas é preciso analisar que tipo de capacitação é apropriado para realidade e de fato realizar "treinamento" que ofereça condições de atuação daquele técnico em seu local de trabalho, conhecendo os modos de vida local e condições socioeconômicas daquele lugar e; 3) Mobilização da sociedade local para o entendimento e respeito das demandas das famílias diferentes das suas, através das escolas e promoção da diversidade. Acredito que isso é muito válido, mas é preciso também que seja feita para aquele técnico que vai atuar naquela cidade totalmente diferente da sua, sem qual conhecimento socioambiental e cultural do local. Com exceções de pouquíssimas cidades do interior do Amazonas, boa parte dos técnicos não é da região e os que são atendem a partir da sua formação colonizadora. Acredito que sendo um problema estrutural da formação, é mais difícil de ser trabalhado, mas possível a medida que aconteça o debate e o entendimento descolonizador da formação acadêmica e técnica. Em termos mais amplos, creio que, é preciso um diálogo que não aconteça a partir de grandes ou pequenas convenções, assembleias, audiências públicas, em que nenhuma criança é ouvida ou levada como figurativa, em que nenhuma família local é escutada, mas algo feito de forma vasta e abrangente das multiplicidades. 4) Família de criação como forma contemplada pelo ECA e demais legislações, além da conscientização e

capacitação profissional para operadores e técnicos para valorização de práticas e valores locais. Assim;

> Na tradução em português, em vez de falar de família de criação (ou de família acolhedora -- termo cada vez mais comum entre ativistas desse campo) como opção alternativa à adoção, simplesmente repetiu-se duas vezes a noção de adoção. Sugiro que o erro aqui não é do tradutor que, sem dúvida, simplesmente recorreu à convenção usual para traduzir um conceito que não tem termo correspondente na cultura jurídica brasileira. O erro reflete, antes, uma certa cegueira na própria cultura jurídica que, na sua tradição iluminista, tem grande dificuldade em considerar práticas e valores locais -- o que impede o tipo de diálogo criativo, entre princípios gerais e práticas locais, esperado pelos idealizadores dos documentos de direitos humanos internacionais. Esse é apenas um dos exemplos que poderíamos levantar para provocar uma re-avaliação do ECA no sentido de entender, quase quinze anos depois de sua promulgação, quais as ressonâncias que está tendo nas práticas e valores das pessoas sujeitas a ele. O ECA (assim como qualquer outro documento de direitos humanos) não deve ser tratado como Bíblia. Ao pensar esse documento, antes, como produto de certas pessoas em certa época, abrimos o caminho para uma avaliação honesta de seus resultados -- (o que implica em) uma análise aguda da realidade brasileira -- e a possibilidade de reformulações que propiciam a realização dos princípios básicos de justiça no contexto específico em que vivemos. (FONSECA, 2004, p.08)

Ainda, e muito importante; 5) Considerar a diversidade de arranjos familiares e elaborar junto com as famílias políticas públicas para fortalecimento de vínculos entre família e os órgãos que as atendem. A partir do acolhimento centrado na realidade local. 6) Estratégias de resolução de conflitos e violência a partir da lógica local. 7) Promover e propagar a diversidade, a partir das escolas, se estendendo por toda sociedade Amazonense.

Enfim, acredito que a partir dos estudos e conhecimento êmico pode-se transformar o olhar etnocentrado, criando procedimentos e formas de resolução de conflitos familiares que faça sentido e que tenha significado, para quem não fiquemos enxugando gelo e perdendo vidas e possibilidades diferentes de ser criança e respeito ao arranjo familiar próprio de cada local.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese aqui exposta foi composta por um ir e vir de itinerários teóricos, etnográficos e emocionais. Quando iniciei minha trajetória acadêmica, há 10 anos, lembro-me do primeiro texto que li sobre família, pensava eu, entrando nas ciências sociais, almejando fazer a diferença, pensando também em minha própria vida como mulher, preta, baixa renda, oriunda do centro-oeste brasileiro num estado muito diferente do meu, tentando entender, nessa odisseia singular de descobertas, trânsitos, sabores e dissabores, o que eu estava fazendo nas ciências sociais, de que isso me serviria? Resposta que encontrei ao longo do caminho acadêmico. Digo isso porque foi nos estudos sobre família, criança e gênero que encontrei o meu lugar. Por essa razão, esta tese se torna muito importante, pois ela coroa anos de olhar, ouvir e escrever, de um fazer etnográfico não somente nos dias de ida ao campo, mas na rua, no mercadinho, na loteria, nas festas, no terreiro de umbanda do qual sou filha, no shopping, na fila do banco, no celular e, de repente, foi como se a minha vida fosse uma descoberta constante e um contínuo repensar os lugares a minha volta, as pessoas, as coisas, os animais, eu e os aspectos relacionais de tudo isso. Falo isso porque, ao final deste trabalho, quero pontuar a importância das idas e vindas que se estabelecem ao longo de muitas trajetórias como a minha própria e a de meus interlocutores, cujo ir-e-vir faz parte da própria constituição de ser e de suas famílias.

Assim, inicio justamente com uma reflexão sobre a pesquisadora e o campo que talvez reflita achados etnográficos e descobertas subjetivas. O primeiro capítulo se dedicou a questões de cunho metodológico e reflexões sobre o campo de pesquisa e a formas encontradas de acesso a um assunto “não falado” da forma como pensado academicamente, ou seja, perguntar sobre a circulação de crianças não é algo que faça sentido, foi preciso criar outros modos de entender o fenômeno tal como ele é. Todas as minhas aulas de metodologia de pesquisa e roteiros sistematizados foram por água abaixo à medida que ia me tornando mais “afetada” pelo campo e ele por mim. Quanto mais as famílias gostavam de mim, menos roteiros eu conseguia seguir, mas foi aí que acessei momentos etnográficos imprescindíveis.

No capítulo seguinte, foi construído meu caminho teórico que fez sentido para entender a circulação, é claro que eu poderia ter escolhido outras formas de traçar o panorama teórico de estudos sobre família e circulação de crianças, mas o caminho escolhido faz sentido para mim, na medida em que se aproxima dos meus achados e, assim, possibilitando reflexões teóricas que permitiram insights.

A partir do terceiro capítulo, abordei com mais força cenas do cotidiano, descrições de momentos etnográficos importantes que denotam as particularidades da circulação de crianças, em um tipo específico de família do Amazonas, que são famílias oriundas do interior do estado com forte ligação ainda com suas cidades e comunidades, são de baixa renda, que vieram também para trabalhar no Distrito industrial (Zona Franca). Hoje, não mais, devido à crescente queda nas vagas de emprego e à decadência da Zona Franca. Trabalham vendendo quitutes e frutas em bancas na rua, em frente de casa, carregadores no porto de Manaus, vendedores no comércio e alguns poucos que possuem empregos formais públicos ou privados (merendeiras, motoristas, secretárias, etc.) e que são moradores de bairros periféricos de Manaus. É interessante perceber, nas falas e cenas cotidiana, a importância da circulação de crianças para os arranjos familiares e é isso que o capítulo III buscou trazer, abstraindo das falas e cenas a circulação de crianças como elemento fundante das famílias.

No quarto capítulo, numa mescla de elementos etnográficos e base teórica, a intenção foi pontuar, através de cada tópico, como se realiza a circulação de crianças, juntando os pressupostos básicos, regras construídas para que a circulação ocorra da forma como é. Por essa razão reforço os pressupostos como forma de identificar e entender os arranjos familiares a partir da circulação de crianças.

Por fim, buscamos trazer as dimensões do Estado nas relações com as famílias e como a circulação de crianças e arranjos familiares diversos não convergem na resolução de conflitos pelo Estado. As políticas públicas refletindo o que vem de cima e não criando endogenamente junto com as famílias em seu contexto sociocultural, histórico e econômico.

Assim, através dos cinco capítulos, cada um deles abordou questões que juntas apontam aspectos que corroboram a principal hipótese apresentada

aqui, a de que a circulação de crianças é o que faz família, baseada fortemente nas origens das famílias e como forma de sobrevivência e reprodução no sentido muito mais do que o econômico. Desse modo, a circulação de crianças confere identidade, característica e é propriedade intrínseca da constituição da família no Amazonas. O tipo de família a que se dedica este trabalho não está localizado numa área ou comunidade específica na cidade de Manaus, mas se faz muito mais e está em diferentes bairros e comunidades da cidade, bem como no interior do estado.

As famílias que encontrei são todas de grupos populares, embora, pensando em aprofundamento dos processos de circulação de crianças no Amazonas, e, como em Motta-Maués, observam-se indícios que ocorrem em grupos de famílias abastadas e tradicionais do Amazonas, e muitos no sentido de “cria da casa”, mas outros também com relações que criaram parentesco pela circulação de crianças em famílias das camadas médias e alta do estado.

Acredito que respondo as principais questões levantas nesta tese e deixo outras em aberto para aprofundamento posterior, pois esse é um tema que não se esgota aqui e que necessita ainda de entendimento no Amazonas. As questões sobre importância da circulação de crianças no estado, penso que nos levam a compreendê-la como a própria “essência” da constituição familiar aqui. É através dela que as mulheres fazem família, sobrevivem e reproduzem seu modo de vida enviando e recebendo crianças determinando quem envia e quem recebe com regras definidas e alinhadas a forma como foram ensinadas a “criar” família.

Desse modo, os arranjos familiares tão intimamente e diretamente ligados à circulação de crianças só podem existir tal como são formados a partir dos processos de circulação. Desse modo, esse tipo de circulação de crianças e adolescentes no Amazonas constitui um modelo de unidade familiar composta pela fluidez e pelo trânsito, que, por consequência, reafirma, reconstrói e reforça laços de família e, mais do que isso, é um sistema simbólico acionado pela rede familiar que dá sentido à unidade familiar e perpetra um modo de vida próprio. Assim, reafirmando, baseada nas evidências de campo expostas durante todo o texto, a circulação de crianças como elemento fundante da rede de parentesco e das famílias de baixa renda, com fortes raízes em suas comunidades e cidades do interior. O sistema da

circulação de crianças confere estatuto próprio às mulheres e identidade à família. O pertencimento ali não é individual, mas ele é sentido na circulação de crianças.

Por fim, saliento como a pesquisadora elaborou esta tese, a semelhança do título da mesma e a semelhança do modo de vida das famílias interlocutoras, entre idas e vindas, num movimento físico e mental, entre cidades e comunidades, entre casas e universidades, entre pessoas e solitária, as famílias interlocutoras são o próprio movimento dinâmico do ir e vir e de construir, a partir do movimento, arranjos familiares e modos de vida que significam, ressignificam e elaboram vivências e são responsáveis pela reprodução de grupos “fora da norma”.

Almejando, assim, que este trabalho sirva, para além de um caráter utilitarista, de inspiração e uso no trato com as famílias por parte da rede de proteção à criança e ao adolescente e programas sociais voltados para a família, em especial no Amazonas. Que seja possível a ideia de trabalhar as famílias aqui com uma lógica própria e que as políticas públicas para famílias no Amazonas levem em conta toda a sua diversidade e singularidade a partir da ideia de ir-e-vir.

# REFERÊNCIAS


ABRÃO, K. C. L. e MIOTO, R. C. T. **Políticas familiares:** uma introdução ao debate contemporâneo. R. Katál., Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 420-429, set./dez. 2017.

ABU-LUGHOD, L. – 2012 – **As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?** Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros, in Revista de Estudos Feministas, vol.20, n.2, pp. 451-470.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. **"Problemas de Família"**: a violência doméstica e o Juizado Especial Criminal de Família (JECrifam). *In:* GÊNERO, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri. Organização de Guita Grin Debert, Maria Filomena Gregori, Marcella Beraldo de Oliveira. Campinas, SP: UNICAMP/PAGU, 2008. 212 p. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=50804.

ARIÈS, Philipe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981

AZEVEDO, Raquel Floriano Correia. **Adolescentes vítimas de violência sexual:** olhares para a família. 2013. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998

BARBOSA, Nayandra Stéphanie Souza. **A dinâmica da rede de cuidados de famílias acompanhadas na atenção psicossocial e na atenção básica em Manaus.** 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017

BARRETO, Maria das Graças de Carvalho. **O jardim das imagens**, a infância e suas flautas sagradas. 2012. 436 f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

BELTRÃO, Jane Felipe. I**ndígenas e quilombolas:** crianças em circulação ou em situação de violência? Revista Mundaú, 2016, n.1, p.91-102.

BILAC, Elisabete Dória. **Família:** algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p. 29-38.

BLACKWOOD, Evelyn. **Falling in love with an-Other lesbian:** reflections on identity in fieldwork. In KULICK, Don & WILLSON, Margareth. (ed.) Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork. London: Routledge, 1995.

BRITO, Laura Souza Lima e. **Família e parentesco:** direito e antropologia. Revista Discente DIREITO GV - redGV, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 76-92, jul. 2013. ISSN 2238-9806.

BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa. **Família e relações de parentesco – contribuições antropológicas**. Artigo publicado na coletânea: CARVALHO, José Sérgio (org.): Direitos Humanos e Educação para a Democracia, Vozes, 2004.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Benedita Edina. **Família e idosos no nordeste brasileiro**. Caderno CRH, Salvador, n. 29, p. 49-67, jul./dez. 1998.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo.** Editora da UNESP/Coedição: Paralelo Quinze. 2ª edição Brasília/São Paulo, 1993.

CARDOSO, Clarice Marques. **Histórias das mulheres privadas de liberdade em Manaus:** vidas marcadas pela pobreza, violência e abandono. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. **Curumins e Cuiantâs do Matá**: Trabalho Infantil e Modo de Vida na Amazônia. Universidade Federal do Pará. Belém, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna.** Horiz. antropol.,v.7,n.15,p.107-147,2001.

CAVALCANTI, Mariana. **Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada.** *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2009, vol.24, n.69, pp.69-80. ISSN 1806-9053.

CHAGAS, Viktor et al. **A política dos memes e os memes da política**: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. Intexto, Porto Alegre, RS, p. 173-196, jan. 2017. ISSN 1807-8583. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/view/63892/40226>.

CLIFFORD, J. **A experiência Etnográfica:** Antropologia e Literatura no século XX. Org. José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

CODONHO, Camila Guedes. **Aprendendo entre pares:** a transmissão horizontal de saberes entre as crianças indígenas Galibi-Marworno (Amapá, Brasil). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007

COHN, Clarice. **Antropologia da Criança**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2a edição. (Coleção Ciências passo-a-passo), 2009.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira:** notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. In: Almeida, Maria Suely Kofes et. all. Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COSTA SOUSA e WAQUIM, Monica Teresa e Bruna Barbieri. **Do direito de família ao direito das famílias**: A repersonalização das relações familiares no Brasil. Revista de informação Legislativa, Ano 52 Número 205 jan./mar. 2015.

CRAPANZANO, V. **On the writting ethography**. *In:* Dialogical Anthropology 2, 1977.

_____, V. **Tuhami:** portrait of a Moroccan. The University of Chicago press, London, 1985.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **"Cultura" e cultura**: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. Cultura com aspas. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

DA CONCEIÇÃO TAVARES DA SILVA, Maria. "**Reflexão Sobre o Conceito De Problema Social**—II." *Análise Social*, vol. 5, no. 18, 1967, pp. 207–230. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/41007874.

DA MATTA, Roberto. (1974), "**O ofício do etnólogo, ou como ter 'anthropological blues'"**. Cadernos do PPGAS, Rio de Janeiro, Museu Nacional.

DANTAS, Luísa Maria Silva. **Madrinha é parente?** Reflexões Antropológicas sobre o "apadrinhamento" em diferentes configurações. X Reunião de Antropologia do Mercosul10 a 13 de julho de 2011.

DAUSTER, Tânia. **A invenção do amor:** amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In: figueira, Servulo (org.) uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986

DURHAM, Eunice Família e reprodução humana. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

ESTATUTO DA CRIANÇA. Disponível em www.infoescola.com.

ESTUDO TÉCNICO N.º 07/2013. Desenvolvido para o MDS, disponível em: http:// aplicacoes.mds.gov.br/sagi rmps/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/41.pdf

FERNANDEZ, Cristiane Bonfim. **Infância Violada**: Políticas Públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil no Amazonas: Edua, 2012.

FIGUEIRA, Sérvulo A.(Org.). **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

FINE, Agnès. **Apadrinhamento e relações familiares na sociedade francesa contemporânea.** In Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil [recurso eletrônico] / org. Miriam Pillar Grossi, Leandro Castro Oltramari e Vinicius Kauê Ferreira. – 1. ed. – Brasília (DF): ABA; Florianópolis (SC) : Tribo da Ilha, 2020. 521 p.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra:** etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

_____, C. L. W. (2006). **Conexões intergeracionais em famílias acolhedoras**: Considerações sobre tempo e abrigagem. Praia vermelha: Estudos de Política e Teoria Social, 13(1), 154-173.

_____, Claudia, (1995). **Amor e família**: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs). Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola. p. 69-89.

_____, Claudia**. Caminhos da adoção**. São Paulo, Cortez. 1995.

_____, Claudia. **Da circulação de crianças à adoção internacional**: questões de pertencimento e posse. Cad. Pagu, Campinas, n. 26, p. 11-43, June, 2006.

_____, Claudia. 1989 **A história social no estudo da família:** uma excursão interdisciplinar. BIB. Rio de Janeiro, n. 27, p. 51-73.

_____, Claudia. **Quando cada caso NÃO é um caso:** pesquisa etnográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 10, p. 58-78, jan./abr. 1999.

_____, Claudia. **De afinidades a coalizões:** uma reflexão sobre a 'transpolinização' entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. *Ilha: Revista de Antropologia*. Vol. 5, n. 2/2003.

_____, Claudia. **Concepções de família e práticas de intervenção:** uma contribuição antropológica. Saúde e Sociedade v.14, n.2, p.50-59, maio-ago. 2005.

_____, Claudia. **Fabricando família:** políticas públicas para o acolhimento de jovens em situação de risco". In Família em Mudança (Christine Jacquet e Lívia Fialho Costa, orgs.). São Paulo: Companhia Ilimitada, p. 215-244, 2005.

_____, Claudia L. **Lá Onde, Cara Pálida?** Pensando as glórias e os limites do campo etnográfico. Revista Mundaú, N. 2, P. 96-118, 2017.

_____, Claudia. **Lucro, cuidado e parentesco:** a desfiliação de mães de nasciment. In Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil [recurso eletrônico] / org. Miriam Pillar Grossi, Leandro Castro Oltramari e Vinicius Kauê Ferreira. – 1. ed. – Brasília (DF): ABA; Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2020. 521

FAVRET-SAADA, Jeanne. **"Ser afetado".** Tradução: Paula Siqueira. Cadernos de Campo. Número 13. 155-161, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998.

GEERTZ , Clifford. **Local knowledge**. Nova York, Basic Books,1983.

GENTILI, Agostina. **Adoção e circulação de crianças na atualidade**. ENTREVISTA DE Agostina Gentili COM/CON Claudia Fonseca. Espaço Aberto/Espacio abierto. número 26 . ano/año 8 . jan/ene - abr 2020.

GOLDMAN, Márcio. (2000), **Do ponto de vista não-nativo**: sobre a incompreensão antropológica ou os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Comunicação apresentada no seminário temático "A Antropologia e seus Métodos: o Arquivo, o Campo, os Problemas", XXV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.

GOMES e PEREIRA, Mônica Araújo Maria Lúcia Duarte. **Família em situação de vulnerabilidade social:** uma questão de políticas públicas. Revista Ciências e saúde coletiva, 2005

GROSSI, Miriam Pillar (org.). **Trabalho de Campo e Subjetividade**. Florianópolis, PPGAS, 1992. Disponível em: http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/Trabalho%20de%20Campo%20&%20Subjetividade.pdf.

HATOUM, Milton. **Dois irmãos**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza, et. al (orgs). **Sexualidade, família e ethos religioso**, Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

HONORATO, Isabelle Brambilla. **Entre tensionamentos e disputas:** família, religião e o processo de se assumir entre jovens de uma igreja inclusiva de Manaus. 2016. 109 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

_____, Isabelle Brambilla. **CREAS:** entre a representação e a prática de atendimento de casos de abuso sexual em Manaus, 2013. 60 f. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Letras - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

KOURY, Mauro Guilherme. **Enraizamento, pertença e ação cultural**. Revista Cronos, Natal-RN, v.2, n.1 p. 131-137, 2001

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre. **A constituição das relações sociais de poder no trabalho infanto-juvenil doméstico**: estudo sobre estigma e subalternidade. Dissertaçao de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2008.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** Editora Brasiliense: São Paulo, 2012.

LEITÃO, Consuelena Lopes**. Limites e possibilidades:** uma tentativa de aproximação antropológica com a realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na Cidade de Manaus. 2016. 273 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

LIRA, Bárbara Rebeka Gomes de. **A difícil vida fácil:** o mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus (1890-1925). 2014. 114 f.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

LOWENKRON, Laura**. (Menor)idade e consentimento sexual em uma decisão do STF**. Revista de Antropologia, [S.l.], v. 50, n. 2, p. 713-745 , dez. 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana. Rev. bras. Ci. Soc**.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, June 2002. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso

MARCHI, Rita de C. **Os sentidos (paradoxais) da infância nas ciências sociais**: um estudo de sociologia da infância crítica sobre a "não-criança" no Brasil. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política), Florianópolis, 2007.

MARTIAL, Agnès. **Paternidades contemporâneas e novas trajetórias familiares.** In Família, gênero e memória: diálogos interdisciplinares entre França e Brasil [recurso eletrônico] / org. Miriam Pillar Grossi, Leandro Castro Oltramari e Vinicius Kauê Ferreira. – 1. ed. – Brasília (DF): ABA; Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2020. 521 p.

MAUSS, M. 1974 [1923-24]. **Ensaio sobre a dádiva**. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In : _____. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo : Edusp.

MEDEIROS E LEMOS, Larissa e Flavia. **A produção da "circulação de crianças"**: entre capturas e nomadismos. Article in Estudos e Pesquisas em Psicologia Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 933-947, 2011.

MELLO, Sylvia Leser de. **Família:** perspectiva teórica e observação factual. In: *Família Contemporânea em Debate*[S.l: s.n.], 1995.

MELO DA CUNHA, Flávia. **Cadastrar, incluir e proteger:** as malhas da assistência social na fronteira Amazônia. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional da Família Esplanada dos Ministérios, Bloco A. **Cartilha sobre políticas públicas familiares**. Brasília - DF, 2020.

MOTTA-MAUÉS, M. A**. Na casa da mãe/ na casa do pai**: anotações (de uma antropóloga & avó) em torno da circulação de crianças. Revista de Antropologia (São Paulo), São Paulo, v. 47, n.2, p. 427-452, 2004.

_____, M. A. . **Uma vez "Cria" sempre "Cria" (?)**: adoção, Gênero e geração na Amazônia. In: LEITÃO, Wilma Marques; MAUÉS, R. Heraldo. (Org.). Nortes Antropológicos: trajetos, trajetórias. 1ed.Belém: EDUFPA, 2009, v. , p. 157-170.

_____, M. A.. **Uma mãe leva a outra (?)**: práticas informais (mas nem tanto) de "circulação de crianças" na Amazônia. In: Raymundo Heraldo Maués; Maria Eunice Maciel. (Org.). Diálogos Antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias. 1ed. Belém: L&A Editora, 2012, v. 1, p. 285-315.

_____,Claudia. **Aliados e Rivais na Família:** o conflito entre consanguíneos e afins em uma vila porto-alegrense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 2, nº 04, 1987NUNES, Ângela & CARVALHO, Maria Rosário (2007) "Questões metodológicas e epistemológicas suscitadas pela Antropologia da Infância", comunicação apresentada no 31º Encontro da ANPOCS.

MORO, Gláucio Henrique Matsushita. **Emoticons, emojis e ícones como modelo de comunicação e linguagem**: relações culturais e tecnológicas. Revista de Estudos da Comunicação, [S.l.], v. 17, n. 43, nov. 2016. ISSN 1982-8675. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/22552/21636>.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. **Tecendo a Colcha de Retalhos:** a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 607-625, maio/ago. 2012. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>

NUNES, Ângela (2002) **"O lugar das crianças nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras"** In LOPES DA SILVA, MACEDO & NUNES (orgs.) Crianças Indígenas, ensaios antropológicos, São Paulo: Mari/Fapesp/Global.

OLIVEIRA, Marilaine Queiroz de. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE**: os múltiplos olhares acerca de sua implementação no Amazonas. 2013. 211 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

OLIVEIRA, Rônisson de Souza de. **As mães dos "filhos da mãe" em Tefé/AM:** a ilusão dos impactos da ausência. 2014.140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

PEIRANO, Mariza « **Etnografia não é método** », Horizontes Antropológicos [Online], 42 | 2014, posto online no dia 15 dezembro 2014, disponível em: URL: http://journals.openedition.org/horizontes/781

_____, Mariza. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PESSOA, Alba Barbosa. **Infância e trabalho dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)**. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

PINTO, Ileia Maria de Jesus. **A (re) significação do lugar:** comunidades ribeirinhas na cidade Manaus – AM, 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

ROCHA, A. L. C. da & ECKERT, Cornelia. **Etnografia:** saberes e práticas. In: PINTO, Célia Regina Jardim & GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Ciências Humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da et al . **Entrevista com Martine Segalen**: qual é a antropologia do parentesco e da família no século XXI? Um diálogo franco e brasileiro com Martine Segalen. Horiz. antropol**.**, Porto Alegre , v. 7, n. 16, 2001, p. 277-295.

RODRIGUES, Pedro Máximo de Andrade. **Homens e mulheres nas beiras:** etnoeconomia e sustentabilidade no alto rio Solimões. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

ROSSI, P. H. et al. **Evaluation:** a systematic approach. Thousand Oaks, California, US: Sage, 2004.

SAID, Edward. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. ed. atual. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARTI, Cynthia A. **A Família como Espelho**. Um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____, Cynthia Andersen. **Contribuições da antropologia para o estudo da família**. Psicologia USP, São Paulo, v. 3, n. 1-2, p. 69-76 , jan. 1992. ISSN 1678-5177. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34459/37197>. Acesso em: 02 mar. 2018. doi:http://dx.doi.org/10.1590/S1678-51771992000100007.

_____, Cynthia Andersen. **A família como ordem simbólica**. Psicol. USP, São Paulo , v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004.

SCHNEIDER, David M. **A critique of the study of kinship**. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1984.

SCHUCH, P.; RIBEIRO, F. B.; FONSECA, C. **Infâncias e crianças:** Saberes, tecnologias e práticas. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 13, n. 2, p. 205-220, 30 jan. 2013.

SEGALEN, Martine. **Sociologie de la famille**. (5ème éd.). Paris: Armand Colin, 2000.

SERTÃ, Ana Luísa & ALMEIDA, Sabrina. 2016. **"Ensaio sobre a dádiva".** In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/obra/ensaio-sobre-dádiva>

SILVEIRA, Carolini Guedes Barros da. **Conhecimento tradicional associado ao recurso genético:** os desafios da legislação brasileira na tutela de interesses coletivos. 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

SINGLY, François de e PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Sociologia Da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro FGV 2007.

SODRÉ, Raimunda Conceição**.“Aqui é uma parentesa só”:** Conjugalidade, Gênero e Identidade na Comunidade Quilombola de Narcisa – Capitão Poço/PA. 2015. 231 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SOUSA, Sônia Margarida Gomes (Org.) . **Infância e adolescência: múltiplos olhares**. 1. ed. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STRATHERN, Ann Marilyn [1941-] **O efeito etnográfico e outros ensaios**: Marilyn Strathern Coordenação editorial: Florencia Ferrari Tradução: Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini São Paulo: Cosac Naify, 2014.

_____. M. **Parentesco, direito e o inesperado:** parentes são sempre uma surpresa. 1. ed. São Paulo: Editora Unifesp, 2015.

TASSINARI, Antonella (2007) **“Concepções Indígenas de Infância no Brasil”** In Revista Tellus, ano 7, n.13, outubro/2007, Campo Grande: UCDB, p.11-25.

_____, Antonella (2009) **“Múltiplas Infâncias:** o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou A Sociedade contra a Escola”, comunicação apresentada no 33º Encontro da ANPOCS.

OLIVEIRA, Nathália França de. **O processo de notificação da violência contra crianças e adolescentes por profissionais da Estratégia Saúde da Família em Manaus AM**.. 2019. 147 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VELHO, G. **Observando o familiar**. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica*: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

VIANNA, A. R. B. **Direitos, moralidades e desigualdades**: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: Lima, Roberto Kant. (Org.). Antropologia e Direitos Humanos - Prêmio ABA Ford Direitos Humanos. Niterói: EdUFF, 2005, v. , p. 13-68.

VILAR, Fabíolla Emanuelle Silva. **Segredos de uma casa em ruínas:** família e pensamento social na obra de Milton Hatoum. 2017. 172 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

VILLANUEVA, L. F. A. **Estudio introdutório**. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília, DF: Enap, 2006. p. 43-65.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: **Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Edição Autêntica, 2000.

WEISS DE JESUS, Fátima. **Uma antropóloga em campo:** reflexões sobre observação participante e subjetividades na etnografia. Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais. Nº 7, 2013.